**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**ARISTIDES BRAGA NETO**

# O DIÁRIO DO NORDESTE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA: PALAVRAS DE OPOSIÇÃO

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

**ARISTIDES BRAGA NETO**

# O DIÁRIO DO NORDESTE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA: PALAVRAS DE OPOSIÇÃO.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientadora: Professora Dra. Lucili Grangeiro Cortez.

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2011**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**
**Universidade Estadual do Ceará**
**Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho**

B813d Braga Neto, Aristides

O Diário do Nordeste sobre a Administração Popular de Fortaleza: palavras de oposição / Aristides Braga Neto. – 2011.

216 p., enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2011.

Área de Concentração: História e culturas.

Orientação: Profª. Drª. Lucili Grangeiro Cortez.

1. Administração popular. 2. Fontenele, Maria Luiza. 3. Discurso jornalístico. I. Título.

CDD: 907.2

Universidade Estadual do Ceará - UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA
Criado pela resolução Nº 520 do CONSU - UECE de 31 de maio de 2005

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO ARISTIDES BRAGA NETO.

Às 09h30min do dia 23 (vinte e três) de maio de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará, a Comissão Examinadora da dissertação para obtenção de grau de Mestre apresentada pelo aluno **Aristides Braga Neto** intitulada **"O DIÁRIO DO NORDESTE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA: PALAVRAS DE OPOSIÇÃO"**, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder a mesma o conceito "aprovado" em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Lucili Grangeiro Cortez (Orientadora), Francisco Uribam Xavier Holanda e Antônio de Pádua Santiago de Freitas. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Altemar da Costa Muniz, e o secretário Adauto Rufino de Lima Neto para os devidos efeitos legais.

Fortaleza, 23 de maio de 2011.

Profa. Dra. Lucili Grangeiro Cortez

Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas

Prof. Dr. Francisco Uribam Xavier Holanda

Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz

Adauto Rufino de Lima Neto

A Lara, Laíza, Marcília e ao Leandro, sempre presentes e solidários no enfrentamento desta tarefa.

A Beatriz Lopes Braga e Heldenízia de Queiroz Viana.

.

## AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas e instituições que nos ajudaram durante o exaustivo e instigante processo de elaboração desta dissertação de mestrado, às quais queremos expressar nossos agradecimentos:

Aos meus pais, José Maria Braga (*in memoriam*) e Beatriz Lopes Braga, pelo apoio constante.

A todos os amigos e amigas que não foram citados, mas que de uma forma ou de outra contribuíram para realização deste trabalho.

Aos nossos entrevistados, Maria Luiza Fontenele, Rosa da Fonseca, Jorge Paiva e Mário Esteves Neto Victor (*in memoriam*).

À Professora Lucili Grangeiro Cortez, pela orientação sempre competente, perspicaz, enriquecedora e fundamental para que conseguíssemos tecer esta dissertação.

Ao Professor Francisco Uribam Xavier Holanda, pelas valiosas e fundamentais contribuições na Banca de Qualificação.

Aos Professores Antônio de Pádua Santiago de Freitas e Francisco José Gomes Damasceno, sempre solícitos, pelas importantes sugestões durante o processo desta pesquisa.

Aos Professores Raimundo Nonato Lima e Francisco Moreira Ribeiro, pelas valiosas indicações de assuntos e fontes bibliográficas e documentais.

Ao Professor Marcos Alberto de Oliveira Vieira, pelas contribuições ao nosso projeto durante a disciplina Seminário de Pesquisa I.

Aos nossos Professores do Curso de Mestrado Gisafran Nazareno Mota Jucá, Erick Assis de Araújo e Gerson Augusto de Oliveira Junior, pela dedicação, solicitude e por estarem presentes em nossos textos mesmo quando não percebemos.

Aos colegas da turma 3, de março de 2008, Andreyson Silva Mariano, Francisco Gerardo Cavalcante do Nascimento, Flávio Teles Cardoso, José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira, Luciana de Moura Ferreira, Leidejane Araújo Gomes**,** Maria Daniele Alves, Matilde de Lima Brilhante e Samuel Pereira de Sousa, pela amizade, discussões e pelo convívio neste entretempo.

À Professora Shirley de Nazareth Lopes Braga, pelo apoio logístico.

Ao Professor Ricardo Pereira Viana, pelas opiniões intuitivas.

Aos que fazem a Universidade Estadual do Ceará.

Aos que fazem a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Aos que fazem as Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará.

Aos que fazem o Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste.

Aos operadores de equipamentos fotocopiadores.

Fortaleza, maio de 2011.

Aristides Braga Neto

## RESUMO

Esta pesquisa analisa as notícias do jornal *Diário do Nordeste* (DN) sobre a Administração Popular de Fortaleza (APF), desde a campanha eleitoral até os primeiros três meses da mesma, portanto, em 1985 e 1986. A vitória de Maria Luíza e do Partido dos Trabalhadores (PT) para a Prefeitura de Fortaleza, em 1985, surpreendeu a opinião pública do Ceará e do Brasil. Sua candidatura propunha-se a defender os direitos humanos, combater a corrupção e a zelar pelos segmentos empobrecidos da sociedade. Tais proposições eram atribuídas pela direita aos comunistas, argumentando que eles as usavam como iscas para atrair adeptos para sua causa, a implantação de um regime semelhante ao da URSS no Brasil. Sob a justificativa de que o liberalismo seria mais eficiente para o bem-estar da sociedade, o DN reagiu com opiniões desfavoráveis, e dando destaque às informações negativas sobre a APF, faltando, portanto, com a imparcialidade. Orientamo-nos pela história do jornalismo, por teorias do discurso e da comunicação aplicadas aos estudos históricos e pela historiografia sobre Maria Luiza e a APF.



**Palavras-chave:** 1. Administração popular. 2. Fontenele, Maria Luiza. 3. Discurso jornalístico. I. Título.

## ABSTRACT

This research paper analyzes the newspaper "*Diário do Nordeste"* (DN) / *The Northeast Journal* about the political party, "*Administração Popular de Fortaleza*" (APF)/ *Popular Administration of Fortaleza* from the electoral campaign until the first three months of its inception, namely in 1985 and 1986. Maria Luiza and the "Partido dos Trabalhadores" (PT)/ Workers' Party's victory of the city hall of Fortaleza took the public opinion of Ceará and of Brazil by surprise. Its candidacy proposed to defend human rights, combat corruption and watch over the population's impoverished and marginalized. Such proposals were attributed by the rightists to the communists, arguing that they used them as bait to attract followers to their cause - the instilling of a regime similar to that of the USSR in Brazil. Under the justification that liberalism would be more efficient for the wellbeing of society, the DN reacted with unfavorable opinions, highlighting negative information about the APF – and in so doing showed a lack of impartiality. We are informed through the history of journalism, through discourse and communication theories applied to historic studies and by the historiography of Maria Luiza and the APF.



**Keywords:** 1. Popular administration. 2. Fontenele, Maria Luiza. 3. Journalistic discouse. I. Title.

**LISTA DE SIGLAS**

| | |
|---|---|
| ABCD | Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema. |
| ACI | Associação Cearense de Imprensa. |
| APF | Administração Popular de Fortaleza. |
| APA | Área de Proteção Ambiental. |
| AUMEF | Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza. |
| BANDECE | Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará. |
| BIRD | Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento. |
| BNB | Banco do Nordeste do Brasil. |
| CAGECE | Companhia de Água e Esgoto do Ceará. |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base. |
| CIC | Centro Industrial do Ceará. |
| CLT | Consolidação das Leis Trabalhistas. |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. |
| CPD | Centro de Processamento de Dados. |
| CPF | Cadastro de Pessoas Físicas. |
| CTC | Companhia de Transportes Coletivos. |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores. |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes. |
| DOPS | Departamento de Ordem Política e Social. |
| DLP | Departamento de Limpeza Pública. |
| DN | Diário do Nordeste. |
| DNOCS | Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. |
| EBTU | Empresa Brasileira de Transportes Urbanos. |
| EMURF | Empresa de Urbanização de Fortaleza. |
| FACIC | Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária. |
| FBFF | Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza. |
| FEBRABAN | Federação Brasileira das Associações de Bancos. |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. |
| FIEC | Federação das Indústrias do Estado do Ceará. |
| FIESP | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. |
| FMI | Fundo Monetário Internacional. |

FRIFORT Frigorífico Industrial de Fortaleza S. A.

FSP Folha de São Paulo.

FUNEFOR Fundação Educacional de Fortaleza.

IAPAS Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social.

IBOPE Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

IJF Instituto José Frota.

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IPM Instituto de Previdência do Município.

IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano.

LCT Legião Cearense do Trabalho.

LEC Liga Eleitoral Católica.

LIBELU Liberdade e Luta.

MDB Movimento Democrático Brasileiro.

MFPA Movimento Feminino pela Anistia.

MR 8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

OAB Ordem dos Advogados do Brasil.

PCB Partido Comunista Brasileiro.

PC do B Partido Comunista do Brasil.

PDT Partido Democrático Trabalhista.

PDS Partido Democrático Social.

PFL Partido da Frente Liberal.

PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PMF Prefeitura Municipal de Fortaleza.

PRC Partido Revolucionário Comunista.

PSB Partido Socialista Brasileiro.

PT Partido dos Trabalhadores.

PTN Partido Trabalhista Nacional.

UDN União Democrática Nacional.

SM Salário Mínimo.

SNI Serviço Nacional de Informação.

SSA Secretaria de Saúde e Assistência.

SSU Secretaria de Serviços Urbanos.

STM Secretaria de Transportes do Município.

| | |
|---|---|
| SUDEF | Superintendência do Desporto de Fortaleza. |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. |
| SUMOV | Superintendência Municipal de Obras e Viação. |
| SUOP | Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas. |
| SUPLAM | Superintendência de Planejamento do Município. |
| UDR | União Democrática Ruralista. |
| UECE | Universidade Estadual do Ceará. |
| UFC | Universidade Federal do Ceará. |
| UMES | União Metropolitana de Estudantes Secundaristas. |
| UNE | União Nacional de Estudantes. |
| UNIFOR | Universidade de Fortaleza. |

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO ..... 21**

**Capítulo 1: O "Diário do Nordeste" e a Administração Popular de Fortaleza: forças antagônicas. ..... 38**
1.1. A produção de significados como inerência do discurso ..... 38
1.2. Uma breve história da política na imprensa cearense ..... 44
1.2.1. Diário do Nordeste, criador de significados. ..... 56
1.3. Considerações sobre a esquerda e a trajetória do agrupamento político de Maria Luiza Fontenele ..... 68
1.3.1. A esquerda em Fortaleza nos princípios dos anos 1980. ..... 70
1.3.2. O surgimento do "Grupo da Maria" e o ingresso no PT ..... 76

**Capítulo 2: Da campanha eleitoral à posse de Maria Luiza ..... 87**
2.1. A campanha eleitoral de Maria Luiza ..... 87
2.1.1. O desgaste do PMDB e a atuação de Maria Luiza e do PT na greve dos motoristas ..... 87
2.1.2. A truculência policial visível ..... 91
2.1.3. A campanha de Maria Luiza nos quinze dias da "virada" eleitoral ... 94
2.1.4. O panfleto *Porque venceremos as eleições no dia 15 de novembro* 99
2.2. Paes de Andrade e os "coronéis" na campanha eleitoral ..... 103
2.3. A cidade de Fortaleza, da campanha eleitoral à posse de Maria Luiza 113
2.4. Maria Luiza: vitória em todas as zonas eleitorais ..... 117
2.5. As expectativas com relação à administração de Maria Luiza e do Partido dos Trabalhadores. ..... 122
2.6. A Prefeitura de Fortaleza antes da posse Maria Luiza ..... 125
2.7. A composição da APF ..... 130

**Capítulo 3: A APF, da posse ao Dossiê Fortaleza Nunca Mais ..... 133**
3.1. Contexto da posse ..... 133
3.2. A posse de Maria Luiza na Prefeitura Municipal de Fortaleza ..... 135
3.3. Tortura nunca mais, a denúncia vitoriosa ..... 138
3.4. Relacionamento da APF com os vereadores ..... 140
3.5. A opinião do DN sobre a APF ..... 148
3.6. O desgaste cotidiano da imagem do PT e de Maria Luiza ..... 154
3.7. O documento "Dossiê: Fortaleza Nunca Mais" ..... 159
3.8. O Dossiê a partir do DN ..... 171
3.9. Um ano depois: plano "Ação de Governo" para 1987 ..... 182

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 188**
**FONTES ..... 198**
**BIBLIOGRAFIA CITADA ..... 211**
**ANEXOS ..... 217**

# INTRODUÇÃO

A Administração Popular de Fortaleza (APF), ou a gestão da Prefeita Maria Luiza Fontenele, ocorreu a partir de 1º de janeiro de 1986 e foi até 31 de dezembro de 1988. Nossa dissertação, contudo, abrange o período compreendido entre os fins da campanha eleitoral de 1985 e os três primeiros meses da citada administração, janeiro, fevereiro e março de 1986. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre o jornal *Diário do Nordeste* (DN) e a APF, buscando compreender como o discurso do referido jornal participava do jogo político. Ou seja, como o jornal influenciava a sociedade cearense no transcorrer da referida administração e quais as representações que ajudou a construir sobre ela.

A constituição da APF ocorreu após a vitória eleitoral de Maria Luiza Fontenele para a Prefeitura de Fortaleza, através do Partido dos Trabalhadores (PT). Diferente dos agrupamentos socialistas tradicionais, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o PT admitia o direito à constituição de tendências no seu interior, rompendo o "centralismo democrático"[1], que era tido como uma espécie de norma pétrea no movimento dos trabalhadores sindicalizados. Isso permitiu o ingresso em suas hostes do Grupo da Maria[2].

---

[1] Centralismo democrático: nos partidos comunistas leninistas, as bases do partido podem apresentar suas propostas, as quais são debatidas internamente. Em seguida, as propostas são votadas. A partir de então, as propostas aprovadas devem, obrigatoriamente, ser defendidas e implementadas por todos os militantes, inclusive por aqueles que discordam da proposta. A versão atualizada do **Estatuto do Partido Comunista do Brasil no 11º Congresso do PC do B (novembro de 2005)** assim se refere ao Centralismo Democrático: *"O centralismo assegura a indispensável unidade de ação política de todo o Partido e significa que:*
*a) as decisões coletivas, tomadas por consenso ou maioria, são válidas para todos; o interesse individual, ou da minoria, subordina-se ao do coletivo, ou da maioria;*
*b) as decisões adotadas por organismos superiores são válidas para todas as organizações sob sua jurisdição; decisões adotadas pelo Congresso e pelo Comitê Central são obrigatórias para todo o Partido;*
*c) as divergências de opiniões não eximem seus membros da obrigação de aplicar, defender e difundir as orientações partidárias;*
*d) não são admitidas tendências e facções, entendidas como atividade organizada de membros ou organizações do Partido à margem da estrutura partidária, em torno de propostas ou plataformas próprias, pessoais ou coletivas, temporárias ou permanentes."* (Disponível: http://vermelho.org.br/pcdob/estatuto.asp <<Acesso em 14/07/2010>>)

[2] A expressão Grupo da Maria "foi utilizada pelo PC do B como artifício de desqualificação daqueles que a direção já não reconhecia como seus representantes no Ceará" (CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999, p. 132). Apesar disso, a expressão adquiriu sentido qualificador e passou a ser largamente usada para identificar tal tendência política. Maria Luiza era o contato público do grupo, pois não estava na clandestinidade, era professora da UFC e foi eleita deputada estadual.

Conforme a socióloga Rejane Carvalho, o agrupamento político do qual Maria Luiza fazia parte começou a se formar quando ela era professora do Departamento de Ciências Sociais da UFC. Após voltar dos Estados Unidos em 1973, onde cursou Mestrado em Sociologia, Maria Luiza encontrou-se com Jorge Paiva e Célia Zanetti, refugiados políticos oriundos do Sudeste brasileiro, os quais estavam vivendo em Fortaleza como clandestinos. Ao mesmo tempo, Rosa da Fonseca acabava de cumprir uma pena de mais de dois anos de prisão.

A APF tinha como proposta defender os direitos humanos, combater a corrupção e zelar pelos interesses dos segmentos empobrecidos da sociedade. Tais fatos provocaram reação da mídia[3], repercutindo na sociedade cearense, pois vários jornais interpretavam esse projeto como uma "artimanha" revolucionária para a implantação de um regime semelhante ao soviético no Brasil.

O mandato de três anos da APF foi carregado de muitos significados, pois Fortaleza viveu intenso debate político em razão de sua instalação. O DN revelou-se um dos mais importantes interlocutores desse debate. O discurso jornalístico da "grande imprensa"[4], segundo Capelato, não somente reflete o desenrolar cotidiano das lutas políticas e sociais, sendo, também, uma das partes do campo político[5]. Partimos do pressuposto, portanto, de que o DN, mesmo se colocando sob o ideal de transmitir a verdade e fazer um bom jornalismo, assumia posições político-partidárias e, com seu discurso, interferia nos rumos das manifestações sociais e provocava reações dos gestores da APF.

Nos últimos quinze dias de campanha para o período eleitoral do ano de 1985 ocorreu em Fortaleza uma das mais "espetaculares viradas" eleitorais da

---

[3] Mídia: "forma aportuguesada do inglês *media* cuja pronúncia é mídia. Diversos autores adotam o termo *média* para denominar o conjunto dos meios de comunicação. *Media* é plural de *médium*, do latim, que significa meio." (LIMA, Raimundo Nonato de. **Dialogismo, polifonia e argumentação**: efeitos de objetividade/imparcialidade na notícia radiofônica. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Linguistica – Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado, 2002, P. 10). Optamos, nesta dissertação, por mídia.

[4] Grande imprensa: categoria utilizada por, entre outros, Nelson Werneck Sodré (SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 2, 4) e Maria Helena Rolim Capelato – "(...) 'a boa imprensa – a grande' (...)" (CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e história do Brasil (1ª. Edição, 1988). São Paulo: Contexto/Edusp, 1994, p. 31, 33, 48) –, entre outros.

[5] CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil** (1ª. Edição, 1988). São Paulo: Contexto/Edusp, 1994, p. 37.

história do Brasil. Nesse período, a coordenação da campanha do PT lançou o panfleto *Porque venceremos as eleições no dia 15 de novembro*, considerado até hoje por Maria Luiza como uma peça importante de sua propaganda eleitoral. Enquanto isso, o comportamento dos que apareciam à frente nas pesquisas revelava que viam a maioria da população como uma massa sem senso crítico. Paralelamente, de muita importância foi a cobertura dada pelo DN à greve dos motoristas e aos escândalos envolvendo policiais e militares, que justificavam o posicionamento de Maria Luiza e do PT com relação à greve e ações policiais.

As páginas no DN, após o resultado eleitoral, deixam entender que Maria Luiza e o PT acreditavam na possibilidade de eliminar a corrupção, inserir as camadas populares no processo administrativo, solucionar os problemas da cidade e que o sucesso os credenciaria para disputar os mais altos postos políticos estaduais e nacionais. O DN, ao contrário, era explícito ao publicar que a tarefa não seria fácil e mostrava Fortaleza como uma cidade semidestruída, miserável, corroída pelo descompromisso de sua classe dirigente ao longo dos anos, porém sem nunca identificar os responsáveis. Ao mesmo tempo, o jornal incentivava os desentendimentos entre os vitoriosos, quase sempre “agressivos”, e os derrotados, “ressentidos”.

Não era uma tarefa difícil acirrar tais desentendimentos, pois a direção do PT e Maria Luiza, mesmo antes de assumir, declaravam que trariam ao público todas as práticas de corrupção que encontrassem e que não estavam dispostos a negociar cargos, concessões ou prioridades. Ao mesmo tempo, tinham uma lista gigantesca de todos os segmentos sociais e administrativos que consideravam corruptos, conforme podemos perceber no panfleto *Porque venceremos as eleições*. Referindo-se ao comportamento do grupo hegemônico na APF, Ponte Junior escreveu: “Concebendo a *si* como o *bem,* e o *outro* como o *mal*, emerge a *intolerância* para com toda alteridade, como característica imanente da cultura política desse grupo de esquerda que, por sua vez, é ilustrativa da concepção hegemônica que dirigia a “Administração Popular”[6].

[6] PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá. **Dualidade de poderes**: um mal-estar na cultura política de esquerda. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000, p. 118.

Com relação aos três primeiros meses da APF, alguns aspectos das matérias do DN chamam a atenção. Todas as notícias referentes à posse de Maria Luiza, desde os seus preparativos, são referentes a insucessos, sugerindo o objetivo de criar uma imagem negativa da Prefeita perante a opinião pública. O DN, inclusive, transformava previsões em notícias, como *A Prefeitura de Fortaleza não terá privilégio*[7], referindo-se ao encontro que Maria Luiza teria com o Presidente da República, José Sarney.

Poucos dias após o início da gestão de Maria Luiza, o DN dava voz aos vereadores e aos movimentos grevistas. Os vereadores, com o mesmo posicionamento do jornal, reivindicavam o fim das greves na Prefeitura, a imediata reconstrução das ruas e a remoção do lixo que se acumulava desde a gestão anterior e, ao mesmo tempo, quando entrevistados, consideravam as greves como sendo justas. Interpretamos que o DN fortalecia os movimentos grevistas quando noticiava, desde as intenções de paralisação até datas e locais de reuniões, com tal objetivo, pois segundo Bourdieu, "o campo jornalístico reforça as tendências"[8]. Quando as greves começavam, o DN e os vereadores acusavam a APF de estar incentivando-as e de não cumprir o papel de tentar fazer a Prefeitura funcionar.

Enquanto Maria Luiza colocava que era necessária a ajuda estadual e federal, o DN passava a transformar em notícias até declarações de vereadores, explicando que estavam pensando na destituição de Maria Luiza ou na decretação de intervenção do estado no município de Fortaleza. Aquilo que era somente pensamento se materializava nas páginas dos jornais e tendia a se transformar em movimento. Além disso, verificamos que o próprio DN, ao transcrever matéria de *O Estado de São Paulo*, demonstrava que havia uma articulação além do Ceará para impedir que o Governo Federal fornecesse ajuda à Prefeitura de Fortaleza.

O PC do B considerava-se um dos principais derrotados com a vitória de Maria Luiza. O Partido entendia que sua influência nos movimentos sociais estava ameaçada pela formação dos Conselhos Populares e pela União das Mulheres Cearenses (entidade sob forte influência do Grupo da Maria Luiza) e,

---

[7] Prefeitura de Fortaleza não terá privilégio. **Diário do Nordeste**. Fortaleza 18 jan. 1986.
[8] BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão** – seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 114.

apesar de ser classificado pelo DN como um dos grupos radicais de esquerda, naquele momento tinha espaço destacado e diário nas suas páginas, através do vereador Francisco Lopes, que tecia comentários contra a APF. Lopes, no entanto, sempre apresentava argumentos diferentes da maioria dos outros vereadores, os quais, por seus posicionamentos e declarações, não podiam ser vistos como representantes indubitáveis da esquerda.

Nesse período, as greves no campo da saúde não eram organizadas apenas pelos funcionários do Município, mas também pelos servidores estaduais. Os professores do estado também estavam paralisados. As greves dos garis já vinham da administração anterior. O DN, no entanto, somente atribuía incompetência à APF, apesar de constantemente se referir às irregularidades generalizadas que se arrastavam há alguns anos na Prefeitura de Fortaleza, poupando os governantes estaduais.

A ideia de que o caos estava instalado na Cidade era fortalecida quando o DN publicava matérias em manchetes na primeira página sobre o que era apenas possibilidade – *Suspeita de Febre Amarela*; sobre possíveis fracassos – *Maria não terá privilégios*; notícias sem a necessária fundamentação como *Prefeito de Iguatu inaugura obras mesmo sem ajuda*, querendo informar, com um não-dito, que a APF era inoperante. Mesmo quando a APF fazia algo absolutamente necessário como a reorganização e moralização do FRIFORT, o DN dava voz a argumentos totalmente descabidos, sem interpretá-los como tais.

No mês de fevereiro chegaram as primeiras chuvas. Em razão da seca de 1978 a 1984, milhares de pessoas tinham abandonado o interior do estado e se instalado em barracos feitos de restos de lixo, como plásticos, pedaços de madeira, lonas velhas e taipa em áreas sujeitas a inundações. Dos abrigos precários para o desabrigo completo não foram necessárias chuvas além da média. Em pouco tempo, mais de 30 mil pessoas estavam desabrigadas, entre elas milhares de crianças famintas. Isso, no entanto, não era novidade, pois a taxa de mortalidade infantil noticiada também pelo DN, antes da APF, era de 106 para cada 1000 nascidos.

No dia 13 de março, quando foi lançado o documento *Dossiê Fortaleza Nunca Mais,* que detalhou a situação da Prefeitura no dia 1º de janeiro de 1986, surgiram ataques à APF de quase todas as instâncias políticas de

Fortaleza. O DN não percebeu qualquer aspecto positivo no documento, recusou-se a analisar o seu conteúdo, deu voz a todos os que queriam criticá-lo, e somente a eles, e contribuiu para destruí-lo como instrumento de denúncia. O documento reverberou por vários dias. A partir de então, era só continuar a cobertura jornalística do lixo, da chuva, dos buracos, das greves, dos conflitos internos da APF e da voz dos vereadores para manter a ideia de inoperância. As centenas de buracos, por todos os cantos da cidade, decorrentes das obras da CAGECE, aumentavam a sensação de desordem.

A partir de abril de 1986, a Prefeitura começou a perder espaço na mídia para um assunto que se tornava mais palpitante, que era a composição das chapas que concorreriam ao governo estadual. O PMDB, enfraquecido pela derrota eleitoral em Fortaleza, procurava alianças, inclusive cogitando compor com as forças do coronel Adauto Bezerra. O mesmo ocorria com o PC do B, que, junto com o PMDB, veio a se aliar ao líder empresarial Tasso Jereissati.

No processo de constituição de nosso quadro teórico, construído ao longo de nossa pesquisa, a ideia de termos a questão da imparcialidade como eixo para analisarmos o jornal Diário do Nordeste surgiu da leitura de Hannah Arendt. Segundo ela, a questão da imparcialidade teria vindo ao mundo com a preocupação dos poetas gregos Homero e Hesíodo, para os quais a dignidade estaria além da vitória e da pátria e voltada para a imortalidade. Pesquisando o DN, descobrimos em sua linha editorial, de forma explícita, que este se considerava estar a serviço da imparcialidade, preocupado com a História e com a transmissão da verdade.

Para nos aproximarmos dessa questão, sentimos a necessidade de estudar o comportamento do discurso jornalístico. Para tanto, recorremos às teorias normatizadoras de tal discurso e à história do jornalismo. Nos dois casos, selecionamos noções e conceitos de um conjunto de estudiosos, filiados teoricamente entre si por concordância, oposição ou complementaridade. Entre outras coisas, por exemplo, Foucault, Bourdieu, Charaudeau e Arendt[9] discorrem sobre a noção de verdade; Orlandi e Nagamine Brandão, ambas com alguns sustentáculos conceituais em Foucault, trataram de questões caras em estudos do discurso como o dito e o não-dito, interdito, interdiscursividade,

[9] ARENDT, Hannah. Verdade e política. In: **Entre o passado e o futuro**. 5ª edição. (1ª edição: The Vinking Press, 1954). São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 282-325.

paráfrase e polissemia, filiações teóricas e conceito de ideologia como inerência do discurso; o encontro entre Foucault, Bourdieu e José D'Assunção Barros sobre o lugar da produção do discurso – Foucault discutiu sobre quem tem direito de participar da ordem do discurso, pois cada discurso tem sua particularidade; Bourdieu debateu os controles simbólicos e de força sobre o dizer em cada campo; José D'Assunção Barros ressaltou, além do intratexto, o intertexto e o contexto, isto é, o diálogo com textos do passado e o lugar de produção do discurso historiograficamente compreendido, respectivamente.

Quanto ao discurso jornalístico nos colocamos numa tensão entre Certeau e Chomsky. Enquanto Certeau questiona a possibilidade de uma manipulação da opinião pública, considerando que o consumidor dá uso próprio às informações que recebe, Chomsky defende que a grande imprensa tem o poder de alterar os rumos dos acontecimentos. Nesse ponto de tensão, trabalhamos com Bourdieu, Darnton e Peter Burke. Um dos objetos de estudo de Bourdieu foi o campo jornalístico, no qual discorre acerca das influências exercidas sobre o jornalista na produção da notícia; Darnton descreveu o cotidiano da prática jornalística e as forças que nela atuam. Nos estudos em que nos detivemos, Bourdieu e Darnton não se preocuparam com o conteúdo das ideologias dominantes nos órgãos de comunicação. Peter Burke fez uma extensa narração sobre a longa evolução da relação das mídias com a opinião pública, destacando, implicitamente, a função do mercado consumidor de jornais a partir do século XIX[10].

Sobre o comportamento do discurso jornalístico da grande imprensa no Brasil, completando o caminho em que já estão presentes Eni Puccinelli Orlandi e Helena H. Nagamine Brandão, temos a concepção de Perseu Abramo e Aloísio Biondi, para os quais o poder econômico e o poder político exercem rígido controle sobre as notícias, visando à manipulação da opinião pública. Maria Helena Rolim Capelato procura mostrar que o poder exerce controle sobre a grande imprensa, e Perseu Abramo e Aloysio Biondi procuram desvendar os padrões que seriam utilizados nos processos de manipulação. Nelson Werneck Sodré e Marialva Barbosa percebem, na história da imprensa

[10] BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Informação, educação e entretenimento. In: BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. (2. edição). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 191.

no Brasil, uma extensa rede de intrigas e conflitos, formada em função do controle do poder político e da informação que é transmitida ao público.

Para a construção do contexto histórico em que o DN estava inserido, constituímos uma pequena história da imprensa no Ceará. Para tanto, nos baseamos em Geraldo da Silva Nobre, João Alfredo de Sousa Montenegro, Vianney Mesquita, Gilmar de Carvalho, Márcia Vidal, Kátia Azevedo, Ana Mary C. Cavalcante, José Aloísio Martins Pinto e constatamos uma intensa relação entre poder e imprensa na história cearense, na qual encontramos práticas manipulatórias, além da falta de imparcialidade praticada involuntariamente.

Para o estudo do campo político, entendemos que no momento da APF havia uma polarização, mundial e local, entre as propostas liberais e as propostas socialistas, de direita e de esquerda, respectivamente. Identificamos o DN como defensor do liberalismo, opositor ao socialismo e identificado com representantes do regime militar e com os empresários organizados (CIC e FACIC). Para esse estudo, utilizamos as pesquisas de René Armand Dreifuss, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, Linda Gondin, Francisco Uribam Xavier Holanda, Geraldo da Silva Nobre e Francisco Josênio C. Parente. Para a constituição do campo da esquerda, destacando o PC do B, Maria Luiza, PT e os movimentos sociais de Fortaleza, estudamos Kátia Azevedo, Irlys Barreira de Alencar Firmo, Elza Maria Franco Braga, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho, Lucili Grangeiro Cortez, Raquel Meneguello, Ercília Maria Braga de Olinda, Osmar de Sá Ponte Júnior, José Borzacchiello Silva e Lincoln Moraes de Souza.

Inicialmente, pretendíamos analisar o discurso do DN a respeito da APF durante os três anos da citada gestão. Porém, dada a pormenorização exigida por nossa escolha metodológica, percebemos que em razão da grande quantidade de notícias o estudo se tornava de difícil execução. Concluímos que, para um recorte tão amplo, o mais adequado seriam os métodos quantitativos da análise de conteúdo das matérias publicadas ou uma abordagem mais generalizante. Como não era isso que queríamos, optamos pela redução do nosso recorte temporal e passamos a ter os cem primeiros dias da APF como suficientes para respondermos tanto nossa pergunta geral como muitas questões específicas. Mais tarde, percebemos que as propostas de Maria Luiza durante a campanha não eram apenas promessas eleitorais e,

sim, projetos que ela pretendia realmente levar adiante, e que os confrontos com as forças derrotadas começaram antes mesmo de sua posse. Diante disso, resolvemos incorporar ao nosso recorte desde o período pré-eleitoral, principalmente os últimos quinze dias de campanha eleitoral, até o momento da posse.

Orlandi, ao discorrer sobre a presença da paráfrase e da polissemia no discurso[11], nos permite considerar que os discursos chegam do passado, são acionados e modificados no presente por diversos sujeitos e se tornam disponíveis ao futuro, uns sendo mais usados, outros menos e até esquecidos. "Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas"[12]. Os fragmentos que chegam do passado sem modificações constituem a paráfrase; e os modificados, a polissemia.

> ... a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos, pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico[13].

Assim, quando se coloca como defensor do liberalismo, acionando um discurso que apresenta sinais na esfera burguesa no século XVII e que já se materializa no jornalismo no século XVIII[14], o DN praticando a paráfrase. Ao combater o comunismo com o argumento da eficiência está, no Ceará, adotando a polissemia, pois o discurso que se desenrolava há décadas era o conservador católico, que tinha os comunistas como "serventuários das trevas"[15].

Da mesma forma, podemos analisar o discurso da esquerda e o da Maria Luiza. O PC do B, quando advoga a aliança com a burguesia, está retornando aos anos que antecederam ao golpe de 1964, portanto está usando

---

[11] ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: 2000, 38.
[12] Id. Ibid., p. 35.
[13] Id. Ibid., p. 38.
[14] HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 238.
[15] PINTO, José Aloísio Martins. **Serventuários das trevas**: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 – 1932). Fortaleza: Programa de pós-graduação em História – UFC, 2005.

a paráfrase. Maria Luiza, quando empunha o feminismo e o ecologismo, está sendo polissêmica, pois a esquerda ainda se referenciava no sindicalismo. Segundo Orlandi, "entre o mesmo e o diferente, o analista se propõe compreender como o político e o lingüístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos"[16].

Sendo assim, os discursos do presente já tiveram partes de si enunciadas em outros tempos. No entanto, apesar da semelhança textual, a enunciação é sempre nova, tornando o discurso novo, isto é, a relação entre texto e contexto permite que o discurso seja novo. Para analisarmos o que foi dito e respondermos por que foi dito, devemos procurar, como sugere José D'Assunção Barros, em "... simultaneamente três dimensões fundamentais: o *intratexto*, o *intertexto* e o *contexto*."[17]

No estudo intratextual, procuramos reunir o *corpus* textual, interpretá-lo internamente, selecionar as ideias principais e dividi-las em categorias. No estudo intertextual, procuramos a filiação histórica dos discursos presentes no corpus textual, isto é, a paráfrase. Temos ainda que, mesmo cuidando do intratextual e do intertextual, o trabalho do historiador somente se torna pleno quando relaciona a formação discursiva às práticas sociais, ou seja, ao contexto histórico.[18] Há uma sociedade que atua sobre o discurso e que nele deixa marcas, pois o autor sempre leva em consideração o leitor, seja ele o editor do próprio jornal, os colegas jornalistas, o responsável pelo *copidesque* e o público.

Para a construção do *corpus* textual de nossa pesquisa, isto é, a base empírica onde o discurso se manifesta, as fontes selecionadas foram as matérias políticas oriundas da linha editorial do DN no período em estudo, o panfleto da campanha eleitoral *Porque venceremos as eleições* e o *Dossiê Fortaleza Nunca Mais*. Esse *corpus* é, também, o próprio fato histórico, pois "é aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado".[19] Consideramos incluídas na linha editorial DN o próprio editorial, as matérias políticas não assinadas e aquelas

[16] ORLANDI. Op. Cit., 2000, p. 38.
[17] BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 136.
[18] Id. Ibid., p. 137.
[19] Id. Ibid., p. 134.

de articulistas presentes sistematicamente no jornal que tratavam da questão esquerda e direita e de conservadorismo e progressismo, matérias estas situadas, com raras exceções, no primeiro caderno.

Segundo Robert Darnton, os políticos leem as matérias políticas, e os jornalistas escrevem pensando nos seus leitores.[20] O DN pretendia ser o jornal mais lido do Ceará e, em suas páginas políticas, além de visar os políticos, escrevia para toda a sociedade. Sabia de sua importância como um dos compositores da pauta que norteava os debates dos setores politizados e dos atores políticos. Levando em consideração essa relação entre editoria e sociedade, estabelecemos, como eixo de nosso diálogo com o *corpus* textual, a questão da imparcialidade jornalística.

A imparcialidade é uma questão sempre levantada e cobrada quando se tem por meta a objetividade[21]. Para Bourdieu, essa questão foi inaugurada no século XIX[22]. Nós consideramos que o órgão de imprensa é tanto melhor quanto mais conseguir ser imparcial, pois entendemos que as referências à imparcialidade sejam como condição para uma situação melhor, para uma utopia ou a um mito. Os próprios significados sobre a mesma não são consensuais, pois em quaisquer situações, "(...) os sujeitos que interagem verbalmente numa sociedade o fazem a partir de perspectivas em conflito, tanto podendo ficar nos limites da ordem social estabelecida quanto buscar a criação e alargamento de espaços de transformação dessa mesma ordem"[23]. Os sujeitos, portanto, não são neutros e estão sempre defendendo seu ponto de vista, voluntária ou involuntariamente, inclusive na formulação do conceito de imparcialidade.

Da mesma forma, na imprensa escrita diarista, o discurso é espaço de intervenção das pessoas, pois o mesmo se constrói voltado para um contexto, "(...) numa relação de interdiscursividade. (...) seja qual for o tema abordado, tratar-se-á de algo já falado anteriormente, discutido, analisado, julgado reiteradamente, sendo por isso um espaço onde se cruzam e se confrontam

---

[20] DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 18.

[21] Ver tópico 1.2.1. e 3.4 desta dissertação: "Diário do Nordeste, criador de significados" e "Relacionamento da APF com os vereadores", respectivamente.

[22] BOURDIEU. Op. Cit. 1997, p. 105.

[23] LIMA, Raimundo Nonato de. **Dialogismo, polifonia e argumentação**: efeitos de objetividade/imparcialidade na notícia radiofônica. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Linguistica – Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado, 2002, p. 21.

diferentes pontos de vista (...)"[24]. Como produção histórica, o discurso é passível de ser alterado e até substituído por atuação das pessoas e, assim, em seu funcionamento, não é espaço de neutralidade.

Hannah Arendt explicou que Homero e Hesíodo encaravam seus poemas como narrativas com existência própria e que, portanto, poderiam não corresponder à realidade. Isso ocorreria porque o significado saía do controle do autor e se incorporava aos pensamentos individuais e consensuais dos leitores – "Ulisses, na corte do rei dos Feácios, escutou a estória de seus próprios feitos e sofrimentos, a estória de sua vida, algo fora dele próprio, um 'objeto' para todos verem e ouvirem"[25].

Além disso, para Arendt, os primeiros poetas gregos tinham a intenção de tornar imortais os feitos daqueles que mereciam a imortalidade e, portanto, preocupavam-se, ao visarem à imparcialidade, com o contexto coletivo de produção de significados. Os gregos perceberam a responsabilidade que tinham com essas narrativas, a *poíesis*, pois elas interferiam na concepção social a respeito das pessoas, quer dizer, eram determinantes para a fixação de quem deveria ser exaltado, respeitado e admirado e, consequentemente, separava quem deveria ser esquecido. Os poetas gregos, portanto, teriam de se desvencilhar da ideia de ver dignidade apenas na vitória e da ideia de apego ao seu próprio povo e pátria – "A imparcialidade, e com ela toda Historiografia legítima, veio ao mundo quando Homero decidiu cantar os feitos dos troianos não menos que os dos aqueus, louvar a glória de Heitor não menos que a grandeza de Aquiles"[26].

As obras de Homero e de Hesíodo eram compostas por narrativas inseridas em um contexto coletivo de construção de significados. Homero e Hesíodo percebiam esse imaginário e o transformava em versos. O que era narrado, portanto, adquiria efeito de verdade, mesmo envolvendo a atuação de deuses e homens com poderes muito além do natural. De forma semelhante, os jornalistas atuais percebem o que é comum no pensamento de seus leitores, e isso interfere no conteúdo das notícias que redigem e, também, criam efeito de verdade. Segundo Patrick Charaudeau, o efeito de verdade "está mais para

[24] Id. Ibid., p. 21.
[25] ARENDT, Hannah. Conceito de História: antigo e moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. 5ª edição. (1ª edição: The Vinking Press, 1954). São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 74.
[26] Id. Ibid., p. 81.

o lado do ‘acreditar ser verdadeiro’ do que para o do ‘ser verdadeiro’. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo”.[27]

Os escritos gregos funcionariam também, tornando “imortais”, através da escrita, “palavras faladas, ações e feitos” que nunca sobreviveriam ao tempo “sem o auxílio da recordação”[28], permitindo que os historiadores atuais estudem Homero e Hesíodo tanto como fontes como objetos. Como fontes, para descobrir como a história transcorria naquele tempo. Como objetos, para entender como seus poemas interferiam na organização cultural, social, política e econômica. Os jornais também são tidos como fontes e como objetos, com as mesmas finalidades, isto é, são fontes e também agentes no pensamento das pessoas. Em nossa pesquisa, os discursos políticos do jornal *Diário do Nordeste* e os discursos presentes nas falas registradas dos participantes e nos documentos da Administração Popular de Fortaleza, são abordados como fonte e como objeto.

As pessoas estão em sociedade valorizando sua própria existência e, assim, agem defendendo sua vida, sua visão de mundo e as coisas que julgam lhes interessar. A palavra é “(...) forjada no contexto de um mundo social embalado por relações de poder, das quais ela constitui representação e simbolização, ainda que o falante possua, em geral, uma consciência muito frágil da origem social e ideológica da língua e das condições das quais se serve. (...)”.[29] Assim, a questão em jogo no jornalismo em relação à imparcialidade, neutralidade ou isenção, é a de se ter ou não o ideal ou a utopia de não apresentar uma posição, uma opinião, um juízo de valor como se fosse a própria realidade. Perseu Abramo percebe o “mundo real, ‘natural’ ou ‘histórico’ repleto de contradições reais, de conflitos, de antagonismo e de lutas”, impedindo, portanto, a própria formulação de um conceito de neutralidade[30].

---

[27] CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007, 49.
[28] ARENDT. Op. Cit., 2005, p. 73.
[29] CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003, p. 119.
[30] ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 38.

Em meio a essas contradições e interpelados pelas questões da objetividade e da imparcialidade, os discursos jornalísticos que se impõem possuem suas regras de funcionamento, determinando proibições e obrigações, ou seja, informando o que não pode e o que deve ser dito, as quais são operadas por marcos simbólicos ou de força sobre os corpos. Os discursos dos jornais estão dentro de um campo, e esse campo vigia comportamentos, palavras, abrigam anseios, interesses e depende das peculiaridades daqueles que nele atuam. Sobre esse quesito, Foucault e Bourdieu denotam conceberem os mesmos princípios. Foucault demonstra que discursos diferentes têm níveis diferentes de controle e, alguns, possuem muitos controles – "ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo"[31]. Para Bourdieu, o campo jornalístico, que é um campo profissionalmente destinado a produzir e divulgar discursos, está submetido a regras, as quais se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles se impõem uns aos outros"[32].

Em nossa dissertação, a questão da imparcialidade e, consequentemente, da objetividade, está presente nos campos jornalístico, político e no das ciências sociais, três campos em que nossa pesquisa se concentra, porém com significados distintos em cada um deles.

Quanto às atividades jornalísticas e às atividades políticas, consideramos que ambas interagem na esfera pública, interpelando os sujeitos através da defesa e divulgação, ou não, das ideologias ou significados por eles partilhados, interferindo nos seus imaginários, discursos, deliberações e ações. Nesse caso, a ideologia deve ser vista como um "fenômeno de cognição social"[33], onde se encontra com a noção de significado, que são imagens partilhadas por um grupo social específico, o qual, por sua vez, deseja partilhar com o conjunto da opinião pública. Outro ponto em comum é que, na esfera pública, os sujeitos estão inseridos em um conjunto de campos, tais como o socioeconômico, o político e o comunicacional, sempre disputando bens materiais ou simbólicos, tais como empresas, propriedades, credibilidade,

[31] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 (8ª. edição). São Paulo: Loyola, 2002, p. 37.
[32] BOURDIEU. Op. Cit., 1997, 105.
[33] CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. (1. ed.). São Paulo: Contexto, 2008, p. 193.

votos, moções de apoio, cargos e funções estatais, empregos e pelos bens de consumo cotidiano. Portanto, é nessa esfera pública que abordamos o jornalismo e a atividade política, indagando a respeito de suas formas de abordar as ideologias ou significados, detectáveis nos seus discursos.

No campo jornalístico, a alta, e necessária, velocidade da produção das notícias deixa uma margem para dados incorretos, textos marcados pela parcialidade em razão da construção dos mesmos no auge de passionalidades e esquecimentos, isto é, deixa uma margem para textos transitórios por estarem sujeitos a correções ou retratações. Essas imprecisões, no entanto, uma vez que haja encaminhamentos para minimizá-las, não representam, intrinsecamente, falta de objetividade no campo jornalístico. Por outro lado, um aspecto que subtrai a objetividade da narrativa jornalística é a falta de ter a meta da imparcialidade no trato das notícias políticas. Tendo isso como pressuposto e considerando que o jornalismo, desde quando chegou ao Ceará, chegou como instrumento de concorrência ou de disputa política, sejam elas sociais, econômicas ou ideológicas, chegamos ao fato de que, por quase toda a história da imprensa no Ceará, o jornalismo não se pautou por ter, de fato, a imparcialidade como objetivo. Sendo assim, nossa pesquisa pretendeu averiguar o comportamento DN, pois este é um dos herdeiros dessa história.

No campo político, os agentes são diferentes entre si e estão em busca de poder, votos, credibilidade, honorários e, portanto, estão em concorrência, ou mesmo em conflito. Além dos complexos fatores envolvidos no processo de persuasão, a mentira não raramente aparece. Charaudeau, estudando a mentira, explica que ela aparece na cena pública de diferentes formas, “pelo silêncio, pela omissão, pela dissimulação, pela fabulação ou pelo blefe”. O político pode prometer sem saber se pode realizar; pode dar declarações ambíguas; pode calar-se em momentos que sua fala seria indispensável em um esclarecimento; pode negar quando é flagrado em atos de improbidade; pode defender o “ideal dos fins” através do uso desses “meios para atingi-lo”.[34] Segundo Hannah Arendt, a verdade política é dialógica, pois seria estabelecida de acordo com particularidades, tanto emocionais como intelectuais, dos agentes que se encontram .

[34] CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. (1. ed.). São Paulo: Contexto, 2008, p. 105-107.

O historiador, por sua vez, também é um produtor de ideologias ou significados. Ele herda os vestígios do passado através dos discursos contidos nos textos de seu *corpus textual* e, através deles, constrói uma narrativa das práticas, ideologias ou significados de um momento, isto é, do recorte temporal explicitado na pesquisa. Essa narrativa passa a fazer parte do contexto da pluralidade de interpretações e, em nosso caso, contexto delimitado centralmente por saberes e teorias tanto das Ciências da Comunicação como da História. Portanto, para ter o estatuto de trabalho no campo das Ciências Sociais, nossa narrativa parafraseia ou pratica a interdiscursividade com aqueles que já estudaram o objeto em questão, isto é, as práticas da esquerda e do jornalismo na grande imprensa, no contexto dos anos 1980, em Fortaleza, e a história do jornalismo cearense, além das teorias referentes ao funcionamento dos discursos. No entanto, essa objetividade transita em terrenos imprecisos, pois consideramos que as interpretações dependem do narrador, isto é, de sua experiência, de sua história de vida, de sua relação com o objeto estudado e de seu *habitus* no campo científico. É essa objetividade que nossa pesquisa almeja, ou seja, uma objetividade que forneça uma interpretação permeada pela subjetividade do historiador, porém delimitada pelas interpretações contidas nas narrativas dos estudos anteriores, com as quais dialoga intensamente, e coerente com o conteúdo do *corpus* textual selecionado para a análise.

O historiador trabalha numa velocidade compatível com o trabalho de checagem estabelecido pela pesquisa, considerando que o "passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado"[35]. Já os atores nos campos jornalístico e político não dispõem de tempo para checagens com a mesma acuidade. Relembramos, portanto, que os campos, jornalístico, político e científico, concebem a objetividade e a imparcialidade de formas diferentes e, sendo assim, não se pode transpor mecanicamente a narrativa jornalística e o discurso político para a narrativa histórica.

No Capítulo 1, estudamos o campo jornalístico e o campo político. Na abordagem do campo jornalístico, estabelecemos noções de discurso

[35] CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 15.

jornalístico, ideologia e enquadramos o jornal *Diário do Nordeste* na História da relação entre jornalismo e política no Ceará. Na abordagem do campo político, estudamos a esquerda brasileira no processo de democratização do Brasil a partir dos anos 1970 e, nesse contexto, abordamos a formação e o desenvolvimento do Grupo da Maria e do Partido dos Trabalhadores.

No Capítulo 2, analisamos as matérias do *Diário do Nordeste* desde os fins da campanha eleitoral referente à eleição para a Prefeitura de Fortaleza de 1985 até o momento da posse de Maria Luiza, em 1º de janeiro de 1986, principalmente os meses de novembro e dezembro de 1985. Nesse período, estudamos a "virada" eleitoral que determinou a vitória de Maria Luiza e do Partido dos Trabalhadores, a transformação das divergências em conflitos políticos entre os vitoriosos e as diversas forças políticas derrotadas e a situação da Cidade e da Prefeitura de Fortaleza.

No Capítulo 3, analisamos a relação entre o *Diário do Nordeste* e a APF através das matérias publicadas por esse jornal, desde a posse de Maria Luiza até a publicação do *Dossiê Fortaleza Nunca Mais*.

## Capítulo 1: O "Diário do Nordeste" e a Administração Popular de Fortaleza: forças antagônicas.

### 1.1. A produção de significados como inerência do discurso

As sociedades criam conjuntos de significados para a realidade na qual estão vivendo. Esses significados referem-se às relações estabelecidas entre os indivíduos nas suas buscas materiais e na necessidade de dar sentido às maneiras de ser, conviver e fazer. Cada um desses conjuntos de significados pode ser chamado de ideologia, isto é, "uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica"[36].

Tendo discursos como ambientes de produção de significados ou de ideologia, e tendo em vista que a "linguagem leva à criação, à produtividade de sentido"[37], eles também são instrumentos de interação, concorrência e disputa e, portanto, ambientes que permitem manipulação. Esses ambientes discursivos estabelecem regras que não só proíbem determinados assuntos como também estipulam critérios para a participação neles. Segundo Foucault, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar"[38]. Sendo assim, a ideologia pode ser um instrumento que visa levar sociedade a se comportar de determinada maneira ou que justifica a manipulação visando à sua própria reprodução.

Como o transcorrer histórico não é um fenômeno predeterminado, os resultados das ações com intenção de manipulação dependem do contexto histórico, isto é, das características sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade em determinado momento. Nesse sentido, Michel de Certeau explica que o grupo social pode dar um significado diferente do esperado pelo enunciador do discurso[39]. Isso, no entanto, não elimina a possibilidade, quando pretendida pelo enunciador, de a manipulação se efetivar. A mentalidade de

---

[36] BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6. edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 27.
[37] Id. Ibid., p. 27.
[38] FOUCAULT. Op. Cit., 2002, p. 10.
[39] CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: a arte de fazer (1. Edição, 1994). Petrópolis: Vozes, 1999, 94.

uma comunidade ou grupo social, segundo o sociólogo Francisco Uribam Xavier de Holanda, "se sedimenta em uma determinada época e cultura como conseqüência das suas peculiaridades sociais e das múltiplas determinações por que passa uma realidade social"[40], determinando a aceitação ou não de uma ideia.

Tendo, como já dissemos, o discurso como ambiente de produção e reprodução de significados e ou ideologia, e esta como uma produção de um determinado contexto histórico, encontramos reunidas linguagem e ideologia, "uma vez que a primeira é uma das instâncias mais significativas em que a segunda se materializa. Nesse sentido, (...) não há um discurso ideológico, mas todos os discursos o são. (...)"[41].

Segundo o marxismo, de acordo com interpretação da linguísta Helena Nagamine Brandão, ideologia é "(...) um instrumento de dominação de classe porque faz com que suas idéias [da classe dominante] passem a ser idéias de todos. Para isso eliminam-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência, resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual"[42], fazendo, portanto, a sociedade se ver como um conjunto em que as partes se completam mais ou menos harmonicamente, e, assim, evitando os conflitos. Dessa forma, a ideologia de todas as classes de uma sociedade seria a ideologia da classe dominante. Em vista disso, no sistema capitalista, a ideologia que faz esse papel é a da burguesia.

A Escola de Frankfurt, baseada no marxismo, representada por Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Leo Löwenthal, Erich Fromm, Jürgen Habermas, entre outros, propôs-se "(...) fundamentalmente a separar ideologia de ciência, numa nebulosa definição do que poderia ser científico não-ideológico: 'ideologia é justificação. Ela não existe onde há relações diretas, como, por exemplo, entre aqueles que não estão preocupados em encobrir relações absolutistas, feudais etc.'"[43]. Assim, existiria uma explicação verdadeira, correspondente à realidade, que seria científica, e outra falsa, manipuladora, que seria a ideológica.

---

[40] HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. **Do liberalismo ao neoliberalismo**: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. Porto Alegre: Edipucrs, Coleção filosofia, 2001, p. 13.
[41] BRANDÃO. Op. Cit., 1997, p. 27.
[42] BRANDÃO. Op. Cit., 1997, p. 20.
[43] MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem?** (1. Edição, 1986) Petrópolis: Vozes, 1991, p. 46.

Althusser, também baseado em Marx, formulou os conceitos de Aparelhos Repressores de Estado e de Aparelhos Ideológicos de Estado. Relacionou como aparelhos ideológicos a Religião, a Escola, a Igreja, a Família, o Direito, a Política, o Sindicato, a Cultura e a Informação. Esses aparelhos ideológicos seriam instrumentos dissimulados, usados pelas classes dominantes para obrigar a sociedade a se comportar de acordo com seus interesses.

Vários estudiosos encontraram nessas explicações marxistas alguns problemas, tais como: a redução do conceito de ideologia aos interesses da burguesia e às determinações econômicas; o conceito que considera a ideologia um produto sempre elaborado para ser instrumento estatal e da classe dominante de controle e manipulação da sociedade; e a possibilidade de explicações não ideológicas, isto é, que contenham somente a verdade, pressupondo, portanto, a existência de um conhecimento detentor da verdade, conforme já discorremos. Michel de Certeau, por exemplo, contesta, afirmando que as pessoas dão uso próprio àquilo que consomem, surpreendendo a intenção dos produtores de discursos.

> Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como "consumo", que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas "piratarias", sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos.[44]

Apesar das discordâncias, esses estudiosos não abandonaram completamente o marxismo. Segundo Brandão, por exemplo, Paul Ricoeur não aceitou o citado reducionismo e mesmo assim, embora tenha atribuído à ideologia "a função geral de mediadora na integração social, na coesão do grupo", manifestando-se também involuntariamente, considerava que ela podia também ter função de dominação, escamoteamento e justificação[45], como preconizava o marxismo. Usar o discurso como materialização de uma ideologia com essas funções representa ação política; "por meio de

[44] CERTEAU. Op. Cit.,1999, 94.
[45] BRANDÃO. Op. Cit., 1997, p. 24.

mecanismos repressivos, recursos de comunicação, meios de pressão política, recursos de coação econômica e canais de mobilização participante, espelhando e constituindo o poder de uma classe, organização, estrutura de ação ou grupo ativista."[46].

Sendo assim, no espaço social, os setores com o poder de amplificar sua participação nos discursos, isto é, de impor suas explicações ou 'construir a referência', compõem um grupo que se reconhece ou que é reconhecido como setor integrante de um grupo social dominante, aquele que detém maior poder econômico, político, intelectual e político-aministrativo. Pesquisas referentes a 1980, aproximadamente, revelam que os coronéis controlavam "mais de 65% dos meios de comunicação de massa do Estado", nos quais os editores, chefes de reportagens e os próprios jornalistas "sabiam até onde dizer as coisas". O Grupo Edson Queiroz, fundador do jornal *Diário do Nordeste*, como explica Márcia Vidal, era muito grato a Virgílio Távora: "No sistema Verdes Mares de Comunicação, a figura de Virgílio Távora era intocável"[47]. Em razão disso, podemos dizer que o surgimento do DN, porta-voz dos empresários ligados ao Centro Industrial do Ceará (CIC), Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária (FACIC) e Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), como revelavam seus editoriais, não representava um rompimento com as antigas formas de jornalismo político praticado no Ceará.

Encontramos imbricados na imprensa cearense, na primeira metade dos anos 1980, dois discursos de direita, o conservador-católico e o liberal-burguês. Enquanto o discurso conservador-católico, muito usado pelos aliados dos "coronéis" ou oligarquias no Ceará desde os anos 1920, estava se enfraquecendo juntamente com o Estado ditatorial brasileiro, surgia, mais adequado às mudanças políticas que ocorriam no Brasil, um discurso empresarial, baseado nas ideias de competência e eficiência administrativa, julgando-se capaz de participar do jogo democrático e que se manifestava fortemente no DN. No lado oposto, fora da Grande Imprensa, o discurso socialista se transformava, incorporando propostas além do sindicalismo dos

[46] DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita**: na nova república. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 20.
[47] VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder** – O I e II Veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994, p. 136, 112, 124.

tradicionais partidos comunistas. Os três discursos disputavam o poder político, isto é, a hegemonia no interior da sociedade.

Nos fins dos anos 1970, o movimento sindicalista brasileiro adquiriu particular importância em um conjunto de cidades adjacentes à capital de São Paulo, que se constituíam em um polo metalúrgico de dimensão incomparável no Brasil, o ABCD, composto pelas cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema. Os trabalhadores do ABCD eram unificados em torno do Sindicato dos Metalúrgicos, cujas reivindicações trabalhistas e salariais passaram a ecoar por todo o Brasil. Esse contexto era favorável à construção da identidade "metalúrgico", relacionada não somente às tarefas que executavam, mas também ao salário que percebiam, aos direitos trabalhistas que tinham ou que reivindicavam ou ao projeto revolucionário que adotavam. Assim, havia uma classe operária ou uma "identidade cultural e política", conforme explicações de E. P. Thompson[48], ou "o aparato teatral da classe em representação"[49].

Considerando as reflexões de Rachel Meneguello, podemos dizer que as greves de 1978 baseavam-se nos setores "metalúrgico, mecânico pesado e automobilístico", fortemente concentrados no ABCD. Nos anos de 1979 a 1981, paralelamente à grande força dos trabalhadores denominados de "metalúrgicos", a maioria das greves foi realizada por trabalhadores da classe média, como médicos, professores e bancários, os quais nem sempre atuavam dentro das estruturas sindicais. Com essa mudança, o sindicalismo que emergiu no ABCD percebeu que a luta não poderia se restringir aos sindicatos e que deveria ser protagonista no sistema partidário, daí resultando a fundação do PT[50].

O vocabulário do ABCD chegava ao Ceará, porém sem que existisse entre os trabalhadores cearenses a uniformidade da identidade que os metalúrgicos tinham em São Paulo. No entanto, havia em Fortaleza grandes manifestações, como passeatas e "showmícios", no movimento estudantil, no movimento de bairros e favelas e nos movimentos de mulheres, pela anistia ou

---

[48] DESAN, Susanne. Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Linn. **A nova história cultural**. (1. Ed. 1992). São Paulo: Martins Fontes: 1995, p. 68.
[49] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 159.
[50] MENEGUELLO, Raquel. **PT: a formação de um partido** (1979-1982). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 48,49.

pelas liberdades democráticas. As Comunidades Eclesiais de Base também explicitavam a defesa de operários e camponeses, e algumas composições da Música Popular Brasileira tinham conteúdo revolucionário. Muitos grupos tinham lideranças oriundas dos trabalhadores da classe média que disputavam a condição de dirigentes da classe operária. Sendo assim, embora sem a uniformidade dos trabalhadores do ABCD, concluímos que havia uma classe trabalhadora em Fortaleza, embora a heterogeneidade fosse a marca de seu espaço social.

Por outro lado, Fortaleza tinha uma classe patronal que se reconhecia como tal e que exercia forte influência sobre a estrutura político-administrativa e sobre considerável parte dos setores economicamente médios da sociedade. Assim como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) participava da direção político-administrativa do Brasil e se organizava cada vez mais para fazer frente aos sindicatos de trabalhadores capitaneados pelo dos Metalúrgicos do ABCD paulista, no Ceará a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), a Federação das Associações do Comércio, Indústria, Serviços e Agropecuária (FACIC) e o Centro Industrial do Ceará (CIC), entre outras entidades patronais, organizavam os grandes empresários para a formulação de projeto político capaz de deter o avanço das forças ligadas aos interesses dos trabalhadores e de inserir o Ceará no grande capitalismo. Gondin explica:

> (...) No Ceará, empresários 'progressitas' reuniram-se no Centro Industrial Cearense (CIC), entidade reativada em 1978. (...) Até então, era praxe que o presidente da conservadora Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) assumisse também a presidência do CIC, mas essa tradição foi alterada pelo empresário José Flávio Costa Lima, que abriu mão daquele cargo em favor de Benedito (Beni) Veras. Este e seus sucessores (Amarílio Macedo, Tasso Jereissati, Sérgio Machado e Assis Machado Neto) vieram desempenhar importantes papéis na política do Ceará e do Brasil.
>
> (...) Sob o comando dos novos líderes, o CIC transformou-se em importante fórum de debates, e nele foi gestada a candidatura de um jovem empresário ao governo do Ceará[51].

Em termos nacionais surgiram inúmeras entidades empresariais, entre as quais a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes),

[51] GONDIN, Linda. Os 'governos das mudanças' (1987-1994). In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 413.

desde 1980; o Instituto Liberal, desde 1883; a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, desde 1985; a União Brasileira de Empresários, 1985; e União Democrática Ruralista, 1985. O seminário "Nordeste: ação empresarial", no qual foi reconhecido que a "ação coletiva empresarial ainda era bastante desarticulada, mas diante do novo processo político, após os anos de arbítrio, previa-se a formação de organismos de convergência dos interesses de classe", contou com a participação do então vice-presidente do grupo J. Macedo, Amarílio Macedo. "No Ceará, a UDR nasceu sob a sigla Apruce (Associação dos Produtores Rurais do Ceará) e só no início de janeiro de 1986 adotou o nome padronizado, contando com mil associados"[52].

Assim, patrões organizados e trabalhadores organizados disputavam os espaços de poder, tanto os de sentido ou simbólico como os de força. No campo simbólico, uma das expressões da disputa se dava na grande imprensa, na qual, nas matérias políticas, alguns discursos eram ressaltados e outros silenciados. A não existência de espaço na grande imprensa para as propostas socialistas aparentava ser um fenômeno natural, porém, mesmo assim, essas propostas se expandiam.

## 1.2. Uma breve história da política na imprensa cearense

Antes de ter um jornal próprio, os cearenses liam exemplares recebidos de outras províncias, como a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Patriota*, que vinham do Rio de Janeiro, predominando os de Pernambuco. Dos impressos que chegavam ao Ceará, provavelmente o *Correio Brasiliense*[53] foi o mais influente, defendendo ideias liberais e que circulou quando o Governador do Ceará era Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire, o Governador Sampaio (1812-1820). O jornal começou a ser editado em Londres por Hipólito da Costa, em 1808.

A imprensa surgiu no Nordeste no século XIX, como instrumento de defesa de interesses políticos e econômicos: "A revolução de 1817, a partir do arcabouço ideológico em que se nutriu, predispõe o aparecimento das

[52] DREIFUSS. Op. Cit.,1989, p. 48, 75.
[53] "O jornal começa a circular a 1º de junho de 1808. Do que se refere ser ele o primeiro órgão da imprensa brasileira, a considerá-lo nessa integrado." (MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Padre Mororó**: o político e o jornalista. Fortaleza: BNB/ACI, 1985, p. 95).

chamadas folhas no Nordeste, notadamente no Recife, apregoando as idéias da revolução francesa em meio a programas de libertação nacional" [54]. Desde então, essa intensidade política do "jornalismo" no "norte" do Brasil, com mais ou menos virulência, vai aparecer em todos os momentos da história política do Ceará. Sobre essa relação entre jornalismo e política na História do Ceará, Gilmar de Carvalho e Vianney Mesquita assim se referiram:

> (...) a maioria das realidades políticas e sociais de tempos que passaram teve como estribo a atividade jornalística, pois era através dos jornais que os líderes faziam a publicidade dos seus partidos e movimentos, buscando, no retorno, arrimo para seus programas de ação. (...) Era através da imprensa que se começava e sustentava a carreira política, que se açulavam os ânimos e se retaliavam os contendores[55].

Naquele momento, os ideais liberal-burgueses oriundos da França eram vistos como revolucionários e, assim, temidos pelos setores mais conservadores da sociedade. Havia no Nordeste os liberais no sentido estritamente econômico, pois aceitavam o autoritarismo monárquico e os liberal-radicais, defendendo também a liberdade, mas com independência.[56]

Quando do lançamento do *Diário do Governo do Ceará*, no dia 1º de abril de 1824, embora o Governo do Ceará estivesse sob a ordem legal do Império, a força militar que o sustentava era comandada por Pereira Filgueiras. Filgueiras e o Padre Mororó tinham se colocado contra a Lei Imperial, quando proclamaram a República de Quixeramobim, em janeiro de 1824. Esse jornal surgiu da crença na força da palavra escrita e "do discurso capaz de mover pessoas, de agilizar o comportamento delas em torno da grande causa"[57]. Nas edições seguintes, o jornal passou a ser o órgão oficial do governo rebelde de Tristão Gonçalves. Após a derrota da Confederação do Equador[58], Padre

---

[54] MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Padre Mororó**: o político e o jornalista. Fortaleza: BNB/ACI, 1985, p. 93.
[55] MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar de. **Estudos de comunicação no Ceará**. Fortaleza: Edições Agora, 1985, p. 18.
[56] MONTENEGRO. Op. Cit., 1985, p. 96.
[57] Id. Ibid., p. 102.
[58] Confederação do Equador: foi proclamada em Pernambuco em 2 de julho de 1824. "Queria reunir as províncias do Norte sob a forma federalista, com um governo representativo e republicano" (ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. História da Sociedade Brasileira. (13ª Edição). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996, p. 123.). Contou com a adesão das províncias do Maranhão, da Bahia, Alagoas, Paraíba, do Rio Grande do Norte e Ceará. "Em 26 de agosto [de 1824] foi constituída a República do Ceará (...) A fala do presidente [da Província do Ceará] Tristão Gonçalves foi direta e expressava toda a vocação da qual ele próprio era o maior representante: lançou contra D. Pedro I a pecha de opressor, desrespeitando a liberdade, 'arrogando-se o direito absoluto de legislar, e constituir por si, como se vio (Sic.) do infame projeto de Constituição'." (ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação

Mororó foi executado sob a acusação, dentre outras, de ser o redator do *Diário do Governo do Ceará*.

Durante o período regencial (1831-1840), como antes, os jornais lançados tratavam de questões políticas. Em Aracati, em 1831, o alagoano Joaquim Inácio Wanderley, com ajuda de Ana Joaquina do Sacramento, sua esposa, redigiu e editou o *Clarim da Liberdade*. A mesma tipografia publicou o *Sentinela Cearense na Ponta do Mucuripe* (1838), em cuja apresentação afirmava que não admitiria correspondências que contivessem "defeitos da vida privada de qualquer cidadão", mas as que pudessem "acelerar o desenvolvimento da razão, firmar o amor da ordem, e o respeito às nossas Instituições e ao Trono do Sr. D. Pedro II"[59].

Vemos que o *Sentinela Cearense na Ponta do Mucuripe* destaca algo que é objeto de controvérsia no jornalismo atual, isto é, o direito ou não de invadir a privacidade das pessoas. Outro fato notório nesse trecho do *Sentinela* é a defesa do "desenvolvimento da razão", o que seria transformar o jornal em um instrumento da elucidação objetiva dos fatos, como propunham os pensadores iluministas, tão em voga na época. Todavia, o *Sentinela* se mostra conservador quando propõe o respeito "ao Trono do Sr. D. Pedro II", sendo, portanto, monarquista, posição questionada pelos rebeldes quando o Ceará participou da Confederação do Equador.

Por volta de 1830, o jornal *O Cearense Jacaúna*, redigido por José Ferreira Lima Sucupira, combateu violentamente corcundas[60] e restauradores após a abdicação de D. Pedro I. Sucupira foi atacado pelo historiador e jornalista João Brígido como "ruim de escrita e de discernimento"[61]. Assim, ao se considerar a expressão "discernimento", entende-se que João Brígido acusava Sucupira de não distinguir o que via e, portanto, de não ter objetividade.

---

do Ceará na Confederação do Equador. In: SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 152.).

[59] NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006, p. 76.

[60] Originalmente, Corcundas foi a alcunha atribuída, no Ceará, durante o processo de independência do Brasil, àqueles ligados aos portugueses que defendiam o atrelamento do Brasil a Portugal e não queriam que a Constituição recém-promulgada em Portugal fosse adotada no Brasil. Os corcundas eram vistos como monarquistas, uma vez que desejavam a supremacia do Rei sobre a lei. (FARIAS, José Aírton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007, p. 80).

[61] NOBRE. Op. Cit., 2006, p. 71, 72.

No Ceará, os jornais *Pedro II* e o *Cearense* existiram por aproximadamente cinquenta anos. O *Pedro II* era órgão dos conservadores; e o *Cearense,* dos liberais[62].

Em 1841, o Presidente da Província José Martiniano Pereira de Alencar sugeriu que seus parentes e partidários destruíssem o *Pedro II* e foi atendido: as portas e a máquina de impressão foram destruídas a machadadas[63]. Tendo esse fato como exemplo, percebe-se que as relações jornalísticas e políticas não se limitavam a relações simbólicas ou de sentido.

A importância dos jornais era muito grande, considerando-se as reações que provocavam. Numerosos eram os processos judiciais contra editores e redatores. O jornal *A Constituição* chegou a ter um "Boletim da Perseguição da Imprensa". Em 1970 o periódico *O Imparcial* foi apreendido, e seu editor preso. Henrique Andrada, que escrevia no *Tagarela*, como punição foi recrutado para o serviço militar. Lourenço Lima sofreu perseguições por elaborar uma caricatura de Tomás Pompeu, e o editor do *Tagarela* foi condenado a seis meses de prisão e ao pagamento de multa[64].

Nos anos 1870, jornais mais antigos como o *Pedro II*, *Cearense* e *A Constituição* continuaram sendo os de maior tiragem. Surgiu *O Correio do Povo* (1872), dirigido às mulheres; *O Palhaço* (1872), com notícias dos circos; *Fraternidade*, lançado pela maçonaria; O *Retirante* (1877), voltado para a seca; e numerosos outros dedicados às questões político-partidárias[65].

Na década 1870-80, Thomás Pompeu (filho), reagindo às alianças conservadoras, rompeu com os Paula, poderosa família com base em Sobral, e abandonou o jornal *Cearense* e fundou a *Gazeta do Norte*. Nesse momento, as ideias liberais, republicanas e abolicionistas ganhavam força. Em prol da abolição da escravatura, setores das elites intelectual e econômica do Ceará fundaram a Sociedade Cearense Libertadora e lançaram o jornal *O Libertador* (1881), que desenvolveu intensa campanha pela causa abolicionista[66].

Em um ambiente dominado pelo discurso de que o papel da mulher deveria ser restrito ao lar, algumas mulheres em Fortaleza encontraram formas

---

[62] Id. Ibid., p. 90.
[63] Id. Ibid., p. 88.
[64] Id. Ibid., p. 103.
[65] Id. Ibid., p. 104, 105.
[66] Id. Ibid., p. 111.

de participação pública, em entidades filantrópicas e em associações abolicionistas. Francisca Clotilde Barbosa Lima tornou-se jornalista defensora de "causas como a organização operária e a luta pela abolição da escravatura"[67].

Nogueira Accioly foi Governador do Ceará de 1896 a 1900 e de 1904 a 1912; e Senador de 1900 a 1904. Durante esse período, os confrontos partidários eram acirrados e continuavam a ter nos jornais um palco relevante. O jornal *A República* tornou-se o periódico oficial do acciolismo, cujos artigos funcionavam "como uma espécie de cartilha de como ser fiel correligionário do grupo comandado por Accioly. Os textos, por vezes apelativos em sua argumentação, não poupam adjetivos para demarcar seu campo no jogo político cearense. (...)"[68]. Nesse jogo político, o acciolismo colocava-se como líder das ideias republicanas e federalistas, às quais havia se adequado perfeitamente. Como o governo federal e os governos estaduais assentavam-se no controle dos votos, o acciolismo passou a considerar essa forma de governo como a ideal, pois receberia segurança e autonomia do governo federal, dando em troca dos votos que detinha. Durante a República Velha, o controle dos votos se dava no Brasil e, também, no Ceará, através do "voto de cabresto" e do "bico de pena".

Na oposição ao acciolismo, segundo a historiadora Maria Emília da Silva Alencar, estavam o *Jornal do Ceará* e o *Unitário*, que "com uma linguagem desabrida", davam "voz àqueles que, durante a primeira década do século XX, estavam na contramão da administração oligárquica de Accioly"[69]. Destes jornais, a historiografia reúne uma grande quantidade de palavras onde a expressão "desabrida" soa como atenuadora, dada a agressividade das acusações e xingamentos, tais como: contundente, combatendo, batalha, mordaz, forte, corrosivo, candente, vibrante, preciso, agressivo, irreverente, revide, temido, desassombro, virulência, causticante, berlinda, adversário, trincheira, truculenta, ferina, ladrões, caloteiros, brutos, espoliadores, assaltaram, desfalques, vilania, tirânicos, raposa, nepotismo, filhotismo,

---

[67] ALMEIDA, Luciana Andrade de. **A estrela**. Fortaleza: Museu do Ceará e Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 9.
[68] ALENCAR, Maria Emília da Silva. **"À sombra das palavras"**: a oligarquia acciolina e a imprensa (1896-1912). Fortaleza: UFC/Programa de Pós-graduação em História, 2008 (Dissertação de Mestrado), p. 33.
[69] Id. Ibid., p. 117.

indecoroso, locupletar, nocivo, cretino, impiedade, desatino, imoral, impunidade, impenitente, sugadores, perigoso, gatuno, rancoroso, patife, velhaco e outras[70].

Por volta dos anos 20 do século XX, os meios de comunicação passaram por mudanças profundas através de redes formadas por ferrovias, aviões, telégrafos, telefones, cinemas e jornais. Essa velocidade difundia, além da modernidade europeia, a estadunidense. Vinha acompanhada de invasões neocolonizadoras na África, no sul da Ásia e em ilhas entre os oceanos Índico e Pacífico, e da política do *Big Stick*[71], de Theodore Roosevelt, voltada para o centro e o sul da América.

Ao mesmo tempo e do lado oposto, com a vitória da Revolução Bolchevista na Rússia, a partir de 1917, as propostas socialistas, comunistas e anarquistas adquiriram força no mundo inteiro, graças a essas mesmas redes comunicacionais.

A revolução russa foi radical, eliminando a propriedade privada individual, estatizando terras, indústrias e produção de serviços, executando famílias inteiras, consolidando-se totalitária, encarcerando ou matando opositores ou discordantes e manipulando os meios de comunicação social. A revolução russa interessava àqueles que viam ameaça na expansão neocolonizadora europeia e estadunidense, pois a revolução seria uma reação a essa expansão. Ao mesmo tempo, amedrontava os anticomunistas e servia, nas mãos destes, de pretexto para reprimir a luta por direitos humanos, políticos e trabalhistas dos trabalhadores urbanos e rurais.

A proposta comunista sofreu oposição organizada e ardorosa de vários segmentos sociais no Ceará, como dos liberais, dos conservadores católicos e até de adeptos do nazifascismo. Diante da fundação do Partido Comunista no Ceará, o campo jornalístico assumiu posição central nessa luta. A Arquidiocese de Fortaleza lançou o jornal *O Nordeste*, que existiu de 1922 a 1967. Esse jornal,

---

[70] Id. Ibid., passim.

[71] "A política de intervenção norte-americana na América Latina, que começou com a Doutrina Monroe ('A América para os americanos') tornou-se mais intensa no século XX. Theodore Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1909, formulou a política do *big stick* (grande porrete), para justificar a intervenção armada em países do continente. Durante a campanha, Roosevelt citava constantemente o provérbio africano 'fale suave, mas tenha à mão um grande porrete'." (PILETTI, Nelson; LAZZAROTTO, Valentim Ângelo. **História e vida**: as Américas. São Paulo: Ática, 1995, 136.).

> (...) além de afirmar que 'ser comunista é ser inimigo do Brasil' e que 'os bolchevistas não têm nada de humano', colocou-se a favor de outras práticas desenvolvidas pelo Tradicionalismo Católico da época. Apresentando-se como guardião da moral e dos bons costumes, a despeito de criticar a instituição da República, o vespertino mostrou-se defensor intransigente da ordem. Condenou as Revoltas Tenentistas. Expressou concordância com o programa da Legião Cearense do Trabalho (LCT). Publicou as opiniões de Plínio Salgado, futuro dirigente da Ação Integralista Brasileira. Elogiou calorosamente o ditador fascista Benito Mussolini. Adotou posições anti-semitas. Publicou vetos ao protestantismo, à maçonaria e ao espiritismo. A partir de dezembro de 1932, na condição de porta-voz da Liga Eleitoral Católica (L E C), publicou a lista de filiados à entidade, divulgou o programa de eventos da agremiação. Em relação à Rússia, ao discorrer acerca da 'mentalidade revolucionária' e dos 'planos bolchevistas', o jornal mostrou quão insensato era o comunismo e seus valores. (...)[72].

Também nos anos 20, o tenentismo, incluindo a Coluna Prestes, tornou-se um movimento armado contra as oligarquias que governavam o Brasil. No Ceará o porta-voz desse movimento entre 1921 e 1924 foi o jornal *A Tribuna*, dirigido por Fernandes Távora, irmão de Joaquim Távora, morto nos combates tenentistas de São Paulo, e de Juarez Távora, um dos principais líderes tenentistas e braço armado da Revolução de 1930.

O jornal *A Tribuna*, no editorial inaugural, fazia uma "(...) apologia a uma imprensa livre", porém o tenentismo acabou tendo uma "(...) atitude antiliberal, bastante saliente entre os revolucionários, de 1924, em São Paulo, que chegou a preconizar uma ditadura para o país (...)". A ditadura proposta pelo tenentismo propunha-se moralizadora, modernizadora e capaz de conter a "ação nefasta das oligarquias, o grande instrumento da corrupção generalizada, das fraudes eleitorais freqüentes, da opressão, a se valer do braço alugado e criminoso tirado do submundo rural" [73].

No final dos anos 1920, nasceu o jornal *O Povo*, fundado pelo dentista e funcionário dos Correios e Telégrafos, Demócrito Rocha (1888-1943), em 1928. A sua linha editorial expressava a intenção de interferir na sociedade: "(...) o povo necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento (...)". No ano anterior, Demócrito Rocha havia sido surrado por 12 policiais em represália pelo que escrevia no jornal *O Ceará*, onde era, seguindo

[72] PINTO. Op. Cit., 2005 (Dissertação de Mestrado), p. 2.
[73] MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O tenentismo e a revolução de 30. In: SOUZA, Simone de. (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994, p. 310, 315, 312.

a linha do jornal, "(...) opositor aos desmandos e às injustiças sociais do governo de Moreira da Rocha. (...)"[74].

A prática jornalística, portanto, podia ser perigosa. Enquanto Demócrito Rocha era espancado por dar combate ao governador, três anos depois o fundador do jornal *Gazeta de Notícias* Antônio Drummond foi assassinado na Redação, enquanto escrevia um editorial. Apesar disso, a *Gazeta*, fundada em Fortaleza no ano de 1927, ultrapassou décadas, sendo convertida em "semanário em 1972"[75].

Nos anos 1930, Demócrito Rocha serviu-se do jornalismo para ser eleito deputado Federal pelo Partido Social Democrático (PSD). Esse partido, como oposição ao conservadorismo da Liga Eleitoral Católica (LEC), propunha "(...) a sindicalização das classes, a defesa dos direitos dos proletários, a nacionalização das minas e quedas d'água (...)"[76]. Essas propostas representavam, naquele momento, uma posição liberal-democrática, apresentada como mais eficiente do que o corporativismo católico para afastar as massas do comunismo.

Além de Demócrito Rocha, o nome de Paulo Sarasate (1908-1968) também é associado ao surgimento de *O Povo* e à vida política do Ceará. Ele criou a revista "Farpa" em 1926 e esteve preso pelas críticas ao governador Moreira da Rocha. Em 1935, foi eleito deputado estadual constituinte, em 1951, deputado federal; em 1954, governador do Ceará. Voltou à Câmara dos Deputados e, em 1966, foi eleito senador: "(...) trafegava com livre desenvoltura entre parlamentares das mais diferentes correntes ideológicas"[77]. Foi dirigente de *O Povo* de 1943 a 1968.

Fortaleza, nos anos 1950, possuía muitos jornais, grandes e pequenos, inclusive uma folha do Partido Comunista chamada *O Democrata*, que circulou entre 1946 e 1958. Com a cassação do Partido Comunista em 1947, o *O Democrata*, durante mais de dez anos, foi editado com muito cuidado para não ser igualmente proibido.

Com relação aos meios de comunicação nos princípios dos anos 1960, a capital cearense contava com "(...) uma emissora de televisão (a 'TV Ceará',

[74] CAVALCANTE, Ana Mary C. Demócrito Rocha. In: **O Povo: 80 anos**. Fortaleza: O Povo, 2008, p. 9.
[75] NOBRE. Op. Cit., 2006, p. 18.
[76] CAVALCANTE. Op. Cit., 2008, p. 9.
[77] Id. Ibid., p. 14.

Canal 2), seis emissoras de rádio (‘Verdes Mares’, ‘Iracema’, ‘Ceará Rádio Clube’, ‘Uirapuru’ e ‘Assunção’); e vários jornais (‘Correio do Ceará’, ‘Unitário’, ‘O Povo’, ‘Gazeta de Notícias’, ‘O Nordeste’, ‘Tribuna do Ceará’, ‘O Estado’ e ‘Diário do Povo’)”. A grande imprensa não tinha a maior parte de seu faturamento proveniente da venda de anúncios comerciais – “O grande anunciante era o governo do Estado. Este quadro sempre foi o mesmo desde o I Veterado[78]. Todos os demais governos destinaram a mesma verba para os jornais ‘O Povo’, ‘Correio do Ceará’ e ‘Unitário’...” [79].

Os jornalistas, por sua vez, “tinham outras atividades, porque os salários eram baixos. A outra fonte de renda geralmente era a repartição pública, porque não havia outra fonte de trabalho”. Outra forma de aumentar o rendimento do jornalista era chamada de “relação pública”, isto é, a elaboração e publicação de notícias mediante o recebimento de algum favor ou de dinheiro. Segundo Márcia Vidal, a maioria não sabia “direito em que consistiam as relações públicas”[80].

O governo Virgílio Távora, instalado em 1963, mantinha o Serviço de Imprensa e Relações Públicas, coordenado pelo jornalista Nertan Macedo. Nertan escrevia discursos para Virgílio, escrevia matérias para os jornais, dava entrevistas nas emissoras de rádio e de televisão, defendendo o Governo e conduzia os acertos econômicos com os donos dos meios de comunicação.

Virgílio Távora criou dois mecanismos de relacionamento com a imprensa: o *release* e o *bureau*. Os *releases* eram as matérias já prontas enviadas às redações por Nertan Macedo. Os *bureaus* eram os pagamentos mensais do Estado ou do Município aos jornalistas que escreviam em defesa do Governo nos jornais em que trabalhavam[81]. Paralelamente, Virgílio também vendia um projeto de grande credibilidade, inclusive para muitos jornalistas, o da industrialização do Ceará, que havia reunido os dois maiores Partidos do Ceará, durante a campanha eleitoral de 1962, na coligação “União pelo Ceará”[82].

---

[78] Veterado: expressão criada a partir do nome de Virgílio Távora (VT), que foi Governador do Ceará duas vezes, 1963-1966 e 1979-1982.
[79] VIDAL. Op. Cit., 1994, p. 55, 64.
[80] Id. Ibid., p. 56.
[81] Id. Ibid., p. 71.
[82] Nessa eleição, Virgílio Távora foi candidato da “União pelo Ceará”, que reunia UDN (União Democrática Nacional), PSD (Partido Social Democrático) e PTN (Partido Trabalhista Nacional). Visava derrotar a esquerda e impedir a emergência de Carlos Jereissati, que acabou ficando com uma das vagas ao

A União pelo Ceará, propondo a industrialização do Ceará, inseria-se em um projeto nacional, isto é, o de industrializar o Nordeste para incorporá-lo ao capitalismo e impedir o fortalecimento do comunismo.

> (...) Para os defensores do liberalismo econômico, a saída do subdesenvolvimento se daria através do processo de industrialização e dos investimentos do capital estrangeiro. Para os nacionalistas, tanto os liberais nacionalistas, como os socialistas e comunistas, a entrada desses investimentos seria prejudicial à Nação, aumentando o endividamento externo (...)[83].

O comunismo era um ameaça pujante, interpretado como o regime implantado na URSS, no Leste Europeu, na China, que acabara de tomar Cuba e que estaria se materializando no Nordeste com Miguel Arraes e com as Ligas Camponesas.

> (...) A primeira Liga Camponesa organizou-se no Município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, no Engenho Galiléia, quando seu proprietário, Oscar de Arruda Beltrão, ao transferir a residência para o Recife, dividiu as terras do Engenho entre os moradores (umas 140 famílias), os quais lhe passaram a pagar foro em produtos ou dinheiro. (...) Fundada em 1955 (...) tendo como Presidente de Honra Oscar Beltrão (...)[84].

Quanto à industrialização, a obra emblemática do governo de Virgílio foi "(...) ter trazido a energia de Paulo Afonso para o Estado."[85] (PARENTE. In: SOUSA, 2000: 398)

A crise política vivida pelo Brasil a partir da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, cresceu durante o Governo de João Goulart e culminou com o golpe civil-militar de 1964. No Ceará,

> ... Os jornais apoiavam alguns até entusiasticamente, a intervenção militar. Os Diários Associados tinham como superintendente, entre nós, Eduardo Campos, apontado como líder civil da revolução de 64 no Estado. O Povo alinhava-se, incondicionalmente, com os postulados autoritários, por conta da

---

Senado (PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos "coronéis" (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 395).

[83] CORTEZ, Lucili Grangeiro. **O drama barroco dos exilados do Nordeste**. Fortaleza: 2005, p. 27.

[84] Id. Ibid., p. 27.

[85] PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos "coronéis" (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 398.

> ligação de um dos fundadores, Paulo Sarasate com Castello Branco, o primeiro dos militares a governar o país (1964/1967) (...)[86].

Com o golpe, no Ceará, como em todo o Brasil, a autocensura e a censura prévia se instalaram: jornalistas aderiram ao golpe, jornais ignoraram a tortura e as mortes, os problemas sociais desapareceram das notícias; paulatinamente a predominância do político vai sendo transferida para o econômico, e as glórias esportivas são ressaltadas.

> O movimento de 1964, segundo Adísia Sá, atingiu profundamente a atividade jornalística e sindical com o surgimento da censura, presente nas redações, impondo 'valores jornalísticos' via memorandos, bilhetes e telefonemas. O jornalismo brasileiro, se não se desidratou completamente, sofreu pressões tão fortes, que quase o levam à morte por inanição: 'De um jornalismo aberto e voltado enfaticamente para os acontecimentos políticos, *lato sensu*, a imprensa se volta para o noticiário econômico, o esportivo, e o policial'[87].

Como exemplo da repressão, além do fechamento da *Rádio Dragão do Mar* pelos militares, Moisés Pimentel havia recebido a concessão do Canal 10, porém com o Golpe de 64, não se efetivou. O Prefeito Fortaleza, general Murilo Borges, declarou: "uma emissora de televisão nas mãos dos comunistas seria mais perigoso que metralhadoras". Mais tarde, em maio de 1969, cinco meses após a decretação do AI-5, a concessão que seria para Pimentel foi outorgada a Edson Queiroz, que passou a retransmitir programas das redes Globo e Record[88].

Em termos nacionais, durante os anos 1970, aqueles jornais que se aliaram ao regime instalado, restringiram o espaço do debate político e do sensacionalismo policial. Eles aprimoraram a análise econômica e criaram matérias para todos os públicos, cultos, incultos, mulheres, crianças, desportistas, cientistas, etc. que sistematizaram a distribuição e procuraram adotar os últimos conhecimentos na confecção dos anúncios, em suma, que se organizaram empresarialmente, recebiam cada vez mais serviços publicitários do Governo Federal.

---

[86] CARVALHO, Gilmar. Trinta e sete anos de posfácio. In: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense.** Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006, I.
[87] VIDAL. Op. Cit., 1994, p. 87.
[88] CARVALHO. Op. Cit., 2006, II.

No Ceará *O Povo* era o jornal de maior tiragem e continuava fazendo apologia do regime ditatorial – "o jornal de Demócrito Rocha assistia impassível e, até, aplaudia, através de seus editoriais excessivamente apologéticos, qual uma Agência Nacional, um DIP getuliano, um áulico do Regime". Com as citadas verbas do Governo Federal, *O Povo* passava a ter condições de modernizar seu parque gráfico e outras instalações – "A mudança na feição gráfica, a nova plástica do vespertino (hoje é matutino) somente serviram para caiar o sepulcro"[89].

Em 1979, iniciando seu mandato presidencial, o general João Baptista Figueiredo criou a Secretaria de Comunicação, vinculada diretamente a ele. Logo em seguida, Virgílio Távora, no início de sua nova gestão, também criou a Secretaria de Comunicação Estadual.

> Os realeses passaram a fazer parte do noticiário dos jornais que, em vez de gastar dinheiro com um repórter, deslocando-o para cobrir as atividades do governador, preferiam publicar o noticiário que vinha do palácio já pronto, até mesmo com fotografias. O jornal 'O Povo' e a 'Tribuna do Ceará', por exemplo, publicavam na íntegra, enquanto o 'Diário do Nordeste' adotou a postura de reescrever parte desses releases[90].

O *Diário do Nordeste* foi, portanto, o primeiro jornal cearense a ter um controle centralizado do que era publicado, alterando os *releases* ou o que era escrito pelos jornalistas. Isso não significava, no entanto, que a imparcialidade seria conseguida. Como o faturamento da grande imprensa cearense vinha significativamente do Estado[91], e a influência da ditadura sobre a imprensa no Brasil era grande, os jornais eram obrigados a difundir uma boa imagem do Governo, sob pena de ficarem à míngua.

A imparcialidade na imprensa, portanto, não existia, embora muitas vezes aparecessem ao leitor como se existissem, provocando efeito de verdade na formação dos pensamentos, guardando semelhanças com a influência das narrativas de Homero e de Hesíodo sobre seus contemporâneos, conforme já discorremos na Introdução. Para Patrick Charaudeau, "diferentemente do valor de verdade, que se baseia na evidência, o efeito de verdade baseia-se na convicção, e participa de um movimento que se prende a

[89] MESQUITA; CARVALHO. Op. Cit., 1985, p. 104.
[90] VIDAL. Op. Cit., 1994, p. 115.
[91] Id. Ibid., p. 125.

um saber de opinião, a qual só pode ser apreendida empiricamente, através dos textos portadores de julgamentos"[92]. Um artifício usado pela imprensa é permitir a divulgação de algumas ideias dos adversários, ou seja, as "pequenas vozes dissonantes – e, portanto, praticamente imperceptíveis, de alguns jornalistas cuja atuação e presença eram mesmo necessárias, para imprimir maior credibilidade ao veículo" [93]. A respeito desse assunto, de forma parecida, Herman e Chomsky assim se expressaram:

> Acreditamos que, entre outras funções, a mídia serve aos – bem como propagandeia em nome de – poderosos interesses sociais que a controlam e financiam. Os representantes desses interesses têm agendas e princípios importantes que desejam seguir e estão bem posicionados para formular e restringir as políticas da mídia. Isso em geral não é realizado por intervenção bruta, mas pela seleção de pessoal com pensamento similar e pela internalização das prioridades e definições por parte de editores e jornalistas daquilo que é digno de ser noticiado, isto é, que está de acordo com a política da instituição.[94]

Por volta de 1985, a grande imprensa cearense era representada, em ordem de tiragem, pelo *O Povo*, *Diário do Nordeste*, *Tribuna do Ceará* e *O Estado*.

1.2.1. Diário do Nordeste, criador de significados.

O objetivo deste subtítulo é analisar como o jornal *Diário do Nordeste* pode ser visto com muitas características de um partido político, defendendo e produzindo ideias favoráveis àqueles que o controlam e contra os seus adversários, ou seja, não sendo imparcial na divulgação dos fatos[95].

O primeiro número do jornal *Diário do Nordeste* (DN) circulou no dia 19 de dezembro de 1981. Seu fundador foi o industrial Edson Queiroz.

Edson Queiroz é considerado o maior exemplo de empresário bem sucedido do Ceará. O conglomerado econômico que conseguiu fundar assenta-se hoje, 2011, na primeira linha dos empreendimentos de sucesso do Estado. De vendedor e pequeno empresário nos anos 40, fundou, em 1951, a Norte Gás Butano, hoje empresa de porte nacional. Nos anos 60 fundou a

---

[92] CHARAUDEAU. Op. Cit., 2007, 49.
[93] VIDAL. Op. Cit., 1994, p. 133.
[94] HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**: política e poder econômico no uso da mídia. (1ª. Edição: 1988). São Paulo: Futura, 2003, p. 11..
[95] Veja abordagem desse assunto no Capítulo 3, no tópico "Relacionamento da APF com os vereadores".

Tecnorte, a Esmaltec, a Cascaju e assumiu o controle acionário da Rádio Verdes Mares. No limiar dos anos 70, fundou a TV Verdes Mares. Em 1973, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho proferiu a aula inaugural da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), mantida pela Fundação Edson Queiroz. Ainda nos anos 70, fundou a primeira emissora de rádio com Freqüência Modulada (FM) do Ceará, a Verdes Mares FM, e passou a distribuir água mineral, através da empresa Indaiá. Seu último empreendimento foi a fundação do jornal Diário do Nordeste, que se tornou o mais vendido no estado[96].

Dentre os muitos méritos de Edson Queiroz, um foi o de estar empresarialmente à frente do seu tempo. Quando o Brasil há poucos anos "sonhava" com desenvolvimento regional, Edson Queiroz fazia incursões no Sul e em outros pontos do Nordeste. Quando as elites brasileiras perceberam que era necessário investir no Nordeste, os investimentos foram feitos através do sistema bancário e voltados para donos de terras e empresários.

> Alguns empresários cearenses empenharam-se, diante desse quadro, em dar uma nova dimensão aos seus empreendimentos, procedimento esse adotado não somente pelos mais habilitados, como o economista José Dias Macedo, enquanto outros, guiados pela vocação e a experiência, dariam também a sua contribuição, expandindo-se para outros estados, caso de Edson Queiroz ao transformar a sua firma Edson Queiroz & Cia, em Norte Gás Butano, expandindo-se para o Piauí e o Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, como fornecedora do gás para uso doméstico; tornou-se indispensável manter grandes reservas do referido combustível, investindo na instalação de um terminal oceânico em Fortaleza (Mucuripe) e outro em São Luís, capital do Maranhão (Distrito Industrial e Itaqui)[97].

A entrada do industrial no ramo da comunicação evidentemente teve por base três fatores: a sua competência administrativa, o capital acumulado nas atividades industriais e comerciais e a sua confiabilidade perante os gestores do estado nos fins dos anos 60, quando a informação ficava sob o controle dos militares. "Neste período, foram criados órgãos que tinham por objetivo controlar as informações que passariam a circular nos meios de comunicação

---

[96] Édson Queiroz. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, dez. 2005.
[97] NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2. ed. rev. e ampl. Fortaleza: FIEC, 2001, 204.

de massa. Os órgãos militares possuíam uma seção de informações subordinada ao órgão específico de cada arma"[98].

Nos fins dos anos 70 e princípios dos anos 80, quando o DN foi criado, "(...) as empresas jornalísticas do Ceará não criticavam seu mais importante anunciante – o Governo. (...)"[99]. Mas não é somente por isso que a "grande imprensa é e sempre foi porta-voz das elites (...)", criando imagens de seus membros distantes da realidade, procurando desviar as atenções sociais das questões centrais dos problemas, conduzindo a visão dos leitores para "planos e ângulos convenientes aos dominantes"[100]. Segundo Bourdieu, o posicionamento político de órgãos de imprensa envolve vários outros fatores, como a receita publicitária, principalmente a do estado; o público-alvo; a situação do mercado para os profissionais-jornalistas, gerando vulnerabilidade ou não destes em relação aos patrocinadores, criando um leque que vai dos independentes aos mercenários[101]. Acrescente-se a identificação de alguns jornalistas com os setores econômicos privilegiados, com o anticomunismo, com o conservadorismo católico etc.

Embora Perseu Abramo tenha considerado os órgãos de comunicação referentes à grande imprensa como "entes político-partidários", pode-se argumentar que esses diferem dos partidos políticos porque, por exemplo, ninguém deposita seu voto nas urnas eleitorais neste ou naquele jornal. Entretanto, algumas características seriam interseções entre partidos e jornais, especialmente quando estes assumem a defesa de projetos ou de candidaturas coincidentes com as de um determinado grupo social e econômico. Assim, os editoriais teriam elementos de manifestos e programas de partidos; os manuais de redação guardariam alguns aspectos dos estatutos; empregados, chefes, diretores e editores atuariam como os filiados ou militantes; os leitores seriam componentes do conjunto de eleitores; sucursais, correspondentes, contratos e convênios teriam muitos pontos em comum com diretórios e células dos partidos, com a função de inserção nos movimentos sociais; as próprias páginas dos jornais funcionariam como panfletos e alto-

[98] AZEVEDO, Kátia. **Mutirão:** jornal alternativo do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002, 14.
[99] Id. Ibid., p. 37.
[100] CAPELATO. Op. Cit., 1994, p. 11,10.
[101] BOURDIEU. Op. Cit., 1997, passim.

falantes, divulgando ideias; ambos, partidos e jornais, procurariam conduzir a sociedade para a mudança ou não; ambos estariam inseridos conscientemente em um projeto histórico. Assim, os jornais não somente interfeririam no campo político, mas também passariam a fazer parte dele: "... disputam o poder maior sobre a sociedade em benefício dos seus próprios interesses e valores políticos. (...)"[102]. Para Marialva Barbosa, o jornal, "Como 'partido' [aspas da autora], desempenha não só função política, mas também de propaganda, de polícia, de influência moral e cultural. A função política é indireta, pois há sempre outros partidos, com os quais travam extensa polêmica e, às vezes, luta explícita."[103]

A grande imprensa cearense, até então envolvida pelas classes detentoras do poder econômico e institucional, expressava os ideais dessas elites, as quais embora pudessem ser democratas, tinham um ponto em comum com os defensores da ditadura: eram antimarxistas. No entanto, como muitos fatores interferem no processo de produção das notícias, como a formação e os ideais dos membros da cadeia produtiva das matérias e artigos, o controle sobre elas não é integral. Mesmo assim, ou por isso mesmo, "(...) Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem: por isso adulam, vigiam, controlam e punem jornais."[104] Os espaços concedidos ao pensamento de esquerda era limitado e servia para conferir ao jornal uma imagem de imparcialidade.

> Os jornais expressam a opinião pública. Só que na grande imprensa (a empresarial) o murmúrio da "vox populi" (voz do povo) ecoa longínquo, enquanto ressoa forte a "vox domini" (voz dos dominantes).
>
> Nessa instituição onde se mesclam o público e o privado, os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues.
>
> A imprensa tem o dever de criticar o poder e os poderosos. Como podem os empresários-jornalistas exercerem, de forma independente, o dever da crítica se estão ligados, por vínculos estreitos, a indivíduos e grupos cujos atos devem denunciar? Os compromissos que eles estabelecem na esfera privada não desaparecem quando atuam na esfera pública[105].

[102] ABRAMO. Op. Cit., 2003, p. 46, 47.
[103] BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 152.

[104] CAPELATO. Op. Cit., 1994, p. 13.
[105] Id. Ibid., p. 18.

Estudiosos da história do jornalismo no Ceará, como Gilmar de Carvalho e Vianney Mesquita, explicam que os grandes jornais cearenses, nos fins dos anos 1970, eram ligados às classes empresariais e defensores do regime militar. A *Tribuna do Ceará* se colocava como porta-voz "das classes produtoras – indústria, comércio, agricultura, pecuária e serviços" –, o jornal *O Povo* chegou a ser visto como representante da ditadura no Ceará,[106] e o *Diário do Nordeste*, como veremos a seguir, combatia os adversários do liberalismo econômico. Todos faziam oposição aos grupos marxistas que lideravam os movimentos sociais, como o PC do B e o Grupo da Maria. Capelato, observando a história da imprensa no Brasil, considera que os meios de comunicação "tendem a desviar as vistas dos leitores ou espectadores para os planos e ângulos convenientes aos dominantes. (...)."[107].

O material que nós selecionamos do primeiro número do *Diário do Nordeste* visa a ajudar a compreender o discurso do jornal a respeito da vida social e política de Fortaleza nos anos 1980. Na capa, a primeira manchete expressava a realidade ditatorial ainda vivida pelo Brasil: *Ordem do Planalto: Acabar o PMDB e preservar o PP* (Partido Popular) [108]. Enquanto o PMDB era uma frente que congregava, além de liberais, várias forças de esquerda, o Partido Popular (PP) havia surgido de uma dissidência do Partido Democrático Social (PDS), ex-ARENA, partido este que defendia a ditadura. Assim, segundo a reportagem do jornal:

> (...) o governo vai dar 'uma luz' ao PP, vai minimizar suas ações contra Lula e o PT, apoiará os pequenos partidos e, com isso, tentará liquidar o PMDB, seu principal adversário. (...) em caso de fusão, enviará mensagem ao Congresso inviabilizando as incorporações partidárias. Eles citaram, inicialmente, o discurso de

[106] MESQUITA; CARVALHO. Op. Cit., 1985, p. 111, 112, 113, 114.
[107] CAPELATO. Op. Cit., 1994, p. 13.
[108] Em 1979, o regime militar "forçou uma reforma partidária, cujo objetivo principal era dividir a oposição. No final de 1979, a Arena e o MDB foram extintos. Grande parte do grupo governista passava a integrar o PDS (Partido Democrático Social), enquanto que os setores contrários ficavam, majoritariamente, no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Liberais moderados formaram o PP (Partido Popular); setores ligados a Leonel Brizola organizaram o PDT (Partido Democrático Trabalhista), após perderem judicialmente a legenda do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) para o grupo de Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas. Uma parte das novas lideranças sindicais, tendo à frente Luís Inácio da Silva (Lula, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema), articulou o PT (Partido dos Trabalhadores), com objetivo de organizar as massas populares em torno de interesses e finalidades definidos pelos próprios trabalhadores." (ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da Sociedade Brasileira**. (13ª Edição). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996, p. 404.).

> quinta-feira do Presidente Figueiredo a seus colegas de farda contra a incorporação[109].

Com essa abordagem, o DN expressava acreditar na continuidade do regime militar, quando uma mensagem do Executivo era uma ordem a ser cumprida pelo Legislativo. O jornal abordava o caso como decidido, ultrapassando os limites da notícia, entendendo que o governo federal usaria de todas as formas para impedir a incorporação do PP ao PMDB, pois considerava importante manter a oposição dividida. Afinal, este foi o objetivo principal da reforma partidária dos fins dos anos 1970. Ao mesmo tempo, explicitava um apoio aos que não queriam a citada incorporação. A veemência de tais suposições sinalizava que o DN temia que essa fusão pudesse influenciar na correlação de forças no Ceará, isto é, poderia ameaçar a continuidade da situação político-administrativa do estado, comandada então pelos denominados "coronéis". Poucos dias depois a fusão ocorreu, fortalecendo o PMDB através de sua ala mais moderada.

O DN apresentava-se como um instrumento competente para a solução de problemas nacionais e relacionava essa solução a interesses da comunidade, isto é, um jornal que não iria ser somente um transmissor de informações ou de análise do próprio funcionamento da sociedade, mas também um instrumento de luta. Um jornal assentado em uma tecnologia ágil, condizente com a modernidade, e em jornalistas bem qualificados e dinâmicos. Um jornal capaz de transmitir a verdade. O editorial desse número inicial afirmava:

> O "Diário do Nordeste", que hoje sai a lume, representa uma mensagem de confiança na potencialidade de nossa região e o compromisso de lutar para que os problemas nacionais tenham soluções compatíveis com os interesses da comunidade.
>
> Procuramos montar um jornal moderno, provido de maquinaria...
>
> Compusemos um corpo de repórteres bem qualificados para veicular os acontecimentos com agilidade e precisão, a fim de que as informações cheguem ao público sem tardança e com preocupação exclusiva de transmitir a verdade[110].

---

[109] Ordem do Planalto: Acabar o PMDB e preservar o PP. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.
[110] Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.

Nesse trecho, o DN não fornece uma especificação dos problemas e nem a comunidade a que o jornal se refere. Os problemas seriam os mesmos para todos? A sociedade seria formada por uma só comunidade? Ao contrário, as relações sociais são conflituosas, marcadas por contrastes profundos e nítidos, tanto entre o nacional e a cidade ou como entre a cidade e os bairros e favelas, e também no interior de espaços sociais, como o campo político, campo jornalístico e o campo empresarial. O editorial, assim, deixa uma margem muito grande para se posicionar com relação aos problemas e com relação aos prejuízos e lucros que uma ou outra comunidade viesse a ter no curso de sua história, solucionando, com tal amplitude a tarefa "de transmitir a verdade".

O editorial, além disso, coloca que o jornal teria uma linha filosófica ao sugerir uma composição homogênea quanto a ela. Essa linha filosófica conteria a pretensão de fazer o exame independente, isto é, os problemas seriam noticiados sem levar em conta pressão das instituições, empresas e pessoas afetadas pelas notícias publicadas. Outro componente seria a priorização do exame dos problemas maiores, os mais abrangentes, os nacionais.

O texto deixa explícito que o centro desses problemas era o desenvolvimento e o bem-estar do povo. Logo em seguida procura posicionar-se com a autoridade de quem tem a ciência e o conhecimento, autoridade de quem pode indicar os encaminhamentos, os debates e de quem pode apontar os erros e os errados. No entanto, mais uma vez, assume uma posição de flexibilidade, pois os problemas podem ser atribuídos àqueles que estão distantes, que podem ser atacados sem revide, como "uma crise econômico-financeira", "obstáculos estruturais" e, no caso do Nordeste, as secas.

> A matéria editorial refletirá, com homogeneidade, a linha filosófica do jornal, que pretende manter uma posição de independência no exame dos magnos problemas vinculados ao desenvolvimento nacional e ao bem-estar do povo.
>
> Temos ciência de que o Brasil atravessa uma crise econômico-financeira (...).
>
> Somos conhecedores dos obstáculos estruturais que entorpecem a expansão econômica do Nordeste (...) secas (...).
>
> Acreditamos firmemente que a Nação brasileira tem um lugar assegurado no conceito das grandes potências (...)[111].

[111] Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.

Segundo o jornal, os problemas sociais não tinham relação, pelo menos exclusiva, com o regime político vigente, mas significativamente com a crise econômico-financeira de origem externa e as secas ("fator endógeno limitativo"), problemas vindos desde o surgimento da cidade de Fortaleza. A solução seria a armazenagem e distribuição de água, que seria produzida pelo governo da União. "O Nordeste é uma região perseguida por fatores endógenos limitativos de seu crescimento e não tem contado, até hoje, com uma política integrada, por parte do governo da União, que a ajude a vencer a pobreza"[112].

Ao defender o capitalismo, que poderia ser impregnado de justiça social, reconhece a proposta e a força do comunismo, mas que não o considera um regime que deva ser implantado no Brasil. Nesse sentido, o jornal parece estar em sintonia com o modelo neoliberal, o qual "proclama a legitimidade da sociedade burguesa contra as tendências socialistas existentes"[113]. Ao contrário do tradicional combate ao comunismo, como era feito, por exemplo, pelo jornal *O Nordeste*, que considerava ruim esse sistema por ser "materialista", "ateu" e "desagregador da família", o DN se propõe a combatê-lo por considerá-lo economicamente ineficiente em razão de eliminar o enriquecimento individual, que seria o estímulo da concorrência e, consequentemente, da criatividade.

> Nutrimos a convicção, no âmbito nacional, de que a forma correta de assegurar a expansão, a diversificação e a consolidação da economia, será a manutenção do sistema da livre empresa que, estimulando a criatividade, ensejando a afirmação do valor individual, concilia-se com a natureza do homem que sente a necessidade de demonstrar sua capacidade e formar um patrimônio que evidencie sua competência.
>
> O "Diário do Nordeste" será um defensor extrênuo da economia de mercado, pela convicção de que o capitalismo impregnado de justiça social é o único sistema sob o qual há lugar para que cada um utilize suas aptidões, a fim de atingir uma posição de relevo no campo social. [114]

O DN coloca-se como defensor do capitalismo pela sua suposta eficácia, um sistema em que haveria "lugar para que cada um utilize suas aptidões" e no qual se poderia acumular um patrimônio, isto é, um sistema com o direito à

[112] Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.
[113] HOLANDA. Op. Cit., 2001, 47.
[114] Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.

propriedade privada, formada por bens de consumo e por bens de capital. Afirma como objetivo individual o desejo por “uma posição de relevo no campo social”.

O jornal aponta para o reconhecimento da miséria ao considerar espantosa a taxa de mortalidade infantil em Fortaleza. O DN, assim, seria porta-voz da verdade. Desde os fins do governo do Presidente Ernesto Geisel (março de 1975 a março de 1979), o regime militar não conseguia conter as denúncias sobre a existência de uma imensa e profunda miséria no Brasil. Reconhecia aquilo que os movimentos pela democracia, pela anistia, pelos direitos da mulher, das associações de bairros e favelas, bem como o movimento das Comunidades Eclesiais de Base, já denunciavam publicamente há algum tempo. Portanto, reconhecia que existia uma realidade material que justificava sentimentos de indignação e revolta em qualquer segmento social. Essa realidade, entretanto, desenvolvia-se sob um regime político ditatorial, no qual as manifestações desses sentimentos eram dificultadas ou proibidas, inclusive nos jornais.

Na mesma página do Editorial, na seção Cartas[115], os signatários foram cuidadosamente escolhidos e tratavam do surgimento do novo jornal. Todos eles eram ligados à ARENA ou ao seu sucedâneo, o PDS: Virgílio Távora, César Cals, Mário Andreazza, Desembargador José Ferreira de Assis, Manuel Castro Silva, Lúcio Alcântara, José Lins Albuquerque, Antônio dos Santos e Marco Maciel. O jornal escolhia, portanto, aqueles que teriam direito à palavra, os representantes do regime militar.

Na coluna “*Idéias”*, ainda na página 2, a palavra foi dada a Eduardo Portela, ex-ministro da Educação. Em seu artigo, tentou formular o conceito daquilo que chamava de “democracia transitiva”, tentando impor à opinião pública a ideia de que o processo de democratização, vivido pelo país, tinha já atingido o seu objetivo. Enquanto isso, os próprios generais-presidentes eram mais exatos quanto à realidade, pois Geisel falava em distensão lenta e gradual desde 1975, e o Presidente Figueiredo falava em abertura política desde que tomou posse, em 1979.

[115] Cartas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.

Na página 23, na coluna *Sociedade*, a jornalista Sônia Pinheiro noticiava que o empresário Sérgio Machado, "presidente do CIC[116], convidou para a mesa de debates D. Helder Câmara e Mario Henrique Simonsen...". A presença de Simonsen, professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda de Geisel e ex-ministro do Planejamento de Figueiredo, representava a voz da ciência e da experiência na defesa do liberalismo, isto é, a própria voz dos jovens empresários. D. Helder Câmara representava a voz dos defensores dos Direitos Humanos. Os denominados jovens empresários do CIC se propunham a defender a mesma proposta do "Diário do Nordeste", isto é, um "capitalismo impregnado de justiça social" [117]. Dessa forma, tanto o DN como os jovens empresários, cujas raízes políticas se encontravam no regime ditatorial, apresentavam-se como capazes de participar, também, do diálogo desenvolvido pelas forças progressistas. Isso acontecia, também, em termos nacionais:

> (...) os empresários se preparavam para defender não somente a existência do atual regime e sistema, mas a sua readequação ou reboque na nova configuração transnacional. Tal empreitada, porém, estava comprometida na origem, pois os reajustes propostos esbarravam, mais uma vez, nos limites do realinhamento conservador, da convergência elitista e do transformismo institucional[118].

Com o título *O preço alto da liberdade*, o Editorial[119] do segundo número do *Diário do Nordeste*, dia 20 de dezembro de 1981, explicitava um discurso anticomunista ao tratar do movimento dos trabalhadores poloneses pela democracia. Esse movimento guardava semelhanças com o que ocorrera na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968, este último batizado de "Primavera de Praga". Ambos foram esmagados pela força militar soviética. Nos princípios dos anos 1980, também por influência da URSS, quando o movimento polonês foi reprimido pelo governo, o DN assim comentou o acontecimento: "A União Soviética resolveu punir a ovelha negra de seu

---

[116] O Centro Industrial Cearense (CIC) era uma entidade organizadora dos empresários cearenses dirigida, há quase cinco anos, pelos então denominados "jovens empresários" (GONDIN, Linda. Os 'governos das mudanças' (1987-1994). In: SOUZA, Simone de. (org.) **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 414).
[117] Sônia Pinheiro. Sociedade. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.
[118] DREIFUSS. Op. Cit., 1989, p. 45.
[119] O preço alto da liberdade. Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 de dez. 1981.

rebanho sem interferir diretamente no processo repressivo, entregando a ingrata missão ao próprio governo polonês".

O jornal fazia uma comparação entre o movimento dos trabalhadores da Polônia e o dos metalúrgicos em São Paulo, no Brasil. Antes, porém, fazia uma apologia ao capitalismo, não aceitando a igualdade marxista, defendendo o lucro como "maior fator de aumento da produtividade" e explicando que, a "pretexto de estabelecer uma ordem econômica em que todas as classes sejam tratadas igualmente pelo estado, através de uma produção que vise ao consumo e, não, ao lucro, o marxismo desestimula a competição individual, que é o maior fator de aumento da produtividade". Portanto, o ideário neoliberal, que "chegou ao poder político com a eleição de Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos" [120], passaria, com o DN, a ter um porta-voz bem estruturado no Ceará.

Ao tratar da questão da Polônia, o Editorial traía a racionalidade que pretendia atribuir ao DN quando afirmava que o Sindicato Solidariedade, liderado por Lech Walesa, visava a abrir um espaço no Estado polonês "apenas para pedir comida". O jornal parecia contar com o desconhecimento da opinião pública, pois o "Solidariedade" era um sindicato que representava a quase totalidade dos trabalhadores poloneses e contestava a própria existência do Socialismo. As greves por ele lideradas reivindicavam "reformas econômicas, eleições livres e participação dos sindicatos no processo de tomada de decisões políticas"[121]. A atuação do Solidariedade afetava a própria ordem mundial então existente. Em dezembro de 1981, o governo polonês, pressionado pela URSS, declarou ilegal o movimento e determinou a prisão dos seus líderes. Não era, portanto, "apenas para pedir comida", conforme afirmava o DN:

> A pretensão de abrir uma fissura no bloco granítico comunista, apenas para pedir comida está sendo esmagada com prisões e morticínios.
>
> Enquanto isso os líderes sindicais brasileiros que estimularam as greves no ABC paulista acusam nosso governo de ditatorial por haver tomado providências serenas para conter aquele movimento e

[120] Margaret Thatcher venceu as eleições em maio de 1979. Criticava o trabalhismo e o sindicalismo. Defendia a redução dos impostos e dos gastos públicos (HOLANDA, Francisco Uribam Xavier**. Do liberalismo ao neoliberalismo**: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. Porto Alegre: Edipucrs, Coleção filosofia, 2001, P. 46).

[121] **Enciclopédia Barsa**, 1997, volume XIII: 342.

> quedam indiferentes à sorte de Lech Walesa e seus companheiros encarcerados e massacrados pelo governo comunista de seu país.
>
> Essa posição contraditória demonstra a hipocrisia dos falsos defensores dos direitos humanos que são definidos ao sabor dos interesses de pretensos democratas[122].

Ao mesmo tempo em que condenava a repressão ao Solidariedade, o DN, além de apresentar-se temeroso diante dos "pretensos democratas", defendia a repressão aos metalúrgicos do ABC paulista, tendo-a como um conjunto de "providências serenas" por parte do governo, não reconhecendo a violação dos direitos humanos e considerando que o regime militar brasileiro, a quem chamava de o "nosso governo", era acusado injustamente de ditatorial. O DN, portanto, procurava minimizar as pretensões do Solidariedade, desqualificar as dos metalúrgicos do ABC, condenar o socialismo e defender o governo dos generais.

No sexto dia de existência do DN, o Editorial fazia um ataque ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) pelo fato de o mesmo abrigar notórios líderes da esquerda brasileira, aos quais acusava de radicais por não aceitarem fazer acordos políticos com os representantes da ditadura. Assim, no mesmo instante em que o DN atribuía a si próprio ter por objetivo a imparcialidade e a objetividade, defendia a continuidade do regime e de seus representantes no poder.

> Tudo isso acontece porque a oposição tem o PMDB como carro-chefe e o PMDB alberga em suas fileiras notórias figuras do radicalismo esquerdista – MR8, Partido Comunista, Partido Comunista do Brasil e anarquistas, os quais arrebataram o comando do partido, deixando como presidente por forma o Sr. Ulisses Guimarães, que tem irresistível vocação para ser um Kennedy brasileiro.
>
> O PMDB hoje é presa do radicalismo comunista, que não admite acordo com o governo, tolhendo qualquer movimento nesse sentido do Dr. Ulisses e seus acólitos[123].

Essas colocações podem parecer contraditórias, pois os jovens empresários vieram a se filiar ao PMDB, conseguiram apoio explícito do PC do B, PCB e PDT e ascenderam diretamente ao poder com as eleições de novembro de 1986.

---

[122] O preço alto da liberdade. Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 de dez. 1981.
[123] Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 de dez. 1981.

## 1.3. Considerações sobre a esquerda e a trajetória do agrupamento político de Maria Luiza Fontenele

Os anos 1960 legaram mudanças que influenciaram no comportamento das esquerdas em todo o mundo ocidental e também no Ceará. Essas mudanças nos países desenvolvidos se expressaram em lutas políticas diferentes das que culminaram com a Revolução Russa, com a Revolução Chinesa ou com a Revolução Cubana, explicadas como lutas de classes que levaram à substituição do capitalismo. São exemplos as lutas dos negros nos Estados Unidos pela igualdade de direitos; o movimento *hippie* em busca de valores contrários à cultura vigente, envolvendo o chamado "amor livre", a transcendentalidade buscada na religiosidade oriental e em alucinógenos e materializados no festival de *Woodstock*; a Primavera de Praga aprofundando as críticas ao totalitarismo da URSS; e o movimento estudantil de 1968 na França, propondo a democracia radical – é proibido proibir.[124]

As questões culturais, o cotidiano, as mentalidades, as tradições e os discursos passaram a ser vistos como tão importantes quanto a estrutura socioeconômica. Essas novas visões foram levantadas inicialmente na Inglaterra com pensadores como Eric Hobsbawn, E.P. Thompson, Perry Anderson e Christopher Hill. "Estes historiadores nos mostraram a importância que tem, para o conhecimento da sociedade, o estudo da produção social das idéias, das imagens, dos símbolos, das visões de mundo e das concepções políticas de uma determinada época"[125].

De acordo com esse pensamento, a atuação da esquerda agora seria no sentido de promover mudanças não mais apenas nas grandes estruturas. A democracia, a liberdade e o livre-arbítrio deveriam também se concretizar no cotidiano, nas relações entre todas as pessoas. As opiniões individuais e das minorias deveriam ser respeitadas. O centralismo democrático dos partidos comunistas deveria ser rompido em respeito a essas novas reflexões.

> (...) Não seria por acaso, nesse sentido, que entre os assim chamados movimentos fundadores da nova esquerda, de meados dos anos 70, figurariam donas-de-casa, minorias sexuais, negros e

[124] ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 12.
[125] Id. Ibid., p. 12.

> movimentos sociais urbanos não-partidários dos quais resultariam, apenas anos depois, partidos como o PT, ou centrais sindicais como a CUT, cujas datas de fundação remontam aos primeiros anos da década de 1980[126].

O Brasil, nos princípios dos anos 70, vivia o período de maior repressão desde o golpe de 1964. Alguns setores da esquerda tinham optado pela luta armada contra o regime, com o objetivo de reconquistar a democracia em primeiro lugar ou de lutar para implantar logo o socialismo. Esse acirramento aglutinou as esquerdas em torno das ideias tradicionais do marxismo. Assim, essa nova forma de pensar, que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, não provocou no Brasil uma ruptura com as esquerdas tradicionais e, sim, divisões que incorporaram paulatinamente as novas ideias às praticas marxistas até então desenvolvidas.

> No Brasil, esse fenômeno mundial teve uma especificidade digna de nota: o terreno no qual se desenvolveu. *O pano de fundo da experiência brasileira de militância política alternativa dos anos 70 era a ditadura militar.* Tal fato tinha implicações importantes. Criava, entre os diferentes segmentos da esquerda, laços mais estreitos do que os existentes nos países da Europa e nos Estados Unidos. E incorporava ao *ethos* dissidente e alternativo o sentimento de luta, de "resistência"[127].

Antes das eleições indiretas de 1978, como resultado das lutas por democratização, direitos humanos, anistia e da emergência de inúmeros movimentos sociais, as pressões sociais sobre o regime brasileiro promoveram sua mais importante mudança, "(...) quando viu revogada pela Emenda Constitucional número 11, de 13 de outubro, a maior regra do livre-arbítrio: o AI-5. Apesar dessa diminuição formal de poder, foram inseridas na Constituição Federal medidas de controle relativas à ordem política: 'medidas de emergência' e 'estado de sítio'. (...)"[128].

Em novembro de 1978, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral para a Presidência da República. Tomou posse em março de 1979. Em agosto, sancionou a Lei número 6.693 concedendo a

---

[126] FURTADO, João Pinto. Engajamento político e resistência cultural em múltiplos registros sobre "transe", "trânsito", política e marginalidade urbana nas décadas de 1960 e 1990. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; E MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois** (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, 235.
[127] ARAÚJO. Op. Cit., 2000, p. 17.
[128] MENEGUELLO. Op. Cit., 1989, 24.

anistia política, o que permitiu o retorno ao Brasil de inúmeros exilados e banidos e a libertação de muitos presos políticos. No entanto, através das "salvaguardas" do Estado, "podia decretar estado de emergência ou o estado de sítio, independente de consulta ao Legislativo, além de medidas de emergência em áreas localizadas"[129].

Foi nesse contexto que a esquerda socialista no Brasil, que vivia na clandestinidade ou emudecida, começou a adquirir visibilidade, através, por exemplo, de jornais alternativos, das lutas pela regulamentação dos Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes, Comunidades Eclesiais de Base e de partidos e grupos políticos não legalizados.

### 1.3.1. A esquerda em Fortaleza nos princípios dos anos 1980.

A respeito de suas próprias concepções, Jacob Gorender escreveu o que entendia por esquerda: "o conceito referencial de movimentos e idéias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes"[130].

Norberto Bobbio, ao analisar o significado de esquerda e de direita, concluiu que o cerne da esquerda são posições igualitaristas e que o da direita são as posições inigualitaristas:

> (...) na extrema-esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários (...); no centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários (...); no centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários (...); e na extrema-direita, doutrinas e movimentos antiliberais e antiigualitários (...)[131].

Entre outras considerações, Norberto Bobbio, ao destacar que as "condições do Terceiro e do Quarto Mundo" não são a da "abundância, mas a da miséria", concluiu que, nesses casos, "a distinção entre direita e esquerda,

---

[129] ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. Op. Cit., 1996, p. 404.

[130] GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** (5. Edição). São Paulo: Ática, 1998, p. 11.

[131] BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995, p. 119.

para a qual o ideal da igualdade sempre foi a estrela polar a ser contemplada e seguida, é claríssima"[132]. Somando à tese de que esquerda e direita são categorias que continuam pertinentes, Bobbio acrescentou, para justificar o fato de sempre ter se considerado um homem de esquerda, o seguinte relato:

> A razão fundamental pela qual em algumas épocas da minha vida tive algum interesse pela política (...) sempre foi o desconforto diante do espetáculo das enormes desigualdades, tão desproporcionais quanto injustificadas, entre ricos e pobres, entre quem está em cima e quem está em baixo na escala social, entre quem tem poder, vale dizer, capacidade de determinar o comportamento dos outros, seja na esfera econômica, seja na esfera política e ideológica, e quem não tem.[133]

Portanto, segundo Gorender, a esquerda quer acabar com a opressão e a exploração e, conforme Bobbio, a direita tem a "capacidade de determinar o comportamento dos outros, seja na esfera econômica, seja na esfera política e ideológica", ou seja, usa de estruturas simbólicas e de força para manter a desigualdade. Nesse sentido, entendemos que nos países latino-americanos, o conservadorismo, o patriarcalismo religioso e o autoritarismo reinante são meios da esfera política e ideológica usados permanentemente para manter a desigualdade, portanto meios utilizados pela direita.

Sendo assim, entendemos que a esquerda no Ceará, por volta de 1980, era composta por pessoas que eram claramente contra a ditadura, isto é, contra as estruturas simbólicas e de força usadas para manter a sociedade sob opressão. Esse lado reunia grande número de intelectuais, profissionais liberais, trabalhadores organizados em sindicatos e associações e lideranças de diversos movimentos sociais, como de bairros e favelas, de mulheres, de homossexuais e raciais. Do outro lado, a direita era composta por aqueles que defendiam a ditadura ou estavam acomodados a ela, entre os quais podem se relacionar os "coronéis" e seus aliados, grandes proprietários rurais, grandes empresários, funcionários públicos, empregados de empresas privadas com altos honorários e setores médios influenciados pelo conservadorismo patriarcal-católico.

---

[132] Id. Ibid., p. 124.
[133] Id. Ibdi., p. 125.

Apesar da crescente organização dos setores pobres da sociedade, uma vasta maioria da população não podia ser incluída nas chamadas esquerdas, pois não tinha acesso intelectual às teorias e à informação, portanto não tinha noção de um projeto com relação ao funcionamento do Estado, visto a alta taxa de analfabetismo, além do baixo nível de escolaridade e baixo poder aquisitivo; mais de duas décadas de censura prévia dos meios de comunicação, de realização de eleições indiretas para prefeito, governador e presidente, de repressão policial, de proibições e vigilância, que dificultavam a organização de movimentos populares. O historiador Pádua Santiago assim explica um dos olhares que esses setores teriam da realidade:

> Olhar que não analisa a partir da idéia de contradição, de dialética, de transformação da totalidade da macroestrutura. Os homens e a sociedade, do ponto de vista da macroestrutura, precipitaram-se numa espécie de prisão escatológica, cuja raiz se aprofunda através da violência das repetições dos casos de desigualdades, de distinções sociais e de segregações espaciais. Preso a essa teia, para as camadas populares, não restaram senão os núcleos das micromudanças cotidianas, imediatas e essencialmente hedonistas[134].

Encontramos, em Fortaleza dos anos de 1980, várias esquerdas: uma que apenas votava nos candidatos de esquerda, porém não militava; uma que militava, porém não em um grupo específico de esquerda; e a esquerda militante de um ou outro grupo específico. Apesar da fragmentação e dos novos movimentos sociais, entre os líderes e militantes da esquerda havia o pensamento marxista dando-lhes certa unidade. Os dirigentes das tendências ou grupos de esquerda eram pessoas vistas pelos militantes dos respectivos grupos como teóricos ou intérpretes das teorias revolucionárias. A maioria dos militantes funcionava como reprodutora das ideias pactuadas com os dirigentes, isto é, assumia a função de, com base nas citadas teorias, levar a luta às massas. Assim Bourdieu comenta sobre os militantes dos partidos comunistas:

---

[134] SANTIAGO, Pádua. A cidade como utopia e a favela como espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930). In: **Trajetos**: revista de história da UFC. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002. - vol. 1, n. 2, p. 119.

> (...) O partido comunista, aparelho (ou instituição total) ordenado com vista à luta, real ou representada, e firmado na disciplina que permite fazer agir um conjunto de agentes (neste caso militantes) <<como um só homem>> com vista a uma causa comum, encontra condições do seu funcionamento na luta permanente que tem lugar no campo político e que pode ser reactivada ou intensificada sem restrições. Com efeito, já que a disciplina, como observa Weber, <<garante uniformidade racional da obediência de uma pluralidade de homens>> tem sua justificação, se não o seu fundamento, na luta, basta invocar a luta real ou potencial, e até mesmo reavivá-la de modo mais ou menos artificial, para restaurar a legitimidade da disciplina. Segue-se daqui que, como diz pouco mais ou menos Weber, a situação de luta reforça a posição dos dominantes no seio do aparelho de luta e faz passar os militantes do papel de tribunos, encarregados de exprimir a vontade da base que eles podem reivindicar por vezes em nome da definição oficial na sua função, para a função de simples <<quadros>> encarregados de fazer executar as ordens e as palavras de ordem da direcção central, condenados pelos <<camaradas competentes>> à <<democracia da ratificação>>(...)[135].

Norteada, assim, por alguns marxismos oficiais, como o soviético, o chinês, o stalinista ou trotskista, os militantes estudavam Marx geralmente por conta própria. Os livros, muitas vezes manuais, por vezes lidos aos retalhos, forneciam trechos que justificavam o marxismo oficializado pelos grupos de esquerda. Por volta de 1980, esse fato pode ser explicado pela pouca idade de muitos militantes e porque os cursos de mestrado e doutorado eram raros, principalmente nas universidades nordestinas. Daí o marxismo nem sempre ser estudado cientificamente, não ser estudado em Marx e nem nas obras de profundidade dos reconhecidos como grandes teóricos. Essa realidade não era nova e nem exclusividade do Ceará ou do Brasil. Marcelo Ridenti, analisando o passado dessa questão, assim relatou a entrevista que lhe concedeu o cineasta Nelson Pereira dos Santos, sobre sua militância no PCB nos anos 40 e 50: “Todos nós, naquela época, nos chamávamos de marxistas. É uma mentira, porque ninguém lia (Marx). Em geral, não havia nas minhas relações alguém que fosse tão estudioso assim a ponto de ler Marx. [...] A gente lia uma revista do Partido chamada Problemas...”[136]. Sobre a formação política dos militantes em Fortaleza, quando diversos grupos disputavam o controle sobre o PT, nos princípios dos anos de 1980, Olinda explica: “Na formação inicial de

[135] BOURDIEU. Op. Cit., p. 200.
[136] RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000, p. 68.

cada grupo há mais uma adesão emocional, instintiva, com base numa prática não teorizada, portanto despolitizada, e por vezes, fanatizada"[137].

Nesse processo, no final dos anos de 1970, com a regulamentação das entidades estudantis, Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes e com a Anistia, as manifestações pela redemocratização se agigantaram em Fortaleza. Surgiram, envolvendo as divisões do PCB e do PC do B, diversos grupos militantes de esquerda com propostas divergentes. Olinda explica que a "... importância de registrar essa divergência reside no fato de que ela conduziu a posturas antagônicas no movimento de massa e, sobretudo, no Movimento Sindical, trazendo conseqüências importantes para o perfil do futuro quadro partidário em gestação"[138]. Uns grupos propunham que era momento de aliança com a burguesia para garantir a redemocratização, desenvolver o capitalismo brasileiro e que, portanto, não era momento da luta revolucionária. Com essa proposta estavam, por exemplo, o PCB, o PC do B e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR 8).

O PC do B considerava que a ditadura aliara-se ao imperialismo e traíra a Nação. Era preciso retomar a luta frustrada pelo golpe de 64, a luta contra as estruturas que exploravam a nação brasileira, o imperialismo, os monopólios e o latifúndio. "Desta forma, o campo de alianças deveria ser o mais amplo possível, unindo-se 'as forças democráticas que existem em diferentes segmentos da sociedade – nos partidos políticos, nas organizações de profissionais liberais, nas correntes nacionalistas, formando assim a frente democrática e da unidade popular. (Informe político ao VII Congresso do PC do B, p. 54)"[139]. Assim, a luta pela democracia deveria vir acompanhada da luta contra, especificamente, essas estruturas e, nesse molde, não seria ainda a luta socialista de classes. Para o PC do B, a proposta socialista seria uma segunda etapa, pois, caso contrário, poderia pulverizar a frente democrática, que estaria hegemonizada pelos liberais. Conforme o mesmo Congresso, ações radicais poderiam volver esses liberais para a direita, fortalecendo os militares no poder.

Com a proposta de uma revolução de caráter bolchevista imediata estavam, entre outros, os Prestistas (dissidência do PCB), o Grupo da Maria

---

[137] OLINDA, Ercília Maria Braga de Olinda. **A dimensão educativa do partido político**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1991, 41.
[138] Id. Ibid., p. 43.
[139] PONTE JÚNIOR. Op. Cit., 2000, p. 92.

Luiza, o Grupo do Gilvan Rocha e o grupo Liberdade e Luta (Libelu). Havia grupos menores, porém com significativa influência, como eram os Machadistas e o pessoal do Valdek. O Grupo da Maria considerava as proposições do PC do B, propondo alianças com a burguesia, coincidentes com os interesses dos inimigos da classe operária. Essas proposições impediriam o confronto revolucionário capaz de destruir o sistema explorador, no qual "... a igualdade suposta na universalidade das regras seria inviabilizada pelas condições de desigualdades reais dos 'jogadores', reproduzindo por antecipação sempre os mesmos vencedores e perdedores"[140]. Segundo Ponte Júnior, a cultura política da esquerda marxista-leninista considerava que o Estado burguês também se legitima no uso da força, sendo necessária, portanto, a construção de outro poder capaz de usar, conforme expressão de Lênin, a "legítima violência revolucionária" para a substituição do Estado Burguês pelo Estado proletário[141].

O PC do B era um grupo muito forte, controlava a Federação de Bairros e Favelas. Nele militavam, entre outros, Luis Carlos Paes, Clodoveu Arruda (Veveu), Danilo Forte, Inácio Arruda, Patinhas, Jorge Montenegro, Chico Lopes, Terezinha Monte, Lula Moraes e Benedito Bizerril. No PCB estavam Tarcísio Leitão, Antônio Augusto e Antônio Eurico Queiroz. No MR 8, Aguiar Júnior, Marcelo, Fausto Arruda, Pardal, Horácio Frota, Regina Brandão e João da Cruz (este, depois, se transferiu para o PCB). Entre os Prestistas, militavam Papito, Ercília Olinda, Nelson Vilela, Professor Alencar, Sandro Og, Tarcísio Leitão, Sérgio Marques, Sidney Mãozão, Beth, Fernanda Dias Forte, Robério Dias Leite, Natalício Barroso, Leite Júnior e Bosco Sampaio. No Grupo da Maria Luiza estavam Rosa Fonseca, Cristina Fonseca, Jorge Paiva e Célia Zanetti. A Libelu tinha entre seus membros Eudes Baima e Simone. O Grupo do Gilvan Rocha articulava-se ao pessoal da UNIFOR (Paulo Mamede, Valentin Normando, Marcos Aurélio, Dominguinhos, Jason, Ricardo), ao pessoal da Comissão de Estudos e Planejamentos Agrícolas (Júlio Alcântara, Alba Lucy e Ernani Peloso), pessoas ligadas às CEBs (Pedro Jorge, João Alfredo, Ilário Marques e Antônio Pinheiro) e outras pessoas briosas, firmes e

[140] CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999, p. 85.
[141] PONTE JÚNIOR. Op. Cit., 2000, p. 103.

de comportamento ilibado, como escreveu Gilvan Rocha (William Montenegro, Manoel Fonseca, José Baquit, Valda Albuquerque, Laura Moreira, Sílvia Coelho, Natércia, João Vasconcelos, José Maria Tabosa, seu Manoel do Pirambu, Dona Conceição e "a figura da exímia articuladora Adelaide Gonçalves")[142].

Havia ainda, em contato com esses grupos, um grande número de artistas, coordenadores artísticos e escritores que se consideravam de esquerda ou eram notoriamente de esquerda. Muitos deles participavam dos debates e eram fundamentais para as mobilizações políticas que ocorriam em Fortaleza por volta de 1980, quando os comícios eram chamados de showmícios, e os artistas, apresentando-se ou simplesmente comparecendo aos eventos, tinham grande poder de atração da população. Entre eles, citam-se Rosemberg Cariry, Natalício Barroso, Álcio, Carlos Magno, Rogaciano Leite Filho, Eugênio Leandro, Peninha (Amaro Pena), Pingo, Paraíba, Idalina, Álvaro, Ivonilo Praciano, Calvet, Luisinho (fotógrafo), Aroldo (guitarrista), Zé do Norte (sanfoneiro), Alencar (violão), Dílson Pinheiro, André e Cristina, Bernardo Neto, Wladísia, Caravana da Fome (Sávio e Josias), Coral da UFC, Marta Aurélia e Grupo Bauê.

### 1.3.2. O surgimento do "Grupo da Maria" e o ingresso no PT

Maria Luiza foi vice-presidente da União Estadual de Estudantes, presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social de Fortaleza. Participou da Juventude Estudantil Católica, da Ação Popular e, nos anos 70, mantinha contatos estreitos com o PC do B. Como professora da UFC, Maria Luiza adquirira grande visibilidade e aparecia como um dos principais porta-vozes do movimento pela anistia no Ceará. Sobre a sua formação marxista, ela nos relatou o seguinte:

---

[142] Chegamos a estes nomes cruzando informações de entrevistas com fontes bibliográficas. Entrevistas: Papito Oliveira, Nelson Vilela (líderes estudantis em Fortaleza nos anos 1970 e 1980) e João da Cruz (Presidente Estadual do PCB nos anos 1980). Fontes bibliográficas: ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008, p. 164,165; OLINDA, Ercília Maria Braga de Olinda. **A dimensão educativa do partido político**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1991, p. 49, 50; CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999, p. 139.

> Quando era estudante, eu estava na periferia dos movimentos políticos e não tinha um conhecimento maior do marxismo. Tinha uma formação cristã, um pouco na linha de Pierre Chardin[143]. Quando entrei na Universidade, por uma questão profissional, passei a me apropriar da teoria sociológica e, assim, a compreendê-lo melhor. Passei a ter um contato maior quando me aproximei do pessoal do PC do B e, mais ainda, durante o movimento pela anistia. Depois, foi na época do Partido Revolucionário Comunista (PRC), que era uma tendência do PT, da qual faziam parte o Tarso Genro e o Genoino.[144]

Jorge Paiva havia participado dos grupos clandestinos Ação Popular, UNE (após 1968) e PC do B. Perseguido pela polícia em São Paulo, passou pelo Rio de Janeiro, por Salvador, Recife e chegou a Fortaleza. Regina Célia Zanetti, perseguida por ser descoberta como militante do PC do B na época da guerrilha do Araguaia, chegou a Fortaleza em 1974. Célia e Paiva passaram a ter documentos falsos de identidade[145]. A esse respeito, Jorge Paiva declarou:

> Nós chegamos em 1973, e lá no comecinho de 1974, a Rosa (da Fonseca) sai da prisão, e a Maria Luiza chega dos Estados Unidos. Então, há o meu primeiro contato com as companheiras, que seria fundamental para o processo de retomada. Durante o período de recontato há uma queda no Nordeste muito grande, atingindo cerca de 50 militantes do partido [PC do B]. A polícia consegue fazer um mapeamento e num contato aberto com a direção, não sei de quem, sou localizado lá no bairro do Porangabuçu, na Carneiro de Mendonça, durante encontro que teria com um companheiro do Comitê Central. Ele foi morto, fiquei sabendo depois, e eu só consegui escapar porque tinha uma documentação de um primo que era cabo da Aeronáutica. (...) Então, nesse processo de integração em Fortaleza, com as quedas (de militantes) que aconteceram, eu passo um ano escondido num local da Princesa Isabel, preso, entre aspas. Foi quando a Célia (Zaneti) chega de São Paulo, monta uma casa, e a gente, ao lado da Maria e da Rosa, começa a retomar o trabalho no Ceará.[146]

Rosa Maria Ferreira da Fonseca havia participado da Juventude Estudantil Católica em Quixadá. Em Fortaleza, atuava no DCE da UFC e era da diretoria do Centro Acadêmico do Curso de Ciências Sociais. Foi presa por ter fugido do *script* quando entrevistava o Ministro da Educação Jarbas Passarinho em um canal de televisão. Rosa nos contou que o Ministro

---

[143] Pierre Teilhard de Chardin: francês, jesuíta, ordenado em 1911 e homenageado com a Legião de Honra, por bravura na Primeira Guerra Mundial. “Em seu pensamento, a evolução evidente do universo material, que parece esmagar o homem e sua consciência, visa, na realidade, a realizar a passagem da matéria ao espírito, do menos consciente ao mais consciente. O homem é o centro e a razão dessa evolução: sua alma o liga a esse universo, que ela domina, a seus semelhantes e a seu fim último, que é Deus. Ciência e religião, longe de se contradizerem, conduzem ambas à perfeição intelectual. As implicações morais e religiosas desse sistema foram desenvolvidas numa série de obras”, como *O meio divino* (1958) e *O futuro do homem* (1959). (**ENCICLOPÉDIA BARSA**. 1997, volume XIV, p. 18.).

[144] Entrevista de Maria Luiza a nós concedida. Fortaleza, 12 abr. 2011.

[145] CARVALHO. Op. Cit., 1999, p. 134, 135.

[146] Entrevista de Jorge Paiva. **O Povo**, Fortaleza, 08 dez. 2008.

participaria de um programa de televisão e queria passar a ideia de que o Governo estava dialogando com os estudantes. Como ela era representante estudantil junto ao Conselho Universitário, a Reitoria a convidou para participar do programa. Rosa, então, conversou com o pessoal do DCE e com as pessoas a quem era ligada e, juntos, decidiram aceitar o convite e passar a ideia de que ela iria "entrar no esquema" e, quando estivesse ao vivo, ela iria "escatitar".

> O Ministro falou e, quando chegou a minha vez, fui apresentada como representante dos estudantes. Eu falei que, "em primeiro lugar, Senhor Ministro, eu não sou representante dos estudantes porque as entidades estão fechadas, líderes estão presos, outros perseguidos"... eu fugi do *script*. O Ministro começou a ficar nervoso, ficava em pé, andava de um lado para outro...
>
> Naquele momento, o pessoal dos excedentes do vestibular estava se movimentando, pois havia uma nota que aprovava o estudante, porém não havia vagas para todos, realizava protestos, passeatas e acampamentos em frente à Reitoria. O Ministro havia dito que o problema havia sido resolvido, mas a mudança que fizeram foi mudar o critério de aprovação, passando a ser considerado aprovados apenas aqueles que estivessem dentro do número de vagas ofertadas. Eu falei que não era verdade que o problema tivesse sido resolvido, que não havia recursos suficientes para a educação... o Ministro ficava em pé, se irritava e eu falava 'Calma, senhor Ministro'... dizia que apenas 4% do orçamento ia para a Educação e 20% para as Forças Armadas... falava que no Hospital da Universidade não havia verba nem para Mercúrio Cromo... que havia uma fossa aberta em frente ao RU e que a Universidade não tinha dinheiro para consertar. O Ministro respondeu: 'Eu sou Ministro da Educação e isso que você está falando é problema local'. Eu respondi: 'Se o Senhor quer realmente conversar com os estudantes, o Senhor vá até à Faculdade de Engenharia, tem lá uma Assembléia esperando'.[147]

Rosa acrescentou que, mais tarde, quando estava na Residência Universitária Júlia Pinto, onde residia, quando avisaram que a Polícia Federal estava na porta, ela pulou um muro e saiu correndo do local. Depois, o pessoal do DCE e do seu grupo considerou que ela não deveria entrar para a clandestinidade, pois não tinha feito nada tão grave e que, portanto, deveria se apresentar à polícia. Rosa nos disse: "Eu me apresentei à Polícia Federal, fui acompanhada pelo Paulo Elpídio, que era o Diretor da Faculdade de Ciências Sociais. Ali mesmo eu fiquei presa"[148]. "Ao sair da prisão em 1973," Rosa vinculou-se "ao PC do B e mais especificamente ao 'Grupo da Maria'"[149].

---

[147] Entrevista a nós concedida por Rosa da Fonseca, em 01 de abril de 2011.

[148] "Passei três meses na Polícia Federal e foi que lá que fui torturada. Passei um ano no Hospital do Exército, ali na Avenida Desembargador Moreira. Eles queriam me mandar para o Presídio Feminino, mas não havia celas separadas e não era permitido misturar presas políticas com as comuns, por isso fiquei

Enquanto Jorge Paiva aparecia como mentor intelectual do grupo, atuando quase sempre nos bastidores, Maria Luiza tornou-se o contato público do grupo, agregando ao seu redor os estudantes que desejavam ter uma participação política efetiva de esquerda. Segundo Paiva, o grupo interpretava "que o regime militar conseguia ter contra ele praticamente todos os setores expressivos da sociedade, então nós alimentávamos a esperança de afastar o regime militar no sentido de substituí-lo por uma democracia... (Jorge)"[150]. Na verdade, a democracia desejada por Jorge Paiva era uma Democracia Popular, socialista, que seria alcançada através da derrubada revolucionária do regime militar.

A formação e sedimentação do grupo político da Maria Luiza ocorreram em múltiplos espaços que se interpenetravam, entre os quais: movimento pela anistia, movimento estudantil, jornal Mutirão, luta da Favela José Bastos[151] e candidatura e vitória de Maria Luiza para Deputada Estadual em duas eleições, 1978 e 1982.

O primeiro momento de grandes manifestações públicas da esquerda no Ceará desde o recrudescimento da ditadura, ocorrido em fins de 1968, sensibilizando a classe média em prol da democracia e do respeito aos direitos humanos, aconteceu "(...) a partir, fundamentalmente, do Movimento Feminino pela Anistia, que, em março de 1976, instala-se no Ceará, com a presença, em Fortaleza, da Dra. Terezinha Zerbini, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia"[152]. Nildes Alencar foi eleita para presidi-lo e, segundo Rejane Carvalho, colocava a entidade como uma porta para a inserção das esquerdas nos

---

no Hospital. Depois, fui transferida para o Presídio Feminino, na BR 116, perto de Maracanaú, onde completei os dois anos e dois meses de prisão, entre 1971 e 1973" (Rosa da Fonseca: entrevista a nós concedida em 01 Abr. 2011).

[149] CARVALHO. Op. Cit., 1999, p. 134.

[150] Id. Ibid., p. 133.

[151] "Foi num encontro ocorrido em setembro de 1977 que, pela primeira vez, vários grupos se reuniram para debater os problemas dos bairros. (...) A partir daí, começa a haver convergência, (...) mas não havia ainda uma situação de conflito a partir de um problema de peso na cidade (...). Isso vai ocorrer a partir de 1978, com a luta dos favelados da José Bastos. (...) 'Os moradores constroem cerca de 1800 moradias no prazo de seis meses em terrenos particulares. Em 1978, depois de uma ordem de despejo, os moradores reagem'. (...) O movimento ganha expressão (...) e apoio de entidades como: Instituto dos Arquitetos – IAB – Seccção Ceará, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Sociólogos, Diretório Central dos Estudantes – DCE, Arquidiocese, além de políticos de oposição. A repressão policial contudo, é intensa, e os moradores acabam sendo transferidos para um terreno nas imediações do FRIFORT (...) denominado Conjunto São Miguel, com péssimas condições (...)" (FERNANDES, Adelita Neto Carleial; DIÓGENES, Glória Maria; LIMA, Maria Cláudia Nogueira de. Movimentos sociais urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social. In: BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo (Orgs.). **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus, 1991, p. 62,63).

[152] PONTE JÚNIOR. Op. Cit., 2000, p. 14.

movimento populares. “Aqui já houve desde o início a vinculação com o movimento popular, e isso possibilitou a inserção no movimento popular, no movimento sindical, no movimento feminista, nos movimentos de bairros e favelas, na criação do jornal Mutirão (entrevista Rosa da Fonseca)”[153].

O jornal alternativo *Mutirão*, institucionalmente legal, surgiu em agosto de 1977 com o objetivo de lutar pela democratização e tornou-se, no Ceará, um baluarte na luta em prol da anistia, da defesa dos direitos humanos, da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e um porta-voz de movimentos populares. De sua direção participavam, segundo a historiadora Kátia Azevedo, pessoas ligadas ao PC do B, PCB, MDB, trotskistas e intelectuais independentes e profissionais liberais. Além de Maria Luiza, “da ala do PC do B, estavam Luís Carlos Antero, Luís Carlos Paes e Messias Pontes. Do Partidão (PCB), Gervásio de Paula e Dedé de Castro. Independentes[154]: Silas de Paula, Célia Guabiraba, Edson Loiola e Agamenon Almeida. Do MDB, Chico Campos”. Naquele momento havia na grande imprensa um completo silêncio com relação a esses assuntos e aos problemas vividos pela sociedade. A grande imprensa não divulgava sérios problemas da população da periferia de Fortaleza, como a falta de saneamento, transportes precários, educação, favelamento, saúde. (...)”[155].

O *Mutirão* incomodava o regime e as autoridades cearenses. Seus dirigentes e colaboradores eram convocados a dar depoimentos na Polícia Federal, e o governador Virgílio Távora “passou a ameaçar as gráficas, caso chegassem a imprimir o jornal, que, a partir daquela data, foi impresso nas cidades de São Luís (Maranhão), Mossoró (Rio Grande do Norte) e Maceió (Alagoas)”[156].

Em setembro de 1977, logo após o surgimento do Mutirão, um encontro reuniu representantes de seis bairros de Fortaleza e a Pastoral Operária, com o objetivo de debater os problemas dos bairros e, principalmente, de divulgar suas lutas. Desse encontro surgiram duas entidades: a Associação Interbairros e a União das Comunidades, que se mantiveram integradas ao Movimento pela Anistia e ao *Mutirão*.

---

[153] CARVALHO. Op. Cit., 1999, p. 136.
[154] Pessoas que participavam do Mutirão, porém não estavam ligadas a grupos políticos de esquerda.
[155] AZEVEDO. Op. Cit., 2002, p. 41, 38.
[156] Id. Ibid., p. 50.

> O movimento pela anistia conquista paulatinamente um espaço na cena política do Estado, passando a expressar e unificar as forças de esquerda e alguns movimentos surgidos na época, como a luta dos colonos de Várzea do Boi – Tauá, o Dia Internacional da Mulher, a formação da Associação Interbairros e luta da Favela José Bastos, além de ter congregado parcela das mulheres do MFPA e fundado a União das Mulheres Cearenses (...)[157].

Cada vez mais o Grupo da Maria ia se afirmando como um grupo distinto. Nesse processo, as posições diante da luta da Favela José Bastos acirraram as divergências no interior do PC do B. O Comitê Central (nacional) do PC do B propunha que o partido "... deveria abandonar a 'luta da Favela José Bastos', temeroso pelas consequências de uma ação repressiva. Por outro lado, a direção local do PC do B apoiou até o último instante a resistência dos favelados, defendendo a sua permanência no local anteriormente ocupado".

Enquanto o grupo de Gilse Avelar e Benedito Bizerril alinhava-se à orientação do Comitê Central, procurando evitar o confronto, o Grupo da Maria defendia a radicalização, pois acreditava na possibilidade da derrubada revolucionária da ditadura. No final dos anos 1970, o Comitê Central desautorizou Jorge Paiva de falar em nome do PC do B[158].

Nesse momento, os sindicatos deixavam de ser órgãos únicos de lutas dos trabalhadores, sendo obrigados a dividir os espaços reivindicatórios. O controle sobre esses outros espaços tornou-se, então, alvo da disputa. A definição inequívoca da constituição dos dois grupos, o da Maria e o do PC do B, passou a manifestar-se na contenda pelo controle de entidades organizadoras e condutoras de diversos movimentos sociais.

> O **PC do B** torna-se o principal adversário do 'Grupo da Maria' na acirrada disputa pela hegemonia dos movimentos populares em Fortaleza, mesmo quando ambos ainda encontravam abrigo no **PMDB**. Suas posições e territórios no campo da esquerda eram demarcados através de organizações que os representavam: no movimento de bairros e favelas tinha-se o confronto entre a **União das Comunidades Cearenses** ('Grupo da Maria') x **Federação de Bairros e Favelas** (PC do B); no movimento das mulheres, a **União das Mulheres** ('Grupo da Maria') x **Conselho Popular da Mulher** ( PC do B)[159].

---

[157] PONTE JÚNIOR. Op. Cit., 2000, p. 59.
[158] Id. Ibid., p. 15, 16.
[159] CARVALHO. Op. Cit., 1999, p. 138.

Tornou-se evidente, portanto, que não somente os sindicatos eram decisivos nas questões sociais, como ocorria até os anos 1960. A importância dos movimentos sociais, como o de bairros e o de mulheres, expressava um deslocamento do centro das forças da mudança.

> No labirinto das zonas periféricas descobriram-se formas cotidianas de sociabilidade que, a princípio isoladas, emergiram como teias importantes de revitalização de uma sociedade na busca de democracia. (...) Donas de casa incorporavam-se ao cenário das mobilizações, favelados ocuparam terras clandestinamente, moradores saíram às ruas para reclamar por melhores preços e moradia[160].

O Grupo da Maria estava permanentemente em contato com esses movimentos.

Nas eleições de 1978, as esquerdas consideraram importante que fossem eleitos candidatos comprometidos com a anistia, com os direitos humanos, com os trabalhadores e com estudantes e intelectuais. O objetivo dessas candidaturas, no entanto, não era o mesmo para os envolvidos no processo. Uns queriam fortalecer o MDB, partido que fazia oposição ao regime militar e que pretendia conquistar institucionalmente a democracia; outros queriam mandatos que ajudassem a viabilizar a derrubada revolucionária da ditadura e a instalação de uma Democracia Popular. Como havia o bipartidarismo, todos os candidatos de esquerda eram obrigados a concorrer pelo MDB.

A própria Maria Luiza declarou que ela não era unanimidade das esquerdas nas eleições de 1978, apesar do apoio que tinha no Movimento de Anistia:

> Em termos de movimento mais organizado, uma parte do PC do B apoiou na época a minha candidatura, e outra parte apoiou o Bianor de Andrade. Naquela época, o Luiz Carlos Antero e a Angélica (membros de uma facção do PC do B) (...) somaram com Nildes Alencar, que era presidente do MFPA, no apoio ao Bianor. (...). (Maria Luiza Fontenele)"[161].

Essa divisão refletiu-se dentro do *Mutirão* durante a campanha eleitoral, segundo revelou Agamenon Almeida em entrevista a Kátia Azevedo: "a partir

---

[160] BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo. **O reverso das vitrines**: conflitos urbanos e cultura política. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992, p. 11.
[161] PONTE JÚNIOR. Op. Cit., 2000, p. 60.

de determinado tempo, os candidatos progressistas não tiveram o mesmo espaço dentro do jornal"[162].

Em 1978, Maria Luiza obteve mais de 18 mil votos como candidata a Deputada Estadual; e em 1982, mais de 19 mil. Maria Luiza tornava-se uma "estrela" em Fortaleza, e seu grupo político cristalizava-se com o nome de Grupo da Maria. Uma vez eleita, Maria Luiza colocou o mandato a serviço do seu grupo, dos movimentos e mobilizações sociais e estava em todos os locais. Segundo ela própria, era "só olhar o mapa da cidade como expressão da luta de Maria Luiza: Cidade 2000, Messejana, Pirambu e José Bastos"[163].

E assim, Maria Luiza, como parlamentar, entendia que o parlamento "era necessário para fortalecer o processo revolucionário", segundo explicou José Nobre Guimarães:

> Basta você analisar o mandato, eu fui assessor dela em 1982, trabalhava no gabinete, ela não apresentava nenhum projeto de lei, não tinha que ficar preocupada com a ação institucional, elaborar leis de interesse da população, discutir o orçamento do Estado (...) era a ação social, a mobilização (...) o movimento se aparelhava no mandato, e o mandato se aparelhava no movimento, na ação de enfrentamento com o governo Virgílio Távora que nós fazíamos na época (Guimarães)[164].

O depoimento de Guimarães*,* ao afirmar que *"o movimento se aparelhava no mandato, e o mandato se aparelhava no movimento*", contém uma das ideias mais caras aos militantes marxistas, a dialética, que envolve o movimento, a relação e a *práxis*. O sociólogo e filósofo marxista francês Henri Lefebvre percebe essa questão nos grupos marxistas da seguinte forma: "A *praxis* no seu mais alto grau (criador, revolucionário) inclui a teoria que ela vivifica e verifica. Ela compreende a decisão teórica como a decisão de ação. Supõe tática e estratégia. Não existe atividade sem projeto; ato sem programa, *praxis* política sem exploração do possível e do futuro"[165]. Para o Grupo da Maria, a tática era a mobilização e o confronto, e a estratégia seria a Democracia Popular. A promessa, isto é, a perspectiva teleológica, era a implantação de uma sociedade nova, caracterizada pelo bem-estar de todos.

---

[162] AZEVEDO. Op. Cit., 2002, p. 43.
[163] Depoimento de Maria Luiza. Centro Cultural OBOÉ, primeiro semestre de 2004.
[164] CARVALHO. Op. Cit., 1999, p. 138.
[165] LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. (Tradução: Carlos Roberto Alves Dias). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979, p. 41.

Enquanto o PCB, PC do B, Grupo da Maria e MR 8 atuavam no interior do PMDB, surgia em Fortaleza, como extensão de um movimento que emanava do ABCD paulista, a ideia da fundação de um novo partido no Brasil. Em outubro de 1978, Luís Inácio da Silva, o Lula, veio ao Ceará, convidado por Auto Filho, jornalista recém-libertado da prisão, o qual, em nome do Sindicato dos Jornalistas, visitou sindicatos e "defendeu a ideia de que os trabalhadores deviam ter um partido". Seis meses depois, em 1º de maio de 1979, no Teatro José de Alencar, com a presença de sindicalistas de São Paulo, foi lida uma carta propondo a criação de um movimento pela fundação do PT. A partir de então, esse movimento passou a existir no Ceará[166].

A pesquisadora Ercília Olinda encontrou na origem do PT cinco concepções básicas. A concepção "majoritária", reunindo sociais-democratas, pró-soviéticos, pró-cubanos e pessoas seguidoras da teologia da libertação, defendia que o PT tivesse um projeto próprio. As organizações de orientação "marxista leninista" reuniam alguns dos que enfrentaram a ditadura, como era o caso do Partido Comunista Revolucionário. Essas organizações não aceitavam aliança com a burguesia, como faziam o PCB e o PC do B, rejeitavam a visão etapista da revolução brasileira e tinham o PT apenas como um instrumento que viabilizaria a fundação de um partido "verdadeiramente revolucionário". As organizações "trotskistas" tinham posição "ultra-esquerdista" com "organização e disciplina própria". Os "grupos com uma leitura mais heterodoxa do marxismo" lutavam para que o PT se transformasse em um "partido revolucionário". E, por último, os "grupos libertários de origem anarquista", com pouca influência dada a "sua natureza dispersiva e inorgânica"[167].

Nesse momento em que o PT se organizava, o Grupo da Maria saiu do PC do B e participou do processo de fundação do Partido Revolucionário Comunista (PRC), que ocorreu em fevereiro de 1984. O PRC interpretava que a ditadura deveria ser derrubada revolucionariamente pela classe operária, como explicitavam as resoluções do seu I Congresso, citado por Ponte Júnior:

> O aguçamento da crise do capitalismo, a falência do regime militar e a entrada das grandes massas na luta política colocam na ordem do dia o fim do regime de 64. A questão-chave reside em como

[166] OLINDA. Op. Cit., 1991, p. 47, 48.
[167] Id. Ibid., p. 34.

> abordar revolucionariamente a luta pela liberdade política e por uma mudança de conjunto na situação do país. Em resposta a esta questão, o Partido Revolucionário Comunista define como centro de sua tática os seguintes elementos: chamando o proletariado a colocar-se à testa do movimento popular, concentra o ataque à ditadura militar na perspectiva de sua derrubada revolucionária; combate a política de conciliação como o governo do ponto de vista da luta contra o regime militar e no curso das lutas de massas, radicalizando-as; lutar pela implantação de um governo democrático operário e popular que tire o país da crise e as massas da miséria e opressão, rompa a dependência ao imperialismo, exproprie os bancos e demais monopólios capitalistas, colocando-os sob controle operário, e solucione revolucionariamente a questão agrária, um governo que inicie a construção do socialismo. (Resoluções do I Congresso do PRC, 1984: 64-5)[168].

Foi nesse ano, 1984, que o Congresso Nacional rejeitou a emenda Dante de Oliveira, que restauraria as eleições diretas para a Presidência da República. Ao contrário do PCB e do PC do B, que aceitavam o resultado da votação, o PRC e o Grupo da Maria rejeitavam qualquer forma de conciliação.

Se o PC do B passava por uma divisão, com a saída de alguns de seus membros, a fundação do PT no Ceará também era permeada de controvérsias internas entre vários grupos: do Auto Filho, do Gilvan Rocha, o ligado às CEBs (Antônio Pinheiro e Antônio Amorin) e os grupos trotskistas (LIBELU e Convergência Socialista). A Primeira Comissão Provisória do PT foi eleita em janeiro de 1980: Presidente, Auto Filho; Secretário Geral, Gilvan Rocha; e Tesoureiro, Daniel Colares. Após o cumprimento das exigências legais, o PT passou a eleger suas Comissões Provisórias. Diante dos conflitos entre Auto e Gilvan pelo controle do Partido, a direção nacional ordenou que houvesse o lançamento de uma chapa única. Auto Filho rejeitou, foi afastado da Comissão Executiva Provisória e abandonou a militância político-partidária. O Grupo do Gilvan indicou Joaquim Almeida, liderança em um dos bairros mais pobres da cidade, o Pirambu, e foi eleito presidente. Nas eleições de 1982, o PT não elegeu nenhum parlamentar. Em 1984, Gilvan Rocha assumiu a presidência do PT[169].

Em princípios de 1985 começavam os arranjos para as primeiras eleições às prefeituras de capitais. Em Fortaleza, PCB e PC do B defendiam uma candidatura pelo PMDB capaz de derrotar o candidato dos defensores do regime ditatorial, envolvendo alianças com setores da burguesia. Nesse

[168] PONTE JÚNIOR. Op. Cit., 2000, p. 97.
[169] OLINDA. Op. Cit., 1991, p. 49,50,51,52.

momento, o Grupo da Maria solicitou a entrada no Partido dos Trabalhadores. Como o PT se organizava em núcleos, o "PRC 'forçou' a entrada dos seus militantes e aliados através da criação de inúmeros núcleos, que era a instância onde se determinavam as decisões do partido"[170]. Com isso, o Grupo da Maria garantiu sua entrada no Partido e, em seguida, o lançamento de Maria Luiza como candidata do PT à Prefeitura de Fortaleza nas eleições de novembro de 1985.

[170] Id. Ibid., p. 53.

## Capítulo 2: Da campanha eleitoral à posse de Maria Luiza

### 2.1. A campanha eleitoral de Maria Luiza

#### 2.1.1. O desgaste do PMDB e a atuação de Maria Luiza e do PT na greve dos motoristas

Faltando quinze dias para as eleições municipais de 1985, os motoristas de transportes coletivos das diversas empresas que atuavam em Fortaleza estavam reunidos em seu sindicato, tratando da organização de uma greve por melhores salários.

Conforme o DN, o Prefeito da cidade, Barros Pinho, argumentava que a solução do problema não cabia à Prefeitura e, sim, às negociações entre empresários e trabalhadores. O DN noticiava: "O prefeito Barros Pinho não vai se envolver com a greve porque entende ser 'da competência dos empresários e motoristas a negociação' e opinou que 'a repressão não é o melhor caminho'."[171]. Ao mesmo tempo, o jornal anunciava que a Prefeitura estava montando um sistema alternativo que evitaria a paralisação dos ônibus, através da cessão de seus motoristas às empresas. Esse encaminhamento era apenas uma forma do Prefeito dizer à sociedade que ele estava fazendo a sua parte e não uma resposta eficaz, pois a categoria dos motoristas de ônibus era muito organizada e sabia armar piquetes muito bem. Por outro lado, entendia que seria desgastante para Paes de Andrade, candidato de seu partido, tanto se aceitasse o aumento das passagens como se viesse a solicitar o uso da força policial para tentar garantir a circulação dos ônibus.

Quando a greve teve início, o DN abriu espaço para o vereador do PC do B, porém eleito pelo PMDB, Francisco Lopes, o qual interpretava a situação alegando que os próprios empresários estavam a "pressionar" pelo aumento das passagens. A greve interessaria também aos empresários do setor de transportes coletivos, pois os mesmos a utilizariam para justificar um aumento no preço das passagens. Embora o PC do B adotasse posição contrária à elevação dos preços das passagens de ônibus, quase todos viam que o

[171] Motoristas não temem repressão contra grevistas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 Nov. 1985, capa.

aumento dos salários dos motoristas somente seria possível com o referido aumento.

A greve atingia o PC do B por diversos lados. O Partido controlava a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF)[172] e, com ela, desenvolvia um movimento pelo congelamento dos preços, portanto não poderia apoiar o aumento das passagens. O Prefeito Barros Pinho era notoriamente ligado à esquerda do PMDB e aliado do PC do B. O Vereador Francisco Lopes era o líder do PMDB na Câmara e tinha como função defender politicamente o Prefeito e assim, tinha de ser contra a greve. Atingindo o Prefeito, a greve atingia o candidato Paes de Andrade, do PMDB, à Prefeitura de Fortaleza, e essa era outra razão para o PC do B ser contra a greve. O Governador Gonzaga Mota, responsável pelo acionamento da Polícia Militar na questão da greve, havia se transferido para o PMDB e também era, portanto, aliado do PC do B, de Barros Pinho e de Paes de Andrade. Francisco Lopes funcionava como um respaldo político de Paes de Andrade junto à esquerda e aos movimentos populares.

Em 1985, quase toda a população da cidade de Fortaleza deslocava-se cotidianamente para o centro da cidade, que era o principal local de trabalho ou o único ponto de transbordo para quem ia de um bairro a outro. Mesmo sendo menos perigoso fornecer uma carona do que nos dias atuais, essa prática não conseguia diminuir o problema, pois amplos setores da classe média não possuíam automóvel. O DN, na matéria *Greve continua. Mais um dia de sufoco*, interpretava a paralisação dos transportes coletivos como sufocante, em razão da grande lotação e calor nas “kombis”, caminhões e camionetes

[172] Em 1981, sob influência da “linha de ação da pastoral urbana, (...) foi realizado em Fortaleza o I Congresso de Entidades de Bairros (...), em que se deliberou pela formação de uma Comissão Pro - Federação (...) movimento (...) apoiado pelos partidos de esquerda: PC do B, PCB e MR-8”. Em 1982, foi criada a FBFF, cuja “primeira diretoria foi eleita com a predominância do PC do B na direção”. Em 1984, sob influência do PC do B, a FBFF “estabelece apoio político ao Governador Gonzaga Mota, devido ao seu ‘rompimento’ com os ‘coronéis’ e a adesão dada à candidatura Tancredo Neves”. Nesse ano, a FBFF empreendeu uma “luta intensa por Frentes de Serviço, mobilizando os bairros de Fortaleza em assembléias, abaixo-assinados, passeatas, encontros, dirigindo suas reivindicações à SUDENE e SINE, dentre outros órgãos públicos. Em 1985 são liberados cerca de Cz$ 1.200.000,00 para serem administrados pela FBFF com o objetivo de viabilizar as Frentes de Serviços nos bairros de Fortaleza, basicamente obras de infra-estrutura” (FERNANDES, Adelita Neto Carleial; DIÓGENES, Glória Maria; LIMA, Maria Cláudia Nogueira de. Movimentos sociais urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social. In: BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo (Orgs.). **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus, 1991, 66,67).

usadas como transportes alternativos e dos transtornos acrescentados aos problemas cotidianos dos habitantes de Fortaleza"[173].

Iniciada a greve, no dia 03 de novembro, o esquema alternativo que funcionaria no dia 04 fracassou, e o Prefeito Barros Pinho não conseguiu que as partes, motoristas e empresários, entrassem em acordo. Em *Nota Oficial*[174] publicada no DN, a Prefeitura explicava que apenas atuou como intermediária na questão. Era uma tentativa de convencer a sociedade de que não era responsável pela continuidade do movimento. Sob o título *Delegado do trabalho diz que greve é ilegal,* o DN posicionava-se como uma voz empresarial, criando um clima de ameaça aos motoristas, trazendo declarações com referência à possibilidade de demissões e a opinião do Delegado do Trabalho[175], o qual interpretava a greve como ilegal. Com a matéria *Tiros acirram ânimo em favor da greve,* o jornal informava que o Prefeito declarou que os motoristas estariam sendo manipulados, que tiros teriam sido disparados, e que ônibus estariam sendo depredados[176], associando a prática da violência aos grevistas e aos supostos manipuladores.

O dia 05, quando o sindicato dos motoristas resolveu pelo fim da greve, foi marcado por sérios confrontos entre os grevistas e a Polícia Militar. No Editorial do dia 06, intitulado *Lições de um pesadelo*[177], o DN alertava para que no futuro todos pensassem mais quando a questão viesse a "comprometer radicalmente a normalidade da vida urbana". Com a matéria *Pinho: Terminou o meu calvário*, o DN ressaltava as preocupações, ou angústia, do Prefeito Barros Pinho, que teria exclamado "terminou o meu calvário"[178] ao tomar conhecimento do fim da greve (DN 06 Nov. 1985). Sendo de esquerda, Barros Pinho entendia a greve como justa, porém, por ser Prefeito, era um dos principais responsáveis pelo funcionamento do sistema de transportes.

Os confrontos permearam todo o dia 05. Os militantes do sindicato dos motoristas eram muito habilidosos em paralisar todos os ônibus que se aventuravam em sair às ruas, os quais tinham os pneus furtivamente esvaziados e os vidros quebrados. Sob a alegação de reprimir tais práticas, a

[173] Greve continua. Mais um dia de sufoco. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 nov. 1985.
[174] Nota Oficial. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 Nov. 1985.
[175] Delegado do trabalho diz que greve é ilegal. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.
[176] Tiros acirram ânimo em favor da greve. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.
[177] Editorial: Lições do Pesadelo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.
[178] Pinho: Terminou o meu calvário. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Polícia Militar se dirigiu ao sindicato, na Avenida do Imperador, onde, segundo a matéria *Violência marca o fim da greve de dois dias*, ocorreram confrontos:

> Dezenove prisões, espancamento, apreensão de uma camioneta e um princípio de invasão ao Sindicato dos Motoristas e Hospital SOS... depois de três incursões da Polícia Militar (PM) contra motoristas grevistas que tentavam secar pneus...
> (...)
> A polícia chegou (...) procurou foi empurrar os motoristas e trocadores. Então, alguém perdido na multidão gritou: 'Cadê a televisão que não mostra esse espancamento?' (...) Na mesma ocasião um policial bateu com o cassetete na cabeça de um grevista que caiu ao lado. Mesmo assim, a PM continuou batendo na vítima indefesa[179].

Segundo essa mesma matéria, um grevista foi atingido por um cassetete, caiu e continuou sendo espancado pelos policiais, uma mulher foi atingida por uma pedra e, quase desmaiada, foi levada até uma farmácia. Mais e mais viaturas chegavam ao local. "Logo chegou reforço nas viaturas 580, 571, 572, 55, 564, 04, 576, 564, 01 e 03. E o cassetete voltou a funcionar"[180]. A Polícia Militar realizou três incursões contra o sindicato; dezenove pessoas foram presas, outras sofreram espancamentos e, misteriosamente, um motorista foi assassinado. Maria Luiza Fontenele entrou no corpo a corpo entre os cassetetes e as pedradas ao lado dos motoristas: "Eu, o nosso grupo e companheiros do PT acompanhamos de perto os confrontos. Houve momento em que estávamos entre as pedras e os tiros. Fui entrevistada por vários canais de televisão"[181].

Enquanto uns acusavam o PT e Maria Luiza de terem manipulado os grevistas, como faziam os peemedebistas, outros condenavam o governador Gonzaga Mota e o prefeito Barros Pinho pela violência policial. "Os vereadores Francisco Lopes e Marcus Fernandes lamentaram a ação, segundo eles nefasta, da participação de um partido político, o PT, na manipulação do movimento paredista"[182]. Enquanto Maria Luiza e os petistas atribuíam a morte do motorista à repressão, a Polícia Militar e a viúva davam declarações de que ele teria sido morto por assaltantes, sendo que ambas as versões foram noticiadas pelo DN.

---

[179] Violência marca o fim da greve de dois dias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.
[180] Violência marca o fim da greve de dois dias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.
[181] Entrevista de Maria Luiza a nós concedida. Fortaleza, 12 abr. 2011.
[182] Denunciada ação do PT na greve dos motoristas em Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 Nov. 1985.

Interpretamos que o posicionamento de Maria Luiza diante da greve trouxe muitos adeptos para sua candidatura, pois reafirmou à sociedade a ideia de uma candidata corajosa, com sólidos princípios de liberdade e justiça social e, indubitavelmente, ao lado dos trabalhadores.

### 2.1.2. A truculência policial visível

Muitos crimes envolvendo policiais marcaram a imprensa cearense durante o segundo semestre de 1985. Em 23 de outubro, o DN publicou uma matéria, envolvendo a polícia e militantes petistas, a qual teve muita influência nos debates políticos. A partir de 03 de novembro, no entanto, uma sequência, talvez nunca vista de destacadas notícias, envolvendo a polícia, iria dividir com a greve, durante alguns dias, a posição de assunto destacado. Vale ressaltar que essas notícias funcionavam como um conjunto de sintomas que, de certa forma, davam razão ao PT e à Maria Luiza, que se posicionaram a favor dos motoristas e enfrentaram a polícia. Os mais prejudicados eram o PMDB, Gonzaga Mota e, consequentemente, Paes de Andrade, os quais foram acusados de mobilizarem a Polícia Militar contra os grevistas.

Em 23 de outubro, o DN publicou uma matéria intitulada *Militantes do PT feridos a tiros e depois detidos,* a qual informava o seguinte: “Dois militantes do Partido dos Trabalhadores foram feridos a bala e juntamente com um terceiro foram arbitrariamente detidos na tarde de ontem”. O incidente resultou “numa verdadeira manifestação contra a repressão policial e luta por mais cultura e educação”, promovida por militantes petistas. Os três rapazes foram “parados por quatro elementos que se identificaram como policiais civis (...)”. Durante a revista aconteceu “um tiro à queima-roupa”, ferindo “Carlos Gomidi, 32 anos, transpassou seu corpo, atingiu o braço de Potengy Guedes Filho, 31 anos, (...)”. Após o incidente, um ficou detido no 7º Distrito Policial e “os dois feridos foram levados na traseira de um ‘camburão’ à Unidade Central do Instituto José Frota”. Depois, “acompanhados da Deputada Maria Luiza Fontenele, candidata do PT à prefeitura de Fortaleza, e do advogado da arquidiocese, Dalton Rosado, todos se dirigiram à Secretaria de Segurança Pública...”. Após as guias de lesão corporal ter sido preparadas, os policiais que acompanhavam Carlos Marques “queriam obrigá-lo a dizer que eles tinham

sido feridos porque reagiram à voz de prisão e em meio à confusão", aconteceu o disparo. Na SSP, a Deputada Maria Luiza "denunciou que muitas outras formas de agressão estão sendo cometidas contra os militantes do PT desde que começou a campanha política". No programa eleitoral da televisão, "ela chamou a atenção das autoridades, dizendo que responsabilizará o Governador, o Vice-governador e o Secretário de Segurança por qualquer atentado a seus correligionários". À noite, o comitê do candidato do PMDB à Prefeitura de Fortaleza, Deputado Paes de Andrade, "divulgou nota de apoio aos militantes do PT"[183].

No dia 03, a manchete principal do DN foi: *Carros da própria PM usados em assaltos: desbaratada quadrilha de policiais*[184]*.* Na reportagem *Motorista de táxi é morto com um tiro de revólver,* a suspeição recaía sobre um "policial civil ainda não identificado"[185]. Nesse mesmo dia, outra matéria tinha com título: *Policial Civil atira em dois homens, e um morre no IJF Centro*[186]*.* No dia 06, o DN relatava a prisão de um militar reformado[187]. Além disso, com grande destaque na página policial, uma das mais lidas, trazia a expulsão de três policiais da ativa da Polícia Militar que praticavam assaltos na cidade[188].

No dia 07, o DN, mesmo sem comprovação, deu destaque à morte do motorista informando: *Motorista espancado pela polícia durante a greve morre no IJF*[189]. Outra matéria explicava a expulsão de dezenove Policiais Militares, acusados de pertencer a uma "gangue" envolvida com diversos crimes[190]. Também no dia 07, noticiava: *Ex-cabo depõe hoje na DR*[191], acusado de envolvimento em assaltos e homicídios. Nesse mesmo dia, o DN informava que estavam sendo postos em liberdade "ex-militares que fizeram assaltos à mão armada"[192]. Além de tudo isso, o DN publicava uma reportagem baseada em uma carta, enviada pelo Comitê do PT de Messejana, de que Policiais Militares,

---

[183] Militantes do PT feridos a tiros e depois detidos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 out. 1985.
[184] Carros da própria PM usados em assaltos: desbaratada quadrilha de policiais. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 03 nov. 1985.
[185] Motorista de táxi é morto com um tiro de revólver. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 nov. 1985.
[186] Policial Civil atira em dois homens e um morre no IJF Centro. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 nov. 1985.
[187] Aliciamento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 nov. 1985.
[188] Expulsos os PMs da ativa que praticavam assaltos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 nov. 1985.
[189] Motorista espancado pela polícia durante a greve morre no IJF. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.
[190] 19 PM's são expulsos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.
[191] Ex-cabo depõe hoje da DR. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.
[192] Em liberdade ex-militares que fizeram assaltos à mão armada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.

de várias viaturas, espancaram pessoas que participavam de um comício da candidata Maria Luiza Fontenele.

> O Partido dos Trabalhadores – PT, através do Comitê de Messejana denunciou em carta enviada à redação do Diário do Nordeste, repressão policial de que foram vítimas pessoas que participaram de um comício da candidata à prefeitura de Fortaleza, Maria Luiza Fontenele. O comício foi realizado na noite do último domingo no bairro da Lagoa Redonda, distrito de Messejana. (...) Participaram da agressão militares das viaturas...[193].

No dia 08, novamente a polícia estava em destaque: *Marginal é morto e família acusa cabo da PM*[194]; *Morre agricultor que apanhou da PM*[195]*;* e *Agente de polícia acusado de matar motorista de táxi no Otávio Bonfim*[196]. Ainda, em uma matéria sobre a greve, o Presidente do Sindicato dos Motoristas dizia que a responsabilidade da violência que caracterizou o movimento foi causada pelo Partido dos Trabalhadores e pela Central Única dos Trabalhadores, segundo informações da Polícia Militar.

Outra coincidência reforçava ainda mais essa sequência de notícias que arrasavam a credibilidade da polícia: o panfleto *Porque venceremos as eleições*, que era distribuído pelo PT desde o princípio do mês, trazia, entre outras, uma charge com um policial militar baleando uma pessoa.

Como Maria Luiza aparecia contra a intervenção policial nos movimentos grevistas, esse desgaste da Polícia Militar era amplamente favorável à sua imagem junto à opinião pública durante os poucos dias que antecederam às eleições. Embora não seja nosso objetivo tentar demonstrar como teria sido se os fatos tivessem tomado outro rumo, não é um despropósito aventar que, sem os confrontos com a polícia na greve dos motoristas, provavelmente Maria Luiza não teria vencido as eleições.

---

[193] Repressão. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 Nov. 1985.
[194] Marginal é morto e família acusa cabo da PM. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 Nov. 1985.
[195] Morre agricultor que apanhou da PM. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 Nov. 1985.
[196] Agente de polícia acusado de matar motorista de táxi no Otávio Bonfim. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 Nov. 1985.

### 2.1.3. A campanha de Maria Luiza nos quinze dias da "virada" eleitoral

Quinze dias antes das eleições, o DN publicou o resultado da última pesquisa antes do pleito, realizada pelo Ibope[197]. Paes de Andrade, Lúcio Alcântara, Maria Luiza e Antônio Morais apareciam com 53,3%, 22,3%, 7,3% e 4,2%, respectivamente, na preferência dos eleitores. Com uma diferença superior a 30%, a eleição parecia estar definida em favor do candidato do PMDB.

Apesar disso, Maria Luiza transparecia acreditar na "virada". De acordo com as notícias do DN, os principais pontos do discurso eleitoral de Maria Luiza eram: o combate à sonegação de impostos e à corrupção; a afirmação de que ela própria era uma lutadora e que construiria algo novo com a participação do povo, através dos Conselhos Populares, e que esse "novo" teria em sua composição, entre outras coisas, o acesso do povo a condições dignas de habitação, saneamento, educação, saúde, lazer, transportes e emprego.

Em 1º de novembro, o DN deu espaço para o PT divulgar sua programação de final de campanha. Comparando-se a matéria publicada com o processo pós-vitória, que não era um anúncio de uma sequência aleatória de eventos, como fazem muitos partidos apenas para ocupar o espaço reservado pela mídia para os candidatos, era, na verdade, uma agenda orgânica, com panfletagens e eventos estrategicamente distribuídos na cidade. Nesse momento o comitê de campanha apresentava um panfleto que se tornaria, conforme veremos em tópico específico, importante peça de propaganda eleitoral.

> A primeira peça dessa nova fase da campanha do PT já está sendo distribuída. Trata-se de um pronunciamento da candidata na Assembléia Legislativa, explicando porque vai vencer a eleições. No documento ela volta a denunciar o uso da máquina administrativa pelos candidatos oficiais, Paes de Andrade e Lúcio Alcântara, dizendo que "esbanjam dinheiro numa afronta ao sofrimento do povo"[198].

Vemos também que a campanha de Maria Luiza esforçava-se para conseguir apoio de artistas da terra. Naquele momento, os comícios eram

[197] Ibope dá 31% de vantagem a Paes na última rodada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 out. 1985.
[198] Candidatos do PT fazem novos investimentos em publicidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 04 Nov. 1985.

necessariamente permeados de números musicais com objetivo de atrair o público. Os artistas da terra, além da vantagem de serem um reforço de credibilidade, pois se apresentavam como voluntários, não gerariam gastos financeiros. Entre eles, os petistas citavam Teti, Roger, Pingo, Fernando Nery, Paraíba, Gigi, Olga, Marcílio, Marta Aurélia, Galvão e os conjuntos Natureza e Flor de Lis. Divulgavam que tentariam trazer artistas de renome nacional e citavam Gonzaguinha, Elba Ramalho, Ednardo, Belchior e José Wilker. Organizavam a vinda das lideranças nacionais do próprio PT, como Lula e Genoino (José Genoino Guimarães Neto). Preparavam uma sequência de pequenos comícios em praças da periferia para atingir os segmentos mais necessitados da sociedade, os chamados "comícios de médio porte" nos bairros de Henrique Jorge, Carlito Pamplona, Cidade 2000, Mucuripe, Parque São José, Conjunto Industrial, Conjunto José Walter, Pirambu e Messejana[199]. Usavam a imagem de equilíbrio do municipalista e candidato a vice, Américo Barreira, para amenizar a radicalidade atribuída ao PT e aos seguidores de Maria Luiza. Acusavam as campanhas de Lúcio Alcântara e de Paes de Andrade de esbanjarem dinheiro e convidavam toda a população para o último comício, o grande comício, que ocorreria no dia 12, antecipadamente denominado de "comício da virada".

Já os defensores da candidatura de Lúcio Alcântara, imaginando que o crescimento de Maria Luiza tiraria votos apenas de Paes de Andrade, não teciam críticas a ela. Os ataques à campanha de Maria Luiza vinham sempre dos partidários de Paes de Andrade e quase sempre como réplica, pois supunham que tinham mais a perder do que a ganhar em uma troca de acusações com a candidata. Vale ressaltar que esses ataques acabaram fortalecendo Maria Luiza. "Vossa Senhoria é chegada a uma greve", disse o deputado Wilson Machado, do PMDB. Maria Luiza sorria e dizia que sempre estivera mesmo do lado da classe trabalhadora, informando que estaria presente "em qualquer lugar do Estado, onde houvesse um movimento dos trabalhadores, reivindicando melhoria salarial e nas suas condições de vida", e aproveitava para relatar, por exemplo, que estivera presente no protesto dos trabalhadores rurais de Quixadá. "Sobre a greve dos motoristas, a parlamentar

[199] O PT organiza o calendário de comícios até o final da disputa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 1º Nov. 1985.

do PT culpou o governador Gonzaga Mota e o prefeito Barros Pinho pela presença do aparato policial nas ruas da cidade, principalmente em frente à sede do sindicato da categoria"[200].

Em se tratando do objetivo de angariar apoio junto às elites intelectuais e econômicas, a campanha de Maria Luiza informava ter sucesso. Divulgava que estava recebendo apoio "de vários comitês eleitorais que vinham trabalhando em favor dos candidatos do PMDB, Paes de Andrade, do PFL, Lúcio Alcântara e do PTB, Antônio Morais"[201]. Esse anúncio era mais sério do que se podia esperar no conjunto de artimanhas inerentes ao jogo eleitoral, como veremos em outro tópico.

Como Paes de Andrade apostava no chamado voto útil, isto é, ou ele próprio venceria ou o vitorioso seria o candidato da direita, sua campanha passava a ideia de que havia outros candidatos tão bons quanto ele ou até melhores, porém sem chances eleitorais. Havia, portanto, entre os que votavam em Paes em razão do voto útil, pelo menos dois motivos para abandoná-lo: a dúvida se Paes seria diferente de Lúcio Alcântara ou a possibilidade de vitória de Maria Luiza, que também era de esquerda.

Barros Pinho, Prefeito em exercício, identificado com a campanha de Paes de Andrade, já havia sido acusado por Maria Luiza de ter entrado no "esquema": "Você será obrigado a renegar todo o seu passado na condição de Prefeito. É isso realmente o que está acontecendo, porque todos estamos vendo que o Barros Pinho entrou no esquema"[202]. (DN 06 Nov. 1985). Além disso, alguns peemedebistas involuntariamente ajudavam Maria Luiza. Um panfleto de apoio a Paes de Andrade, citado com detalhes no DN, ao defender o voto útil, reforçava a ideia de que Maria Luiza podia até mesmo ser melhor do que ele: "Há candidatos bons, mas sem a menor possibilidade de vitória". Sabemos que o panfleto se referia especificamente a Maria Luiza em razão da frase que o encerrava: "Fortaleza precisa de um prefeito macho"[203]. Maria Luiza era uma das maiores lideranças da associação denominada União das

[200] Discussão sobre movimento gera acusações entre deputados na AL. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.
[201] Os candidatos do PT anunciam novas adesões de lideranças. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 Nov. 1985.
[202] Discussão sobre movimento gera acusações entre deputados na AL. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.
[203] Voto útil. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 Nov. 1985.

Mulheres Cearenses. O voto influenciado pelo feminismo, portanto, não tinha mais dúvidas sobre a grande semelhança entre Paes de Andrade e Lúcio Alcântara. Poderia estar faltando, portanto, apenas que o eleitor adepto do voto útil passasse a acreditar na possibilidade de Maria vencer e mudasse seu voto.

Por outro lado, como as pesquisas mostravam Paes de Andrade muito à frente, a possibilidade de uma vitória de Lúcio Alcântara, candidato apoiado pelo coronel Adauto Bezerra, dependia da queda de Paes de Andrade. Caso a candidatura de Maria Luiza crescesse, tiraria votos da esquerda, isto é, cresceria sobre os votos que seriam dados a Paes de Andrade, pois este detinha a credibilidade de quem era apoiado por amplos setores organizados em sindicatos, entidades estudantis e associações de moradores de bairros e favelas. O mesmo argumento era válido para a candidatura de Antônio Morais, apoiado pelo coronel Virgílio Távora. Para esses setores da direita, investir em Maria Luiza era uma forma de criar uma possibilidade de vitória de seus candidatos ou de, pelo menos, de derrotar o PMDB e Gonzaga Mota. Não era sem lógica, portanto, o apoio de setores da direita à Maria Luiza. Virgílio Távora, por exemplo, como escreveu o líder do PT, Gilvan Rocha, recomendou ao senhor Miguel Patriolino Ribeiro, dono da TV Cidade, para que fizesse as filmagens e edições da campanha do PT a preços simbólicos. “E assim foi feito”, além das contribuições em dinheiro[204]. Dessa forma, o anúncio do Comitê do PT de que estava recebendo apoio de pessoas até então integrantes de comitês de adversários de Maria Luiza, não era um blefe.

No dia 10 de novembro, a televisão Verdes Mares realizou um debate entre os candidatos. Lúcio Alcântara propunha o histórico corporativismo das classes dominantes desde a antiguidade e reafirmado, no século XIX, pelo antisocialismo católico, da Encíclica *Rerum Novarum*, afirmando que sua candidatura era “uma candidatura de união de todas as classes sociais e categorias profissionais”[205], esquecendo que seu grupo político estava no poder há duas décadas, que ele próprio já fora prefeito da cidade e do abismo social que só aprofundara, nesse período, a miséria vivida por muito mais da metade da população de Fortaleza.

---

[204] ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008, p. 171.
[205] Candidatos dizem por que querem a Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 Nov. 1985.

Paes de Andrade, com outra proposta, apresentava-se como candidato progressista: “Fui convocado pelo meu partido, pelas forças populares, pelas lideranças universitárias, pelas lideranças sindicais”. Ao mesmo tempo, sutilmente, atacava a candidatura de Lúcio Alcântara quando afirmava que “a Prefeitura foi saqueada, através de um processo despudorado de corrupção”[206], referindo-se às administrações anteriores. Maria Luiza lembrava sua trajetória nas lutas sociais, chamava o povo a participar do governo e colocava-se como capaz de resolver os principais problemas do povo, na reportagem *Candidatos dizem por que querem a Prefeitura* :

> Os fortalezenses sabem que minha candidatura foi forjada durante vários anos de luta junto aos movimentos populares. (...) A minha candidatura, portanto, oferece a você, fortalezense, a possibilidade concreta de administrar Fortaleza de uma forma diferente. (...) acesso à habitação... todas as favelas sejam saneadas... permanecerão nos seus locais de moradia... horta comunitária... lazer... arte.[207]

Enquanto Maria Luiza, ao tratar da questão dos recursos para administrar a Cidade, considerava que o cerne da questão era o combate à corrupção, Paes de Andrade, mais realista, apontava o sistema tributário: “É indiscutivelmente deficitário... não se pode aceitar essa legislação que está aí, em que a União fica com 54% dos recursos arrecadados, os Estados com 33% e aos Municípios cabe a parcela irrisória de 7,5%’.”[208].

No dia 13 de novembro, a capa do DN trazia uma foto do comício que o comitê eleitoral do PT anunciara como o da virada: *“Maria Luiza faz a festa sem Roque Santeiro[209]”*. Roque Santeiro era o personagem representado pelo ator cearense José Wilker na novela Roque Santeiro da Rede Globo. O referido comitê supostamente contaria no comício com a participação do ator da Rede Globo, José Wilker, que vivia o auge de sua popularidade. Sem ele, o comício teve, segundo números publicados no DN, com 60 mil pessoas e, mesmo que realmente não tivesse atingido as esperadas 100 mil e contasse com apenas dois artistas de renome nacional, Ednardo e Belchior, transmitiu a ideia de ter sido um grande espetáculo.

---

[206] Candidatos dizem por que querem a Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 Nov. 1985.
[207] Candidatos dizem por que querem a Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 Nov. 1985.
[208] O orçamento municipal foi o mais questionado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 Nov. 1985.
[209] Maria Luiza faz a festa sem Roque Santeiro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 Nov. 1985.

> Cerca de 60 mil pessoas... Uma festa animada por bandas, artistas da terra e dois artistas cearenses de nome nacional: Belchior e Ednardo. (...)
>
> (...) A festa foi denominada 'festa da virada' numa tentativa de acirrar ainda mais a campanha e conquistar os votos dos indecisos...
>
> (...) O primeiro a utilizar a palavra foi o deputado federal Jenuino Neto...
>
> (...) alguém segurava uma cruz de madeira onde se lia "Santa Cruz dos famintos". 'O povo acredita em nós' falou emocionado Américo Barreira (...)
>
> 'Este é o momento para que nós façamos declaração de amor a esta cidade. Grande amor marcado pelo sofrimento de uma população oprimida e explorada'. Assim iniciou o seu discurso a deputada Maria Luiza, acrescentando que a sua campanha simboliza uma luta construída pelo próprio povo.[210]

O DN, como fazia metodicamente desde seu primeiro número, defendia os projetos empresariais e os proprietários rurais e combatia a esquerda através de seus editoriais e da publicação de artigos dentro da linha editorial. No dia 09 de novembro, sob o título *Caminho do entendimento* denunciava que a Comissão Pastoral da Terra, o PT e setores radicais do PMDB estariam acobertando, por todo o Brasil, ações assustadoras e violentas dos "sem terras" em "total desrespeito ao direito de propriedade". Alertava que no Ceará estavam em curso cento e dez conflitos de terras. Concluía que, diante desse quadro, a Federação das Associações do Comércio (FACIC), da Indústria e da Agricultura, estava organizando um esquema coerente para a defesa rápida e consistente "dos interesses dos proprietários rurais"[211]. Sendo assim, interpretamos que para o DN e a FACIC deveriam ser seriamente considerados como adversários a "esquerda radical" do PMDB, o PT, a CUT e o clero progressista. Esse tipo de abordagem lembrava aos setores mais progressistas que o PMDB não era ao todo comprometido com mudanças mais profundas reivindicadas pela sociedade.

### 2.1.4. O panfleto *Porque venceremos as eleições no dia 15 de novembro*

O panfleto se constituía de uma folha de papel, tamanho ofício e dividido em 4 páginas, cada qual, portanto, aproximadamente do tamanho A5. Conforme notícia publicada pelo DN sobre a campanha eleitoral do PT, o

[210] Maria Luiza faz a festa sem Roque Santeiro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 Nov. 1985.
[211] Editorial: Caminho do entendimento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 Nov. 1985.

panfleto já estava sendo distribuído no dia 3 de novembro de 1985. Segundo Maria Luiza, um milhão de unidades foi espalhada por todos os cantos de Fortaleza. O panfleto apresentava-se como um resumo de um discurso proferido por Maria Luiza Fontenele, como Deputada Estadual, em junho de 1985, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Jorge Paiva nos revelou que o texto do panfleto não era um resumo rigorosamente fiel do discurso de Maria Luiza. Ambos se referiam ao panfleto como uma peça importante, decisiva, na campanha eleitoral[212].

O título do panfleto, *"Porque venceremos as eleições no dia 15 de novembro"* continha na capa uma indicação sobre o seu conteúdo, explicando que se tratava de um trecho do pronunciamento de Maria Luiza Fontenele, "do Partido dos Trabalhadores, acerca da eleição de 15 de novembro, na Assembleia Legislativa" e, como fundo, uma foto da candidata no estilo "preto e branco", sem detalhes, guardando semelhança com o estilo das xilogravuras.

Além do trecho do pronunciamento de Maria Luiza, o panfleto usava charges e frases para comunicar a interpretação da realidade, feita pela candidata, e fazia um convite para o "comício da virada". Com as charges denunciava a violência policial e a compra de votos. Com a frase, além de colocar que a campanha de Maria estava do lado do povo e contra os poderosos, desafiava os intelectuais a nela se envolverem: "Todos aqueles que colocam o seu saber, a sua arte, a sua capacidade de trabalho teórica e prática, em defesa da causa do povo, enfrentam grandes barreiras impostas pelos poderosos".

Com relação ao texto, em virtude de ele não estar dividido em parágrafos, conforme a norma gramatical, nós o dividimos em seis partes.

A primeira parte considera os "governantes" como aqueles que devem ser eleitoralmente combatidos e relaciona 12 exemplos de como esses governantes se comportam durante as eleições, entre os quais, corrupção, manipulação, dinheiro, repressão, violência e processos judiciais. Em outras palavras, os governantes detêm o poder econômico e a máquina estatal, usando-os em benefício próprio, em prejuízo da sociedade.

[212] Entrevista de Jorge Paiva a nós concedida. Fortaleza, Casa Amarela da UFC, 24 fev. 2010.

A segunda parte retrata o compromisso de como se comportarão Maria Luiza e Américo Barreira caso vençam as eleições. Declara que não serão admitidos: violação dos direitos humanos, empresas de ônibus ineficientes, corrupção envolvendo coleta de lixo e empreiteiras, destruição do meio ambiente e "rapa"[213]. Nesse trecho, Maria Luiza estabelece a diferença entre os governantes que estavam no poder e como deveriam se comportar os governantes honestos e compromissados com o povo.

A terceira parte relaciona a proposta de ação: urbanização das favelas; fiscalização da Prefeitura pelos Conselhos Populares; nível elevado de atenção para com as reivindicações de habitação, saúde, esporte, lazer, arte, cultura e educação; extinção das taxas escolares, abolição da obrigatoriedade do fardamento escolar; emprego dos moradores de favelas nas obras da Prefeitura; e oportunidade de participação política para os que lutaram contra o regime militar. A "urbanização das favelas" era uma proposta que Maria Luiza formulava para substituir os projetos anteriores de higienização e reordenação da Cidade. Referindo-se a Fortaleza, na virada do século XIX para o XX, o historiador Sebastião Rogério da Ponte escreveu:

> Disciplinar o meio urbano remetia à necessidade de regular o social. (...) Foi no processo histórico da Cidade, na virada do século, que surgiram as oportunidades que alimentaram o campo de problematizações, produzido pelos agentes que apostavam na modernização pela via da higienização coletiva e, se possível, preventiva. (...) Nesse sentido, não tardou aparecer um leque infindável de acontecimentos que foram objetivados por governantes, burgueses, médicos, engenheiros e demais intelectuais como obstáculos à ordenação da Capital. A lista não é pequena: epidemias (cólera, varíola, febre amarela), morbidade e mortalidade consideradas altas, proliferação de lixo, água insalubre, aumento do contingente de loucos, vadios, mendigos, menores abandonados e delinqüentes, alagamentos, falta de higiene pública e doméstica etc.[214]

Esses projetos anteriores procuravam "afastar das áreas mais valorizadas e visíveis do município, os problemas expostos à visão pública, ocultando-os por isolamento ou por fachadas artificiais". Assim, a população pobre deveria ser deslocada para pontos da periferia. Nos anos 1970, por exemplo, o "Programa de Recuperação das Cinzas na área conhecida como

[213] Rapa: expressão popular, proveniente do verbo raspar, usada para designar os funcionários da Prefeitura encarregados de fiscalizar e apreender as mercadorias comercializadas por camelôs que não possuem licenças e que não pagaram os devidos impostos.

[214] PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social, 1860 – 1930. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999, p. 76.

'*Curral*', tradicional zona de prostituição de Fortaleza, deslocou sua população para o distante bairro do Farol do Mucuripe". Ainda, continuando as explicações do historiador Francisco Moreira Ribeiro, "com o propósito de humanizar Fortaleza, a Prefeitura, através da SUOP, retirou em 1975 todos os barracos de lanches e bebidas localizados ao longo da Avenida Beira-Mar, até então uma de suas principais áreas de lazer"[215]. Maria Luiza, ao contrário desses projetos, propunha a criação de condições dignas de vida no próprio local em que a população pobre residia ou trabalhava.

Na quarta parte, o documento lembrava as lutas das quais Maria Luiza participou: greve dos bancários, movimento de mutuários de financiamentos residenciais, greve de professores, metalúrgicos, economiários, funcionários dos Correios, funcionários públicos e autárquicos, ambulantes, motoristas de ônibus e de táxis, favelados, mulheres, crianças, estudantes, trabalhadores rurais, artistas, etc. Vemos, por essas colocações do panfleto, que a campanha de Maria Luiza compreendia que parcela da população tinha, naquele momento, uma consciência reivindicatória que extrapolava os meios tradicionais de participação. Era esse espaço que Maria Luiza explorava. Uma das conclusões da socióloga Irlys Barreira, a respeito dos movimentos sociais daquele momento, foi a seguinte: "Os movimentos sociais são portadores de práticas, valores e códigos sociais capazes de produzir um espaço de contestação independente dos lugares convencionais instituídos, como sindicatos e partidos políticos" [216].

Na quinta parte, coloca as lutas das quais Maria Luiza participa até aquele momento: contra a ditadura militar e o PDS, este classificado como malufista, reacionário, corrupto e fascista; contra a "nova velhíssima república"; contra o Estatuto da Terra; contra o pacto da Nova República[217]; contra o

---

[215] RIBEIRO, Francisco Moreira. De cidade a metrópole, 1945 – 1992. In: SOUZA, Simone et al. **Fortaleza, a gestão da cidade**: uma história político-administrativa. Fortaleza: UFC-NUDOC-Fundação Cultural de Fortaleza, 1994, 82, 83.

[216] BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo. Caminhos da investigação. In: BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo. **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus, 1991, p. 24.

[217] Nova República: denominação atribuída por Tancredo Neves ao regime político brasileiro resultante de sua vitória nas eleições indiretas para a Presidência da República, em 15 de janeiro de 1985. Como Tancredo morreu antes de tomar posse, o vice José Sarney, antigo integrante da ARENA, partido que apoiava a ditadura, assumiu a Presidência. Maria Luiza e o PT consideravam que nenhuma mudança substancial teria ocorrido no Brasil com a eleição de Tancredo Neves para que se pudesse comemorar ou considerar que algo novo estaria surgindo.

Congresso Constituinte; contra a anistia limitada; contra a Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, Lei de Greve; salvaguardas constitucionais; Serviço Nacional de Informações (SNI); Conselho de Segurança Nacional; contra os impedimentos à reforma tributária favorável aos municípios, contra o pagamento da Dívida Externa, contra o Fundo Monetário Internacional (FMI), contra o aumento do custo de vida, contra a não apuração dos crimes contra a pessoa humana e contra censura às letras de músicas.

Na sexta parte, o panfleto conclama os militantes das causas populares a se engajarem na campanha. Maria Luiza dirigia-se a todo o povo de Fortaleza:

> Esta vitória eleitoral – uma enorme conquista histórica em nossa cidade e Estado – depende unicamente de você. Na sua cabine eleitoral declare o seu amor à cidade de Fortaleza e à sua gente. Vote na oposição pra valer. Vote contra o Governo. Vote consciente. Vote 13. Vote Maria Luiza e Américo Barreira. Vote PT. E comemore conosco a festa da cidade. Um abraço. Deputada Maria Luiza Fontenele.

Vemos que o panfleto não se preocupava em especificar a origem dos recursos para realizar o que era proposto. Por outro lado, como sugere um enfrentamento aos antigos governantes e aos detentores do poder econômico, deixa implícito que supõe que é desse enfrentamento que resultarão os recursos. Importante é a inversão de prioridades: primeiro, o povo mais pobre.

## 2.2. Paes de Andrade e os “coronéis” na campanha eleitoral

A aproximação entre Paes de Andrade, Gonzaga Mota e o “coronel” Adauto Bezerra fortalecia o argumento de Maria Luiza, para quem o PMDB não representaria mudança e, sim, uma proposta de conciliação com os agentes do regime militar. Também, o confuso processo de substituição do Prefeito, César Cals Neto, filho do “coronel” César Cals Filho, e as atabalhoadas nomeações de funcionários, demonstravam a desorganização na Prefeitura, situação não revertida pelo PMDB.

Em 1982, Gonzaga Mota foi escolhido pelos três coronéis, Adauto Bezerra, César Cals Filho e Virgílio Távora, para ser o candidato do PDS a Governador, e Adauto Bezerra para ser o candidato a Vice-governador. Seis

meses depois de ascender ao poder, Gonzaga Mota rompeu o acerto que ficou conhecido como “Acordo de Brasília”[218]. Na eleição indireta para a Presidência da República, Gonzaga Mota e Adauto Bezerra apoiaram Tancredo Neves. Já César Cals Filho e Virgílio Távora apoiaram Paulo Maluf. Em 11 de maio de 1985, Adauto Bezerra e seus comandados decidiram pelo ingresso em um novo partido, fundado por dissidentes do PDS, o PFL[219]. Gonzaga Mota[220], sendo acompanhado de treze deputados estaduais, seis vereadores de Fortaleza e cinquenta prefeitos, ingressou no PMDB. Com a entrada de Gonzaga Mota no PMDB[221], o prefeito de Fortaleza, César Cals Neto, foi exonerado, e o posto foi entregue ao peemedebista histórico Barros Pinho[222].

Em 24 de junho de 1985, conforme a notícia intitulada *Mota exonera César Neto e questão vai à justiça*[223]*,* o Governador Gonzaga Mota enviou à Assembleia Legislativa o ato de exoneração de César Cals Neto da Prefeitura de Fortaleza e o de nomeação de José Maria Barros Pinho para o cargo. Segundo Edilmar Norões, redator da coluna *Política*, esse fato foi provocado por alguns fatores: rompimento de Gonzaga Mota com o PDS e sua aproximação com o PMDB e o apoio do pai do Prefeito César Neto, “coronel” Senador César Cals Filho, à candidatura do Deputado Antônio Morais, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), à Prefeitura de Fortaleza. Envolvendo-se diretamente na campanha, César Filho “colocou César Neto em situação das mais complicadas”[224]. Outro fator que enfraquecia César Neto era o fato de o “coronel” Adauto Bezerra, Vice-governador, também ter rompido com o PDS e apoiar, nesse caso, o Governador.

Essa questão, no entanto, não foi resolvida rapidamente e, durante vários dias, recebeu tratamento destacado por todos os jornais de Fortaleza. Enquanto o grupo do “coronel” César Filho acusava Gonzaga Mota de ser um “homem sem palavra”, pois não estaria respeitando o compromisso assumido

---

[218] O “Acordo de Brasília” foi firmado entre César Cals Filho, Virgílio Távora e Adauto Bezerra, sob a mediação do Presidente da República, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e resultou na escolha de Gonzaga Mota como o candidato de consenso dos “três coronéis” a Governador do Ceará.
[219] Maio, dia 11. Retrospectiva. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 dez. 1985.
[220] Mota no PMDB substitui o prefeito – Governador e seu grupo político assinam amanhã a ficha de filiação ao PMDB. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 jun. 1985.
[221] Mota assina a filiação no PMDB e admite mudanças. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 jun. 1985.
[222] CARVALHO. Op. Cit., 1999, p. 129.
[223] Mota exonera César Neto e questão vai à justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 jun. 1985.
[224] Edilmar Norões. Política. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 jun. 1985. Diário do Nordeste. Fortaleza, 26 jun. 1985.

com o “Acordo de Brasília”, o grupo de Gonzaga Mota e o PMDB acusavam César Neto de fazer uma administração marcada pelo empreguismo e pela corrupção[225]. Durante alguns dias a população de Fortaleza ficou sem saber quem era o Prefeito de Fortaleza, e as manchetes do DN, entre as de outros jornais, refletiam um pouco dessa “confusão”:

- No dia 26 de junho: *Assembléia aprova indicação de Barros Pinho – Liminar garante César na Prefeitura*[226]*.* Com essa liminar, César Neto retornaria ao cargo que estava sendo ocupado pelo Presidente da Câmara Municipal, Djalma Eufrásio.

- No dia 27 de junho: *Expectativa para a decisão final – César volta ao cargo. Mota recorre*[227]*.*

- No dia 29 de junho: *Agora complicou: Presidente da Câmara briga pela Prefeitura*[228], referia-se à tentativa do Presidente da Câmara Municipal, Djalma Eufrásio, o qual interpretava que tinha o direito de cumprir o restante do mandato, no lugar do prefeito exonerado.

- No dia 02 de julho: *Cai liminar. Barros Pinho assume – César recorre ao STF. Djalma ainda briga*[229]*.*

- No dia 05 de julho: *Correligionários de Barros esperam nova decisão – Supremo devolve a Prefeitura a César*[230]*.*

- No dia 06 de julho: *Um visita obras. Outro despacha. – Fortaleza tem dois prefeitos*[231]*.*

- No dia 07 de julho: *Desembargador leva decisão do STF a Mota. – Barros Pinho sai. César Neto entra*[232]*.*

- No dia 08 de julho: *Mota não reconhece César como Prefeito*[233]*.*

---

[225] **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de jun. 1985, capa.
[226] Assembléia aprova indicação de Barros Pinho – Liminar garante César na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de jun. 1985.
[227] Expectativa para a decisão final – César volta ao cargo. Mota recorre. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 de jun. 1985.
[228] Agora complicou: Presidente da Câmara briga pela Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 de jun. 1985.
[229] Cai liminar. Barros Pinho assume – César recorre ao STF. Djalma ainda briga. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 de jul. 1985.
[230] Correligionários de Barros esperam nova decisão – Supremo devolve a Prefeitura a César. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 de jul. 1985.
[231] Um visita obras. Outro despacha. – Fortaleza tem dois prefeitos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 de jul. 1985.
[232] Desembargador leva decisão do STF a Mota. – Barros Pinho sai. César Neto entra. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 de jul. 1985.
[233] Mota não reconhece César como Prefeito. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de jul. 1985.

- No dia 09 de julho: *Supremo responde – César Cals Neto é o prefeito da cidade.*[234]

- No dia 10 de julho: *Presidente do Supremo cassa liminar – Acredite, Barros é prefeito de novo*[235]*.*

- No dia 11 de julho: *César vai recorrer. Não sabe como. Começam exonerações na Prefeitura*[236]*.*

Barros Pinho, portanto, ocupou a Prefeitura desde 11 de julho de 1985. Era, assim como César Cals Neto, um Prefeito "biônico"[237], isto é, não eleito pelo voto direto. Dessa forma, o PMDB tornava-se Governo, herdava problemas graves oriundos de várias gestões, alguns da administração anterior, e era obrigado a manter na Prefeitura os indicados pelo "coronel" Adauto Bezerra. De imediato, Barros Pinho deparou-se com 4.500 funcionários contratados pela Prefeitura nos últimos dois meses da gestão César Neto[238], os quais precisavam ser demitidos, lixo acumulado em vários pontos e os buracos que tomavam as ruas da Cidade. Um complicador na demissão dos funcionários era a reação dos vereadores, inclusive os do PMDB, os quais alegavam que 80% dos nomeados eram indicações deles próprios[239]. Sobre esses problemas, o Editorial do DN assim se expressou:

> Seja como for, o novo Prefeito precisa agir com rapidez, substituindo quem não deve ficar, porque Fortaleza não tem mais condições de esperar. Já dissemos, em comentário recente, que Barros Pinho recebeu "a herança do caos". E não estamos, evidente, incorrendo em exagero, pois ocorre que vivemos, realmente, numa cidade arrasada, com um sistema viário comprometido e a vida da população totalmente prejudicada.
>
> (...)
>
> O prefeito José Maria Barros Pinho, em declarações ao DN, definiu duas emergências: tapar os buracos e enfrentar o problema do lixo. Trata-se, não há dúvida, de um bom começo, de uma definição de prioridades que nos parece absolutamente correta, considerando-se

[234] Supremo responde – César Cals Neto é o prefeito da cidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de jul. 1985.
[235] Presidente do Supremo cassa liminar – Acredite, Barros é prefeito de novo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 de jul. 1985.
[236] César vai recorrer. Não sabe como. Começam exonerações na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de jul. 1985.
[237] A expressão "biônico" foi usada no campo político brasileiro para se referir, inicialmente, aos senadores eleitos indiretamente no Brasil, em 1978. Como, desde 1964, os Prefeitos de Capitais não eram eleitos pelo voto direto dos cidadãos, estes também passaram a receber essa adjetivação. Os prefeitos de capitais eram nomeados pelos governadores e, necessariamente, ratificados pelas respectivas Assembleias Legislativas. Essa expressão é oriunda de um seriado estadunidense exibido na televisão brasileira, na segunda metade dos anos 1970, chamado "O Homem Biônico".
[238] Município vai economizar Cr$ 2 bi por mês – Prefeito demite 4.500 servidores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de jul. 1985.
[239] Vereadores do PMDB protestam. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de jul. 1985.

> que Fortaleza está se transformando num gigantesco buraco, por sinal cercado de lama, detritos e imundícies por todos os lados. [240]

O próximo passo de Gonzaga Mota e do PMDB era a escolha do candidato que concorreria à eleição para Prefeito, marcada para novembro. Na Convenção do PMDB, realizada em 28 de julho, concorreram Paes de Andrade e Iranildo Pereira. Paes venceu com uma diferença de 141 votos[241]. Após eleito, Paes de Andrade propugnou pela reprodução da Aliança Democrática em Fortaleza, que indiretamente elegeu Tancredo Neves Presidente da República. Paes de Andrade declarou ao DN que essas forças deveriam estar unidas para "garantir as transformações na estrutura social e política da Nação", defendendo a formação de uma coligação do PMDB com Frente Liberal, em Fortaleza[242].

Enquanto o Governador, o PMDB e o "coronel" Adauto Bezerra discutiam a possibilidade da manutenção da Aliança Democrática em Fortaleza, o PFL anunciava, sempre que arguido, que poderia lançar a candidatura de Lúcio Alcântara: "O Partido da Frente Liberal (PFL) ainda estuda a possibilidade de lançar o ex-prefeito Lúcio Alcântara como candidato"[243]. No dia 08 de agosto, as conversas e as incertezas no grupo adautista eram mantidas, como revelava o DN: "Se não for mantida a Aliança Democrática em torno da candidatura do deputado federal Paes de Andrade (...) o Partido da Frente Liberal lançará o seu candidato ao mesmo cargo..."[244]. Mesmo após a Convenção ter escolhido seu candidato, o PFL manteve as conversações com Gonzaga Mota e o PMDB, visando a uma candidatura comum, enquanto o escolhido, Lúcio Alcântara, relutava em aceitar sua indicação. Quando Lúcio Alcântara declarou ser realmente o candidato do PFL, muitos peemedebistas passaram a reivindicar a exoneração dos adautistas da Prefeitura.

Paes de Andrade, portanto, era o candidato do PMDB, Partido que abrigava o Governador do Ceará e o Prefeito de Fortaleza. Congregava, desde quando era denominado MDB, aqueles que lideravam a luta pela

---

[240] Lixo e buracos. Editorial. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de jul. 1985.
[241] Paes é o candidato a prefeito do PMDB. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 de jul. 1985.
[242] Paes defende Aliança mas aceita disputa com Lúcio. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 de jul. 1985.
[243] Partido confirmam convenções municipais até 11 de agosto. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 de jul. 1985.
[244] Encontro poderá selar o fim da aliança cearense. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de ago. 1985.

democratização do Brasil e, agora, também, os dissidentes do PDS que acompanharam Gonzaga Mota, Partido este que até 1982 abrigava os "coronéis", isto é, os representantes maiores da ditadura militar no Ceará.

Lúcio Alcântara, que havia passado do PDS para o PFL, era o candidato apoiado pelo coronel Adauto Bezerra, tornando-se o representante mais importante daqueles que defendiam o regime ditatorial.

O candidato dos coronéis Virgílio Távora e César Cals Filho, Antônio Morais, que fora eleito Deputado Federal em 1974, 1978 e em 1982, com artifícios humorísticos como o de distribuir calcinhas com o seu número[245] ou de chorar na televisão, dizendo-se protetor de crianças carentes. Não manteve, como revelavam as pesquisas, a condição de "fenômeno eleitoral" que havia conseguido nas eleições para Deputado, no MDB e PMDB. Como Morais nunca defendera uma posição político-ideológica relevante, interpretamos que a sua aliança com os "coronéis" não passava de um lance em uma suposta ignorância ou descrença de parcela da população de Fortaleza.

Apesar dos discursos do PMDB e do PFL em prol da Aliança Democrática, no mês de outubro os candidatos Paes de Andrade e Lúcio Alcântara partiram para a agressão mútua, através da mídia. No dia 18, com a matéria *Muda o tom da campanha em Fortaleza – Candidatos abrem "guerra" na TV,* o DN assim se referia à questão:

> Lúcio disse que fez as denúncias [de uso da máquina administrativa em prol do candidato do PMDB] 'com dados objetivos e concretos'. O Prefeito Barros Pinho, anunciando-se decepcionado com a mudança de postura do candidato Lúcio Alcântara, lembrou que o vice-governador Adauto Bezerra, que comanda o PFL no Ceará, detém 60% dos cargos da administração estadual. Portanto, no raciocínio de Pinho, a acusação de uso da maquia recai sobre a candidatura do PFL.[246]

Todas as pesquisas eleitorais publicadas até dia 30 de outubro, último dia permitido para sua divulgação, indicavam um crescimento de Paes de Andrade, sempre em primeiro lugar, e uma estabilidade de Lúcio Alcântara em segundo lugar. Eram os únicos candidatos vistos com possibilidades reais de vitória na primeira eleição direta para as prefeituras de capitais após o golpe de 1964.

---

[245] CARVALHO. Op. Cit1999, p. 130.
[246] Muda o tom da campanha em Fortaleza – Candidatos abrem "guerra" na TV. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 de out. 1985.

| IBOPE | 10 ago. 1985[247] | 21 set. 1985[248] | 26 out. 1985[249] | 30 out. 1985[250] |
|---|---|---|---|---|
| Paes de Andrade | 30,0 | 36,3 | 51,5 | 53,3 |
| Lúcio Alcântara | | 25,3 | 18,2 | 22,3 |
| Maria Luiza | 10,3 | 12,0 | 13,3 | 07,3 |
| Antônio Morais | 19,0 | 12,0 | 04,2 | 04,7 |

Três dias antes, em 27 de outubro, a jornalista Sônia Pinheiro, destacada Colunista Social, publicou no DN uma matéria intitulada *Os empresários e as eleições de novembro*[251], na qual se prontificava a divulgar a preferência dos empresários cearenses com relação aos candidatos à Prefeitura de Fortaleza. Sônia Pinheiro explicava que sua tarefa não era fácil, pois muitos se "esquivavam à interrogação", com diversas desculpas: "não posso me comprometer", "ainda não decidi" ou "me deixa para outra espécie de abordagem". Dez deles, no entanto, declinaram o nome preferido:

- Valman Miranda, "aspirante à presidência do Clube de Diretores Lojistas de Fortaleza", "adautista", votaria em Lúcio Alcântara;

- Herbert Aragão, Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Fortaleza, informou que, como Presidente de "uma entidade de classe", não poderia declinar o nome, além de ser amigo de Paes, Lúcio, Gonzaga Mota e Adauto Bezerra, ter "carinho" por Morais e "ressaltar o vigor da candidatura" de Maria Luiza, "graças à competência que ela vem exibindo" na propaganda exibida na televisão[252] no horário eleitoral;

- Bismark Pinheiro Maia, dono da Tropical Viagens, "mesmo intitulando-se 'soldado do partido'", o PDS de Virgílio Távora, não estará em Fortaleza no dia da eleição;

[247] Paes é o primeiro na pesquisa do Ibope. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 ago. 1985.
[248] Set. 21. Retrospectiva. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 dez. 1985.
[249] Paes é o preferido por 51,5% do eleitorado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 out. 1985.
[250] Ibope dá 31% de vantagem a Paes na última rodada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 out. 1985.
[251] Sônia Pinheiro. Os empresários e as eleições de novembro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 out. 1985.
[252] A propaganda de Maria Luiza na televisão é analisada por Rejane Maria Vasconcelos de Carvalho no livro *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*, lançado em 1999 pela Editora Pontes.

- Vicente Linhares, Vice-Presidente da Associação Comercial do Ceará, declarou que votaria em Lúcio Alcântara;

- Fernandi Dall'Olio, Tesoureiro do Centro Industrial do Ceará, adepto da "Nova República", informou que votaria em Paes de Andrade;

- José Adolfo Aguiar, empresário do ramo de moda, votaria em Antônio Morais;

- Beny Clayton Veras, Vice-Presidente do CIC, apontou Paes de Andrade como a melhor alternativa;

- Silvio Gentil Campos, empresário da Construção Civil, "votará em Paes de Andrade";

- Ernani Viana, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Caju, estaria dividido entre Paes de Andrade e Lúcio Alcântara; e

- João Carlos Mendonça, Diretor da Loteria Estadual do Ceará, informou que ele e sua mulher, dividiriam os votos em Paes de Andrade e Lúcio Alcântara.

A partir das informações dessa reportagem, percebemos que três dos empresários estariam divididos entre Paes e Lúcio, três prefeririam Paes, dois Lúcio e dois Morais. Como Paes de Andrade contava com apoio do PC do B, e este também propugnava pela manutenção no Ceará da Aliança Democrática, sua candidatura deixava de assustar os setores conservadores da sociedade e os empresários. Sendo assim, interpretamos que a posição dos empresários entrevistados, majoritariamente divididos entre Paes e Lúcio, refletia o posicionamento dos empresários cearenses como um todo.

Faltando quinze dias para o pleito, a "corrida" eleitoral parecia decidida em favor de Paes de Andrade, e a possibilidade de vitória de qualquer outro candidato dependia de sua queda na preferência dos eleitores. Por essa razão, Lúcio Alcântara, Maria Luiza e Antônio Morais não poupavam críticas ao mesmo e aos governos municipal estadual, em mãos do PMDB. Nesse contexto, chamaram a atenção da mídia os pronunciamentos de Paulo Lustosa, do PFL e Ministro da Desburocratização de José Sarney, ao declarar que o candidato do PMDB era "um preguiçoso e professor biônico da UECE" e que estaria usando "a máquina administrativa dos governos Estadual e

Municipal”[253]. Essa declaração repercutiu intensamente por todos os meios de comunicação. Como era de fato o candidato tanto do governador como do prefeito e, como os processos de admissão no serviço público durante a ditadura não eram sempre muito transparentes, Paes de Andrade ficou em situação desconfortável enquanto era “bombardeado” pelos outros candidatos.

No dia 02 de novembro, trinta entidades, entre elas os DCEs da UFC, UECE e UNIFOR, a UMES, a Federação de Bairros e Favelas, muitas associações de moradores e vários sindicatos lançaram *Nota* em defesa de Paes de Andrade, publicada no DN, com o título *Paes de Andrade Dispensa Julgamento de Lustosa*[254]. No dia 6, o assunto ainda permeava de forma vigorosa os debates políticos e era pauta no DN: *Vereadores defendem Paes diante das críticas de Paulo Lustosa*[255].

Nesse período, a coordenação da campanha de Lúcio Alcântara enveredou por um caminho que, se não o prejudicou, pelo menos deixou o registro do que foi a legitimidade política no Ceará desde a República Velha. A campanha decidiu deslocar do Interior para a Capital os chefes políticos locais e sua clientela mais próxima, que tinham vínculos com o núcleo central da campanha de Lúcio, principalmente com coronel Adauto Bezerra e com o próprio candidato, acreditando ou querendo dizer que acreditava que a experiência desses interioranos como cabos eleitorais poderia ser aplicada junto ao povo de Fortaleza para conquistar votos para Lúcio Alcântara.

A notícia de que Fortaleza receberia esse contingente tornou-se um destacado assunto nos meios políticos. No dia 06 de novembro, o DN publicou que o prefeito Barros Pinho convocara a imprensa e denunciara que o Partido da Frente Liberal traria a Fortaleza, no “dia 15, 82 prefeitos e 300 vereadores do Interior para tentar desestabilizar a candidatura do deputado Paes de Andrade”[256], isto é, iriam tentar reverter as tendências eleitorais na cidade. No dia seguinte, Lúcio rebatia as acusações de Barros Pinho, porém os planos do PFL eram esmiuçados na imprensa, inclusive marcando a data da reunião em que os trabalhos dos interioranos seriam pormenorizados.

---

[253] Ministro responde às críticas com acusações aos candidatos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 Nov. 1985.
[254] Paes de Andrade Dispensa o Julgamento de Lustosa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 Nov. 1985.
[255]Vereadores defendem Paes diante das críticas de Paulo Lustosa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.
[256] Prefeito denuncia PFL e Marques promete o mesmo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

No dia 08, o editorial do DN tinha como título *A intromissão inaceitável*, indagando "onde é que ficam os direitos dos cidadãos livres que não desejam ser perturbados por lideranças menores estranhas?" Argumentava o jornal que cidadãos livres não aceitavam "a condição humilhante de eleitores de curral"[257]. Mesmo assim, o jornal do dia 11 noticiava que os prefeitos do PFL "estão chegando". No dia 12 trazia as matérias *Prefeitos invadem Fortaleza*, informando que até "centenas de veículos oficiais", como ambulâncias, trouxeram pessoas do Interior do Estado para a reunião no Clube Regatas: "O número de pessoas foi tão elevado que faltou comida no banquete" [258], o que poderia ser interpretado como haver "número... elevado" de participantes, ou querendo denotar desorganização.

A campanha de Paes de Andrade, em razão da vantagem indicada pelas pesquisas, mantinha uma coordenação central sem diretrizes, planejamento e execução rigorosamente estipulados, contagiando negativamente os militantes e desenvolvendo a certeza da vitória. O grande comício de encerramento da campanha do PMDB foi marcado para o dia 08, na Praça José de Alencar, mas não correspondeu ao esperado. No dia 09, o DN noticiava que "não foi o grande comício" anunciado e que, portanto, os peemedebistas decidiram marcar um novo encerramento para o dia 12[259]. No dia 14, véspera da eleição, em matéria paga, o DN noticiava solenidade em que o Prefeito Barros Pinho entregava a ponte sobre o riacho Taupe às comunidades do Lagamar, São João do Tauape e Aerolândia [260], permitindo, com muita clareza, que os leitores deduzissem que aquele era um ato de campanha disfarçado.

As campanhas de Paes de Andrade e de Lúcio Alcântara, como reflexo do período ditatorial em que os eleitores não eram importantes para o resultado, não indicavam a suposição de que os votantes pudessem ter algum senso crítico. Os dois candidatos, a partir de suas respectivas práticas, que foram noticiadas pelo DN, pareciam não se preocupar com o julgamento popular. Caso contrário, Lúcio não teria tentado usar aberta e indistintamente em Fortaleza, a mesma forma de conquista de votos praticada historicamente

[257] A intromissão inaceitável. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 Nov. 1985.
[258] Prefeitos invadem Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 Nov. 1985.
[259] Comício de encerramento dia 12. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 nov. 1985.
[260] Barros entrega ponte. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 nov. 1985.

nos municípios do interior do Ceará, conforme explicitava o DN[261]. Paes, por sua vez, utilizava, o quanto podia e sem muitos cuidados, a administração Barros Pinho em favor de sua candidatura e não tratava com a acuidade devida os dizeres de sua propaganda.

## 2.3. A cidade de Fortaleza, da campanha eleitoral à posse de Maria Luiza

O denominado Jornal dos Bairros, publicado pelo DN, tanto podia ser uma coluna como uma página inteira, geralmente a página onze do primeiro caderno e as notícias denotavam a mesma intenção: um problema era descrito como se estivesse sendo revelado para toda a sociedade em sua existência específica. Algumas vezes, pessoas afetadas diretamente eram perguntadas a respeito do problema. Essas pessoas eram tratadas com impessoalidade, desagregadas umas das outras e vistas somente diante do problema escolhido previamente pelo jornalista do DN. Os movimentos organizados dos bairros dificilmente apareciam. Os responsáveis pelos órgãos públicos responsáveis pela solução dos problemas não eram citados, e os próprios órgãos raramente eram nomeados. Essa forma de abordar os problemas da cidade aparecia de modo menos sistemático em outras páginas. Esse estilo de comunicação já foi detectado por estudos de Irlys Barreira no jornal O Povo nos anos 1960.

> Observando-se as notícias do jornal O Povo no período 62-64, percebemos que o tema dos bairros, até mais ou menos 1970, é colocado em forma de denúncia feita pelos próprios repórteres. As notícias referem-se a situações de calamidade pública nas quais as enchentes, falta de saneamento etc., servem de alerta e crítica ao descaso dos órgãos públicos[262].

Logo após as eleições, as matéria dessa secção, “Jornal dos Bairros”, ensaiou uma mudança, apresentando os problemas como mais intensos e a população mais organizada e menos resignada: “amontoado de lixo”, “assembleia de entidades”, “eleição para o conselho” e “luta”. Poucos dias depois, no entanto, as notícias retornaram às características anteriores à eleição: o jornal escolhia, descrevia e entrevistava alguém do próprio local a respeito de algum problema específico, como um buraco em uma via ou um

[261] A intromissão inaceitável. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 nov. 1985.
[262] BARREIRA. Op. Cit., 1992, p. 28.

monturo de lixo, sem, no entanto, dar voz aos movimentos organizados da sociedade e sem citar os nomes das autoridades públicas responsáveis pelo problema.

O sistema de transportes coletivos em Fortaleza era extremamente precário. Além das ruas esburacadas em quase todos os trajetos, os ônibus eram velhos, em número reduzido, não respeitavam os horários, os passageiros viajavam até pendurados nas portas e não eram bem tratados por motoristas e trocadores. Em matéria do jornal do dia 22 de novembro, o vereador Araújo de Castro condenava os ônibus que serviam à Cidade e declarou: "Não existe um só bairro de Fortaleza que não sofra as agruras da falta de transportes coletivos"[263].

A reportagem do DN, intitulada *Ônibus agora apresentam bancos em estilo corrido,* utiliza linguagem amena, apesar de denunciar e usar de leve ironia, para se referir a outra prática que desrespeitava profundamente os usuários dos transportes coletivos: "Os usuários reclamam da falta de comodidade e, principalmente, da insegurança imposta pela medida, que visa abrir maior espaço para abrigar passageiros (em pé) e arrecadar mais, consequentemente". Impressiona a naturalidade com que os empresários ou seus representantes se referiam ao fato, lembrando que os ônibus foram vistoriados, licenciados e que seguiam o modelo dos metrôs. Conforme a reportagem, outra empresa, também para acomodar mais pessoas em pé, havia adquirido carros com "bancos que comportam uma única pessoa, dispostos em fila indiana" [264].

A empresa Nossa Senhora de Fátima, que servia ao Conjunto Industrial, era um exemplo que reunia literalmente todos os problemas em um só local. O tratamento desrespeitoso para com o usuário chegava ao extremo. Para impedir que os passageiros não se encostassem ou segurassem na tampa do motor, que ficava ao lado do motorista, a empresa mantinha cartazes com a frase "Não ponha as patas". Com o aumento dos protestos dos usuários, o Prefeito Barros Pinho cancelou a concessão da empresa[265]. O gerente da

[263] Araújo condena os ônibus das empresas que servem à cidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 nov. 1985.
[264] Ônibus agora apresentam bancos em estilo corrido. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 jan. 1986.
[265] A Secretaria de Transportes cassa permissão da 'N. Sra. De Fátima. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 nov. 1985.

referida empresa, incorporando a arrogância com que muitas pessoas da elite fortalezense encaravam as instituições e o povo pobre, chegou a declarar que era perda de tempo, pois ele derrubaria o Decreto na Justiça[266], o que realmente aconteceu. "'Isso é a prova de como se encontra defasada a base legal de Fortaleza', disse a secretária de Transportes do Município, Ieda Lima Holanda, ao comentar a decisão do desembargador Francisco Adalberto Barros Leal de suspender o cancelamento da concessão". Com a possibilidade de depredação dos carros da empresa, por parte dos moradores do Conjunto Industrial que "prometeram fazer um manifesto quando o primeiro ônibus da Nossa Senhora de Fátima"[267] entrasse na área, em poucos dias a linha foi concedida para outra firma.

O DN, antes da posse de Maria Luiza, já trazia notícias de grandes problemas[268] com os transportes coletivos de vários bairros, como Conjunto São Miguel[269], Conjunto Palmeiras[270] e Bonsucesso[271]. Além disso, era imensa a quantidade de buracos, crateras e obras inacabadas deixadas pela CAGECE, as quais danificavam os veículos, tornavam o trânsito lento e provocavam "intermináveis" engarrafamentos. Todos os dias, literalmente, o DN trazia informações sobre problemas gerados ou de responsabilidade da CAGECE, que não eram resolvidos ano após ano, ao ponto de os vereadores solicitarem uma "intervenção" no órgão[272].

Além dessas condições de funcionamento dos transportes coletivos, pairava sobre os habitantes de Fortaleza a possibilidade de nova greve, visto que a categoria dos motoristas era uma das mais organizadas na Cidade, e a inflação galopante vivida pelo Brasil corroía rapidamente os salários. A correção monetária em novembro de 1985 foi de 11,12%. Prejudicados, como todos os assalariados, os motoristas detinham o poder de prejudicar as atividades cotidianas de quase toda a população do Município e, sabendo disso, eram os primeiros a reivindicar a correção monetária dos salários.

---

[266] Empresa cassada levará Transportes à Justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 nov. 1985.
[267] Justiça suspende cancelamento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 nov. 1985.
[268] Ônibus de Fortaleza é o mais caro do país. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 dez. 1985.
[269] A falta de ônibus é problema sério no Conjunto São Miguel. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 nov. 1985.
[270] Coletivos dos conjuntos estão ruins e poucos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 nov. 1985.
[271] Falta transporte no Bonsucesso. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 dez. 1985.
[272] Vereadores pedem intervenção na Cagece. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 nov. 1985.

No dia 26 de novembro, o DN noticiou que Barros Pinho tinha assinado o Decreto que reajustava o preço das passagens em 61,2% e, também, que a Federação de Bairros e Favelas havia programado para o final da tarde uma passeata contra o aumento. Muitos vereadores se declararam contra o aumento, inclusive o Vereador Francisco Lopes, líder do Prefeito na Câmara de Vereadores e líder da bancada. Barros Pinho ameaçou revogar o Decreto, mas diante de sua manutenção, o vereador Francisco Lopes renunciou aos postos de líder do prefeito na Câmara e de líder da bancada do PMDB[273]. O editorial do DN considerou o decreto de Barros Pinho como oportuno e responsável, pois "se a greve tivesse sido desencadeada, a cidade passaria a viver momentos de terríveis dificuldades"[274]. Todos sabiam, no entanto, que a solução era momentânea, que o problema voltaria no mês seguinte e que seria crucial na administração de Maria Luiza. "O usuário passa horas à espera de um ônibus, cujos preços das passagens são altos, somados ao desconforto. Os passageiros viajam pendurados... em carros antigos e sem manutenção"[275].

Ao mesmo tempo, a formação de monturos de lixo por todos os cantos da cidade e a poluição de rios e lagoas estavam em processo de aceleração. Entre fins de novembro e dezembro, o DN trouxe inúmeros casos de danos na infraestrutura da cidade – falta de ônibus, ruas esburacadas, lixo amontoado em todos os locais, falta de água renitente em muitos bairros, lama pútrida e poluição por todos os cantos, lagoas e riachos, lixo industrial sem destino estabelecido, bairros sem serviços de saúde, falta de iluminação, aceleramento do processo de favelização, sistema escolar Municipal e Estadual literalmente paralisados, aterro sanitário universalmente reconhecido como inadequado, etc. No dia 15 de dezembro, o DN dedicou o seu editorial aos alagamentos decorrentes das chuvas que geralmente ocorrem em Fortaleza no mês de dezembro: "Se nas zonas melhor urbanizadas o transtorno foi mais uma vez institucionalizado, na periferia, nas favelas... tomou residências e desalojou centenas de famílias... Fosse novidade o quadro descrito, poderia ser esboçada alguma surpresa..."[276].

---

[273] Lopes renuncia à liderança do governo e da bancada do PMDB. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 nov. 1985.
[274] Editorial. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 nov. 1985.
[275] Ônibus de Fortaleza é o mais caro do país. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 dez. 1985.
[276] Editorial: Cidade Alagada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 dez. 1985.

Complementando o estado de sujeira da cidade, o DN noticiava sobre doenças. “Luta contra paralisia infantil”; 56 casos de difteria em Fortaleza[277], provocada pela desnutrição, falta de higiene e de assistência médica, mas que poderia ser combatida com vacinação eficiente; infestação de Fortaleza pelo *Aedes egypti*[278], que naquele momento era, no Ceará, associado à febre amarela e não à dengue; o índice de mortalidade infantil no Brasil era o sétimo maior do mundo, provocado por “desnutrição, diarreias, doenças transmissíveis – porém evitáveis – como sarampo, coqueluche, poliomielite e infecções respiratórias”, e Fortaleza detinha um dos piores índices do Brasil[279]. No dia 16, o DN advertia que a população temia o inverno, isto é, temia as tragédias que as chuvas poderiam precipitar. O problema com o abastecimento de água, bem como os serviços de saneamento, era tão grande que os vereadores pediram, como já dissemos, “intervenção na Cagece”.

## 2.4. Maria Luiza: vitória em todas as zonas eleitorais

No dia seguinte ao da eleição, o assunto tomava quase todo o primeiro caderno do DN e trazia o resultado da pesquisa realizada pelo IBOPE entre os dias 08 e 14 de novembro: Paes com 39,5%, Lúcio com 23,1% e Maria Luiza com 20,3%. Entretanto, informava também, que, na pesquisa anterior, a vantagem de Paes de Andrade era muito maior: “Na penúltima pesquisa, divulgada por este Diário no dia 30 de outubro, o candidato acentuava um favoritismo com 53,3 por cento. (...)”[280]. No mesmo sentido, todos os entrevistados consideravam que Maria Luiza havia crescido muito na preferência do eleitorado. Paes de Andrade declarava que Maria era o seu principal adversário e não Lúcio Alcântara. Morais achava que Maria poderia vencer. O “coronel” Virgílio Távora considerava que Maria crescera de forma impressionante e que Paes teria tido acentuada queda. Maria, segundo ela própria, estaria marcando o “carnaval da vitória”[281].

---

[277] Ceará registra 150 casos de difteria com 39 mortes em 85. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 dez. 1985.
[278] Mosquito da febre amarela invade Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 04 dez. 1985.
[279] Brasil é o 7º em mortalidade infantil. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 dez. 1985.
[280] Ibope mostra Paes em primeiro com 39,5%. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 nov. 1985.
[281] Maria Luiza marca o carnaval da vitória. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 nov. 1985.

A apuração era transmitida “ao vivo” por diversas emissoras de rádio, contagiando as expectativas dos habitantes da Cidade. No dia 17, o DN informava que a apuração era tensa no Ginásio Paulo Sarasate. Os números iniciais indicavam que Paes de Andrade venceria, confirmando as pesquisas. No entanto, no final da noite do dia 16, Maria Luiza tomara a dianteira, acontecendo a famosa “virada”. No dia 18 a manchete do jornal era *Maria é prefeita. PT saudações*.

> Aos 42 anos, Maria Luiza Fontenele, cearense de Quixadá, é a primeira mulher a chegar à Prefeitura de uma capital do País, fenômeno que surpreendeu todo o Brasil. Driblando a máquina do Estado, da Prefeitura, do PMDB e do PFL, os dois maiores partidos do cenário político nacional, Maria Luiza dá importante passo para a consolidação da legenda do PT no Ceará. (...) Seu irmão, o vereador Aluísio Fontenele (PMDB), embora tenha trabalhado pelo candidato Paes de Andrade, garantiu que dará apoio a Maria Luiza (...).[282]

O editorial do DN no dia 18, *Maria, o fenômeno*[283], avaliava que a “prefeitura biônica” nas mãos do PMDB e um governador do PMDB, que tinha origem na ditadura, prejudicaram Paes de Andrade. Com relação a Lúcio Alcântara, avaliava que os seus vínculos evidentes com a ditadura também o prejudicaram. Por outro lado, comentava que Maria soube habilmente se aproveitar das contradições dos seus adversários e acirrar as contradições sociais através da teoria da luta de classes e dos fundamentos da Teologia da Libertação, estando presente em muitos movimentos populares e em todas as greves.

> Enquanto isso, à beira do fogaréu em que se transformou a campanha, a deputada Maria Luiza apenas tirava proveitos. Hábil e de bom nível político, soube aproveitar não apenas as contradições dos grupos políticos, como, de igual modo, acirrar os conflitos sociais, não se sabe, exatamente, se baseada na teoria da luta de classes ou nos fundamentos da teologia da libertação.[284]

Considerava que Maria derrotou esquerdistas, conservadores e coronéis de todos os partidos. Lembrava que Maria tinha pelo menos dois delicados problemas pela frente: a ação pública que o PT movia contra a Câmara de Vereadores e os preços das passagens de ônibus.

---

[282] Pela primeira vez uma mulher na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.
[283] Editorial: Maria, o fenômeno**. Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.
[284] Editorial: Maria, o fenômeno. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

> Não vai ser fácil para a nova prefeita. A partir de agora, mesmo que somente assuma em janeiro, vai administrar conflitos, ao invés de acirrá-los. E para começar, dois estão à vista: a posição do PT impetrando ação popular contra a Câmara de Vereadores e o aumento das passagens, prestes a rebentar novamente. No mais, não custa repetir que a eleição de Maria Luiza foi realmente um fenômeno. Uma explosão, uma avalanche que levou de roldão esquerdistas, conservadores e coronéis de todos os partidos.
>
> – E aconteceu na hora, no momento do voto e não antes.[285]

Maria Luiza considerava que o povo havia escrito "a mais bela página da história de Fortaleza", votando contra a corrupção e contra os coronéis. Anunciava que seu primeiro ato seria "desnudar órgãos da Prefeitura". Dada a imensa repercussão nacional de sua vitória, brincava com a possibilidade de o Ceará ter no futuro "uma candidata à Presidência da República".

> 'Minha gente, hoje enquanto raiava as primeiras horas da manhã, o povo de Fortaleza dizia não à corrupção, não aos coronéis. Escrevemos hoje a página mais bela da história de Fortaleza'. Estas foram as primeiras palavras ditas pela prefeita Maria Luiza (PT) à multidão que lhe ovacionava ontem à noite na Praça José de Alencar. (...) A passeata que saiu do Ginásio Paulo Sarasate seguiu até a Praça José de Alencar e de lá para o carnaval da vitória na Praia de Iracema.[286]

No dia 17, uma passeata com cerca de 50 mil pessoas, por ruas tomadas de pessoas mesmo antes ou depois de sua passagem, era percorrida por Maria Luiza em cima de um caminhão. "A passeata saiu do Ginásio Paulo Sarasate seguiu até a Praça José de Alencar e de lá para o carnaval da vitória na Praia de Iracema".

> A maior passeata de Fortaleza. Cerca de 50 mil pessoas desfilaram em passeata pelas ruas da cidade (...)
>
> (...) Em cima de um caminhão, Maria Luiza era aplaudida a cada avanço da passeata.
>
> (...) E sob o coro de "O povo está contente, Maria na Prefeitura, Fortaleza é da gente".[287]

Além dessa "palavra de ordem", noticiada pelo DN, outra era repetida pelo povo nas ruas ao longo da passeata e que influenciou fortemente Maria Luiza e muitos petistas: "É um, é dois, é mil, queremos Maria Luiza presidente do Brasil".

---

[285] Editorial: Maria, o fenômeno**. Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.
[286] Grande concentração marca a comemoração da vitória. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.
[287] A maior passeata de Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

O “coronel” Virgílio Távora, ao interpretar que Gonzaga Mota não havia respeitado os compromissos assumidos em 1982, rompendo com aqueles que o haviam transformado em Governador, considerava que o derrotado nas eleições tinha sido ele, Gonzaga Mota, e o PMDB, e não os “coronéis”. O DN sugeria que Virgílio Távora estaria comemorando a vitória de Maria Luiza, ao publicar em reportagem que os “deputados Paes de Andrade, do PMDB; e Lúcio Alcântara, do PFL... desejaram felicidades à vitoriosa[288], enquanto o senador Virgílio Távora, patrono da candidatura também derrotada do deputado Antônio Morais, comemorava a vitória da candidata petista, em Brasília”[289].

Segundo o editorial do DN no dia 19 de novembro de 1985, *O fôlego dos coronéis*, a vitória de Maria Luiza “teve o exato sentido de uma avalanche que levou de roldão esquerdistas, conservadores e coronéis da política cearense”. No entanto, completava, “embora todos tenham perdido, não se salvando ninguém do naufrágio, é fora de dúvida que alguns foram mais penalizados do que outros”[290]. O PMDB era o mais prejudicado, destacando-se os seus vereadores e os partidos comunistas que nele atuavam, PC do B, PCB e MR8, pois teriam de abandonar o controle da Prefeitura. O “coronel” Adauto Bezerra perdia espaço em Fortaleza, pois, sendo Vice-governador do Ceará, havia conseguido manter, até então, os seus aliados, ocupando postos na Prefeitura. O “coronéis” Virgílio Távora e César Cals Filho, ambos do PDS, haviam apoiado Antônio Morais apenas para impedir que seus seguidores se vinculassem a outros projetos político-eleitorais, pois tinham consciência de que não estavam em condições de competir em Fortaleza, caso contrário teriam disponibilizado seus próprios nomes para o pleito.

Os vereadores apontaram como causas da derrota do PMDB a “falta de coordenação da campanha”, o desgaste com a greve estadual e municipal dos professores, a greve dos motoristas de ônibus, a demissão dos 4500 funcionários contratados às pressas quando César Cals Neto estava

[288] Paes de Andrade fala sobre resultados, saudando a vencedora. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.
[289] Virgílio comemorou a vitória de Maria nas eleições municipais. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.
[290] Editorial: O fôlego dos coronéis. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.

entregando o posto, e o fato de Barros Pinho não poder tratar os adautistas da mesma forma[291].

Para Francisco Lopes, líder do governo e do PMDB, teria sido a insatisfação do eleitorado somada às difamações assacadas contra Paes de Andrade. Araújo de Castro disse que foi resultado do PMDB não cumprir o que vinha prometendo há alguns anos, como a ampliação da anistia, uma reforma agrária e uma reforma tributária consistentes e a manutenção da política econômica oriunda da ditadura[292].

No dia 21 de dezembro, após a apuração das urnas contestadas, o DN trouxe o resultado final das eleições. Maria Luiza havia vencido em todas as zonas eleitorais de Fortaleza. Com a matéria *O TRE apura urna e modifica o resultado da eleição na capital* [293], o DN informava o resultado final da eleição. Essa modificação, sem importância para a ordem de classificação dos candidatos, ocorreu porque durante o processo de apuração foram constatados alguns problemas em três urnas, que ficaram dependentes de parecer da Justiça Eleitoral: diferença entre o número de votantes e o número de cédulas e extravio de documentos[294].

| | |
|---|---|
| Eleitorado | 493.078 |
| Antônio Morais (PTB/PDS) | 27.226 |
| Lúcio Alcântara (PFL) | 121.404 |
| Paes de Andrade (PMDB) | 148.521 |
| Maria Luiza (PT) | 159.907 |
| Humberto Beviláqua (PL) | 405 |
| Moema São Thiago (PDT) | 3.694 |
| Tarcísio Leite (PCS) | 4.305 |
| Branco | 8.426 |
| Nulos | 19.188 |

(DN, 21 Dez. 1985)

[291] Encontro de vereadores com Paes. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.
[292] Vereadores manifestam opinião. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.
[293] O TRE apura urna e modifica o resultado da eleição na capital. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.
[294] O resultado na eleição da capital vai ser alterado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 dez. 1985.

2.5. As expectativas com relação à administração de Maria Luiza e do Partido dos Trabalhadores.

Quando os jornais noticiavam a vitória, o DN já colocava em dúvida a capacidade de Maria Luiza e do PT de se relacionar bem com a Câmara Municipal e de intermediar a questão dos transportes urbanos, que dependia do preço das passagens, portanto dos movimentos sociais, dos empresários e dos motoristas.

Segundo a matéria *O que a cidade espera da nova administração*, logo após as comemorações da vitória, o fortalezense esperava uma cidade saneada, com transportes dignos, escolas públicas equipadas, um eficiente sistema de saúde pública e ruas sem buracos. As palavras do engraxate Francisco Joaquim de Paulo revelavam uma preocupação mais profunda com o significado de limpeza ao querer "um projeto de limpeza mais humano do centro da cidade, 'sem mexer com a gente'". Supomos, conforme já analisamos, que os projetos higienizadores da História do Brasil foram, muitas vezes, marcados pela violência policial e expulsão dos mais pobres dos seus locais de vida e trabalho. Segundo o DN,

> O fortalezense que ver a cidade saneada, transporte digno, escolas públicas equipadas, conforme uma enquête realizada pelo Diário do Nordeste no centro da cidade. Os camelôs, por exemplo, esperam que a nova administração (...) faça um projeto mais humano de limpeza do centro da cidade, 'sem mexer com a gente', diz por exemplo o engraxate Francisco Joaquim de Paulo, que espera ver um dia a cidade humanizada. Para os motoristas de táxis, o importante é acabar com os buracos da cidade. Já o médico José Avelino Demétrio considerava prioritário, além da saúde, o transporte coletivo e a educação [295].

Maria Luiza, enquanto comemorava a vitória expressava um grande otimismo, porém, inabilmente, colocava que a posse era um ritual formal e já se apresentava administrando a Cidade – "Maria já quer administrar antes da posse em 86 que acha formal. 'Eu já estou administrando parcialmente a cidade', admitiu ontem a prefeita eleita Maria Luiza Fontenele, durante sua primeira entrevista coletiva". Ao assumir tal posição, dividia, sem ter a obrigação de fazê-lo, a responsabilidade dos problemas com Barros Pinho.

[295] O que a cidade espera da nova administração. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.

Também inabilmente, tal como um “José sonhando em ser rei dos hebreus”, expressava que o PT iniciava sua trajetória em direção à vitória nas primeiras eleições diretas para Presidência da República e que ela própria poderia ser a candidata do PT ao cargo. Mesmo que a Presidência da República fosse interpretada como um delírio, a sua ascensão futura ao posto de Governador do Ceará parecia ser possível, e isso despertava temor nas forças conservadoras e liberais.

Maria Luiza considerava que a reforma administrativa proposta poria fim à sonegação e à corrupção e, assim, a Prefeitura teria recursos. Para urbanizar favelas, entendia que teria crédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs). Para gerar empregos, teria apoio de “países ricos e desenvolvidos que ajudam nações em desenvolvimento”. Entendia que a descentralização administrativa, a eleição de diretores de escolas pela comunidade e o apoio dos Conselhos Populares seriam facilmente implantados e que tornariam, automaticamente, sua gestão eficiente. Segundo o DN, portanto, Maria parecia estar iludida.

> Quanto à gerência do setor financeiro, informou que a meta é combater a sonegação e desmantelar ‘os esquemas de corrupção’ instalados dentro e fora da Prefeitura. (...)
>
> Considerou o setor de educação o ‘prato feito’ para o PT, em virtude da identificação que o movimento dos professores da rede municipal teve com as bandeiras defendidas pelo partido. (...) apoio que vai obter do educador Paulo Freire (...). Vai dar autonomia às escolas, para que a comunidade escolha seus próprios dirigentes.[296]

Para o vereador Francisco Lopes, militante do PC do B desde 1968 e líder da bancada do PMDB na Câmara, Maria Luiza não conseguiria pôr em prática seu programa “pela questão estrutural e as diversas correntes ideológicas” que estavam ao seu redor, ou seja, a falta de recursos e os conflitos entre os próprios componentes da futura administração. [297]

Lopes, contra o aumento das passagens de ônibus, mas influenciado também pela diferença entre sua visão ideológica e a dos vereadores do PMDB presente na forma de se oporem à Maria Luiza e ao PT, deixou a liderança da

[296] Maria já quer administrar antes da posse em 86 que acha formal. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.
[297] Vereadores propõem reciclagem dos partidos derrotados dia 15. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 nov. 1985.

bancada. Mesmo assim chegava a perder a calma quando se referia à Maria Luiza e ao PT, misturava assuntos fora do contexto e fazia coro com os vereadores indignados com a afirmação do Presidente do PT, Gilvan Rocha, de que a Câmara Municipal era "a mais vergonhosa de toda a sua história", que havia merecido inclusive a primeira página do Jornal do Brasil[298]. Lopes insinuou que, diferentemente do PC do B, que, inclusive chegou a enfrentar "o regime discricionário" através da luta armada, Gilvan "toma um avião e vai para o exterior", isto é, Lopes agredia acusando-o de ter fugido da luta.

> Uma nota oficial da Mesa Diretora contra as declarações do Presidente Regional do PT, Partido dos Trabalhadores, Gilvan Rocha, foi a sugestão feita da tribuna daquele poder pelo ex-líder da bancada do PMDB, vereador Francisco Lopes. Ele se reportou... as declarações... segundo o qual a atual Câmara Municipal 'é a mais vergonhosa de toda a sua história'.
>
> No entendimento de Francisco Lopes a prefeita eleita... quer declarar 'guerra contra o Poder e deseja administrar Fortaleza com a Justiça. Criticou então o dirigente do PT, Gilvan Rocha que 'na época da ditadura ao invés de ficar aqui na luta contra o regime discricionário toma um avião e vai para o exterior'.(...) Pelo visto, assinalou 'a prefeita eleita vai governar com o Poder Judiciário e não com o Poder Legislativo'. Pelo Visto, finalizou, 'Maria Luiza quer fechar a Câmara'.

Como a Prefeitura estava com os salários atrasados e sem recursos para os serviços de limpeza e obras, o Vice-prefeito externou a sua opinião de suspender o repasse da verba da Câmara de Vereadores ("duodécimo") e o pagamento do primeiro e segundo escalão dos funcionários por três meses, como parte de um plano para "sanear as finanças da Prefeitura de Fortaleza". A ideia "foi repudiada pelos vereadores do PMDB e do PFL", os quais chegaram a pensar em depor a Prefeita, levando o DN a noticiar: *Antes da posse, prefeita é ameaçada de 'impeachment'*, no dia 20 de dezembro. Américo Barreira, no dia seguinte, justificou-se dizendo que não fora bem entendido e que desejava "apenas pagar inicialmente os que ganham menos".

> A idéia do vice-prefeito eleito, Américo Barreira, de não pagar vereadores e todo o pessoal do 1º e 2º escalão por três meses até sanear as finanças da Prefeitura de Fortaleza foi repudiada por vereadores do PMDB e PFL, ontem, na Câmara Municipal. Alguns propuseram uma medida extrema, o 'impeachment' – atos pelo qual a prefeita é destituída mediante deliberação do legislativo – caso não seja concretizada a providência com o intuito exclusivamente de jogar a população e os servidores da prefeitura contra a Câmara Municipal. [299]

[298] ROCHA. Op. Cit., 2008, p. 172.
[299] Antes da posse prefeita é ameaçada de 'impeachment'. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 dez. 1985.

Antes mesmo da posse da Prefeita, a Câmara Municipal estava já em luta declarada contra a administração de Maria Luiza. O DN noticiou, no dia 20, que alguns vereadores articulavam um movimento para nenhum deles comparecer às solenidades de posse.

> Um movimento para esvaziar a posse da prefeita eleita, dia 1º de janeiro próximo, foi iniciado na noite de ontem entre alguns vereadores diante das declarações do vice-prefeito... (...)
>
> Sem nenhum representante com assento na Câmara Municipal, o Partido dos Trabalhadores poderá ter dificuldades para aprovar matérias de interesse da prefeita... (...).[300]

No dia 30 de dezembro, o jornal noticiava: *Autoridades vão estar ausentes na festa de posse da Prefeita*[301] e, no dia 31, sob o título *Lideranças não prestigiam posse de Maria Luiza*[302], explicava que o governador Gonzaga Mota e "demais autoridades já confirmaram suas ausências". Bourdieu concebia que uma tendência pode ser reforçada pela imprensa, pois "o campo jornalístico reforça as tendências dos agentes comprometidos com o campo político a submeter-se à pressão das expectativas"[303]. Entendemos que tal fato ocorreu, pois o DN colocava na pauta de discussão, dez dias antes, a ideia de que muitos não compareceriam à posse, ao mesmo tempo em que a rede de compromissos entre políticos gerava a necessidade de manifestação de solidariedade de uns para com os outros. Assim, se o governador ou determinados vereadores não comparecessem à posse, seus aliados demonstrariam solidariedade também não comparecendo. O DN estava trabalhando para esvaziar a posse da Maria Luiza.

## 2.6. A Prefeitura de Fortaleza antes da posse Maria Luiza

Por um lado, a realidade mostrava as deficiências naquilo que se relacionava com a Prefeitura de Fortaleza: infraestrutura urbana precária; serviços públicos insuficientes e até inexistentes para grande parcela da população; desorganização administrativa; falta de recursos para o pagamento

[300] Movimento para esvaziar a sessão. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 dez. 1985.
[301] Autoridades vão estar ausentes na festa de posse da Prefeita. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 dez. 1985.
[302] Lideranças não prestigiam posse de Maria Luiza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 dez. 1985.
[303] BOURDIEU. Op. Cit., 1997, p. 114.

dos salários dos funcionários e para as obras e serviços; greves constantes nas esferas municipal, estadual e federal; desnutrição infantil, alto índice de mortalidade infantil; grande número de casebres, favelas e em outras situações de risco. Por outro, Barros Pinho procurava mostrar que suas realizações foram muitas e de grande abrangência.

Uma semana depois das eleições, a Câmara Municipal aprovou "aumento" de 128% nos salários do funcionalismo municipal. Entretanto, o que o DN chamava de "aumento" era um reajuste monetário. O jornal do dia 6 de dezembro informava: *Prefeito entrega hoje a Praça do Carlito Pamplona após recuperação*[304]. No dia 10, o DN trazia que o Prefeito Barros Pinho tinha decidido entregar o cargo sem demitir os seus secretários e outros membros do primeiro escalão, isto é, as pessoas nomeadas por serem de sua confiança. Reportagem na capa do dia 14 de dezembro anunciava que os "bons projetos" da Secretaria de Transportes do Município tinham conseguido 37,2 bilhões cruzeiros para o calçamento de ruas[305]. Barros Pinho trazia outros benefícios para a cidade. O Instituto José Frota (IJF) "realizava concurso para o preenchimento de 160 vagas de bolsas de trabalho". No dia 20, o jornal divulga que Barros Pinho entregava casas para "comunidade carente". No dia 29, cerca de 100 caminhões e 600 garis intensificavam a "limpeza nos bairros em três dias".

No dia 31 de dezembro, no DN, na véspera do fim de seu mandato, em matéria provavelmente paga, de uma página, a gestão Barros Pinho, tentando melhorar a imagem de seu período administrativo, apresentava um balanço manipulado de seus feitos: 400 obras. Assumia o atraso dos salários como uma "falha" e defendia-se explicando que o problema da Prefeitura não residia "no aumento... e sim no número de funcionários – 36 mil", porém reconhecia que "criou problema" para Maria Luiza resolver. Sobre esse número, 36 mil funcionários, há uma controvérsia, pois no balanço publicado pela APF no *Dossiê Fortaleza nunca mais* o número era de 29 mil funcionários. Como o próprio Barros Pinho reconhecia o estado de corrupção na Prefeitura[306] e,

[304] Prefeito entrega hoje a Praça do Carlito Pamplona após recuperação. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 dez. 1985.
[305] Pavimentação da Grande Fortaleza terá Cr$ 37, 2 bi. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 dez. 1985.

[306] Pinho reconhece o quadro de corrupção dentro da Prefeitura. **Diário do Nordeste.** Fortaleza, 26 nov. 1985.

consequentemente, do descontrole, supõe-se que o número certo era o do Dossiê, como veremos no capítulo 3.

Além disso, a referida matéria, sem nada informar quanto ao porte de algumas das obras enumeradas, não permitia à opinião pública a aferição da abrangência das realizações. A primeira, 577 habitações, apesar de ser um número ínfimo quando comparado às necessidades da cidade, não deixava de ser uma obra importante. No entanto, reformas de unidades de saúde, melhorias em escolas e ampliação de salas de aula são informações que não dizem o que foi feito, transparecendo uma tentativa de enganar o leitor. Já o anúncio do início da construção de uma escola com quatro salas de aula não deixa dúvida de que a intenção era mesmo enganar o leitor, pois "quatro salas" não era uma obra pública que merecesse anúncio em jornal, principalmente estando o sistema educacional público paralisado por greves já há muito tempo. Reforma de 69 escolas mantidas pela Funefor também mereceria a informação, pelo menos, dos custos. Além disso, informava que o Prefeito preocupava-se "em moralizar a administração pública municipal", acusava o PT de instigação às greves e afirmava que "70% do funcionalismo da administração direta, já foram pagos"[307], porém não deixava claro o mês que fora pago e nem quanto representava estes 70% da administração direta no total dos funcionários.

Enquanto a gestão Barros Pinho encontrava espaço no jornal para transmitir "boas notícias", o DN mostrava aspectos de um caos na Prefeitura produzido ao longo de uma década. A capa do jornal do dia 24 de novembro, trazia: "Bens do Município estão desaparecendo" na própria Secretaria de Administração; explicava que milhares de funcionários "não prestam serviços" e que "somente na gestão César Cals Neto foram contratado 12.019 funcionários"[308].

No dia 26, além de noticiar que Barros Pinho reconhecia o descaso e o "quadro de corrupção na Prefeitura", o DN trazia números referentes à prática do empreguismo em gestões anteriores:

---

[307] Barros Pinho faz balanço de sua administração. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 dez. 1985.
[308] Denúncias na Secretaria de Administração: Bens do Município desaparecendo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 nov. 1985.

| Governos | Período | Adm. direta | Adm. Indir. | Total |
|---|---|---|---|---|
| Evandro Ayres | 17.01.75 a 06.04.78 | 2.446 | 1.810 | 4.256 |
| Luiz Marques | 06.04.78 a 16.03.79 | 554 | 602 | 1.156 |
| Lúcio Alcântara | 16.03.79 a 14.05.82 | 3133 | 2065 | 5.198 |
| José Aragão | 14.05.82 a 16.03.83 | 2941 | 320 | 3.261 |
| César Neto | 16.03.83 a 31.07.85 | 10.120 | 1.899 | 12.019 |

Fonte: Denúncias na Secretaria de Administração: Bens do Município desaparecendo. Diário do Nordeste. Fortaleza, 24 Nov. 1985.

O editorial do dia 07, intitulado *A crítica necessária*[309], fazendo um trocadilho com a "crítica radical"[310] propugnada pelo marxismo[311], coloca que "O Ceará vai fechar o seu balanço... Situado numa das regiões mais pobres do planeta, reconhecida por organismos internacionais...", isto é, em um conhecido cenário de casebres de taipa ou de pedaços de madeira e de plásticos, urubus e milhões de pessoas famintas. Segundo Borzacchiello, baseado em dados oficiais, em 1985, "Fortaleza possuía 234 favelas com 64.035 domicílios, 70.450 famílias e 352.250 pessoas residentes. Os números são reveladores da situação crítica que atinge um elevado percentual da

[309] Editorial: A crítica necessária. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 dez. 1985.

[310] Perguntamos à Maria Luiza se a expressão "Crítica Radical" que se manifestava nos princípios dos anos 1980 tinha alguma relação com o movimento "Crítica Radical", do qual ela faz parte. Ela nos respondeu que não: "No passado era uma crítica ao capitalismo, ao modo de produção. Hoje, nós fazemos uma crítica radical do valor, da forma de produção de mercadorias" (Entrevista de Maria Luiza a nós concedida. Fortaleza, 12 abr. 2011). Segundo panfleto distribuído pelo movimento *Crítica Radical:* "A abstração real do valor-dissociação se constitui como uma *matrix* apriórica sob a qual o ser humano submetido não sabe, mas faz. (...) reside no fato de que a forma social da abstração real do valor é comum às classes sociais e a causa do conflito de seus interesses. Tal forma é fetichista porque constitui uma estrutura sem sujeito (...). Nessa estrutura, as pessoas humanas são submetidas ao eterno processo automático da transformação da energia abstrata humana em dinheiro. (...) também reside no fato de que a forma social da abstração real do valor vem da sua determinação essencial lógica junto com a dissociação [homem-mulher] sexualmente determinada" (Extraído de panfleto distribuído pelo movimento *Crítica Radical*, em janeiro de 2010).

[311] Veja no Capítulo 3 desta dissertação, no tópico "A opinião do DN sobre a APF", a abordagem sobre o Editorial intitulado *Da calamidade à anarquia*, no qual o DN utiliza, entre aspas, a expressão "demagogia radical".

população da cidade"[312]. O produtor do Editorial queria explicar que a sociedade cearense precisava realmente de uma crítica, porém não de uma crítica contra o sistema capitalista. Precisava que suas classes dirigentes reconhecessem o quadro de penúria em que vivia o povo cearense para que pudessem administrar o estado de forma competente e, assim, criar melhores condições de vida para o povo.

O quadro crítico das finanças da Prefeitura causava muita preocupação aos vereadores. O DN comunicava no dia 16 que o Presidente da Câmara Municipal, Djalma Eufrásio, apelou ao Prefeito, seu correligionário, para que não atrasasse o repasse do "duodécimo", pois com ele seriam pagos os salários dos vereadores e dos funcionários do legislativo municipal. Barros Pinho, nesse mesmo dia, declarava que administrar a Prefeitura de Fortaleza era "'mais do que um desafio'. É uma tarefa quase impossível de realizar. (...) 'só queria ter tido tempo para fazer na cidade uma revolução administrativa, dentro do pensamento de mudança que embala hoje a cidade de Fortaleza'."[313] Entendemos que Barros Pinho não percebia nitidamente que não era uma questão de tempo, pois ele era um prefeito não eleito e seria destituído pela soma de todas as forças que seriam afetadas caso enveredasse pela citada revolução, a começar pelos vereadores. O povo era visto pelas elites como que divididos em currais eleitorais. O DN, ao defender "um capitalismo permeado de humanitarismo" e o projeto elaborado pelos "jovens empresários" propunha uma "crítica necessária", isto é, o reconhecimento da existência e grande dimensão da miséria e a indicação de um caminho capitalista para enfrentá-la.

Enquanto o mandato de Barros Pinho expirava, diversos órgãos da Prefeitura entravam em greve. No dia 14 de dezembro, o DN dava a notícia de que os funcionários da Superintendência Municipal de Obras e Viação iriam decidir na segunda-feira se iriam entrar ou não em greve[314]. Nota-se, portanto, que essa notícia funcionava como um reforço ou um apoio aos que estavam defendendo a greve. No dia 18, os funcionários da Fundação do Serviço Social decidiram "parar as atividades"[315]. No dia 20, "Mais de sete mil servidores em

---

[312] SILVA, José Borzacchiello. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova História do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 234.
[313] Djalma apela ao prefeito para não atrasar duodécimo do poder. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 dez. 1985.
[314] SUMOV decide segunda-feira se vai paralisar. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 dez. 1985.
[315] Funcionários do Serviço Social entram em greve. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 dez. 1985.

greve”[316]. No dia 24, “Aumenta número de servidores parados”[317]. No dia 27, “IJF pára hoje cedo”[318]. No dia 29, “Servidores do IJF rejeitam proposta e continuam em greve”[319]. Os funcionários reivindicavam o pagamento dos vencimentos atrasados. Nesse mesmo dia, é divulgada a nota “Prefeita admite prioridade para pagar servidores” [320], porém completava informando que ela não se “amedrontará no enfrentamento ‘do mar de corrupção instaurado na Prefeitura de Fortaleza’”[321]. Barros Pinho tentava conseguir empréstimos para o pagamento, porém os vereadores do PFL eram contra, alegando que no passado os petistas também eram contra. No dia 30, o pedido de empréstimo não foi votado e “por pouco não houve troca de tabefes entre peemedebistas e pefelistas”[322]. Marcos Couto, dirigente do Departamento de Limpeza Pública, afirmava “que a prefeita Maria Luiza Fontenele terá pela frente uma tarefa muito difícil”[323].

## 2.7. A composição da APF

Os jornais O Povo[324] e Diário do Nordeste[325], do dia 21 de dezembro de 1985, noticiaram que a prefeita eleita, Maria Luiza Fontenele, anunciara alguns nomes que comporiam o seu secretariado. No dia 31, o jornal O Povo voltou a enumerá-los com a chamada *Os novos secretários apresentam suas metas*[326], porém adicionando algumas informações acerca desses secretários. Conforme essas reportagens, o secretariado estava assim composto:

- Chefia do Gabinete: José Nobre Guimarães, militante de esquerda, atuante no movimento estudantil, irmão do Líder do Partido dos Trabalhadores

[316] Mais de sete mil servidores em greve. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 dez. 1985.
[317] Greve no município: aumenta número de servidores parados. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 dez. 1985.
[318] 13º não sai e IJF pára hoje cedo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 dez. 1985.
[319] Servidores do IJF rejeitam proposta e continuam em greve. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 dez. 1985.
[320] Prefeita admite prioridade para pagar servidores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 dez. 1985.
[321] Prefeitura receberá Cr$ 38 bi, e servidores terão prioridade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 dez. 1985.
[322] Tumulto na Câmara quase acaba em briga. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 dez. 1985.
[323] DLP intensifica limpeza nos bairros em três dias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 dez. 1985.
[324] Maria anuncia secretariado e Imprensa fica para depois. **O Povo**. Fortaleza, 21 dez. 1986.
[325] Prefeita faz o anúncio sem 2 nomes. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 21 dez. 1986.
[326] Os novos secretários apresentam suas metas. **O Povo.** Fortaleza, 21 dez. 1986.

na Câmara dos Deputados, Genuíno Neto. Segundo o jornal O Povo, “acompanhou o trabalho desenvolvido pela anistia no Ceará”[327].

- Secretaria de Imprensa e Relações Públicas: Ivonete Maia.

- Procuradoria Geral do Município: Antônio Carlos de Araújo e Sousa.

- Secretaria de Administração: Ernani de Morais Peloso, Engenheiro Agrônomo e Mestre em Desenvolvimento Agrícola.

- Secretaria de Finanças: Agamenon Almeida, “somente assumirá no dia 20 de janeiro”, ex-marido de Maria Luiza.

- Secretaria de Serviços Urbanos: Francisco de Assis Guedes Barros, “genro do vice-prefeito eleito Américo Barreira”. (O Povo)

- Secretaria de Saúde e Assistência: Manuel Dia Fonseca Neto, Médico, “foi militante da Ação Popular, em cuja condição foi surpreendido pela Revolução de 1964, quando teve de viver na clandestinidade, até ser preso em 1974. Foi o 1º Presidente da Associação dos Moradores da Serrinha”. (O Povo)

- Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas: José Antônio Oliveira Perbeline Lemenhe, arquiteto, cursou o Mestrado na Universidade de Edimburgo, Escócia, e era professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC.

- Secretaria de Educação e Cultura: Padre José Haroldo Coelho Bezerra, vigário do Pirambu e professor da Universidade Estadual do Ceará, Licenciado em Ciências Sociais.

- Secretaria de Transportes Urbanos: Marta Arruda.

- Superintendência de Planejamento do Município: Joaquim Cartaxo Filho, arquiteto e técnico da SUPLAN desde 1980.

- Superintendência Municipal de Obras e Viação: José Baquit.

- Empresa de Urbanização de Fortaleza: Aida Maria Matos Montenegro, arquiteta, graduada pela UFC, “ex-assessora técnica da área de proteção ambiental de Jericoacoara”. (O Povo).

- Instituto de Previdência do Município: Sílvio de Albuquerque Mota, Professor e “advogado trabalhista dos sindicatos dos bancários, sapateiros, marceneiros e vigilantes”. (O Povo).

---

[327] Maria anuncia secretariado e Imprensa fica para depois. **O Povo**. Fortaleza, 21 dez. 1985.

- Instituto José Frota: Mário Mamede Filho, membro do PDT; “teve seu nome referendado na eleição promovida pelos médicos e funcionários do instituto José Frota”. (O Povo)

- Fundação do Serviço Social de Fortaleza: Alba Maria Pinho de Carvalho, “mestre em sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professora da UFC” e autora do livro “A questão da transformação e o trabalho social”[328].

- Fundação Educacional de Fortaleza: Dilmar Miranda, sociólogo, presidente da Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará, professor da UFC e ex-marido de Maria Luiza. (O Povo)

- Superintendência do Desenvolvimento dos Desportos de Fortaleza: Orlando Aquino Duarte.

- Frigorífico Industrial de Fortaleza S. A.: José Vital dos Santos.

- Companhia de Transportes Coletivos: Mário Cavalcanti Neto, economista.

[328] Maria anuncia secretariado, e Imprensa fica para depois. **O Povo**. Fortaleza, 21 dez. 1985.

## Capítulo 3: A APF, da posse ao Dossiê Fortaleza Nunca Mais

### 3.1. Contexto da posse

Maria Luiza viajou aos Estados Unidos para acompanhar o seu marido, Agamenon de Almeida, e aproveitou a estada naquele país para fazer o Mestrado[329]. Lá observou a qualidade de vida, dos equipamentos, dos serviços públicos e o nível de liberdade da sociedade estadunidense. Voltou para o Ceará e reencontrou uma cidade onde predominava a profunda miséria e desrespeito aos direitos e à dignidade humana. Por outro lado, de um grupo minoritário de pessoas abastadas saía uma classe política dirigente que ainda não via esse povo como integrante da opinião pública[330]. Maria Luiza passou a acreditar que era possível esse povo ter acesso às condições materiais que tanto precisava, como: habitação, emprego, alimentação, saúde, educação, saneamento, lazer, água, iluminação, salário digno, meio ambiente. No campo político, o habitante citadino precisava de liberdade, democracia, ser e ter os direitos humanos respeitados.

Entre as causas desses problemas, para Maria Luiza, estariam a ditadura com toda a sua rede autoritária e concentradora, as discriminações preconceituosas, a violência policial, os interesses sobre lucros e propriedades, colocados acima de quaisquer danos que pudessem provocar às pessoas, a corrupção sistêmica e o imperialismo estadunidense e europeu com seus tentáculos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tornando-se professora da UFC e aproximando-se do PC do B, começou a fazer uma apropriação mais consistente da sociologia marxista.

Agora, mais de dez anos depois, para atingir esses objetivos, Maria Luiza defendia a necessidade de profunda mudança política, econômica, social e cultural. Especificamente, em termos nacionais, propunha eleições diretas para a Presidência da República, uma Assembleia Constituinte, uma reforma agrária e urbana, o rompimento com o FMI, a moratória da Dívida Externa e inserir as organizações populares no centro do poder governamental. Para a

[329] Entrevista de Maria Luiza a nós concedida. Fortaleza, 12 abr. 2011.
[330] O DN, mais tarde, sugeriu a essa classe dirigente que realizasse uma "crítica necessária". Veja a abordagem desse assunto nesta dissertação, no Capítulo II, no tópico *A Prefeitura de Fortaleza antes da posse de Maria Luiza.*

Prefeitura de Fortaleza, o seu programa era o mesmo da campanha eleitoral, porém o cerne era a eliminação da corrupção, a organização e inserção dos conselhos populares no governo municipal e a montagem de uma equipe administrativa competente, honesta e comprometida com o povo. Maria Luiza nos disse que não pretendia utilizar a Prefeitura para instalar o socialismo porque não acreditava que isso fosse possível por meios eleitorais, porém queria instalar os conselhos populares[331] e transformá-los em um poder paralelo[332].

De maneira diferente, o DN propunha o projeto dos grandes empresários do CIC e da FACIC, que os envolvia numa participação direta no jogo democrático e reconhecia que a miséria absoluta poderia ser amenizada, através da modernização do capitalismo e de um Estado superavitário e profissionalmente administrado. Notamos, em nosso recorte temporal, que o editorial do DN propugnava, reiteradamente, pela construção do açude Castanhão para o abastecimento do agronegócio e da industrialização, e pela instalação de uma refinaria, ao redor da qual se instalaria um parque industrial. Ao mesmo tempo, fazendo coro à FIESP e à FEBRABAN, em São Paulo, o editorial do DN preocupava-se seriamente com o projeto de esquerda do PT, da CUT, da Teologia da Libertação e dos Sem Terras. A Prefeitura de Fortaleza atraía olhares do Brasil inteiro.

Interpretamos que os redatores do DN sabiam que não atingiriam a maioria dos eleitores com os mais altos debates sobre as teorias políticas e econômicas. Entendiam que, no cotidiano, os discursos deixavam um conjunto de sinais, nem sempre imediatamente decifrados, que acabavam exercendo influência na formação da opinião pública. Assim, o DN reproduzia uns discursos e outros não. Segundo Orlandi, as "relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhado de palavras"[333]. Os editoriais, no período em estudo, não davam espaço para a defesa do socialismo ou para argumentos que justificassem a reforma agrária, que reconhecessem alguma justiça na Teologia da Libertação, ou para detalhar as explicações de Dom Aloísio

[331] Veja abordagem desse assunto no Capítulo 3, no tópico "Relacionamento da APF com os vereadores".
[332] Entrevista de Maria Luiza a nós concedida. Fortaleza, 12 abr. 2011.
[333] ORLANDI. Op. Cit., 2000, p. 83.

Lorscheider sobre os problemas sociais. Indiretamente, a linha política do jornal deixava explícito que não concordava com a linha teológica de Dom Aloísio, chegando mesmo a aventar que ele próprio estaria contrariando os princípios Igreja. Segundo Márcia Vidal,

> No "Diário do Nordeste" havia uma lista de pessoas e de assuntos que não podiam ser tratados. Greve de estudantes, crise no abastecimento de gás, água mineral, enfim, eram exemplos de assuntos que não poderiam ser abordados em matérias que ferissem os interesses do grupo Edson Queiroz, com negócios em todas as áreas citadas. Além disso, nomes como Maria Luiza Fontenele, Iranildo Pereira, Paulo Lustosa, Fávila Ribeiro, Dom Aloísio Lorscheider não podiam ser citados no jornal[334].

No entanto, apesar do *copidesque*, do manual de redação e de pretender uma notícia centralmente controlada, a redação nos meios de comunicação é um processo resultante de várias vozes, onde estão presentes interesses dos leitores, proprietários, anunciantes, jornalistas, redatores e outros, e o DN preocupava-se em ser polifônico, para, permanentemente, reafirmar sua credibilidade e manter-se útil.

## 3.2. A posse de Maria Luiza na Prefeitura Municipal de Fortaleza

O processo formal de posse de Maria Luiza na Prefeitura Municipal de Fortaleza foi caracterizado por três momentos: a cerimônia oficial de posse na Câmara Municipal, o recebimento do cargo no Paço Municipal e o Comício na Praça José de Alencar. A abordagem do DN nos três momentos teve a característica de fornecer argumentos para todos aqueles que desejavam enfraquecer politicamente Maria Luiza e o PT junto à opinião pública.

Na edição do dia 02 de janeiro de 1986, o assunto principal foi a posse de Maria Luiza Fontenele, ocorrida no dia anterior, seguido por notícias sobre a posse nas outras capitais do Brasil, destacando-se a de Jânio Quadros, em São Paulo. Na capa, sob a foto de apenas uma parte da praça tomada de pessoas, o DN trazia a legenda: *Na praça, Maria não conseguiu reunir a mesma multidão que foi ao comício de encerramento de sua campanha*[335]. A

---

[334] VIDAL. Op. Cit., 1994, p. 113.
[335] Maria assume e decreta austeridade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 1986.

primeira notícia, no local mais visível da capa, o DN apresentava o primeiro momento do governo de Maria marcado por um fracasso: “Maria não conseguiu”. Dessa forma, o DN criava uma confusão, descontextualizava, mostrando com o fato “outro significado, diferente e mesmo antagônico ao significado real original”[336]. Os momentos eram completamente distintos e incomparáveis: no primeiro, o calor da campanha, a mobilização da militância, a necessidade de demonstração de força, a disputa; no segundo, a vitória consumada, o arrefecimento dos ânimos, as principais nomeações para os cargos já realizadas e após uma noite de festas, como é típico do *Reveillon*, não poderia contar com as cinquenta mil pessoas do referido comício. Mesmo assim, vinte mil pessoas representavam um público considerável.

A festa na Praça José de Alencar começou às 17 horas do primeiro dia do ano. O DN noticiava que a temática de todos os pronunciamentos era a mesma: a derrubada da Nova República, redução do mandato do Presidente Sarney e a conquista do poder pelo PT, passando a ideia de que havia no comício uma sensação de monotonia. No entanto, destacava que o representante petista do município de Tauá colocara que a ascensão ao poder poderia ocorrer se necessário fosse “com derramamento de sangue”[337]. Entre um e outro orador os artistas da terra exibiam seus trabalhos. Apresentaram-se várias entidades de esquerda: Convergência Socialista, Partido Socialista Brasileiro, Partido Revolucionário Comunista, Partido Comunista, Movimento Comunista Revolucionário e outros. O deputado Genoíno e o presidente nacional do PT, Luís Inácio da Silva (Lula), presentes, viam a vitória de Maria Luiza como um passo importante para a ascensão das classes populares e do PT. Maria Luiza reafirmou as promessas feitas durante a campanha.

A posse oficial ocorreu pela manhã e, mais uma vez, o DN noticiou como fracasso: *Durou apenas 12 minutos a sessão sem autoridades*. Continuando, “(...) Como foi noticiado pelo DN, não compareceram o governador Gonzaga Mota, o Cardeal Aloísio Lorscheider, o Comandante da 10ª Região Militar e o Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará”. Também, “um dos principais itens deixou de ser cumprido: a leitura da declaração de bens da prefeita e do vice”, pois a cópia entregue à Câmara desapareceu. Como pontos positivos, o DN

[336] ABRAMO. Op. Cit., 2003, p. 28.
[337] Vibração na praça com a Maria prefeita da cidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 1986.

noticiava a presença de grande número de políticos e jornalistas de outros estados e de representantes do Interior do Ceará, embora destacando que o Presidente da Assembleia Legislativa, Castelo de Castro, foi "o único deputado estadual presente" e que, dos deputados federais cearenses, "apenas Moisés Pimentel compareceu" [338].

No segundo momento, a recepção do cargo no Paço Municipal, mais um fracasso, pois Maria e Américo saíram sem "escutar o hino do Ceará e o de Fortaleza, conforme estava programado pelo Cerimonial da Casa". Portanto, mais uma falha, segundo o DN.

O jornal destacava a intenção da nova administração de disciplinar o funcionamento da Prefeitura e noticiava apenas aspectos negativos, ou "antipáticos", como o fato de quem quisesse "continuar na folha" ou tivesse mais de um contrato de trabalho com a Prefeitura, teria de "optar" por um e com perda de honorários, seria obrigado a "comunicar ao chefe", etc. Quando toda a sociedade brasileira, e não menos em Fortaleza, falava em corrupção, qualquer prefeito teria de se posicionar pela correção e, assim, impor um mínimo de disciplina. Percebemos que a nova administração seria atacada, também, pelo que fizesse de correto. O DN, então, voluntária ou involuntariamente, na seleção das notícias, já estava semeando a discórdia entre os funcionários e a administração que acabava de se instalar.

Nesse mesmo dia, o Editorial anunciava uma administração que prometia "muita controvérsia" e procurava sintetizar as expectativas gerais com relação à prefeita Maria Luiza, as quais seriam a "recuperação da cidade e a moralização das atividades públicas". Os sinais das dificuldades que Maria Luiza enfrentaria seriam: a ausência de autoridades tradicionais na "festa do PT"; a dificuldade de relacionamento com os vereadores em razão de Maria Luiza pretender dar poder de decisão aos "conselhos de bairros" e "de favelados"; e o incentivo do PT aos movimentos paredistas, os quais teriam levado a prefeitura "às portas da desestruturação administrativa". Conforme o DN, o incentivo do PT às greves tinha fracassado, pois nem Barros Pinho

[338] Posse de Maria Luiza. Durou apenas 12 minutos a sessão sem autoridades. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 1986.

colocou os salários do funcionalismo em dia e nem saiu desacreditado do cargo[339].

### 3.3. Tortura nunca mais, a denúncia vitoriosa

Um pronunciamento do discurso de Maria Luiza em sua posse, na Praça José de Alencar, passou despercebido pelo DN na edição de 2 de janeiro e não mereceu destaque no dia seguinte. Foi quando ela denunciou a descoberta de um torturador em posto-chave de um órgão de segurança, no Ceará. Em pequena nota, o DN tratou do assunto no dia 03, na página 11, porém fez uma inversão, pois o que apresentou como notícia foi a denúncia e não o fato de se ter descoberto um torturador: *Maria Luiza quer movimento social contra Xavier na Polícia Federal.* Maria Luiza declarou: "Fortaleza não merece isso. Não ficarei de braços cruzados diante de tamanho desrespeito à consciência política cearense". Conforme o DN, o Ministro da Justiça, Fernando Lira, "designou o delegado João Xavier para substituir o delegado Edgar Fuques na Superintendência do Departamento de Polícia Federal no Estado do Ceará". Quando a indignação deveria ser encarada como um sentimento natural e lógico diante da tortura, a abordagem da nota naturaliza a tortura e se põe a explicar a causa da indignação, como expõe no seguinte trecho: "A razão para o repúdio da prefeita é que o delegado João Xavier é apontado como um torturador conhecido no Estado". Isto é, o excepcional, o inusitado, seria a indignação da Prefeita e não a tortura. Outro aspecto que merece destaque foi o "silêncio" do DN nos quatro dias subsequentes, apesar da importância do assunto.

Na reportagem intitulada *Vitória do 'Tortura Nunca* Mais', o DN trazia o relato do então estudante Manuel Domingos Neto, ouvido em 1972, segundo o qual Rosa Fonseca "se encontrava no interior daquela dependência", da Polícia Federal, em Fortaleza, e "estava em estado de convulsão"; que teria chegado a "esse estado em virtude de torturas sofridas na referida Delegacia"; e que "lhe foi proporcionada essa visão com o evidente intuito" de atemorizá-lo. Embora Rosa tenha afirmado ao DN que não podia garantir que Xavier a tivesse

[339] Editorial. Na linha da controvérsia. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 jan. 1986.

espancado, ela informou que é certo que "ele estava presente toda vez que ela era torturada psicologicamente". [340]

A exoneração do torturador, citado no livro "Brasil Nunca Mais", foi uma vitória liderada por Maria Luiza e seu grupo e, acima de tudo, uma vitória de todos aqueles que lutaram pela democratização do País. Para o DN, no entanto, foi a *Vitória do 'Tortura nunca mais'*. Dessa forma, parecia ser a vitória de um lado que não era exatamente o lado do DN[341]. O livro *Brasil Nunca Mais* foi redigido clandestinamente sob os auspícios do Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Dom Evaristo Arns, tornando-se o mais importante documento de denúncia sobre a tortura praticada no Brasil desde o golpe de 1964.

Nesse mesmo dia 08, em outra matéria, Maria Luiza parecia até estar respondendo ao DN ao interpretar que "É uma grande vitória para quem luta pela conquista de verdades democráticas"[342], além de considerar que "A campanha *Brasil Nunca Mais* toma corpo com esse fato em Fortaleza". A denúncia de Maria Luiza trouxe à tona outros nomes de Superintendentes da Polícia Federal, também apontados como torturadores: Roberto Felipe de Araújo Porto, do Pará, e José Armando Costa, do Distrito Federal. Com a decisão do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, de revogar a nomeação de Xavier, o diretor do Departamento de Polícia Federal do Ceará, coronel Luiz Alencar Araripe, não concordou e pediu demissão.

Apesar de os redatores do jornal não terem comemorado essa vitória como deles, o DN trouxe as informações que permitiram ao leitor entender as denúncias que eram feitas e, assim, formar sua própria opinião. Entende-se que o DN percebia a "capitalização da vitória" pela esquerda mais radical e que a vitória de Maria Luiza era um indicativo de que essa esquerda também tinha possibilidades eleitorais. Uma vez decidida a exoneração do delegado Xavier, antes mesmo de tomar posse, o PMDB procurou se apresentar como o responsável por essa "vitória", como revela a notícia *Lyra exonera federais para atender ao PMDB*[343], querendo transmitir que a demissão não era consequência dos protestos de Maria Luiza.

---

[340] Vitória do 'Tortura Nunca Mais'. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 jan. 1986.
[341] Vitória do 'Tortura Nunca Mais'. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 jan. 1986.
[342] Maria Luiza vai falar com Lyra, mas já comemora grande vitória. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 jan. 1986.
[343] Lyra exonera federais para atender ao PMDB. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 jan. 1986.

No dia 09, o DN entrevistou o jornalista cearense Francisco Auto Filho, preso duas vezes nos anos de 1970. Auto Filho declarou ao jornal que na primeira vez, em 1972, sofreu tortura psicológica de Xavier. Além disso, "foi algemado por três dias em um porão onde havia um formigueiro, sofreu ameaças físicas do próprio Laudelino, do delegado Porto, atual superintendente da PF no Pará, que sequer pertencia ao DOPS, além de Xavier ter ordenado que ele fosse jogado no mar". Auto Filho declarou que em 1976 foi pior, sendo despido, vendado e submetido a choques elétricos: "Francisco Auto recebeu choques, era submetido a uma bateria de interrogatórios que não lhe permitiam dormir ou se alimentar, e lhe fez perder completamente o senso de orientação e a noção do tempo decorrido". [344]

## 3.4. Relacionamento da APF com os vereadores

O DN tanto divulgava como participava das tensões políticas que envolviam a APF. Em razão da surpreendente vitória eleitoral, todos os opositores superdimensionaram a força de Maria Luiza e do PT e procuraram dar combate à nova administração, desde seus primeiros momentos. A partir do DN, podemos perceber um acirrado conflito entre a APF e um número expressivo de vereadores.

Com relação às forças de esquerda, no quarto dia da nova gestão, o DN divulgava: *Para Araújo não há entendimento entre PDT e PT*[345]. A expressão "Não há entendimento" significava que os dois partidos não tinham iniciado conversas a respeito da Prefeitura. Porém, da maneira abordada, poderia deixar subentendido que também havia desentendimento. Orlandi, ao explicar "o dito e o não dito", considera "que há sempre no dizer um não dizer necessário"[346]. Com isso, interpreta-se que o DN reforçava a ideia de intransigência e sectarismo atribuída ao PT e ao Grupo da Maria, pois, como já visto, ambos se posicionavam como adversários daqueles que aceitavam

[344] Delegado defende-se de acusação sobre torturas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 jan. 1986.
[345] Para Araújo não há entendimento entre PDT e PT em Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 1986.
[346] ORLANDI. Op. Cit., 2000, p. 82.

negociar com os grupos oriundos dos partidos que serviram à ditadura militar, como faziam o PMDB, o PC do B e o MR8.

Nesse mesmo dia, o título de outra notícia também mostrava desentendimentos: *Representantes das esquerdas no Ceará estão em luta aberta*. A partir de uma denúncia feita por Oséas Duarte, principal dirigente nacional do Partido Revolucionário Comunista (PRC), ao qual pertencia o Grupo da Maria, o PC do B e o MR8 estariam "fazendo o jogo da direita" para desestabilizar a administração de Maria Luiza. Nessa reportagem, o DN entrevistou vários representantes de agrupamentos de esquerda, levando à opinião pública as desavenças. O DN noticiava que Gilse Avelar, presidente regional do PC do B, e Fausto Arruda Filho, do MR8, respondiam que era o PT que fazia o jogo das forças reacionárias, ao lutar contra a Nova República. Avelar acusava a campanha de Maria Luiza de ter sido demagógica e de ter recebido "decisiva ajuda concreta dos três coronéis", os quais teriam comemorado a derrota do PMDB. Denunciava a APF de querer, com a criação dos Conselhos Populares, enfraquecer as Associações de Moradores filiadas à Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza. [347]

Os Conselhos Populares, propostos durante a campanha eleitoral, constituíam-se em um dos principais pontos de discórdia da APF com os vereadores e com o PC do B, pois se interpretava que eles ocupariam as funções dos vereadores e concorreriam com as Associações de Moradores, as quais eram controladas pelo PC do B. Sobre a organização dos Conselhos, Lincoln Souza, em sua Tese de Doutoramento, escreveu: "Seriam formados conselhos regionais como ponto de partida, os quais, reunidos numa assembléia de vários conselhos de representantes de bairros, comporiam uma espécie de grande conselho municipal". O sistema de Conselhos carreava contra si outra crítica por parte das esquerdas, pois institucionalizaria "a organização popular", colocando-a, portanto, sob controle estatal[348].

Com relação aos vereadores, os espíritos estavam armados. Marcus Fernandes, Líder do PMDB, dizia que iria aguardar, pois Maria Luiza, quando

---

[347] Representantes das esquerdas no Ceará estão em luta aberta. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 04 jan. 1986.
[348] SOUZA, Lincoln Moraes de: **Crônica de um partido não anunciado**: programa e governo do PT entre 1979 e 2000. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, 2004 (Tese de Doutoramento em Economia), p. 306.

deputada, instigava “às greves e outros movimentos populares”. Mesmo aguardando, já estaria organizando “um pacto de unidade dos 33 vereadores para a defesa do legislativo e valorização do vereador”, pois Maria e o PT, segundo ele, queriam “empanar o trabalho realizado pelos edis fortalezenses”[349].

O DN destacava que o PT não tinha vereador e que, portanto, a Câmara “pela primeira vez” não teria liderança do Prefeito. Vale lembrar que nas eleições de 1982, o PT não elegeu vereador. Sobre isso, Lincoln de Souza escreveu: “Isso terá grande importância e criará obstáculos para a implementação de algumas propostas, principalmente à diretriz inversão de prioridades”[350].

Os primeiros contatos institucionais entre a APF e a Câmara de Vereadores mostravam que o relacionamento seria difícil. O DN informava que o Presidente da Câmara queria tratar com a Prefeita a questão do repasse do duodécimo[351], isto é, da verba que sustentava a Câmara Municipal. Essa verba passava pelos cofres da Prefeitura antes de chegar ao seu destino final, e os vereadores temiam sua retenção naquela instância. No dia seguinte, quando o vice-prefeito, Américo Barreira, recorreu à Câmara para tratar dos salários dele e da Prefeita, os vereadores praticamente o chantagearam quando “reclamaram das hostilidades que receberam do próprio vice e do presidente do PT”[352]. Fausto Arruda, no dia 09, associou Maria Luiza ao fascismo, pois os Conselhos, para ele, significavam o não reconhecimento das forças sociais estruturadas, como a Câmara Municipal e as Associações de Moradores. No dia 13, o vereador peemedebista Herval Sampaio declarou que a Prefeita Maria Luiza, “segundo orientação de seu partido”, o PT, tentaria sem dúvida “em matérias polêmicas jogar dentro das galerias elementos inescrupulosos para pressionar os vereadores”[353].

Nesse momento, o principal problema da APF era a greve que a cada dia se alastrava por mais órgãos e repartições da Prefeitura. Tratando dessa

---

[349] Posição dos vereadores ainda é de expectativa e apreensão. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 jan. 1986.
[350] SOUZA. Op. Cit., 2004 (Tese de Doutoramento em Economia), p. 306.
[351] O presidente da Câmara quer definir liberação do duodécimo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 jan. 1986.
[352] Barreira recorre à Câmara para obter subsídios. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 jan. 1986.
[353] Vereador afirma: a Câmara não vai votar nada sob pressão. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 jan. 1986.

questão, o DN elaborou uma matéria com o título *Vereadores acham a greve justa e cobram solução da Prefeitura*[354]. A causa das greves era a falta de pagamento salarial da "diferença de novembro e dezembro nem tampouco o 13º salário". Os vereadores entrevistados insinuaram que Maria Luiza estava enganada durante a campanha, que desconhecia o que era administrar uma prefeitura ou que ela estava sofrendo os efeitos de sempre ter sido uma fomentadora de greves.

Juarez Leitão, do PMDB, lembrando Barros Pinho, declarara ao jornal que a greve era "natural e um direito líquido e certo" e que não era questão somente de competência, mas de problemas acumulados "de três ou quatro administrações", e que era mais fácil julgar para quem estava de fora. Juarez se referia aos ataques de Maria Luiza à administração peemedebista durante a campanha eleitoral. Luiz Ângelo, do PDS, considerava essas greves "mais do que naturais", pois Maria era uma fomentadora de greves. Nildes Alencar, do PMDB, via a situação como "muito preocupante" e esperava que Maria Luiza encontrasse uma solução, pois teria aprendido que "a greve é a única arma", insinuando que a própria Maria teria ensinado esse princípio ao povo. Maria José Albuquerque Oliveira, do PDS, interpretava o fato, declarando que a Prefeitura não pagava porque não tinha "condições mesmo". Contudo, lembrava: "Maria está vendo de perto que a situação não era como ela pensava". Edival Bringel, do PFL, considerava que Maria somente pregou o que pregou na campanha eleitoral porque não esperava ganhar e, assim, não se preparou. Além disso, declarava: "quem está mandando é o PT, que só atrapalha". Bringel sugeria irresponsabilidade, despreparo e más companhias. Emanuel Teles, do PFL, achava a greve justa, porém interpretava que os próprios petistas a estavam estimulando para "pressionar os governos estadual e federal a liberarem recursos". Francisco Lopes, oficialmente filiado ao PMDB, por não poder se manifestar contra os movimentos grevistas, pois era membro do PC do B, tinha um argumento diferente para se opor: antes da eleição o PT tinha um comportamento e agora tinha outro. Antes, incentivava as greves e

[354] Vereadores acham a greve justa e cobram solução da Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 jan. 1986.

agora queria esvaziar o movimento. Assim, Maria e os petistas estariam traindo seus próprios métodos.[355]

No dia seguinte, o vereador Marcus Fernandes acusou a prefeita de "estar, propositalmente, conduzindo a Cidade a uma calamidade pública" e que poderia, por omissão e negligência, "ser cassada"[356]. Nesse mesmo dia, após Maria Luiza declarar, conforme notícia do DN, que, se não obtivesse recursos federais e estaduais, não se responsabilizaria pelo que houvesse em Fortaleza, o deputado estadual Manuel Aguiar Arruda reagiu e declarou ser responsabilidade dela sim, sugerindo que Maria deveria assumir a responsabilidade pelas consequências das greves, obrigatoriamente, pois ela era a prefeita[357].

Outro deputado, Fausto Aguiar Arruda, declarou que ela "tinha conhecimento, assim como toda a população de Fortaleza, do estado caótico em que se encontrava a nossa prefeitura, fruto dos desgovernos do período ditatorial". O deputado explicava que Maria Luiza apresentara-se na campanha como capaz de resolver os problemas da cidade e era, portanto, responsável[358].

A partir desse momento, a palavra "caos" se consolidou como qualificação da cidade de Fortaleza, e o DN usaria, pela primeira vez, seu Editorial para uma abordagem frontal, direta, à APF[359], como veremos em outro tópico. Em 18 de janeiro, o DN continuava dando espaço para todas as vozes que desejassem ir contra Maria Luiza. A matéria *Vereadores acompanham trabalho da Prefeitura e fazem denúncias:* Marcus Fernandes e Manuel Arruda cogitavam uma possível cassação em razão do repasse do duodécimo, Herval Sampaio atribuía à Maria Luiza uma "inequívoca irresponsabilidade administrativa", Francisco Lopes sugeria que os objetivos de Maria Luiza eram uma candidatura à Constituinte e desestabilizar o "governo da Nova República no Ceará", Emanuel Teles declarava que não era justo a prefeita continuar 'enganando o povo, tomando medidas demagógicas como se ainda estivesse

[355] Vereadores acham a greve justa e cobram solução da Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 jan. 1986.
[356] Peemedebista acusa Prefeita de instalar o caos na capital. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 jan. 1986.
[357] Peemedebista condena a ex-colega de Assembléia. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 jan. 1986.
[358] Peemedebista condena a ex-colega de Assembléia. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 jan. 1986.
[359] Editorial. Da calamidade à anarquia. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 jan. 1986.

em palanque" e, encerrava a matéria: "Posições idênticas às de Herval, Lopes e Emanuel, também têm Marcus Fernandes, Antônio Fernandes, Fiúza Gomes e Luiz Ângelo"[360].

A questão do repasse do duodécimo continuava em pauta. No dia 19, o DN acusava a APF de estar retendo o "duodécimo" e noticiava que "Todos os vereadores estão sem receber seus vencimentos do mês de dezembro, por falta de liberação do duodécimo"[361]. Outra matéria dizia que "a bancada do PMDB decidiu não acompanhar a Prefeita... a Brasília"[362]. No dia 21, o DN denunciava que a "Prefeitura retém cerca de Cr$ 1,5 da Câmara". Outra ressaltava o assunto. No dia 22, a solução do caso: "Prefeitura libera Cr$ 1,5 bilhão para os vereadores". E, nesse mesmo dia, o DN comemorava sua atuação no caso: "Denúncia publicada no DN apressa repasse da Câmara"[363]. Ficavam evidentes, assim, os fortes vínculos entre o DN e a Câmara com relação ao enfrentamento da APF.

A falta da imparcialidade do DN era evidente, apesar de o mesmo preceituar a mesma concepção de Homero, o qual, conforme explicação de Hannah Arendt, propunha-se a narrar tanto os feitos de gregos como de troianos, de Aquiles e de Heitor[364]. Os poetas gregos, segundo Arendt, também queriam, através de suas obras, tornar imortais os feitos grandiosos, fossem estes protagonizados por gregos ou por troianos. No Editorial comemorativo do seu aniversário de quatro anos, o DN proclamava seu compromisso com o "jornalismo imparcial" e com a História: "um jornalismo ágil, consistente e interpretativo" e com a vantagem de "estar produzindo documentos que ilustrarão a história do País"[365]. Segundo Bourdieu, foi no século XIX que alguns jornais começaram a propor "análises e 'comentários', aplicados em marcar sua distinção" em relação aos jornais "sensacionalistas" e a afirmar "abertamente valores de objetividade"[366].

---

[360] Vereadores acompanham trabalho da Prefeitura e fazem denúncias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 jan. 1986.
[361] Caos administrativo: Vereadores falam em pedir intervenção na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 jan. 1986.
[362] Vereadores não irão a Brasília para audiência como o presidente. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 jan. 1986.
[363] Denúncia publicada no DN apressa repasse da Câmara. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 jan. 1986.
[364] ARENDT. Op. Cit. 2005, p. 344.
[365] Editorial. Quarto aniversário. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 dez. 1985.
[366] BOURDIEU. Op. Cit. 1997, p. 105.

Vê-se, no entanto, que o DN estabelecia algumas exceções. Conforme já discorrido, o DN noticiou, na página de capa, uma suposta articulação para a destituição da Prefeita: *Caos administrativo na Prefeitura: Vereadores já articulam a intervenção*[367]. Na página 3 a manchete vinha com algumas mudanças: *Caos administrativo: Vereadores falam em pedir intervenção na Prefeitura.* Vemos que há uma diferença entre a manchete de capa e a do interior do primeiro caderno. Na capa, "articulam intervenção" permite que se conceba que os vereadores tinham decidido pela intervenção e que já estariam encaminhando as ações necessárias para tal. Na página 3, a expressão "falam em pedir" passa a ideia de algo que foi pensado por alguns, porém ainda não foi bem amadurecido, portanto muito diferente de "já articulam". Percebemos que o DN publicava uma informação inicial com uma expressão "mais chamativa" e sem correspondência precisa com a realidade e, somente depois, era mais exato. Esse tipo de abordagem é um exemplo do que Perseu Abramo chama de "lide às avessas", pois os editores sabem que a "informação que impressiona o leitor é aquela estampada no título e na lide" e, assim, não podem ser acusados de omissão e de não darem voz a todos. "Caos administrativo" constitui uma explicação pela metade, pois o "caos" era o resultado de décadas de inoperância e, além disso, para as centenas de milhares de pessoas que viviam nas favelas sempre foi a realidade vivida.

Dessa forma, enquanto o DN transformava em matéria jornalística aquilo que os vereadores "falavam em pedir"[368], o Ato Público de Maria Luiza na Praça José de Alencar não teve sua concepção, convocação e preparação noticiadas. Ninguém foi entrevistado. Quem se pautasse apenas pelo DN somente ficaria sabendo no dia seguinte ao evento, que foi noticiado como *Ato público na José de Alencar*[369]. Nesse Ato Público, o Presidente do PT no Ceará, Gilvan Rocha, declarou, falando em nome do PT e da APF, que iriam acabar com "os feudos imorais dos vereadores de Fortaleza, através dos Conselhos Populares"[370].

---

[367] Vereadores já articulam intervenção. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 jan. 1986.
[368] Caos administrativo: Vereadores falam em pedir intervenção na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 jan. 1986.
[369] Ato público na José de Alencar. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 jan. 1986.
[370] PMDB prepara uma nota de repúdio contra o PT. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 jan. 1986.

No dia seguinte, o DN entrevistou alguns vereadores, os quais comunicaram que tinham decidido elaborar uma nota de repúdio às declarações de Gilvan Rocha. Francisco Lopes, em razão do Ato Público realizado por Maria Luiza, deu sinais de certo recuo, contrariando o que o jornal vinha insinuando há alguns dias. O jornal noticiou que Lopes declarou que "nunca um vereador peemedebista ou de outro partido qualquer afirmou que pediria a cassação da Prefeita". Discordava também dos que acreditavam que Maria Luiza estaria incentivando as greves. Já o vereador Narcílio Andrade reafirmava dois dos argumentos dos que defendiam a cassação, a de que o PT queria desmoralizar a Câmara e que não estava interessado em sanar as finanças da Prefeitura, pois ainda não tinha mandado confeccionar os carnês de cobrança do IPTU. Considerando a profunda desorganização da Prefeitura desde quando Barros Pinho era Prefeito, percebe-se que não era somente uma questão de confecção de carnês. Era preciso investigar muitas variáveis, envolvendo isenções, a relação entre o valor cobrado e o valor dos imóveis, os contribuintes em atraso, etc. Não houve, realmente, tempo para tanto. Luis Carlos Paes, suplente de vereador do PMDB e membro do PC do B, argumentava que Barros Pinho também encontrou a prefeitura com salários atrasados, mas "soube dar tratamento adequado". Entretanto, Barros Pinho nada conseguiu fazer para enfrentar o descalabro administrativo, então já evidente na administração municipal.[371]

No dia 29 o DN revelava que Maria Luiza e o PC do B tinham partido para o ataque mútuo direto: *Lopes rebate acusações e diz que a prefeita é incompetente*. Maria Luiza acusara o PMDB de estar fazendo o jogo da direita por supor que esse partido estava tentando inviabilizar a APF. Por um lado, o PMDB era uma frente muito ampla e tinha em seus quadros lideranças com práticas que em nada as diferenciavam dos mais conservadores integrantes do PDS ou PFL. Por outro, a esquerda do PMDB, especialmente o PC do B, não havia digerido a perda da Prefeitura para Maria Luiza e o PT. Portanto, apesar das diferenças, a oposição de Francisco Lopes à APF se somava perfeitamente com tais vereadores, os quais sentiam muito a perda de influência sobre a Prefeitura, e com o DN, interessado em combater o PT, a

[371] PMDB prepara uma nota de repúdio contra o PT. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 jan. 1986.

Maria Luiza, a Teologia da Libertação e a reforma agrária. Reagindo, Lopes declarou ao DN, que foi o PT

> que aceitou o jogo de Petrônio Portela e Golbery do Couto e Silva de dividir as oposições, é que está fazendo o jogo das forças mais reacionárias e de direita. Depois não aceitou somar forças para derrotar o PDS e foi o responsável pela vitória de Jair Soares no Rio Grande do Sul, em seguida o PT ficou contra toda a Nação que apoiou Tancredo Neves, e em São Paulo foi o responsável pela vitória de Jânio Quadros.[372]

Lopes completava, contrariando o que já dissera várias vezes e aparentando não compreender o que estava acontecendo: “Eles querem o caos, e eu não entendo porquê”.

## 3.5. A opinião do DN sobre a APF

O DN assumia uma interpretação do que ocorria em Fortaleza. Nos primeiros quinze dias da APF, o DN posicionou-se como espaço da notícia e como porta-voz de várias forças políticas da Cidade. Nessa primeira quinzena de atuação da APF algumas ideias tinham se configurado e eram repetidas.

Sem dinheiro, a Prefeitura estava imobilizada. Os funcionários de quase todos os órgãos paralisavam suas atividades em razão do atraso de salários. Maria Luiza Fontenele declarou: “Caso não venham recursos federais, a cidade, que hoje está saqueada, será, amanhã, uma cidade em situação de calamidade pública”. [373]

> Assembléias decidem paralisações:
> SUMOV (Superintendência de Obras e Viação)
> EMURF (Empresa de Urbanização de Fortaleza)
> FSSF (Fundação do Serviço Social de Fortaleza
> DLP (Departamento de Limpeza Pública)
> DFA (Departamento de Fomento e Abastecimento)
> SUPLAN (Superintendência de Planejamento)
> SFM (Secretaria de Finanças do Município)
> SUOP (Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas). [374]

Maria e o PT vinham de lutas nas ruas, acreditavam na pressão e na reivindicação. Não estavam dispostos a conciliar com os que os consideravam

---

[372] Lopes rebate acusações e diz que a prefeita é incompetente. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 jan. 1986.
[373] Para secretário, cidade vive calamidade pública. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 jan. 1986.
[374] Assembléias decidem paralisações. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 jan. 1986.

corruptos, nem acreditavam nos empresários, nem negociariam nomeações na administração e não usariam da diplomacia para conseguir a colaboração dos outros responsáveis pelo bom funcionamento da cidade, diga-se, Câmara Municipal, Governo Estadual e Governo Federal. Quem não cumprisse sua parte seria pressionado. Além das divergências ideológicas que inspiravam as oposições e do espaço na mídia que tinham à disposição, o PT e Maria Luiza tinham dificuldade de aceitar quem pensava diferente.[375].

No dia 18, após a notícia de que Maria Luiza havia convocado os funcionários da Prefeitura à greve, a fim de pressionar o Governo Federal para liberar recursos e o sistema bancário a liberar empréstimos, com os quais ela pagaria os salários atrasados, o DN classificou o ato de uma "estultice sem limites". Pela primeira vez o DN utilizava o seu editorial, com o título *Da calamidade à anarquia*, para atacar diretamente a APF.

> ... Quando a Senhora Maria Luiza (...) defendeu a necessidade de que os banqueiros sejam pressionados para que, deste modo, concordem em conceder empréstimo à Prefeitura (...) Justifica-se, sem dúvida, o espanto (...) 'Ninguém nunca ouviu falar numa coisa dessa!' Realmente, é difícil acreditar no poder de pressão dos servidores municipais contra os donos de bancos (...) Quer dizer: mobilizar servidores municipais para fazer pressão contra os banqueiros, parece-nos uma estultice sem limites, a não ser que se trate de algum ensaio nos limites de uma 'demagogia radical'. [376]

Ao mesmo tempo o DN aventava que o encaminhamento encontrado por Maria Luiza além de parecer uma tolice ou disparate sem limites, apontava também para o "ensaio de uma 'demagogia radical'", isto é, uma mobilização com aparência revolucionária para disfarçar o fracasso. Caso não fosse demagogia, Maria Luiza estaria imbuída de testar o seu poder de mobilização para em momento apropriado desencadear lutas que poderiam se propagar. Daí o trocadilho com a expressão "crítica radical"[377].

---

[375] PONTE JÚNIOR. Op. Cit. 2000, p. 118.
[376] Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jan. 1986, p. 2.
[377] "Para compreender esse pensamento, em suas implicações teórico-práticas, é conveniente começar por tomá-lo como uma interpretação radical do modo capitalista de produção. Tudo o mais, que também é importante, seria compreendido equivocadamente, se perdêssemos de vista essa preliminar. A teoria marxista da sociedade começa por ser, fundamentalmente, uma teoria **crítica radical** da sociedade capitalista. (...) De fato, a crítica dialética revela que a pobreza em que vive o operário é produzida socialmente, no mesmo processo que produz a riqueza da burguesia. A crítica dialética é importante e singular porque se constitui como elemento decisivo das relações sociais, ao surgir como um momento de autoconsciência das condições antagônicas em que vive a classe operária. Nesse sentido é que a interpretação dialética do capitalismo se incorpora profundamente nas relações capitalistas, tornando-se uma força social decisiva. [Segundo Marx] 'É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das

No dia 18 o jornal trazia outro prognóstico negativo referindo-se ao encontro que estava marcado entre Maria Luiza e o Presidente Sarney: “A Prefeitura de Fortaleza não terá privilégio”. Em primeiro lugar, Maria Luiza não estava buscando privilégios e, sim, recursos, tais como empréstimos, antecipação de repasses, doação a Fundo Perdido ou sob qualquer outro título, para pagar os funcionários em greve. E completava: “(...) qualquer pleito que a Prefeita Maria Luiza fizer na audiência que terá com o Chefe do Governo será analisado normalmente (...)”.[378] Até a análise normal dos pleitos é apontada pelo DN como um fracasso de Maria Luiza. Interpretando declarações do porta-voz da Presidência da República, o DN publicou: “Qualquer reivindicação da prefeita, segundo Fernando César Mesquita, será analisada pelo presidente sem levar em contas questões como a indisposição com a opinião pública fortalezense”.[379] Entretanto, mesmo que o Governo Federal estivesse disposto a dar um tratamento diferenciado a Fortaleza, jamais poderia divulgá-lo antecipadamente.

Desde o dia 18, os meios políticos de Fortaleza discutiam a possibilidade de uma intervenção do Estado na Cidade. Os vereadores, conforme notícias do DN, arguiam as possíveis bases jurídicas para a realização dessa intervenção, como o artigo número 200 da Constituição Estadual, a respeito de “atos subversivos ou de corrupção”. Ao fomentar esse debate e destacar que “para o pedido de intervenção bastam 11 assinaturas”[380], o DN estava incentivando uma articulação de intervenção. No entanto, como o desenrolar cotidiano das notícias revelaram, alguns vereadores negaram que estivesse ocorrendo a citada articulação.

Na ocasião, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou matéria sobre a APF, colocando ideias que coincidiam com as dos vereadores de Fortaleza e com as do DN. Além disso, antecedia à visita de Maria Luiza ao Presidente

---

armas, que o poder material tem de ser aniquilado por meio do poder material; mas também a teoria se converte em poder material tão logo se apossa das massas. A teoria de apoderar-se das massas quando argumenta e demonstra *ad hominem* [contra o homem e não contra o argumento], e argumenta e demonstra *ad hominem* quando se faz radical. Ser radical é atacar o problema pela raiz. E a raiz, para o homem é o próprio homem’.” (IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**. (1ª. Ed. 1982). Petrópolis: Vozes, 1988, p. 9 a 16).

[378] A Prefeitura de Fortaleza não terá privilégio. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jan. 1986.

[379] Pedido da prefeita vai ser analisado como qualquer outro**. Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jan. 1986.

[380] Caos administrativo na Prefeitura – Vereadores já articulam a intervenção. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 jan. 1986.

Sarney, chamando a atenção do Brasil inteiro. Essa matéria foi reproduzida pelo DN na seção *Ideias*, no dia 22 de janeiro e não era assinada. Entre muitas outras coisas, informava que "O governo federal parece ter dado sinais de não atender aos apelos de d. Maria Luiza para perdoar a dívida contraída por administrações passadas". O prognóstico é muito semelhante ao do DN e a expressão "Parece ter dado sinais" guarda certa responsabilidade jornalística, pois pressupõe que os referidos sinais poderiam não existir. O artigo defendia que o Presidente Sarney não deveria atender à solicitação de Maria Luiza, pois abriria um precedente perigoso.

A matéria considerava o suposto incentivo de Maria Luiza à greve como a "situação mais grotesca" que alguém poderia imaginar. Criticava Maria Luiza de não se fazer entender às pessoas normais, quando não se considerava responsável por "atender os contribuintes (inclusive pobres), a cuidar dos serviços públicos essenciais". Criticava D. Aloísio Lorscheider por ele "entender como legítimo o movimento grevista dos funcionários municipais" e por alertar que os pobres estariam para "saquear mansões e os supermercados de Fortaleza". O jornal supunha que D. Aloísio estava exagerando ou até propondo tais atos. Lembrava a Maria Luiza, a José Sarney e a Gonzaga Mota o artigo 1 da Constituição Federal a respeito de que "algumas condições" não eram "preenchidas" pelos chefes de Poder Executivo. Ironizava ao dizer que "d. Maria no fundo veio para mostrar como será o governo do PT, em qualquer lugar que chegar ao poder".

> (...) Em Fortaleza, pretextando colocar-se contra as tradicionais oligarquias, d. Maria Luiza no fundo veio para mostrar como será o governo do PT, em qualquer lugar que chegar ao poder: se as administrações passadas são as responsáveis pela 'escabrosa' dívida, faça-se greve. Pouco importa se a população, que paga os impostos e elegeu d. Maria Luiza exatamente para acabar com essa situação, seja prejudicada: ela tem a consciência tranqüila, podendo ainda acusar o presidente Sarney de insensibilidade, além de estar certa de contar, a qualquer momento, com a benção apostólica – acompanhada de indulgência plenárias – de d. Aloísio.
>
> O governo federal parece ter dado sinais de não atender aos apelos de d. Maria Luiza para perdoar a dívida contraída por administrações passadas. (...) [381]

[381] A greve de d. Maria Luiza. Transcrição de O Estado de São Paulo [sem autor]. **Diário do Nordeste**, seção Idéias. Fortaleza, 22 jan. 1986.

Vemos que *O Estado de São Paulo*, assim como o DN, tinha a situação de Fortaleza como grotesca, porém não deixava de levar a sério a Teologia da Libertação, as propostas socialistas tidas como revolucionárias e força eleitoral que o PT demonstrava possuir, em suma, as teorias que cercavam o ABCD e a APF. Vale lembrar: Maria Luiza estava no poder há apenas vinte e um dias, recebera uma Prefeitura endividada, havia salários atrasados desde novembro, as irregularidades eram montadas de forma a evitar que fossem detectadas e o Ceará vinha de cinco anos de seca. Além disso, como os indicadores sociais brasileiros eram alarmantes, *O Estado de São Paulo* sabia que o "caos" era generalizado, daí o temor de se criar um "precedente".

Nesse mesmo dia 22, o DN trazia a foto de um palanque lotado por umas vinte pessoas, com Maria Luiza segurando um microfone e um público formando um semicírculo compacto com aproximadamente quarenta metros de raio. Sob a foto, a legenda do DN era: *Funcionários concentrados na Praça José de Alencar, ouviram a prefeita.* Dessa forma, o DN reduzia o "Público" da expressão "Ato Público" aos "Funcionários", passando a idéia de uma manifestação onde funcionários da Prefeitura encenavam o papel de público em geral. Em seguida divulgava uma série de pronunciamentos de "militantes do PT e líderes de associações de moradores que prestaram a sua solidariedade à Prefeita". Era o *Ato público na José de Alencar*[382]*,* noticiado pelo DN. Com esse ato, a APF pretendia denunciar que estava sofrendo um processo de desestabilização promovido, principalmente, por vereadores e por parte da imprensa.

Segundo o DN, "na maioria dos depoimentos", os oradores atribuíam o caos à herança do passado. Com essa abordagem o DN reduzia os discursos à idéia de que todas as pessoas já sabiam do fato e que, portanto, esperavam a solução que o PT não teria. O jornal informou que o Pe. Haroldo declarou "que 'os que tentam desestabilizar a administração são aqueles que estão com saudades das mordomias', que gozavam nas gestões passadas". Gilvan Rocha conclamou o povo a se organizar. Dalton Rosado "manifestou seu contentamento" diante da solidariedade do povo ao projeto que "Maria pretende executar". Maria Luiza criticou os vereadores e as forças conservadoras[383].

---

[382] Ato público na José de Alencar. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 jan. 1986.
[383] Ato público na José de Alencar. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 jan. 1986.

A realização desse ato público revelava que Maria Luiza e o PT estavam se sentindo muito acossados pelas acusações implícitas e explícitas de demagogia, revolucionarismo, incompetência ou irresponsabilidade. Precisavam demonstrar que tinham capacidade de mobilizar apoio popular caso um processo de intervenção na Prefeitura entrasse em curso.

No dia 23, o DN trazia na capa uma ironia de Gonzaga Mota pronunciada em Brasília: "Está na hora da prefeita tomar posse". No dia 25, em manchete de capa, Gonzaga Mota negou que tivesse dado essa declaração: "Governador diz que não disse o que disse" e o jornal acrescentou: "Nervoso, tenso, até, Mota perdeu o humor quando um repórter o indagou se realmente fizera na Capital Federal as declarações publicadas pelo DN. 'Isto não constrói – disse –, não leva a nada'. E frisou: 'Eu ajudarei a prefeita no eu puder. Deixem a prefeita trabalhar"[384]. Nesse contexto, o DN viu sua credibilidade posta em dúvida e procurou provar que tinha razão, publicando a nota *É impossível desmentir*[385]*.* O Governador, pressionado, sugeria que a imprensa não estava atuando de forma construtiva e que estava dificultando o trabalho da Prefeita.

O jornal estampava a seguinte manchete no dia 25 de janeiro: *Mota terá Cr$ 320 bi. Maria, Cr$ 200*[386]. Caso essas previsões noticiadas pelo jornal se concretizassem, a atuação do DN  e do Estado de São Paulo no sentido de evitar os empréstimos do Governo Federal não tinham dado certo. No entanto, o DN do dia 29 trazia em sua primeira página: "Funaro nega empréstimo ao governador e à prefeita". [387] O Ministro da Fazenda Dilson Funaro explicou que, apesar de alguns casos serem prioritários, "como os do Governo do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza", não havia possibilidade de, "pelo menos este mês", conceder empréstimo, alegando medidas para conter a inflação, "quando estouraram todos os recordes de elevação dos preços"[388]. Maria Luiza e o PT faziam oposição acirrada à "Nova República", cujo principal representante era o Presidente da República José Sarney. Portanto, era difícil imaginar facilidades do Governo Federal, representado pelo então Ministro da Fazenda, Dilson

[384] Governador diz que não disse o que disse. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 jan. 1986.
[385] É impossível desmentir. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 jan. 1986.
[386] Mota terá Cr$ 320 bi. Maria, Cr$ 200. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 jan. 1986.
[387] Funaro nega empréstimo ao governador e à prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 1986.
[388] Funaro nega recursos para Gonzaga e Maria. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 1986.

Funaro, para com um grupo político que não perdia a chance de atacá-lo, ainda mais quando instigado por forças do próprio Ceará.

## 3.6. O desgaste cotidiano da imagem do PT e de Maria Luiza

O desgaste da imagem do PT e de Maria Luiza junto à opinião pública ocorria não somente através de argumentos, destaques de notícias adversas ou do espaço cedido aos opositores. O DN também construía enredos que levavam o leitor a sentir que Fortaleza e a vida de todos estavam ameaçadas ou prejudicadas em razão da APF e, portanto, influenciava na formação da opinião pública.

Em 09 de janeiro, o nono dia da posse de Maria Luiza, o DN trouxe em sua capa uma manchete, em letras azuis claras, que dizia: *Explosão de violência em São Luís do Maranhão*. Abaixo, em letras bem maiores e pretas, outra manchete: *Demitidos tocam fogo na Prefeitura*.[389] A segunda chamava a muito mais a atenção e, mesmo que o leitor fizesse a leitura das duas, ele levaria algum tempo para associa-las. Assim, a idéia inicial formada no pensamento de muitos leitores era a de um protesto contra o PT e Maria Luiza. Isso ocorria porque a campanha eleitoral de Maria foi marcada por confrontos com a polícia e prisões. Agora, a situação apresentava tensões, pois os salários dos servidores estavam atrasados e, ao mesmo tempo, a nova administração de Fortaleza divulgava estar iniciando um processo de moralização da Prefeitura que passaria por demissões e um maior controle sobre os funcionários. A manchete do jornal, exposta nas bancas de revistas da cidade transmitia sinais de baderna, revolta e oposição que poderiam ser relacionados a Maria Luiza. Outra semelhança era que a cidade de São Luís do Maranhão também estava sendo governada por uma mulher, Gardênia Gonçalves, do PDS. Segundo o DN, 14.500 pessoas que tiveram suas nomeações para a Prefeitura anuladas, “apedrejaram o prédio da Prefeitura e acabaram incendiando-o”, além de terem ateado fogo em um carro da Secretaria de Saúde e saqueado as dependências da Secretaria da Fazenda. Como as notícias publicadas em jornais eram debatidas diariamente por

[389] Explosão de violência em São Luís do Maranhão Demitidos tocam fogo na Prefeitura. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 09 jan. 1986.

inúmeros programas de rádio, apesar de ser notório que o fato ocorrera em São Luís, ficava uma explícita associação à Fortaleza.[390]

O DN também publicava notícias sobre fatos que ainda não tinham ocorrido ou não ocorreriam, levando a opinião pública a associá-los à APF. A principal manchete de uma de suas capas trazia *Suspeita de febre amarela em Fortaleza.*[391] A suspeita de febre amarela, anunciada em manchete, assustava o povo de Fortaleza, sendo difícil a não atribuição da responsabilidade à Prefeita devido às toneladas de lixo espalhadas na cidade. No entanto era ainda uma suspeita e no dia 18 o DN noticiava, em pequena nota, que a suspeita não se confirmara. [392]

Um outro aspecto da matéria *PMDB prepara uma nota de repúdio ao líder do PT*[393], que se referia ao fato de Gilvan Rocha, Presidente Estadual do PT, ter declarado, no Ato Público da Praça José de Alencar, que "iria acabar com os feudos imorais dos vereadores de Fortaleza", era a falta de imparcialidade. Para se imparcial, o jornal deveria procurar esclarecer o teor do assunto e dar espaço para os dois lados da questão, isto é, para o Presidente do PT e para os vereadores. Porém, em momento algum o jornal se prendeu a analisar o conteúdo da declaração ou a entrevistar Gilvan Rocha. Ao invés disso, noticiou que o PMDB, isto é, os vereadores do PMDB preparavam uma nota de repúdio. A nota ainda não tinha sido elaborada, portanto era uma intenção e o DN, ao transformar em notícia uma intenção, "prepara uma nota", estava reforçando a idéia, pois criava expectativas sobre a mesma. Esses fatos são explicados por Bourdieu ao entender que o campo jornalístico tem o poder de reforçar as tendências "dos agentes envolvidos no campo político"[394]. Por outro lado, analisando as informações extraídas do *Dossiê Fortaleza Nunca Mais*[395], posteriormente lançado, concluímos que Gilvan denunciava as práticas clientelistas existentes em Fortaleza, isto é, denunciava a influência extra-oficial de vereadores sobre cargos, patrimônio, serviços e verbas da Prefeitura e a forma de controle dos mesmos sobre os redutos eleitorais.

---

[390] Explosão de violência em São Luís do Maranhão Demitidos tocam fogo na Prefeitura. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 09 jan. 1986.
[391] Suspeita de febre amarela em Fortaleza. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 jan. 1986.
[392] **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jan. 1986.
[393] PMDB prepara uma nota de repúdio contra o PT. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 jan. 1986.
[394] BOURDIEU. Op. Cit. 1997, 114.
[395] Veja o tópico seguinte desta dissertação.

No dia 02 de fevereiro, outra greve recebia destaque: *Salva-vidas paralisam e banhistas correm perigo*[396]. Embora fosse real o perigo vivido pelos banhistas, a notícia não apresentava a realidade de maneira completa. Esse perigo sempre existiu para a quase totalidade dos banhistas, pois esse serviço, como os outros serviços prestados pela Prefeitura, pelo menos nos últimos anos que antecederam a APF, não tinha uma qualidade que merecesse elogios.

Outro artifício do DN para fortalecer a idéia de inoperância da APF sem precisar se referir diretamente à mesma, ocorreu no dia 02 de fevereiro: *Prefeitura de Iguatu inaugura obras, mesmo sem ajudas do Estado* [397]. Embora a notícia seja sobre o município de Iguatu, ela contém uma referência à administração de Maria Luiza, pois a APF, que acabara de ver recusado o seu pedido de empréstimo ao Governo Federal, não estava conseguindo realizar os serviços mais elementares, muito menos a inauguração de obras. A artimanha ficava evidente quando dados necessários para uma comparação racional não eram fornecidos, como a dimensão da obra diante do conjunto dos problemas vividos pela cidade de Iguatu.

No dia 04 de fevereiro, o jornal noticiou que algo inusitado que seria praticado pelos vereadores, referente à tradicional sessão da Câmara Municipal destinada à "Mensagem do Prefeito" aos vereadores, não seria mais praticado, para não suscitar uma quebra no esperado clima de harmonia. Vemos que o DN além de trazer a notícia de que algo que dantes não fora realizado, não seria feito, associava Maria Luiza à idéia de desarmonia. A reportagem, *Vereadores vão conhecer hoje mensagem da Prefeita,* informava o seguinte:

> Era pensamento da mesa diretora abrir uma exceção este ano e propiciar às lideranças o direito de usar a tribuna da Casa para que estas pudessem transmitir à prefeita o pensamento de suas respectivas bancadas. No entanto a mesa foi persuadida a não adotar tal comportamento, pois certamente o clima de harmonia por todos esperados, poderia se transformar em um confronto direto entre os vereadores e a prefeita. Alguns vereadores, também, já manifestaram que não aceitarão que o presidente do PT, Gilvan Rocha, seja convidado – caso compareça – para compor a mesa, e se isto acontecer os vereadores se retirarão do plenário.

[396] Salva-vidas paralisam e banhistas correm perigo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 fev. 1986.
[397] Prefeitura de Iguatu inaugura obras, mesmo sem ajudas do Estado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 fev. 1986.

> (...) Se o PT, através de suas lideranças, continuar a hostilizar esta Casa, o revide virá imediatamente e iremos ao confronto se o assunto parecer represália, advertiu Narcílio Andrade. [398]

Por outro lado, vemos a Mesa da Câmara, supostamente compreensiva, ser "dissuadida" por forças supostamente preocupadas com "o clima de harmonia por todos esperados". Os responsáveis pela desarmonia seriam a Prefeita e outros que a acompanhariam, pois o DN informava que o Vereador Narcílio Andrade, assumindo-se como porta-voz da Casa, avisava que a Câmara, isto é, a vítima, reagiria. É fácil perceber que o "clima de harmonia" realmente não existia, pois o Presidente da Mesa, Narcílio Andrade, estava pronto para o combate: "o revide virá imediatamente e iremos ao confronto". [399]

Na mesma página, uma pequena nota confirma os conflitos da Prefeita com a Câmara de Vereadores: *Câmara decide sobre empréstimo*[400]. A nota comenta que os vereadores alegaram que são contra os empréstimos porque, antes de ser eleita, a Prefeita também era contra. Identificamos no caso, além do conflito entre os dois poderes, que havia a preponderância do oposicionismo e da retaliação acima dos interesses da Cidade de Fortaleza.

Até os anos 1980, o abate clandestino de animais de corte pode até ser considerado um aspecto cultural de Fortaleza e de todo o Ceará. Quase sempre a questão era tratada muito mais como uma questão fiscal do que de saúde pública. Além disso, burlar a lei para sonegar impostos, envolvendo o suborno compulsório de fiscais, era uma prática comum. Para reprimir tais práticas, a APF pretendia corrigir a fiscalização e, para isso, precisava ter respaldo de força policial. Nesse sentido, o novo dirigente do órgão, José Vital dos Santos, informou que "todos os 200 homens que participarão das operações terão porte de armas e serão apoiados pela Secretaria de Segurança".[401] Provavelmente, até então, todos os indivíduos e empresas do ramo envolveram-se ou estavam envolvidos com práticas ilegais. Em uma palestras proferida no auditório do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Fortaleza, nos anos 1980, após uma série de intervenções realizadas pela APF, a jornalista Adisia Sá, avaliando a situação Frigorífico Industrial de

---

[398] Vereadores vão conhecer hoje mensagem da Prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 fev. 1986.
[399] Vereadores vão conhecer hoje mensagem da Prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 fev. 1986.
[400] Câmara decide sobre empréstimo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 fev. 1986.
[401] O Frifort apreende 1,3 toneladas de carne de moita durante o carnaval. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 fev. 1986.

Fortaleza, declarou que a “fedentina” oriunda daquele abatedouro, muito conhecida na cidade por quem trafegava pela BR 222, não era nada diante da “fedentina humana”, referindo-se à miséria e à corrupção que envolvia o seu entorno. O DN, no entanto, ao noticiar sobre as relações da APF com o FRIFORT, não explicava esse contexto, indispensável para que os leitores compreendessem o que ali se passava.

Com pouco mais de um mês de administração petista, a nova direção do Frifort anunciava, através do DN, que em quatro dias tinha apreendido 40% mais carne de moita do que no ano inteiro de 1985: *O Frifort apreendeu 1,3 toneladas de carne de moita durante o carnaval*[402]. É preciso lembrar que o abate clandestino não estava concentrado em grandes empresas, mas pulverizado em centenas de pessoas que o tinham como meio de sobrevivência. Pode-se constatar, portanto, que o primeiro setor a “mostrar os serviços” na APF tenha atingido, principalmente, aos mais pobres. As operações do Frifort, assim, eram uma demonstração de que a APF estava disposta a moralizar as práticas administrativas da Prefeitura, atingissem a quem atingissem.

Apesar das medidas sanitárias aplicada no Frifort e pelo Frifort merecerem elogios de todos os segmentos da sociedade, estes não lhe eram feitos. Ao contrário, o líder do PMDB na Câmara, Vereador Marcus Fernandes, declarou que a nova direção era corrupta. Em resposta, o Presidente do Frifort declarou ao DN que o *Líder do PMDB na Câmara será processado por crime de calúnia:*[403]o presidente do Frifort, José Vital, “esteve ontem no Comitê de Imprensa, para contestar informações de Fernandes em discurso na tribuna da Câmara quando afirmou que ‘combate à moita em Fortaleza é uma farsa’”, e que aqueles que se negavam “a dar um ‘toco’ tinham suas mercadorias apreendidas com a conivência de policiais militares”.

Certamente o vereador tinha informações seguras sobre atitudes corruptas, porém as informações que divulgou no dia 22, através do DN, diziam respeito as fatos isolados, historicamente corriqueiros e que poderiam fugir ao controle do órgão, pois envolviam fiscais do FRIFORT e policiais militares,

[402] O Frifort apreende 1,3 toneladas de carne de moita durante o carnaval. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 fev. 1986.
[403] Líder do PMDB na Câmara será processado por crime de calúnia**. Diário do Nordeste,** Fortaleza, 21 fev. 1986.

portanto não permitiam deduzir que o projeto de moralização do Frifort era "uma farsa". Para a matéria intitulada *Fernandes reafirma denúncias e diz ter provas contra o Frifort*[404]*,* o Líder do PMDB na Câmara Municipal denunciou que um "fiscal recebia propina dos 'moiteiros', principalmente dos grandes e os que se negavam a dar um 'toco' tinham suas mercadorias apreendidas com a conivência de policiais militares".

## 3.7. O documento "Dossiê: Fortaleza Nunca Mais"

A nossa hipótese a respeito do contexto em que o documento descrito abaixo foi lançado é a de que o mesmo apresenta um quadro realista da situação da Prefeitura de Fortaleza, em janeiro de 1986, quando Maria Luiza tomou posse no cargo de Prefeita. No entanto, como o próprio documento alerta sobre essa possibilidade, em razão da inexistência de informações completas nos arquivos da Prefeitura, alguns erros foram cometidos quando citava nomes de pessoas ou discriminava valores e isso gerou, obviamente, reações de indignação, pois afetava "a honra" de algumas vítimas desses erros. Por outro lado, possibilitou o oportunismo de quem desejava aparecer na mídia, daqueles que faziam oposição a Maria e dos incomodados. No entanto, entendemos que se Maria Luiza tivesse apoio político e se os meios de comunicação tivessem interesse em ressaltar as virtudes do documento, os erros poderiam facilmente ser contornados com a publicação das respectivas correções e os devidos esclarecimentos, além da divulgação dos dados corretos. Ao contrário, o Dossiê foi muito atacado e explicitou definitivamente a ruptura da APF com quase todas as tendências políticas e jornais de Fortaleza. Entretanto, a indisposição para a diplomacia, que caracterizava o Grupo da Maria e o PT, conforme os estudos de Osmar de Sá Ponte Júnior,[405] contribuiu decisivamente para essa ruptura.

O Dossiê foi lançado ao público em 13 de março de 1986, embora esteja datado como de fevereiro, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Continha 6 páginas iniciais e 103 páginas numeradas. Sua capa trazia uma citação de

[404] Fernandes reafirma denúncias e diz ter provas contra o Frifort. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 fev. 1986.
[405] PONTE JÚNIOR. Op. Cit., 2000, p. 118.

Castro Alves: “E existe um povo que a bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia”. A folha de rosto continha um título diferente do constante na capa: “PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA: DESALENTO E ESPERANÇA. (Relatório Preliminar)”.

O documento era composto por uma apresentação, uma introdução, quatro partes e anexos. A primeira parte é uma caracterização da Prefeitura, seu organograma, funcionários divididos por órgãos, os salários dos mesmos, as gratificações e as portarias, e a situação das finanças da Prefeitura. A segunda parte tratava do funcionamento da Prefeitura, destacando que, nela, o emprego não era visto com o significado de trabalho. Também ressaltava as distorções salariais, as deficiências dos serviços, a situação financeira e administrativa, o descontrole sobre materiais e equipamentos, a conservação dos prédios e a precariedade do funcionamento do Instituto José Frota e o da Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas (SUOP). A terceira parte tratava das irregularidades na Prefeitura, denunciando o uso privado de bens públicos, tais como passagens aéreas e aluguel de táxi aéreo sem controle adequado; gastos em restaurantes; a “indústria” de sepultamentos e comércio de cadáveres, pagamento a uma pessoa falecida, falsificação de assinaturas, débitos exorbitantes e irregularidades na construção de obras; não publicação de 9.848 documentos no Diário Oficial; inúmeras ilegalidades no sistema de limpeza pública; descontrole do comércio ambulante e desvio de finalidade do Instituto de Previdência do Município (IPM). A quarta parte tratava das medidas tomadas pela nova administração, tanto as administrativas como os Decretos.

O primeiro texto das páginas iniciais tinha o título de “PRIMEIRAS PALAVRAS”, tinha doze parágrafos e era assinado por Maria Luiza Fontenele. Inicialmente, para informar que na Prefeitura de Fortaleza havia uma completa desorganização, Maria Luiza faz uso da seguinte metáfora: “Se tomássemos o conjunto de medidas administrativas e dados referentes às últimas gestões e os picotássemos em tiras aos golpes de uma tesoura, os amassássemos em um pilão e permitíssemos que um cego colasse os restos, nem assim teríamos tanta confusão”. Em seguida, explicava que o levantamento feito pelo dossiê era “apenas o resultado das investigações iniciais” e que a “situação real” somente poderia ser revelada com o “relatório da auditagem”, o qual permitiria indicar os responsáveis pelas irregularidades. Apontava que o “ajuste de

contas com esta tradição" de descalabros administrativos, oriundos da "ditadura militar", que ainda nos oprime, era o objetivo do dossiê e que, com ele, começava "com determinação". Segundo Maria Luiza, com o dossiê, "A Fortaleza da imoralidade e da hipocrisia foi golpeada" e "o que queremos, é que NUNCA MAIS ela ressurja".

Essas "Primeiras Palavras" revelavam, também, que a aspiração da Prefeita era "construir o novo com a participação do povo". Alertava para as reações que adviriam à "iniciativa da administração popular de Fortaleza de lançar o dossiê sobre a situação da Prefeitura em 31 de dezembro de 1985". Lembrava a violência dos ataques que vinham "sendo feitos à administração" e o silêncio cúmplice dos "que foram brindados" com o "empreguismo" e com a utilização da máquina administrativa "para projetos pessoais". Alertava contra os que desejavam "desestabilizar o projeto político de uma administração orientada para responder aos anseios populares".

A Prefeita afirmava que sabia "conviver com a crítica", mas que a crítica "nada tem a ver com a má-intenção, as distorções, as calúnias e as acusações gratuitas que só comprovam como a brutalidade e a deslealdade andam parelhas com a covardia". E complementava: o "nosso sonho" é acreditar "ser perfeitamente possível construir um administração transparente, permeável às exigências do conjunto da população, especialmente dos trabalhadores". Via o legado da Prefeitura como "um cadáver que nos foi deixado", inclusive pela "gestão biônica do PMDB" e pela "chamada Nova República". Considerava que o Dossiê era "um atestado prático de que assumimos **para mudar**" e considerava que as oligarquias possuíam "apenas interesses a preservar e ela, "pelo contrário", tinha "um mundo a construir", que sua tarefa era "tão difícil quanto fascinante". E reafirmava: "o interesse público e o bem comum nunca foram preocupação dessa geração de políticos sem compromissos com o povo".

E, assim, propunha à população, diante dos dados do dossiê, "reexaminar suas convicções e suas crenças nos homens públicos do Ceará". Concluia: "O Partido dos Trabalhadores imprimirá uma nova filosofia na administração pública e erigirá o interesse coletivo como norma fundamental de todas suas decisões à frente da Prefeitura de Fortaleza".

A INTRODUÇÃO abrangia da página 1 à 4. Tinha um tópico inicial, cinco tópicos numerados e um tópico final. Inicialmente, explicava que o dossiê era um esforço de conhecimento da situação; que o relatório foi feito a partir de dados; e que os dados disponíveis e usados eram limitados. Informava que os dados sobre o pessoal eram pobres, pois "além de se prestarem a manipulações", impedindo observações sobre as "individualidades de cada órgão", apresentavam "discrepâncias entre os dados que têm o CPD[406] como fonte e aqueles provenientes diretamente dos órgãos". Explicava que no registro de muitos servidores faltavam "número de carteira de identidade e CPF", que as gestões anteriores não fizeram os registros devidamente, gerando ausência de Portarias e "de relatórios anuais", e que, "em 90% dos casos" havia "incompletude das informações" referentes a gastos. E finalizava informando que a análise feita era incompleta e parcelada, que os dados foram fornecidos por escrito pelos órgãos, "que as denúncias de irregularidades" estavam "devidamente comprovadas" e que as "denúncias de irregularidades não comprovadas não foram utilizadas.

Na primeira parte do dossiê foi apresentada a estrutura administrativa herdada pela APF, apresentando um organograma da administração municipal, com uma estrutura dividida em quatro tipos de órgãos: assessoramento ao governo municipal, administração direta ou centralizada, administração indireta ou descentralizada e administração desconcentrada, com as quatro regionais de Antônio Bezerra, Mondunbim, Parangaba e Messejana.

Com relação ao quadro de pessoal, o Dossiê informava que a PMF contava "com 29.764 funcionários lotados nos vários órgão da Administração Direta e Indireta", onde estavam 1.947 categorizados como "outros", que incluía "inativos estatutários e CLT da Administração Direta e Indireta". Apresentava, também, o "número de servidores por órgão".

O relatório classificava os funcionários por faixa de vantagens em Salário Mínimo[407]: 1, mais de 1 a 3, mais de 3 a 5, mais de 5 a 7 e mais de 7 SM. Chamava de "Vantagem" o salário e o percentual do salário que o servidor

[406] Centro de Processamento de Dados.
[407] Em 01 nov. 1985, o Presidente Sarney decretou que o Salário Mínimo passaria de 333.120 para 600 mil cruzeiros (Mínimo de 600 mil decepciona o trabalhador. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 nov. 1985). O Dossiê informava que 10 Salários Mínimos, "na época, significavam aproximadamente, Cr$ 6.000.000 (Seis milhões de cruzeiros)".

recebia a mais por exercer alguma função tida como especial, por estar em situação tida como especial ou ter atingido posições previstas na lei. Geravam vantagens, por exemplo, ocupar cargo em comissão, ocupar cargo de confiança, exercer funções insalubres ou periculosas, qüinqüênios, pensões, bolsas, pó de giz, salário esposa, horas noturnas etc.

Informava que no Gabinete do Prefeito havia "258 servidores com Portaria", 217 ganhavam "até meio SM", dos quais apenas 41 trabalhavam e que essas portarias representavam "medidas assistencialistas de cunho político".

Relatava que, dos servidores da Prefeitura, apenas 6,4% ganhavam mais de 10 SM ou, aproximadamente, "Cr$ 6.000.000, seis milhões de cruzeiros" e que essa "quantia de forma alguma representava um volume excessivo". Em seguida, apresentava "os detentores da 25 maiores vantagens financeiras, todas acima de 38 SM". O primeiro da lista percebia quase 70 salários mínimos. Foi sobre a citação desses e de outros nomes ao longo do dossiê que as maiores reações ocorreram, pois várias eram as pessoas públicas e o dossiê cometia alguns erros, embora informasse que os dados poderiam ser alterados: "Esta lista poderá sofrer alterações na medida em que a situação da Administração Direta for melhor conhecida". Além disso, informava que 493 servidores auferiam 10,8% da folha de pagamento e que 324 políticos conhecidos auferiam 1,6% da folha de pagamento.

Sobre as gratificações, o documento considerava as gratificações "exageradas no número e no tipo". O número de servidores com gratificações era de 14.660. Na Administração Direta 4.094 servidores com vínculo empregatício e 4.433 sem vínculo empregatício recebiam "portarias"[408].

A segunda parte do dossiê, com 40 páginas, tratava do "funcionamento da PMF" e iniciava lembrando que, assim como a primeira, não pode ser bem feita em razão da falta de documentos. Explicava que "tornar explícito o funcionamento político-administrativo da Prefeitura", era mais difícil ainda, pois a Prefeitura não era "transparente; existem recursos mil para esconder e contornar os dispositivos legais". Mesmo assim, o relatório apresentava evidências de que o funcionamento da Prefeitura estava "dirigido para o

[408] Portaria era um ato administrativo que, entre outras coisas, permitia a contratação de servidores, sem vínculo empregatícios e por tempo indeterminado.

clientelismo, o favoritismo, o assistencialismo e o atendimento a interesses particulares e pessoais" e que havia "o aproveitamento para fins privados dos recursos financeiros, humanos e materiais" da Prefeitura, na qual não vigoravam "critérios de competência, seriedade, dedicação ao trabalho, merecimento. É 'a lei do mais vivo ou do mais amigo' que parece ditar a entrada no quadro de servidores, a política salarial, a colocação à disposição, o controle da freqüência etc.". O Dossiê afirmava a administração só poderia "prestar serviços à população de Fortaleza mudando as regras e os processos do jogo administrativo".

Nas cinco páginas e meia do tópico *Servidores da PMF*, o relatório relacionava problemas e citava vários exemplos. Relatava que a contratação de servidores não era feita de acordo com as necessidades da Prefeitura e que o aumento do número de servidores não resultava "numa maior eficiência do sistema". Colocava que a seleção do pessoal era "clientelista e opaca, bem como a política salarial, os mecanismos de contratação e promoção; o controle de presença efetiva ao trabalho" era "inexistente ou personalizado (isto é, vale para uns e não para outros), as tarefas repetidas entre órgãos variados". Assim, existiriam 166 pessoas recebendo "portarias" sem trabalhar, na Secretaria de Transportes do Município (STM); empregados com 2 e 10 anos de idade; filhas de vereador recebendo salário; 359 funcionários "fantasmas", na Superintendência de Planejamento do Município (SUPLAM); bolsistas lotados em órgão inexistente; médicos e enfermeiros à disposição de órgãos não ligados à saúde, doze dos quais lotados na Secretaria de Imprensa; servidores da Secretaria de Serviços Urbanos (SSU) à disposição de entidades particulares; 126 funcionários da Secretaria de Educação à disposição do Legislativo; pessoas recebendo salário da Prefeitura, porém trabalhado como empregadas domésticas em casa de Diretor; dos 1.100 empregados da Secretaria de Administração, apenas 320 compareciam ao trabalho; na SUOP, muitos funcionários à disposição e 25 não compareciam, além de vantagens incorporadas com prazo indevido; gratificações ilegais concedidas aos fiscais; contratos de trabalho sem as habilitações exigidas; terceiros trabalhando pelos servidores; descontrole de pagamento. Na Secretaria de Transportes Urbanos, funcionários não cumpriam a carga horária, havia "concessão de horas-extras graciosas"; funcionários não aptos para as funções; funcionários "à disposição

nesta Secretaria sem comparecimento ao órgão"; "funcionários do Estado à disposição da Prefeitura, sem controle". Na Fundação Educacional de Fortaleza (FUNEFOR), dos 59 que recebiam através de Portarias, 30 não trabalhavam. A Empresa de Urbanização de Fortaleza apresentava 40 cargos de chefia, além de 44 de comissão, 26 engenheiros etc, "evidenciando inflação de pessoal que ocupa a mesma função". Na SSU, "pessoas estranhas à administração ocupavam cargos privativos de servidores". "No IJF, chegou-se ao ponto de contratar um vendedor de picolé como técnico de raio-X". Dos 32 funcionários contratados para operar as duas impressoras que a Prefeitura possuía, apenas um sabia operá-las; no FRIFORT havia 399 funcionários quando eram necessários apenas 200 e muitos não compareciam ao trabalho; na Companhia de Transportes Coletivos de Fortaleza (CTC) havia excesso de funcionários.

Sob o item denominado *Distorções Salariais*, o Dossiê relatava que a relação era menos extensa, porém a gravidade era semelhante: nos dois últimos meses da gestão anterior, houve "uma engorda na folha de pagamento": todos os 34 procuradores da Procuradoria Geral receberiam mais do que o Procurador Geral; na FUNEFOR, 25 servidores recebiam mais que o titular do órgão; na Empresa de Urbanização de Fortaleza (EMURF), funcionários estavam percebendo "acima de 12 salários mínimos" da época e não compareceriam ao trabalho; na Secretaria de Educação estariam 121 dos 493 funcionários que ganhavam acima de dez milhões de cruzeiros da época, alguns ultrapassando os quarenta milhões (aproximadamente 70 Salários Mínimos da época).

Quanto aos exemplos do item denominado Serviço Deficiente, o Dossiê citava 68.399 crianças de 7 a 14 anos fora da escola; escolas particulares e estaduais em convênio se aproveitavam de 1.591 professores e 283 outros servidores da Prefeitura; escolas sem água potável e com suas esquadrias, cobertas, rede elétricas e hidro-sanitárias danificadas; falta de material escolar permanente e de Merenda Escolar; média de 11 carteiras para classes de 30 a 40 alunos; escolas conveniadas que recebiam da Prefeitura e cobravam mensalidade dos alunos.

No Frifort, os encargos sociais não vinham sendo recolhidos; o Prêmio do Seguro do mesmo era estipulado em "Cr$ 175.244.701 quando o valor

necessário para sua reconstrução seria de Cr$ 8.352.690.000 (dados de dez/85); o arquivo de acionistas estava incompleto; “Os lucros dos acionistas eram “bem cuidados””; dívidas de terceiros não eram cobradas; “O combate à “moita” era feito apenas para ‘constar de relatórios’...”. Na Secretaria de Administração as “contribuições não eram recolhidas”, tais como IAPAS, IPM e Imposto de Renda. O IJF apresentava débito para com o FGTS “desde novembro de 1982... e para com o IPM”. O Gabinete do Prefeito realizara 3 coquetéis em restaurante da Cidade.

Quanto aos materiais e conservação de prédios, foi “denunciado pelo atual chefe do Serviço de Rádio do DVM o desaparecimento de uma Estação Rádio Móvel”. No Frifort foram detectadas compras sem licitação e não foram localizadas as escrituras e registros dos bens imóveis. O Departamento de Limpeza Pública vendeu veículos usados por preços baixos porque estavam sem motores. Dos 36 ônibus da CTC, com idade média de 6 anos e 3 meses, 22 circulam em condições precárias, 14 imobilizados e 6 estavam sem motores. Havia empréstimos de geladeiras, ar condicionados etc., “sem nenhum documento comprobatório”. O Estádio Presidente Vargas há 3 anos não recebia “manutenção” e o Ginásio Paulo Sarasate[409] se “encontrava em estado de completo abandono”.

Sobre o funcionamento do IJF, o dossiê registrava “Elevado índice de infecção hospitalar, sem qualquer controle”; almoxarifado precário, deteriorando medicamentos e materiais; inadequada “estocagem de éter e álcool”; ausência completa de segurança contra incêndio; portaria aberta para qualquer pessoa para qualquer área do hospital, inclusive Centro Cirúrgico e UTI.

A Situação da Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas (SUOP) não era diferente, sendo detectados empenhos fraudados, instalações arrombadas, uso de veículos alugados, máquinas de escrever enviadas para conserto, sem devolução.

Como não havia informações centralizadas e organizadas, o Dossiê recorria a exemplos: “Poderíamos ter escolhido outras Secretarias, pois a situação é bastante uniforme”. Sobre o quadro de funcionários da Fundação do

[409] Ginásio para a prática de competições esportivas mantido pela PMF.

Serviço Social de Fortaleza: aumento vultoso do número de funcionários nos períodos pré-eleitorais de 1981/82 (503 funcionários contratados) e de 1984/85 (856 funcionários) não "correspondeu a uma necessidade efetiva de trabalho"; "192 funcionários encontram-se à disposição de entidades filantrópicas, vinculadas a interesses de vereadores"; mais de 250 funcionários recebendo adicional noturno ou horas extras sem que o órgão tivesse funcionamento noturno; multiplicação de funções gratificadas; 121 estagiários sem controle de horário ou freqüência; 136 admitidos através Portarias recebiam aquém do salário-mínimo, o que já era ilegal; no lugar do saldo de caixa que deveria existir, havia uma dívida de Cr$ 69.830.285. O Dossiê concluía: "A configuração dessas irregularidades exige que seja instalada urgentemente uma auditagem nesta fundação a fim de que se examine tais fatos".

As páginas numeradas de 50 a 56 foram subtraídas do dossiê, literalmente arrancadas, antes da divulgação do mesmo, por determinação da titular da Secretaria de Imprensa e Relações Públicas, Ivonete Maia. Estas páginas não estão presentes no exemplar a que tivemos acesso. Segundo o índice do Dossiê, os assuntos nelas contidos tinham como subtítulos: "Relações Públicas"[410], "As mais altas vantagens financeiras na PMF" e "Participação relativa dos servidores que percebem vantagens acima de Cr$ 10.000.000".

Quando perguntamos para Maria Luiza sobre as páginas retiradas do Dossiê, ela nos informou que desconhecia esse fato: "eu estou sabendo agora". No entanto, encontramos uma matéria da jornalista Adisia Sá, que informava o seguinte:

> Houve muita precipitação, leviandade e irresponsabilidade na divulgação do documento, sem uma análise mais precisa por quem de direito, como aconteceu com a Secretaria de Imprensa. Ao saber que o "dossiê" já estava pronto, sendo grampeado, sem que ela, sua titular, tivesse acesso ao texto final, Ivonete Maia, constatando inverdades, injustiças, solicitou à prefeita a retirada das páginas correspondentes à

[410] Ao analisar a imprensa durante a primeira gestão do Governador do Estado do Ceará, Virgílio Távora, Márcia Vidal assim se referiu às relações do mesmo com os jornalistas: "Muitos enveredaram pelo ramo das relações públicas que estava em moda à época, embora a maioria não soubesse direito em que consistiam as relações públicas. Esse era o único modo que muitos jornalistas encontravam para sustentar suas famílias: [Para Adisia Sá], 'Hoje, a gente diz que estava errado, mas não tinha alternativa'." (VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder** – O I e II Veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994, P. 56.). Interpretamos que a expressão "relações públicas" referia-se à elaboração e publicação de notícias mediante o recebimento, dissimulado ou não, de algum favor.

> Secretaria. E foi o que aconteceu. Resultado: faltam páginas no "dossiê" (...). [411]

A terceira parte do Dossiê, com 16 páginas, tinha como título "Irregularidades de natureza diversa". Na sua introdução observa que a Prefeitura vinha funcionando sem "regras éticas, jurídicas e financeiras" e que isso havia se institucionalizado, permitindo que cada um arbitrasse o que deveria fazer. Assim, em espaços administrados pela Prefeitura, funcionavam empresas privadas; terrenos da Prefeitura eram alugados a particulares por preços simbólicos; imóveis eram usados para fins particulares por vereadores; ocupação de praças; "número exagerado de ligações telefônicas", publicação com recursos da Prefeitura da biografia do ex-Superintendente da SUDEF em jornal de grande circulação; assinaturas de jornais que eram entregues nas residências de diretores; motocicletas em residências de funcionários; empenho de passagens cujo credor era "a própria pessoa beneficiada e não a Companhia de Transporte, não permitindo saber se a pessoa viajou mesmo", além de não constar o motivo da viagem; dívida de jantar em restaurante sofisticado; liberação de contra-cheque a uma pessoa falecida; desvio de material por construtora; não publicação no Diário Oficial de "9.848 documentos" que deveriam ter sido publicados; e terrenos da Prefeitura ocupados por construções clandestinas, por ordem de uma vereadora.

O Dossiê, ao denunciar a situação moral da Prefeitura, lembrava um fato ocorrido em 1983: a "assinatura do então Prefeito, César Cals Neto, foi falsificada em 17 portarias na Secretaria de Educação do Município". As falsificações foram descobertas, o Prefeito César Cals Neto ordenou a criação de uma sindicância, que concluiu: "A responsabilidade penal e administrativa das irregularidades apuradas cabe exclusivamente aos servidores José de Freitas Barbosa Filho e José Hermano Albuquerque Martins". O fato teria se tornado público em 1984. Mesmo diante destas constatações, "nada aconteceu" e o processo "foi esquecido".

O Dossiê denunciava outras irregularidades: as obras em escolas contratadas em dezembro de 1985, na administração de Barros Pinho, não tinham sido iniciadas ou estavam ainda nos alicerces; as dificuldades da

[411] Adisia Sá. Dossiê da prefeita. **O Povo**. Fortaleza, 19 mar. 1986.

limpeza pública começariam pela “desmoralização da fiscalização” e a completa inadequação do aterro do Jangurussu, apesar dos gastos da Prefeitura, chegando à efetiva limpeza da cidade; grande inoperância da “Comissão para comércio Ambulante”, com a maioria dos ambulantes sem licença e submetidos especulação comercial de espaços públicos; e, o IPM, mesmo sendo “uma entidade de seguro social”, não disporia de “reservas técnicas de capital para fazer face aos desembolsos quando ocorrem infortúnios”.

A quarta parte do Dossiê tinha como título “Medidas tomadas pela nova administração” e explicava a necessidade e as dificuldades encontradas para efetivá-las. Declarava que era preciso “por a casa em ordem”, apesar da suspensão da promessa de empréstimo feita pelo Governo Federal. Assim, com base nas previsões de arrecadação, “foram entabuladas conversações com as representações grevistas, que tiveram como fruto o estabelecimento de um calendário de pagamento de salários...”. Ao mesmo tempo, havia a tentativa de “promover a familiarização com a situação administrativa”, a qual levou a um balanço que resultou no “presente documento, dado o elevado número de irregularidades”.

Segundo o Dossiê, os problemas começavam com o “acúmulo de lixo nas ruas”, a “falta de recursos financeiros” e “não se dispunha de pessoal, haja vista a ocorrência da greve dos garis”, além da “herança de uma Fortaleza cheia de ruas esburacadas e em péssimas condições de saneamento”. A primeira medida prendia-se, informava o dossiê, “à regularização da situação dos servidores... prazo de comparecimento aos funcionários ausentes... exclusão dos servidores ‘fantasmas’” e corte das “portarias das pessoas” que não trabalhavam. “Além disso, não foram preenchidos os cargos gratificados e parte dos cargos em comissão”.

Nas diversas secretarias e órgãos da administração foram tomadas uma série de medidas semelhantes: levantamento dos servidores; eliminação de horas-extras; reavaliação de critérios; realização de seminários sobre os problemas; substituição dos chefes; realização de auditorias; levantamento do patrimônio; disciplinarização das compras e despesas; corte de privilégios; recuperação de materiais e equipamentos; negociação de dívidas; recadastramento e reavaliação das concessões e cadastramentos; visitas para

verificação de problemas, como os do mangue do Rio Cocó, estacionamentos, Central de Serviços da Parangaba; elaboração de projetos para captação de recursos junto à Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); e controle e regularização da freqüência dos funcionários.

O documento enumerava cortes ou suspensões na folha de pagamentos em alguns órgãos da Prefeitura:

- Secretaria de Serviços Urbanos (SSU): 855 portarias.
- Secretaria de Transportes Urbanos (STU): 166 portarias e 31 gratificações de horas-extras.
- Secretaria de Saúde e Assistência (SSA): 24 portarias.
- Instituto de Previdência do Município (IPM): 82 portarias e 9 funcionários.
- Empresa de Urbanização de Fortaleza (EMURF): 9 funcionários.
- Superintendência de Planejamento do Município (SUPLAM): 9 portarias e 2 bolsistas.
- Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas (SUOP): 25 portarias, 10 bolsistas e gratificações de horas-extras.
- Frigorífico de Fortaleza (FRIFORT): 28 portarias.
- Companhia de Transportes Coletivos: CTC: 36 funcionários.

O documento tinha por objetivo “informar à população, algumas decisões importantes tomadas pela prefeita Maria Luiza Fontenele na forma de decretos”: tornava sem efeito atos de disposição de funcionários e servidores; dispunha sobre controle da assiduidade, pontualidade e carga horária dos funcionários e servidores; suspendia aquisições por prazo determinado; nomeava funcionários na categoria de Técnico em Assuntos Financeiros; prorrogava o prazo de pagamento de tributos e demais obrigações devidos ao município.

Uma das decisões mais importantes da história de Fortaleza foi o Decreto N° 7302, de 28 de janeiro de 1986, sobre a preservação do Vale do Rio Cocó: “Declara de relevante interesse público, como Área de Proteção Ambiental, o Vale do Rio Cocó e dá outras providências”. O Art. 1° decretava:

> É declarado de relevante interesse público, como Área de Proteção Ambiental – APA subordinada ao que dispõem as Leis federais n° 6.902, de 27 de abril de 1981, e de n° 6.938, de 31 de março de 1981, e demais leis e regulamentos aplicáveis à espécie, o Vale do Rio Cocó, no perímetro compreendido pela sua Bacia B2, cuja demarcação é a constante do Plano Diretor de drenagem de Águas Pluviais da região Metropolitana de Fortaleza, elaborado no ano de 1978 pela Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – AUMEF.

O Decreto explicitava que ficava proibido nessa APA o loteamento; atividades comerciais, industriais e ou potencialmente poluidoras; obras de terraplanagem ou de abertura de canais, “quando importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais”; “atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e ou acentuado assoreamento das coleções hídricas”; e “o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional”. Além disso, o decreto criou o Grupo de Assessoramento Técnico – GAT, “subordinado diretamente ao Chefe do Poder Executivo”, com objetivo de elaborar o projeto de regulamentação da APA do Vale do rio Cocó, bem como de analisar e aprovar, no nível de consulta prévia, “quaisquer projetos de parcelamento do solo, de construção ou reforma de edificações, de concessão de alvarás de licença de construção e de implantação de equipamentos ou serviços públicos, na área objeto deste Decreto”.

Além de vários decretos visando a viabilizar a administração, Maria Luiza, considerando as chuvas e conseqüentes “inundações e desabamentos” em várias favelas e bairros da periferia, a falta de “meios indispensáveis à provisão” do sustento da população e a imperiosa necessidade de “ação pronta e eficaz” do Poder Público, assinou o Decreto n° 7314, de 05 de março de 1986, declarando Estado de Emergência no Município de Fortaleza.

## 3.8. O Dossiê a partir do DN

O jornalista Aloysio Biondi, ao analisar a imprensa e explicar que a “manipulação” nela presente “é generalizada e constante”, relacionou a ela a utilização de uma série de “truques”. Um deles, que chamou de “lide às avessas”, consistiria em esconder “os problemas nas ‘últimas quatro linhas’”, isto é, após uma série de depoimentos pró ou contra determinada situação, “lá

nas últimas quatro linhas vem a informação verdadeira". Vemos esse padrão nas notícias do DN referentes ao Dossiê: inicialmente, apenas um determinado lado da questão é chamado a opinar ou o jornal apresenta uma versão um tanto confusa e, somente depois, expõe os dados de forma mais exata. Dessa forma, não se pode dizer que o jornal deixou de fornecer uma grande quantidade de informações sobre essa ou aquela matéria.

A primeira notícia sobre o Dossiê foi a seguinte: *Vereador considera o documento irresponsável: Dossiê vira um 'relatório preliminar'*. Para dizer que o documento era irresponsável, o DN recorre à declaração de um vereador e, em seguida, destaca a expressão 'relatório preliminar', constante na página de rosto do Dossiê, pretendendo informar que o documento era menos do que o esperado. No entanto, as próprias Apresentação e Introdução do Dossiê denotavam densidade, apesar de informarem sobre as insuficiências, explicando que a tarefa iniciada somente poderia se dar como concluída com o "relatório da auditagem", pois o documento seria apenas "a ponta mais visível de um *iceberg* de irregularidades". Para justificar a preliminaridade, o relatório denunciava a ausência de dados na Prefeitura sobre os funcionários, faltando locais de lotação, bem como números de Carteira de Identidade ou de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Interpretamos que o jornal procurava apresentar o Dossiê como mais um fracasso da APF, ressaltando a sua incompletude.

Depois da manchete, na lide, o DN informava que o Dossiê procurava "apontar irregularidades cometidas por prefeitos que a antecederam" e somente depois apresentava os dados com mais exatidão, ao noticiar que apresentava "possíveis irregularidades" e, mais adiante, os "envolvidos com os desmandos das últimas administrações". Evidentemente, há diferenças entre desmandos cometidos "por prefeitos que a antecederam" e desmandos "das últimas administrações", bem como entre "irregularidades cometidas" e "possíveis irregularidades" cometidas. Queremos, com isso, dizer que se o leitor do DN ler somente o começo da matéria, ele pode ficar com uma informação incompleta, ou mesmo errada. Barros Pinho, por exemplo, admitia a possibilidade de irregularidades na sua administração, embora negando seu envolvimento nelas. Em um caso citado como exemplo pelo Dossiê, conforme já explicamos, o mesmo é explícito ao expressar que o Prefeito César Cals

Neto determinou a apuração de responsabilidades em um caso de falsificação de assinaturas.

Em página interna, o DN apresentava o Dossiê, supondo a sua repercussão, como mais um fracasso da APF: *Dossiê da Prefeitura não causa o impacto esperado*. O DN não poderia ter se referido ao impacto da publicação porque era somente naquele momento que a Cidade estava tendo contato com ele e é lógico que sem conhecê-lo não poderia esboçar nenhum tipo de reação. Sendo assim, mesmo que o dossiê atingisse o âmago dos problemas da Prefeitura, o DN já se posicionava com objetivo de diminuí-lo, alegando não causar "impacto", apesar de denunciar que 324 políticos, no meio de outras pessoas suspeitas de corrupção, retirarem "1,6% do total de gastos com pessoal". Alguns desses políticos eram de grande notoriedade.

No caso de Barros Pinho, o Dossiê abordava da seguinte maneira: "Existência na SUPLAN de 359 'funcionários fantasmas' no período de agosto a dezembro de 1985". O DN interpretava que o Dossiê acusava o ex-prefeito Barros Pinho de ter nomeado funcionários que não existiam. O ex-prefeito reagiu, declarando: "Se houver algo nessas explicações que não convença e envergonhe a minha família e aos que represento na Assembléia, renuncio meu mandato e deixo a vida pública". Admitia, no entanto, que era possível que um ou outro funcionário pudesse ter "cometido irregularidades".[412] Mais tarde, ficou provado que Barros Pinho nomeou, em seus cinco meses no poder, os funcionários a que o Dossiê se referia, porém estes existiam, apesar da dificuldade encontrada pela APF em localizá-los na estrutura administrativa, dada à desorganização em que se encontrava e às greves do funcionalismo desde a gestão anterior.

Apesar da lide informar que  não causou o "impacto esperado", vemos, no transcorrer da reportagem, que o impacto foi considerável:

> Não é pequeno o número de políticos que, segundo o dossiê, estão entre os envolvidos com os desmandos das últimas administrações, além dos próprios prefeitos Lúcio Alcântara, César Cals Neto, Barros Pinho e Djalma Eufrásio, Presidente da Câmara Municipal que assumiu a Prefeitura por apenas 5 horas. Segundo o relatório, existem 324 políticos que constam da folha de pessoal da prefeitura e dela retiram Cz$ 1.035.987, o que representa 1,6% do total

[412] Ex-prefeitos respondem às incriminações do documento. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 1986, p. 1. Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste.

> de gastos com pessoal. Entre os vereadores são apontados Djalma Eufrásio, Fiúza Gomes, Luiz Ângelo – aposentados – Raimundo Linhares – procurador judicial – e o suplente Walter Cabral – assessor parlamentar – como integrantes da lista das '25 maiores vantagens pagas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza'. (...). [413]

A dimensão do impacto pode ser percebida através da quantidade de forças que se levantaram contra Maria Luiza e a Administração Popular de Fortaleza, inclusive o Diário do Nordeste. A primeira grande reação através da imprensa foi dos vereadores, individualmente e, em seguida, em bloco. Depois, a reação de outras pessoas injustamente incluídas no relatório. Algumas pessoas citadas no Dossiê não fizeram declarações à imprensa, porém informavam que recorreriam ao Poder Judiciário[414].

O Dossiê continha muitos erros, entre os quais estavam citados alguns funcionários com proventos muito superiores ao que de fato recebiam; confundia pessoas com nomes parecidos; lançava suspeita de corrupção em procedimentos que estavam mal explicados; e confundia o ilegal com o politicamente reprovável. Além disso, ao também fazer muitas denúncias de um modo generalizante, sem demonstrar situações específicas e nomes, a APF colocou no conjunto dos supostos corruptos todos os funcionários do Executivo e do Legislativo municipais, atraindo a si a oposição geral. Sobre os erros, um funcionário do Centro de Processamento de Dados da Prefeitura do período de lançamento do Dossiê nos explicou o seguinte:

> Nós, do Centro de Processamento de Dados da Prefeitura, não tivemos culpa nenhuma dos erros numéricos do dossiê. Como para os petistas todos os funcionários eram considerados corruptos, nós fomos afastados e, portanto, não estávamos lá quando a representante da Prefeita pegou a fita com os dados, e ela pegou a fita que não era a última, que não era a corrigida. Naquela época, quando você completava a revisão você tirava uma cópia, a qual era novamente revisada, até se chegar à cópia sem erros. Nós não estávamos lá, estávamos afastados, quando escolheram a fita, e não pegaram a fita corrigida. [415]

Alguns vereadores em exercício, que já recebiam vencimentos, recebiam também aposentadoria da Prefeitura ou pensão como ex-vereador.

---

[413] Dossiê da Prefeitura não causa o impacto esperado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 1986. Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste

[414] Os políticos interpelam a Prefeita na Justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 mar. 1986. Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste.

[415] Entrevista de Mário Esteves Victor, funcionário do CPD da Prefeitura de Fortaleza na época, a nós concedida. Fortaleza: 2004.

Um destes acumulava também os proventos de servidor ativo da Secretaria de Finanças do Município, como Agente Especial de Turismo. Outro vereador estava revoltado porque a Prefeita, através do Dossiê, "havia declarado" que suas filhas "trabalhavam para a Prefeitura e eram menores." [416] Na verdade, argumentou o vereador, apenas uma era menor, e as quatro recebiam, não da Prefeitura e sim da Câmara Municipal, como assessoras do pai vereador. Por moralmente incorreto que parecesse, o fato era defendido por alguns vereadores, nos jornais, como juridicamente legal e até considerado normal. Segundo um vereador da ala progressista, "aquilo que não contraria a legislação vigente não é ilegal e, assim sendo, a prefeita não deveria ter levado a público o nome das pessoas beneficiadas pela lei. Ela poderia até dizer que esses foram beneficiados pela legislação, mas nunca que são cúmplices". [417]

Já o vereador Herval Sampaio comparou os atos dos acusados com o que já ocorrera com Maria Luiza: "A deputada Maria Luiza, quando processada pela Polícia Federal, teve sua defesa custeada pela Assembleia Legislativa". Às situações, no entanto, não cabiam comparações, pois o Brasil vivia sob uma legislação imposta pelo regime militar, que previa crimes políticos, sendo comum o enquadramento de militantes de esquerda em processos judiciais. O processo da Polícia Federal contra Maria Luiza dizia respeito a uma suposta "agressão da deputada a duas agentes policiais"[418].

As falhas do dossiê constituíram-se em base suficiente não somente para sua própria destruição como instrumento de denúncia, mas serviu também como ratificador da ideia de inoperância em razão de uma suposta incompetência da APF.

O vereador Francisco Lopes, por ser ligado, através do PC do B, à Federação de Bairros e Favelas, atuava em um campo de grande participação de Maria Luiza, do PT e das Comunidades Eclesiais de Base e temia ser prejudicado caso fizesse uma oposição igual àquela promovida pela maioria dos vereadores. Ao mesmo tempo, por defender a liderança do PC do B no citado campo contra as incursões da APF, Lopes mantinha uma postura

---

[416] Fernandes: 'Dossiê da Porcina é um documento irresponsável. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 1986 (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).
[417] 'Desonesta, leviana e mentirosa'. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 mar. 1986 (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).
[418] Fernandes: 'Dossiê da Porcina é um documento irresponsável. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 1986 (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).

harmônica com os vereadores e tinha suas falas amplificadas pelo DN. No dia 15 de março, sobre sua forma de enfrentar o dossiê, o jornal publicou:

> O vereador Francisco Lopes havia apresentado, já na sessão de ontem na Câmara, um requerimento através do qual solicitava que fosse determinada a formação de uma comissão de vereadores para estudar em profundidade o dossiê da prefeita Maria Luiza, para adoção de posteriores providências. Francisco Lopes, entretanto, retirou o seu requerimento de pauta em favor da proposição do vereador Sérgio Costa que pediu que a Câmara interpelasse judicialmente a prefeita de Fortaleza.[419]

A ideia do vereador do PC do B Francisco Lopes era "a formação de uma comissão de vereadores para estudar em profundidade o dossiê", o que levaria para o campo político as denúncias do Dossiê, porém essa proposta não foi aceita pelos vereadores. O vereador Sérgio Costa argumentou "que numa comissão de vereadores poderiam ser criadas animosidades, e o resultado dos estudos dificilmente teriam grande respaldo". Como o Dossiê considerava o "moralmente reprovável" como ilegal, os acusados teriam todas as condições de se defender no campo jurídico, onde vale a letra da lei. Ao contrário, no campo político, o "moralmente reprovável" seria o suficiente para a execração pública e para a configuração da quebra de decoro parlamentar. Assim,

> O vereador elogiou a iniciativa do seu companheiro Francisco Lopes, mas observou que numa comissão de vereadores poderiam ser criadas animosidades, e o resultado dos estudos dificilmente teriam grande respaldo. Para o vereador, somente através da imparcialidade da Justiça, os vereadores poderiam salvaguardar a sua integridade.
>
> Respondendo ao vereador Sérgio Costa, Francisco Lopes afirmou que seu requerimento tinha a intenção de fazer com que a Câmara saísse da defensiva e partisse para a ofensiva. Por seu turno, o vereador Emanuel Teles, líder do PFL, disse que a intenção da prefeita é fazer com que as atenções sejam desviadas de sua administração.[420]

Vemos que apesar de considerar de "uma pobreza incrível", Sérgio Costa demonstrava ver um grande potencial destruidor no Dossiê caso o seu conteúdo viesse a ser debatido publicamente. O documento deveria ser corroído, pinçando-lhe seus equívocos: "apresentou os contracheques do

---

[419] Os políticos interpelam a Prefeita na Justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 mar. 1986. Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste.

[420] Os políticos interpelam a Prefeita na Justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 mar. 1986. Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste.

presidente da Câmara Djalma Eufrásio e da viúva do ex-vereador" e desmentiu os ganhos de uma outra. Informou que "O deputado estadual (...) já contratou advogado (...) O pessoal da área de educação que integra a lista dos 25 maiores salários (...) também (...)". [421]

No dia 16, o editorial tinha como título "Do dossiê à sujeira". Percebemos mais uma vez que o combate ao dossiê procura não atuar no seu conteúdo. Em primeiro lugar acusa os petistas, por investigarem possíveis irregularidades, de patrulheiros e puritanos, comparando-os aos inquisitores medievais e aos fundamentalistas da revolução iraniana.

> Ineludivelmente, a documentação levantada pelos patrulheiros petistas da Prefeitura de Fortaleza, era, e ainda é, uma arma de defesa. Destinava-se, ou destina-se, antes de tudo, a proteger não só a atual administração, particularmente, a vida pública (e até mesmo privada) da prefeita Maria Luiza, como, de igual modo, a imagem do partido de Lula e seu 'revolucionarismo', agora bem próximo da 'komeinização'. Isto é: comprometido com um modelo puritanista, que tanto tem de religiosos – 'os padres do PT' – como de medieval, retrógrado e violento.

Além disso, o DN considerava que, para os petistas, o Dossiê era apenas um instrumento de chantagem contra os políticos, "uma guilhotina suspensa" para desviar as atenções a respeito da vida pública e privada de Maria Luiza. No primeiro caso, seria esconder a suposta incapacidade e inoperância e, no segundo, deixando subentendido que a mesma desejaria afastar os comentários referentes ao fato de ter dois ex-maridos como amigos.

> Não há nenhuma dúvida possível: o documento deveria permanecer trancado a sete chaves e somente manuseado por alguns dos seus mais próximos auxiliares. Era um trunfo que não poderia ser desperdiçado (...) tinha o efeito de uma guilhotina suspensa sobre a cabeça dos políticos, de todos os desonestos. Ninguém escapava.
>
> Enquanto o tempo passava, as ruas da cidade iam ficando mais sujas, e os problemas se agravavam em todas as áreas, internamente o feitiço virava contra o feiticeiro. Dizendo melhor: os patrulheiros perdiam controle das greves, dividindo irremediavelmente os servidores da municipalidade. Dentro desse quadro, logo surgiram manifestações populares, de repúdio ao imobilismo e à irracionalidade que se instalara na administração municipal. O lixo tomava conta de tudo, os ratos invadiam as casas.
>
> Não dava mais para segurar a barra. Era preciso amenizar o impulso da reação popular, reduzir o impacto dos protestos, fazer alguma coisa em benefício da cidade arrasada. A Prefeita resistiu o

[421] Os políticos interpelam a Prefeita na Justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 mar. 1986. (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).

> quanto pôde, retardou os entendimentos, fez finca-pé, zangou-se, esperneou, gritou para que todos ouvissem, mas teve que concordar. Se não concordasse com a ajuda que o Governo do Estado estava oferecendo, ainda seria pior. O povo ia dizer, como já estava dizendo, que 'era só pirraça'.
>
> Aí aconteceu o inevitável. O governador lançou uma gigantesca ofensiva contra o lixo. (...)
>
> Flagrada em sua impotência para resolver o problema, a Prefeita teve de recorrer ao dossiê, como manobra diversionista, visando a desviar a atenção do público para o lances rumorosos de um escândalo em grande estilo. Não se pode dizer que os teóricos do PT se tenham saído melhor nessa empreitada do que em outras, também malogradas. (...)
>
> Diante das repercussões negativas do dossiê, (...) Dona Maria Luiza (...) Denunciou maliciosamente a existência de um complô para desestabilizá-la, no qual estariam envolvidos o governador Gonzaga Mota e a Televisão Verdes Mares. (...) Ora, ora. (...) Como todos os extremistas de direita e de esquerda que se prezam, os petistas só admitem liberdade de imprensa 'a seu favor'.
>
> Por outro lado, é bem sabido que cada pessoa possui o seu limite de competência individual. Pelo que têm apresentado, a competência de Dona Maria Luiza parece ter-se esgotado somente na liderança de greves e de mobilizações demagógicas.(...)
>
> A sujeira de uma metrópole não se esconde debaixo de um dossiê fajuto. Assim, se existe perigo de desestabilização, não será pelo trabalho honesto e criterioso de qualquer veículo de comunicação, todos eles voltados para os interesses da comunidade, mas sim pela incapacidade e a inoperância da administração municipal.[422]

Portanto, o Editorial seguiu as ideias defendidas por três vereadores na sessão da Câmara do dia anterior, Sérgio Costa, Francisco Lopes e Emanuel Teles: "Enlamear as pessoas", sair da "defensiva" e desviar "as atenções", respectivamente. Foram esses os três temas do Editorial do dia 16 de março. Com ele o DN assumiu uma posição semelhante à da Câmara Municipal contra a APF, como se fosse ele o atingido pelas denúncias do Dossiê. Inúmeros adjetivos são assacados contra os petistas, contra a prefeita Maria Luiza e contra o documento, o qual teve a aparência de uma gota d'água que rompeu as paredes de um manancial emotivo, acumulado pela editoria do DN. Mas, apesar de toda a diplomacia e cordialidade ter sido posta de lado, havia uma fundamentação. Enquanto fugia do cerne do Dossiê, isto é, do seu conteúdo, como também já havia fugido a Câmara Municipal, o DN exercitava o combate histórico das elites ao marxismo e tentava desqualificar não só a APF, mas toda a esquerda perante a opinião pública. No primeiro caso, encontramos sinais no próprio editorial: "a imagem do partido de Lula e seu 'revolucionarismo', agora bem próximo da 'komeinização'. Isto é: comprometido

[422] Editorial: do dossiê à sujeira. **Diário do Nordeste**, Fortaleza. 16 mar. 1986, p. 2.

com um modelo puritanista, que tanto tem de religioso – 'os padres do PT' – como de medieval, retrógrado e violento", no lugar do "socialismo ateu" dos tradicionais discursos anticomunistas em defesa da família e da propriedade. No segundo, "patrulheiros petistas", "revolucionarismo", "'komeinização'" (o uso da religiosidade para fins políticos, isto é, uma tentativa de associar a Teologia da Libertação, que justificava os movimentos pela reforma agrária, por exemplo, à teocracia implantada pela revolução Iraniana de 1979), "os padres do PT", "irracionalidade", "extremistas", "só admitem liberdade de imprensa 'a seu favor'", "limite de competência individual", "incapacidade e a inoperância".

Pode-se supor até que ocorria o contrário da acusação do DN. Não era Maria usando o Dossiê para desviar a atenção da sociedade, mas a classe política dirigente acusando Maria e o PT de responsáveis pelos problemas que ela, a classe política dirigente, causou ao longo de vários anos e com apoio da grande imprensa.

No dia 19, o Dossiê continuava objeto de reflexão, fazendo com que a Prefeitura fosse abordada em muitas matérias, tais como: *Vereadores querem tratar direto com o governador*[423]. Essa matéria expressava que os vereadores continuavam profundamente indignados com o conteúdo do dossiê: "Hermano Martins, Herval Sampaio, Marcus Fernandes, Raimundo Araújo e Eurico Matias, criticaram severamente a prefeita, e até pedido de que os requerimentos sejam endereçados ao governador e não à prefeita Maria Luiza foi feito." Expressava, também, a identificação dos vereadores com o DN, pois a pedido deles, o Editorial do dia 16 de março, "Do dossiê à sujeira", "foi transcrito nos anais do legislativo municipal".

Outra matéria do dia 19, *Requerimento enseja discussão*[424], mostra que não era somente o Dossiê a causa de tanta revolta com a APF, pois os vereadores estariam, também, "Inconformados pelo fato da prefeita não atender os pleitos dos vereadores". Percebe-se que a APF fugia da normalidade de toda a história da República e, portanto, era combatida por quase toda a classe política oriunda do período ditatorial. O vereador Araújo de Castro, líder do PDT, com a intenção de defender seus colegas parlamentares, fizera uma crítica a Maria Luiza que, contraditoriamente, mostrava que ela tinha

[423] Vereadores querem tratar direto com o governador. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 mar. 1986.
[424] Requerimento enseja discussão. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 mar. 1986.

razão: “a cidade esperava há dois meses para tomar conhecimento das irregularidades que, segundo afirmou, existem também nas administrações federal e estadual, e Fortaleza não seria exceção”[425]. Maria Luiza, portanto, contrariava a ordem política brasileira ao recusar-se a manter a prática da troca de favores com o uso do bem público, isto é, a praticar as irregularidades que, repetindo Araújo de Castro, “existem também nas administrações federal e estadual”.

Ainda no dia 19, a matéria *Deputados condenam prefeita*[426] destacava a declaração do Deputado Estadual Osmar Diógenes, lamentando “insinuações maldosas” feitas no Dossiê, classificando-as de irresponsáveis, por entender que o Dossiê “merecia uma séria revisão antes de ser publicado”. Osmar Diógenes referiu-se, especialmente, à citação do deputado Antônio dos Santos, considerando que “não foi apenas para atingi-lo, mas todo o poder legislativo”. O Dossiê, no entanto, ao se referir a Antônio dos Santos, é claro ao informar que seria leviano dizer que o mesmo seria o Deputado e que a referência era um exemplo da falta de informações existentes na Prefeitura, como número da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), impedindo que os funcionários fossem devidamente identificados. Todavia, como para todo dito há um não dito[427], conforme nos explica a linguista Eni Puccinelli Orlandi, o Deputado Osmar Diógenes estava certo ao supor que havia uma insinuação. Em sua Introdução, o Dossiê declarava que, de acordo com as informações disponíveis, o “Sr. Antônio dos Santos acumularia o cargo de deputado Estadual com o de motorista do Instituto José Frota. Entretanto aceitar isso seria uma postura leviana”, em razão da falta de informações confiáveis.

Apesar da intensidade da repercussão do Dossiê, dos adjetivos ásperos que gerou contra Maria Luiza e o PT e das ameaças de processo, esse deixou de ser notícia no DN uma semana após sua publicação. Todavia, em 07 de abril, o jornal voltou ao assunto, deixando sinais de que os redatores estavam indignados com alguns vereadores, os quais, no auge das reações ao Dossiê, declararam-se injustiçados e manifestaram a intenção de processar a Prefeita,

[425] Desonesta, leviana e mentirosa. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 15 mar. 1986.
[426] Deputados condenam prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 mar. 1986.
[427] ORLANDI. Op. Cit., 2000, p. 82.

porém ainda não tinham dado entrada na Justiça. Além disso, o DN interpretava informações supostamente contidas no Dossiê com expressões não usadas nesse documento. Ao mesmo tempo, a reportagem relembrava as as virulentas acusações de irresponsabilidade, largamente divulgadas, contra os responsáveis pelo Dossiê, transparecendo pretender incitar os vereadores a uma reação. Sob o título *Vereadores não iniciaram o processo contra a Prefeita,* o DN informava o seguinte:

> Os vereadores X, do PFL, Y, do PMDB, que tiveram seus nomes inseridos no dossiê "Fortaleza, Nunca Mais", divulgado em meados do mês passado pela prefeita Maria Luiza Fontenele, e apontados como corruptos, não deram entrada na Justiça com nenhuma ação contra a Prefeita, conforme anunciaram que fariam até o dia quatro deste.
>
> X foi apontado como corrupto por acumular o cargo de vereador com uma aposentadoria da Prefeitura e outra no Instituto de Previdência Parlamentar. Já seu colega Y foi acusado de falsificar assinaturas do ex-prefeito César Neto para beneficiar mais de uma dezena de pessoas que foram agraciadas com portarias na Secretaria de Educação, quando foi seu titular. Y continua firme, mas X poderá recuar.

Analisando o Dossiê, em nenhuma de suas páginas, encontramos a expressão "corrupto" sendo usada contra quaisquer pessoas. O Vereador X não foi chamado de corrupto pelo Dossiê. No entanto, foi citado em uma relação intitulada "As 25 maiores vantagens pagas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza", onde aparece como "Inativo", isto é, Aposentado, e percebendo "29.563.839", significando aproximadamente 5 Salários Mínimos. A partir daí, interpretamos que o Dossiê informava que o Vereador X acumulava os salários de Aposentado e de Vereador.

O Vereador Y também não foi chamado de "corrupto" no Dossiê, porém era citado em um tópico chamado de "Falsificação de assinaturas", onde constava a descoberta de falsificação da assinatura do Prefeito César Cals Neto "em 17 portarias na Secretaria de Educação". O Dossiê informava que a sindicância realizada, por determinação de César Neto, concluiu, em maio de 1984, que "A responsabilidade penal e administrativa das irregularidades apuradas" cabiam "exclusivamente aos servidores Z e Y". Informava, também, que a "falsificação" tornou-se pública através da "coluna de José Rangel no jornal O Povo, em 21/06/84", da seguinte maneira: "Falsificaram as assinaturas do governador Gonzaga Mota, do vice Adauto Bezerra e do prefeito César Neto

em autorizações de emprego". O Dossiê concluía denunciando que o processo "foi simplesmente esquecido". A partir daí, interpreta-se que o Dossiê denunciava que o processo não estava sendo devidamente encaminhado, porém, em momento algum, fazia quaisquer acusações específicas ao Vereador Y.

Sobre o argumento do Vereador X, que poderia "recuar", o jornal noticiava, conforme declarações de X, que seu advogado estava "preparando um estudo", e que ele desistiria "de interpelar a Prefeita" caso não fosse ensejada por ele "uma ação judicial" para levar Maria Luiza a "ser responsabilizada por crime de calúnia ou injúria". Já o Vereador Y, que continuaria "firme", explicou que era preciso esperar que o resultado da "sindicância na Secretaria de Educação" fosse transformado em "inquérito para apurar os fatos" para, depois, "processar a prefeita por crime de injúria, calúnia e difamação"[428], caso fosse pertinente.

## 3.9. Um ano depois: plano "Ação de Governo" para 1987

> A distribuição da terra urbana, seu parcelamento, uso e ocupação devem ser imediatamente revistos, e criados mecanismos legais e tributários que acelerem a distribuição dessas terras e realcem a função social da propriedade.[429]

Quatorze meses após assumir a Prefeitura, a APF lançou o plano "Ação de Governo", com 41 páginas e dividido em 6 partes: I. Introdução; II. A APF; III. Política de Desenvolvimento Urbano; IV. Diretrizes Básicas da Política Urbana da APF; V. Programas Específicos das Ações Governamentais – 1987; e VI. Estratégias da Ação de Governo.

A capa do plano continha o título "Ação de Governo" e era vermelha com detalhes pretos. Acima, do lado direito, havia a logomarca da Administração, que era uma estrela de cinco pontas, transformada em um ser humano em pé e com braços e pernas abertos (no lugar da ponta superior havia um círculo, representando a cabeça; duas pontas representavam os braços e as outras

[428] Vereadores não iniciaram o processo contra a Prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 07 abr. 1986.
[429] PMF. Ação de governo. Fortaleza: PMF, fev. 1987, p. 22.

duas as pernas) e tendo ao lado a inscrição PREFEITURA DE FORTALEZA: ADMINISTRAÇÃO POPULAR.

O próprio título permitia que se imaginasse que não seria um programa de planejamento e execução de obras específicas. Segundo Hannah Arendt, a ação “nunca deixa um produto final atrás de si”. O máximo que o ator “pode ser capaz de fazer é forçar as coisas em uma certa direção, e mesmo disso jamais pode estar seguro”[430]. O plano “Ação de Governo” teria como objetivo mudar mentalidades, comportamentos, prioridades e, assim, mudar a História.

O discurso implícito no plano revelava algumas preocupações: o caráter educativo, o caráter de autoconvencimento e a supremacia do objetivo de organizar politicamente os setores populares sobre o de realizar obras de caráter técnico, como as de Engenharia Civil.

O caráter educativo é revelado pela pretensão de levar à sociedade um conceito de cidade, de sociedade, de urbanidade, de habitar, de polis, de política, de cidadania, direitos humanos, de reforma urbana, de recreação, de planejamento, de gestão, de desenvolvimento, de participação, de viver, de conviver, de degradação do meio ambiente, de patrimônio histórico e cultural, de memória, de causas sociais da violência, de função social da propriedade territorial urbana, etc. Percebemos que em quase todas as partes do plano o conceito destes termos era repetido e, portanto, reafirmado. Os habitantes de Fortaleza deveriam adquirir uma nova consciência.

O caráter de autoconvencimento também está presente nessa exaustiva repetição, a qual seria uma forma dos próprios membros da APF incorporarem as ideias dos conceitos sociológicos, formulados no plano, e de que deveriam se articular de acordo com eles.

A supremacia do objetivo de organizar politicamente os setores populares sobre o de realizar obras de caráter técnico, como as obras de Engenharia Civil, pode ser percebida na contraposição entre o detalhamento da formulação dos conceitos sociológicos e as generalizações da peça orçamentária ou “programas específicos”. Esses programas específicos ocupavam dez das quarenta e uma páginas do plano. Nessas dez páginas, os mesmos conceitos sociológicos eram reexplicados, e, por outro lado, o plano

[430] ARENDT. Op. Cit., 2005, p. 91.

não trazia, não denominava e não enumerava os projetos técnicos que seriam executados. Muitos itens imputados pelo próprio plano como específicos, tais quais os do programa de Manutenção Urbana, eram muito gerais, tais como Renovação Urbana da Zona Central, 50.000.000,00 de Cruzados; Ampliação e Recuperação do Sistema Viário, 84.000.000,00 de Cruzados; Melhoria da Orla Marítima, 5.000.000,00 de Cruzados; Construção de Mercados Públicos, 30.000.000 de Cruzados; e assim por diante. Vemos que o plano não informava, por exemplo, quantos mercados, em quais locais, quais as dimensões dos mesmos ou quanto se gastaria em cada um. Atenuando essa constatação, que poderia ser vista como uma renúncia a objetivos primordiais de quaisquer prefeituras, as estatísticas mostram que a concentração tributária imposta à nação pelo regime militar punha os municípios do Brasil inteiro em situação de penúria. Sendo assim, a falta de projetos para grandes obras arquitetônicas seria uma decorrência da falta de recursos em relação às dívidas e despesas decorrentes do caos herdado pela APF e não da falta de vontade. As reformas tributárias que vinham se processando no Brasil, nos princípios dos anos de 1980, ainda não eram suficientes para que se tocassem, mesmo que de forma precária, as obras necessárias em 1986. A participação dos municípios "manteve-se, desde 1976 até 1983, ano a ano, na faixa de 8,5 a 9,5%" da receita tributária" nacional. Somente a partir de 1985 o processo de transferência para os municípios no Brasil tornou-se ascendente, atingindo 16%. De 1988, com a nova Constituição brasileira, até 1993, o montante transferido atingiu 22,5% ao ano.[431] A APF chegou ao fim tão logo conseguiu instalar uma nova ordem na Prefeitura de Fortaleza e, assim, não pôde usufruir dos recursos oriundos da reforma tributária brasileira que se processava desde 1985.

Olhando para o Plano de Ação, vinte quatro anos depois percebemos que uma de suas proposições básicas foi vitoriosa e outra derrotada. O projeto de concentrar nas mãos da Prefeitura todos os serviços essenciais da cidade, tais como transportes coletivos, limpeza pública, saúde e educação, foi a proposição derrotada. Hoje, a CTC não existe mais, e os transportes públicos

[431] VARSANO, Ricardo. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reforma. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1996, pp. 11, 14, 16. <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0405.pdf> (Acesso em maio de 2011).

são realizados por concessões outorgadas a empresas privadas. O mesmo ocorre com a limpeza pública, com os serviços de saúde do Instituto de Previdência do Município (IPM) e até com a terceirização de serviços administrativos da própria Prefeitura. A parte vitoriosa do plano foi a incorporação dos conceitos sociológicos difundidos pela APF, hoje incorporados por muitas administrações, em todas as instâncias, mesmo que apenas para fins eleitorais. Sendo assim, a peça orçamentária revela as enormes carências de Fortaleza e, principalmente, a carência de recursos na prefeitura. Por exemplo, o projeto de quadruplicação da frota de ônibus da Companhia de Transportes Coletivos, da PMF, seria executado com a compra de 104 unidades e, mesmo assim, os recursos para isso ainda não estavam assegurados. Como a população de Fortaleza ultrapassava os 1.500.000 habitantes[432], percebemos que esse projeto estava muito longe de propor alguma mudança significativa na qualidade do transporte público da cidade.

A preocupação central do plano era a inserção dos setores populares nos processos político-administrativos. Considerando inerente à sociedade capitalista uma polarização social em permanente conflito, a APF deveria atuar no sentido de criar condições para a organização dos setores populares. A chave principal da análise considerava que sociedade de Fortaleza estava dividida em uma minoria de privilegiados e uma maioria de pessoas sem quaisquer direitos, a qual viveria abaixo do "limiar da sobrevivência", sem cidadania, sob violência policial e ocupando a parte oeste da cidade. Todas as administrações anteriores teriam estado a serviço dessa minoria privilegiada. As reações à APF seriam decorrentes de ela mudar a lógica administrativa, voltando-se integralmente para o atendimento dos marginalizados pelo poder público.

A Apresentação, assinada por Maria Luiza, informava que ainda durante a campanha eleitoral, o PT realizou o "I Seminário Popular 'A Fortaleza da Gente'". Para sua elaboração, "técnicos, cientistas, professores, estudantes, trabalhadores, moradores de bairros e favelas, mulheres, jovens", etc. reuniram-se para expressar suas vivências, sofrimentos, angústias, saberes, esperanças e desejos, cujo objetivo seria subsidiar uma futura administração

[432] "1980 – 1.338.733 habitantes (dados preliminares do Censo)" (SAMPAIO, Dorian. Municípios do Ceará. Fortaleza: Stylus Comunicações, s/d, p. 104.

do PT. Também explicava que, após a instalação da APF, um novo ciclo de estudos foi instalado e que, em seguida, tornou-se possível submeter "o produto dos dois seminários à clivagem da realidade da gestão pública". Após treze meses de APF e de debates, o documento definiria a "concepção" que a APF teria "de urbano" em Fortaleza, "onde os interesses da maioria da população encontravam-se subordinados aos desígnios de grupos minoritários, porém poderosos". Maria Luiza concluiu, lembrando a dimensão histórica dessa luta ao destacar o processo de "elaboração da nova Constituição Brasileira", e que o plano "Ação de Governo" somente teria "legitimidade e sucesso" se conseguisse alterar sensivelmente esse quadro.

Segundo o plano "Ação de Governo", a situação não seria de desordem e, sim, de uma ordem voltada "aos interesses dos grupos hegemônicos", obediente à "racionalidade do grande capital". O setor público agiria "fundamentalmente a serviço quase exclusivo dos interesses do setor privado" e não para atender a "intensificação das demandas coletivas". Também destacava o "fosso entre pobreza e riqueza", o desemprego, a remuneração de menos de um salário mínimo percebida por 56% dos trabalhadores. Informava, também, que as intervenções "do poder estadual e/ou federal em solo municipal", sob a forma de pressões sobre o Executivo e o Legislativo municipais, eram frequentes e violentavam a "autonomia dos municípios". Ao diluírem a responsabilidade pela prestação de serviços, esse tipo de política teria tido o efeito de degradar o meio ambiente, deteriorar os equipamentos coletivos, permitir que o capital imobiliário determinasse o uso e ocupação do solo, possibilitar uma sonegação tributária impune, permitir a conivência para com loteamentos clandestinos e edificações, ferindo as leis e códigos municipais.

"Diante do descaso", a sociedade estaria tomando para si um "papel de relevância na produção do urbano", fundando movimentos como Associação de Moradores, Conselhos Comunitários e CEBs e reivindicando moradia, saneamento, saúde, educação, transporte e lazer.

A APF, considerando-se um "corpo estranho" no interior do Modo de Produção Capitalista, onde "o poder, *lato sensu*", permaneceria nas mãos dos "detentores do capital financeiro, industrial, comercial, imobiliário e dos meios de comunicação social", representaria, "no limite", "uma espécie de contrapoder

em oposição ao poder maior da sociedade" e estabelecia como passos significativos para o sucesso do projeto ampliar o poder conquistado, lutar por reforma tributária e qualificar e sensibilizar os servidores.

Segundo o plano, na visão tradicional de política de desenvolvimento, os administradores planejam ações sobre partes isoladas da realidade, consideram a realidade como resultante de um somatório de partes independentes e harmônicas entre si, priorizam o individualismo (viver) e veem a cidade como local de acumulação de capital. Na visão da APF, os administradores planejam ações sobre a realidade como uma unidade, consideram a realidade como resultante de partes interdependentes e em conflitos entre si, priorizam o coletivismo (viver e conviver) e veem a cidade como local de vivência/convivência, priorizando os interesses das classes trabalhadoras na sua luta pelo urbano.

Os programas específicos das ações governamentais em 1987, estabelecidos pela APF, tinham os seguintes títulos e as respectivas previsões orçamentárias:

1. Manutenção urbana: total de 553.996.000,00 Cruzados.
2. Preservação ambiental e uso e ocupação do solo: 101.800.000,00 Cruzados.
3. Habitação: 53.630.000,00 Cruzados.
4. Transportes Coletivos (não inclusa a previsão de quadruplicação da frota, isto é, a compra de mais 104 ônibus novos): 66.021.000,00.
5. Trabalho social: 27.176.000,00 Cruzados.
6. Saúde pública: 106.149.000,00 Cruzados.
7. Educação e cultura: 636.797.000,00 Cruzados.
8. Esporte e lazer: 38.070.000,00 Cruzados.
9. Turismo social: 1.870.000,00 Cruzados.
10. Projetos especiais (estudos e programas): 1.870.000,00 Cruzados.
11. Administração, planejamento e finanças: 57.744.000,00 Cruzados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais sempre anunciam que possuem o compromisso de transmitir a verdade. Segundo Bourdieu e Peter Burke, essa preocupação se disseminou na Europa a partir do século XIX. No Brasil, conforme Marialva Barbosa, ocorreu, de forma mais generalizada, a partir de 1950. No Ceará, o primeiro jornal com manual de redação foi *O Povo*, porém o primeiro a implantar o controle centralizado da produção de suas matérias foi o *Diário do Nordeste*, processo conhecido como "copidesque", cujo objetivo era ter um padrão ideológico, gráfico e de qualidade, norteando o que era publicado. Interpretamos que o copidesque subtraía a subjetividade do jornalista ao pretender um conteúdo homogêneo para o jornal.

O leitor consome o jornal na expectativa de estar lendo as principais e mais atualizadas informações do dia anterior e ter à sua disposição as agendas e os assuntos em debate no dia. Além desses compromissos, o DN assumia ser um instrumento de defesa do liberalismo, por considerá-lo o sistema mais eficiente para gerar o bem-estar das comunidades cearense e brasileira. Ao usar a expressão generalizante "interesses da comunidade", permitia a interpretação de que entendia ou que pretendia que todos entendessem a sociedade como um todo harmônico, cujas contradições não seriam suficientes para dividi-la em projetos socioeconômicos divergentes, ao contrário das interpretações orientadas pela sociologia marxista.

Em tempos de eleição, as práticas políticas assumem maior importância para os jornais, pois os candidatos procuram se comunicar mais com os eleitores, compram espaços para divulgação de suas propostas, e os leitores procuram se informar sobre as candidaturas e seus projetos, suas atividades, seus discursos e as disputas e conflitos entre elas. Nos fins de 1985, o campo político pós-eleitoral tornou-se tão ou mais atraente do que no período eleitoral. A vitória da primeira mulher para a prefeitura de uma capital no Brasil, de um partido pequeno, de esquerda, considerado radical e que concorreu sem alianças partidárias, surpreendeu Fortaleza e o próprio Brasil. Percebe-se que as forças derrotadas não digeriram rapidamente o acontecimento, e isso deu

margem para que uma série de conflitos alimentasse, durante meses, a pauta dos principais jornais de Fortaleza e, dentre eles, o DN.

No conjunto das forças derrotadas, aquelas que não conseguiram obter o controle da Prefeitura de Fortaleza na primeira eleição após o golpe de 1964, assumiam posição destacada o PMDB, pessoas que através dele lutaram pela democratização e aqueles que a ele se juntaram por terem a certeza da vitória; o PC do B, que atuava dentro do PMDB; o MR8, que também atuava no interior do PMDB; os “coronéis”, seus aliados e sua clientela; o alto empresariado cearense; empresas que prestavam serviços à Prefeitura; os vereadores que utilizavam a Prefeitura com fins eleitorais; e jornalistas que atuavam sob a rubrica de Relações Públicas, institucional ou informalmente, tanto nos departamentos da Prefeitura como nos departamentos e gabinetes da Câmara Municipal, exercendo suas atividades profissionais e auferindo seu honorários.

O PMDB e seus aliados tinham o Presidente da República, José Sarney, o Governador do Estado, Gonzaga Mota, o Prefeito de Fortaleza até o dia 31 de dezembro de 1985, Barros Pinho, a maioria na Câmara Municipal de Fortaleza e elegeu a maioria dos Prefeitos de Capital. A partir dessa derrota em Fortaleza, o PMDB passou a considerar Maria Luiza e o PT como adversários dos mais importantes nos futuros embates eleitorais, e o primeiro seria nas eleições de 1986, para Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Sendo assim, não poderiam mais ser vistos como adversários sem chances e, portanto, precisariam ser combatidos.

O PC do B sentia-se derrotado, pois empreendera luta armada contra a ditadura; e em Fortaleza, desde os anos 1970, seus quadros detinham a liderança da maioria das associações de moradores, das entidades estudantis secundaristas e universitárias e de boa parte dos sindicatos de trabalhadores. No seu processo de reorganização, após ter sido desarticulado pelas Forças Armadas, estabeleceu como seu primeiro objetivo tático a conquista da democracia e a sua própria participação nas disputas eleitorais. Para tanto, fez todas as alianças possíveis, inclusive com a chamada burguesia nacional. Atingiu seus objetivos eleitorais nas eleições para vereador em Fortaleza, em 1982, mergulhou com todas as suas forças na campanha das “Diretas Já” e, após a sua não aprovação, aceitou as eleições indiretas e apoiou a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República, em 1985. Para o PC do B a

conquista da Prefeitura seria o coroamento de quinze anos de trabalho na organização política da sociedade. Sendo assim, o PC do B foi a grande força ideológica derrotada pela candidatura do PT, em 1985.

O insucesso no Ceará e a derrota de Fernando Henrique Cardoso em São Paulo reforçaram no PMDB e no PC do B cearenses a ideia de alianças e conciliações, as quais já estavam presentes antes das eleições para as prefeituras de capitais, em novembro de 1985. O DN noticiava em março de 1986 que o PMDB aceitava negociar com o “coronel” Adauto Bezerra. Em seguida, o PMDB aceitou o ingresso de Tasso Jereissati, representante dos “jovens empresários”, em suas fileiras. O PC do B apoiou esse projeto.

Os “coronéis” não nutriam grandes esperanças nas eleições de 1985, pois a maioria do eleitorado da capital era notoriamente a favor da democratização. Eles entraram na disputa com o intuito de manter seus aliados mobilizados e de perder pela menor diferença possível, a qual pudesse ser compensada nas eleições para governador pelos votos que acreditavam possuir no interior. Para eles, a derrota de Maria Luiza era um mal menor, pois não eram os únicos derrotados e, ao mesmo tempo, interpretavam que o PMDB era passível de derrota.

Os vereadores, quase todos usufruindo da Prefeitura para fins eleitorais, indicando nomes para cargos de confiança, tendo funcionários à sua disposição, intermediando contratos, conseguindo benefícios para os seus redutos eleitorais, usando imóveis da Prefeitura para fins clientelísticos, etc., sentiam-se os mais prejudicados e partiram, antes mesmo da posse de Maria Luiza, para uma ferrenha oposição.

Os empresários que tinham negócios relacionados à Prefeitura e os jornalistas que até então ocupavam funções na Prefeitura não partiram para o enfrentamento aberto através dos meios de comunicação, porém interpreta-se que atuavam nos bastidores. Os empresários eram vistos, genericamente, como demonstravam as declarações de Maria Luiza e dos petistas, como suspeitos de corrupção. Em razão disso, embora não fizessem declarações públicas, sabiam que teriam seus contratos suspensos e auditados.

Os grandes empresários, com lideranças organizadas no CIC, na FIEC e na FACIC, desde os fins dos anos 1970, tinham decidido se organizar para disputar o poder na democracia que se anunciava. Viam as propostas do PT de

Lula, a luta pela reforma agrária e a Teologia da Libertação como adversárias consideráveis. Em razão disso, não estavam dispostos a permitir qualquer crescimento de Maria Luiza e do PT no Ceará. Tinham grande poder sobre o Diário do Nordeste, como revelaram os editoriais desse órgão de comunicação. O DN propunha o projeto dos grandes empresários do CIC e da FACIC, que envolvia a participação direta deles no jogo democrático e reconhecia que a miséria absoluta poderia ser amenizada, porém através da modernização do capitalismo, de um Estado superavitário e profissionalmente administrado. Em nosso recorte temporal, nota-se que o editorial do DN propugnava reiteradamente pela construção do açude Castanhão, para o abastecimento do agronegócio e da industrialização e pela instalação de uma refinaria, que seria propulsora do desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo, fazendo coro à FIESP e à FEBRABAN em São Paulo, o editorial do DN preocupava-se seriamente com o projeto de esquerda do PT, CUT, Teologia da Libertação e dos sem terras.

Durante a campanha eleitoral de 1985, o Prefeito de Fortaleza era o Deputado Estadual José Maria Barros de Pinho, empresário do setor de educação, de esquerda, preso em 1964 e integrante do PMDB. Barros Pinho assumiu a Prefeitura por pouco mais de cinco meses, substituindo César Cals Neto, quando foi escolhido pelo governador do estado, Gonzaga Mota, para o posto. Com um discurso moderado e com apoio do PC do B, Barros Pinho tinha uma considerável base nos movimentos de esquerda, sindicatos, movimento estudantil e associações de moradores. Dessa forma, tinha apoio de parcela majoritária da opinião pública, aquela identificada com a democratização do País. Porém, em razão da amplitude desse leque de apoio, envolvendo interesses divergentes, e do tempo exíguo, Barros Pinho não tinha a força necessária para promover a reconstrução da administração municipal e nem, por exemplo, para ficar ao lado dos trabalhadores no caso da greve dos motoristas.

Gonzaga Mota havia sido indicado pelos “três coronéis” para ser o candidato do PDS a Governador do Ceará e, como tal, venceu a eleição. Seis meses depois, rompeu com eles e contribuiu para o processo que fez surgir o PFL, partido em que também atuou o Vice-governador, “coronel” Adauto

Bezerra. Em 1985, enquanto Adauto Bezerra assumiu a liderança do PFL, Gonzaga Mota se filiou ao PMDB.

O discurso eleitoral de Maria Luiza, denunciando a corrupção, contra aqueles que serviram ao regime militar e ao lado dos trabalhadores, diferenciava cada vez mais a candidata à medida que a campanha se aproximava do fim. Ao mesmo tempo, o discurso de Maria Luiza coincidia com o que estava acontecendo. Ao enfrentar a polícia durante a greve de motoristas, a fama de "guerreira" parecia se comprovar. Os sucessivos casos de policiais envolvidos em crimes funcionavam como uma demonstração de que Maria Luiza e o PT estavam certos.

Do outro lado, o PMDB, para atacar a candidatura de Lúcio Alcântara, apontava a ditadura como culpada pela situação de precariedade vivida por Fortaleza. Paralelamente, o governador Gonzaga Motta e o Prefeito Barros Pinho, ambos do PMDB e apoiadores de Paes de Andrade, administravam instâncias reconhecidamente marcadas pelo empreguismo, corrupção e greves constantes, não conseguiam reverter o processo, eram denunciados pelo fato por toda a oposição e, agravando a situação, era notório o uso eleitoral das estruturas administrativas. Além disso, os meses de conversações entre líderes peemedebistas e o "coronel" Adauto Bezerra em prol da Aliança Democrática, expunham à opinião pública uma grande similitude entre os candidatos Paes de Andrade e Lúcio Alcântara, passando a ideia de continuidade e contrastando com a *Campanha Diretas Já*, que levara às ruas milhões de pessoas, motivadas pelo desejo de mudança.

Após a vitória, Maria Luiza e o PT continuaram com o discurso agressivo dos momentos de campanha e passaram, inclusive, a dar depoimentos como se já estivessem administrando Fortaleza. Gilvan Rocha, Presidente do PT, declarou que a Câmara de Vereadores de Fortaleza era a mais vergonhosa da história, gerando reações de profunda indignação. O vice-prefeito, Américo Barreira, informou à imprensa que os que ganhavam menos, como os garis, receberiam primeiro, dando a entender que os demais funcionários não seriam pagos por um determinado período, provocando descontentamentos. As declarações de Maria Luiza, insinuando que pretendia voos eleitorais mais altos, ainda durante o espanto provocado por sua vitória, assustavam latifundiários, empresários e os setores sociais conservadores.

No momento da posse de Maria Luiza, a situação geral da cidade de Fortaleza era extremamente precária para a maior parte da população. Um de seus grandes problemas era o transporte coletivo. Invariavelmente os ônibus eram velhos, corriqueiramente enguiçavam, e os empresários tiveram a ideia de diminuir a quantidade de bancos para transportar mais passageiros, em pé. Além disso, as ameaças de greve por parte dos motoristas tornaram-se constantes pouco antes da posse de Maria Luiza, pois era de interesse à classe de motoristas e cobradores, que lutavam por aumento de salários, e aos empresários do setor, que reivindicavam aumento do preço das passagens.

Paralelamente, monturos de lixo cresciam e se multiplicavam por todos os cantos da cidade. Rios e lagoas estavam em processo acelerado de poluição. Cada vez mais, o DN descrevia danos na infraestrutura, tais como ruas esburacadas, falta de água renitente em muitos locais, lama pútrida e poluição por todos os bairros, lagoas e riachos, lixo industrial e hospitalar sem destino estabelecido, população sem serviços públicos de saúde, falta de iluminação, acelerada favelização, sistema escolar municipal e estadual paralisados, aterro sanitário reconhecido como inadequado, etc.

À medida que o dia da posse de Maria Luiza se aproximava, diversos órgãos da Prefeitura entravam em greve. O então dirigente do Departamento de Limpeza Pública, afirmava que Maria Luiza Fontenele teria “pela frente uma tarefa muito difícil”. Depoimentos na imprensa cearense apontavam que o grande problema da Prefeitura era a estrutura tributária brasileira, a qual não dava autonomia financeira aos municípios. Segundo Paes de Andrade, cabia aos municípios apenas 7,5% dos recursos arrecadados no Brasil.

O quadro crítico das finanças da Prefeitura causava muita apreensão nos vereadores, porém o que mais os preocupava era o repasse do “duodécimo” pela Prefeitura. Diante do apelo dos vereadores à pontualidade do repasse, Barros Pinho exclamou que administrar a Prefeitura de Fortaleza era uma “tarefa quase impossível”. A solução, para os editorialistas do DN, era “um capitalismo permeado de humanitarismo”. Propunha uma “crítica necessária”, isto é, o reconhecimento da existência e grande dimensão da miséria e a indicação de um caminho capitalista para enfrentá-la. A “crítica necessária” era, também, uma reação ao suposto fortalecimento, em Fortaleza, da ideologia marxista.

Desde os primeiros momentos da APF, o DN atuou de uma maneira que a desgastava perante a opinião pública. O DN realçou as falhas em todos os processos oficiais e festivos de tomada de posse; tratou como se fosse excêntrica a denúncia da indicação de um torturador para a Polícia Federal, feita por Maria Luiza e, mais tarde, deu destaque a pronunciamentos em que o PMDB seria o responsável pela sua autoexoneração; facilitou a articulação de greves na Prefeitura ao noticiar, com antecedência, locais, dia e hora das reuniões deliberatórias; dava amplo espaço a todos os vereadores que desejavam atacar a APF; e dava ampla cobertura às conversas entre os vereadores sobre a possibilidade de provocar o *impeachment* de Maria Luiza, antes dos vinte dias da posse.

Interpreta-se aqui que os editorialistas compreendiam que o DN não atingia a maioria dos leitores com os mais altos debates sobre as teorias políticas e econômicas. Entendiam que, no cotidiano, os discursos deixam um conjunto de sinais nem sempre imediatamente decifrados, que acabam exercendo influência na formação da opinião pública. Assim, o DN reproduzia uns discursos e outros não. O seu editorial, em vários recortes temporais, não dava espaço para a defesa do socialismo, para argumentos que justificassem a reforma agrária ou que reconhecessem alguma justiça na Teologia da Libertação.

Também se supõe que, em Fortaleza, pelo fato de os jornalistas ainda não serem majoritariamente oriundos dos cursos superiores da área de Comunicação Social, não tinham os parâmetros das teorias e métodos como são postas nesse campo e, assim, algumas vezes cobriam os fatos com sensacionalismo. Sendo assim, interpreta-se que os jornalistas não compreenderam o que estava ocorrendo, também estavam ansiosos e materializavam essa ansiedade nas notícias que formulavam, contagiando, com as suas indignações, a opinião pública, inclusive a nacional. Naquele momento, poucas pessoas percebiam a dimensão da proposta da APF, pois mudar o contrato político e social existente, que envolvia regras aceitas consuetudinariamente, significava construir uma Prefeitura onde já funcionava uma Antiprefeitura, tendo de respeitar todos os contratos trabalhistas e comerciais institucionalmente por esta lavrados.

Os jornais de 13 de março de 1986 anunciavam que a APF havia lançado o documento “Dossiê: Fortaleza Nunca Mais”. Apesar dos erros, o Dossiê trazia de forma detalhada a completa desorganização, descontrole, paralisia, déficit, corrupção e descompromisso que caracterizavam a Prefeitura de Fortaleza nos fins de 1985. Tanto o DN como os vereadores não pouparam adjetivos pejorativos à APF e ao PT. No meio do turbilhão de indignações e xingamentos, a proposta do vereador Francisco Lopes foi a que mais pareceu sensata e melhor intencionada. Ele propôs que a Câmara Municipal constituísse uma comissão para estudar em profundidade o Dossiê. A proposta foi prontamente rejeitada, sob a alegação de que tal tarefa geraria animosidades entre os vereadores. Assim, o Dossiê não deveria ter o seu conteúdo debatido. Lopes acedeu à solicitação de seus pares e retirou a proposta. O DN também optou por não debater o conteúdo do documento. Assim, a sociedade tinha acesso apenas àquilo que os jornalistas selecionaram e aos comentários sobre o Dossiê.

A proposta da APF de defender os direitos humanos, combater a corrupção e zelar, prioritariamente, pelos interesses dos segmentos empobrecidos da sociedade era identificada com o marxismo, e isso já era razão para ser combatida pelos setores conservadores e liberais da sociedade. Tornando a situação mais grave para esses setores, Maria Luiza foi a primeira mulher a chegar à Prefeitura de Fortaleza; o então pequeno PT foi o primeiro partido de esquerda, radical e sozinho a chegar ao governo de uma capital; e Maria Luiza era divorciada duas vezes, em um momento em que o homem era juridicamente o cabeça da família. Além disso, com o momento da posse se aproximando, as forças que sempre governaram a cidade de Fortaleza começaram a perceber que Maria Luiza não negociaria cargos, contratos e serviços da Prefeitura em troca de apoio político ou de quaisquer outros benefícios, nem mesmo para viabilizar a governabilidade.

Há a hipótese de que os membros da APF de Fortaleza seriam pessoas mais ligadas aos meios acadêmicos do que às atividades político-administrativas e, ainda, sem experiência. Não sabemos em até que ponto, essa suposta inexperiência teria contribuído para o desenvolvimento da indisposição para a diplomacia neles presente, percebida pelo sociólogo Osmar de Sá Ponte Júnior. Por outro lado, o plano “Ação de Governo”, lançado em

fevereiro de 1987, demonstra que havia uma sólida posição política norteando a APF, isto é, havia o objetivo de mudar a ordem e a lógica do funcionamento da capital cearense.

Interpretando dessa forma, pôde se perceber que as forças antimarxistas, as que não compreendiam a situação de penúria da maioria da população, as que viam seu modo de vida ameaçado e aquelas alijadas dos citados benefícios e ameaçadas pelas denúncias, passaram a reagir através de declarações à imprensa e ajudaram a construir, junto à opinião pública, uma imagem negativa de Maria Luiza e da APF. Sobre essa questão, toma-se como exemplo uma nota de uma renomada Colunista Social do DN, Regina Marshall, publicada em maio de 2009:

> O povo até já havia esquecido o caos ao qual ficou entregue Fortaleza na época da ex-prefeita Maria Luiza Fontenele. Mas a atual prefeita Luizianne reacendeu a memória de toda a população e até dos que nem mesmo eram nascidos àquela época, repetindo nos mesmos moldes a forma de administrar. Fortaleza está literalmente um caos. O abandono está visível em qualquer ponto da Cidade. Buracos, lixo, inoperância. Tudo revela descaso e incompetência. Se chegar ao final deste segundo mandato com a imagem tão arranhada quanto está hoje, Luizianne terá dificuldade de continuar na vida pública.[433]

Essa imagem negativa ficou na memória do fortalezense, embora alguns acrescentem que Maria Luiza não foi culpada pelo que aconteceu, em razão de um ou mais fatores, entre os quais: ela herdou os problemas; não existiriam recursos para recuperar Fortaleza em razão do sistema tributário em vigor no Brasil; teria ocorrido um boicote por parte das instâncias Estadual e Federal; as obras da Cagece teriam mantido as ruas esburacadas por muito tempo; ou que a tarefa de sanear e moralizar a Prefeitura teria exaurido as forças da APF. De outra forma, o sucesso da APF poderia impulsionar a esquerda e a própria Maria Luiza a voos políticos mais altos, situação que teria provocado reações das forças de oposição e, consequentemente, impedido a realização das obras necessárias.

[433] Regina Marshall. Abandono. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 mai. 2009.

Quanto ao sistema tributário brasileiro, uma reforma já vinha se processando desde princípios de dos anos de 1980[434]. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a participação dos municípios "manteve-se, desde 1976 até 1983, ano a ano, na faixa de 8,5 a 9,5%" da receita tributária" nacional. Somente a partir de 1985 o processo de transferência para os municípios no Brasil tornou-se ascendente, atingindo o máximo de 16% em 1988. A partir da nova Constituição brasileira, em 1988, até 1993, o montante transferido atingiu 22,5% ao ano.[435] Interpretamos que essa quase duplicação da receita dos municípios brasileiros, ocorrida no mesmo período em que ocorreu a APF, não foi suficiente para equilibrar-lhes as contas. Fortaleza, assim, somente teria recursos para exercitar sua autonomia financeira a partir de 1988, com a confluência de três fatores: uma estrutura administrativa organizada e saneada, herdada da APF; a assunção ao poder do projeto administrativo dos "jovens empresários", aliados dos governos estadual e federal; e a reforma tributária de 1988.

Para finalizar este trabalho, vale lembrar que a Prefeita Luizianne Lins, comparada à Maria Luiza pela Colunista anteriormente citada, a segunda mulher a administrar Fortaleza, de esquerda e do PT, foi reeleita em 2008, no primeiro turno das eleições municipais, e que os candidatos a vereador que tiveram o seu apoio também venceram; nas eleições de 2010, todos os seus candidatos a Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República também foram eleitos.

---

[434] VARSANO, Ricardo. *et alii*. Uma análise da carga tributária brasileira. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisa do IPEA/Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDES, 1998, p. 9-13. < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0583.pdf > (Acesso em maio de 2011).

[435]. VARSANO, Ricardo. A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reforma. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1996, pp. 11, 14, 16. <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0405.pdf> (Acesso em maio de 2011).

**FONTES**

1. Entrevistas e depoimentos

Adisia Sá. Palestra sobre o Frifort. Fortaleza. Auditório do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Segunda metade dos anos 1980.

Francisco de Assis Papito de Oliveira (Liderança estudantil, ex-presidente do DCE da UFC). Entrevista a nós concedida. Fortaleza, dez. 2011.

João da Cruz Silva. Entrevista a nós concedida (Presidente Estadual do PCB nos anos 1980). Fortaleza, dez. 2011.

Jorge Paiva. Entrevista. O Povo, Fortaleza, 08 dez. 2008.

Jorge Paiva. Entrevista a nós concedida. Fortaleza, Casa Amarela da UFC, 24 fev. 2010.

Maria Luiza Fontenele. Depoimento. Fortaleza, Centro Cultural Oboé, Fortaleza, 2004.

Maria Luiza Fontenele. Entrevista a nós concedida. Fortaleza, 12 abr. 2011.

Mário Esteves Neto Victor (funcionário lotado no Centro de Processamento de Dados – CPD da Prefeitura Municipal de Fortaleza até o momento da posse da APF). Entrevista a nós concedida. Fortaleza, 2004.

Nelson Vilela Sales. Entrevista a nós concedida (Liderança estudantil, Ex-Diretor do DCE da UFC). Fortaleza, dez. 2011.

2. Relatórios

Prefeitura Municipal de Fortaleza. Dossiê Fortaleza Nunca Mais. Fortaleza, fev. 1986.

Prefeitura Municipal de Fortaleza. Ação de governo. Fortaleza: PMF, fev. 1987.

3. Jornais referenciados

3.1. “Diário do Nordeste”

Ordem do Planalto: Acabar o PMDB e preservar o PP. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.

Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.

Cartas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.

Sônia Pinheiro. Sociedade. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 dez. 1981.

O preço alto da liberdade. Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 de dez. 1981.

O preço alto da liberdade. Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 20 de dez. 1981.

Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 de dez. 1981.

Mota no PMDB substitui o prefeito – Governador e seu grupo político assinam amanhã a ficha de filiação ao PMDB. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 jun. 1985.

Mota assina a filiação no PMDB e admite mudanças. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 jun. 1985.

Mota exonera César Neto e questão vai à justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 jun. 1985.

Edilmar Norões. Política. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 25 jun. 1985. Diário do Nordeste. Fortaleza, 26 jun. 1985.

**Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de jun. 1985.

Assembléia aprova indicação de Barros Pinho – Liminar garante César na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 de jun. 1985.

Expectativa para a decisão final – César volta ao cargo. Mota recorre. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 de jun. 1985.

Agora complicou: Presidente da Câmara briga pela Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 de jun. 1985.

Cai liminar. Barros Pinho assume – César recorre ao STF. Djalma ainda briga. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 de jul. 1985.

Correligionários de Barros esperam nova decisão – Supremo devolve a Prefeitura a César. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 de jul. 1985.

Um visita obras. Outro despacha. – Fortaleza tem dois prefeitos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 de jul. 1985.

Desembargador leva decisão do STF a Mota. – Barros Pinho sai. César Neto entra. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 de jul. 1985.

Mota não reconhece César como Prefeito. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de jul. 1985.

Supremo responde – César Cals Neto é o prefeito da cidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 de jul. 1985.

Presidente do Supremo cassa liminar – Acredite, Barros é prefeito de novo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 de jul. 1985.

César vai recorrer. Não sabe como. Começam exonerações na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de jul. 1985.

Município vai economizar Cr$ 2 bi por mês – Prefeito demite 4.500 servidores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 de jul. 1985.

Vereadores do PMDB protestam. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 de jul. 1985.

Lixo e buracos. Editorial. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 de jul. 1985.

Paes é o candidato a prefeito do PMDB. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 de jul. 1985.

Paes defende Aliança mas aceita disputa com Lúcio. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 de jul. 1985.

Partido confirmam convenções municipais até 11 de agosto. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 de jul. 1985.

Encontro poderá selar o fim da aliança cearense. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 de ago. 1985.

Paes é o primeiro na pesquisa do Ibope. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 10 ago. 1985.

Muda o tom da campanha em Fortaleza – Candidatos abrem “guerra” na TV. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 de out. 1985.

Militantes do PT feridos a tiros e depois detidos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 out. 1985.

Paes é o preferido por 51,5% do eleitorado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 out. 1985.

Sônia Pinheiro. Os empresários e as eleições de novembro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 out. 1985.

Ibope dá 31% de vantagem a Paes na última rodada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 out. 1985.

Ministro responde às críticas com acusações aos candidatos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 Nov. 1985.

O PT organiza o calendário de comícios até o final da disputa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 Nov. 1985.

Paes de Andrade Dispensa o Julgamento de Lustosa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 Nov. 1985.

Carros da própria PM usados em assaltos: desbaratada quadrilha de policiais. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 03 nov. 1985.

Candidatos do PT fazem novos investimentos em publicidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 04 Nov. 1985.

Motorista de táxi é morto com um tiro de revólver. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 nov. 1985.

Policial Civil atira em dois homens, e um morre no IJF Centro. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 nov. 1985.

Greve continua. Mais um dia de sufoco. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 nov. 1985.

Nota Oficial. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 Nov. 1985.

Vereadores defendem Paes diante das críticas de Paulo Lustosa. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Prefeito denuncia PFL, e Marques promete o mesmo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Discussão sobre movimento gera acusações entre deputados na AL. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Discussão sobre movimento gera acusações entre deputados na AL. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Delegado do trabalho diz que greve é ilegal. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Tiros acirram ânimo em favor da greve. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Editorial: Lições do Pesadelo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Pinho: Terminou o meu calvário. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Violência marca o fim da greve de dois dias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 Nov. 1985.

Aliciamento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 nov. 1985.

Expulsos os PMs da ativa que praticavam assaltos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 nov. 1985.

Denunciada ação do PT na greve dos motoristas em Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 Nov. 1985.

Motorista espancado pela polícia durante a greve morre no IJF. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.

19 PMs são expulsos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.

Ex-cabo depõe hoje da DR. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.

Em liberdade ex-militares que fizeram assaltos à mão armada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.

Repressão. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 nov. 1985.

Marginal é morto, e família acusa cabo da PM. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 nov. 1985.

Morre agricultor que apanhou da PM. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 nov. 1985.

Agente de polícia acusado de matar motorista de táxi no Otávio Bonfim. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 nov. 1985.

A intromissão inaceitável. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 nov. 1985.

Os candidatos do PT anunciam novas adesões de lideranças. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 Nov. 1985.

Comício de encerramento dia 12. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 nov. 1985.

Editorial: Caminho do entendimento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 Nov. 1985.

Candidatos dizem por que querem a Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 Nov. 1985.

O orçamento municipal foi o mais questionado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 11 Nov. 1985.

Prefeitos invadem Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 12 Nov. 1985.

Maria Luiza faz a festa sem Roque Santeiro. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 Nov. 1985.

Voto útil. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 Nov. 1985.

A falta de ônibus é problema sério no Conjunto São Miguel. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 nov. 1985.

Barros entrega ponte. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 nov. 1985.

Ibope mostra Paes em primeiro com 39,5%. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 nov. 1985.

Maria Luiza marca o carnaval da vitória. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 nov. 1985.

Pela primeira vez uma mulher na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

Editorial: Maria, o fenômeno**. Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

Grande concentração marca a comemoração da vitória. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

A maior passeata de Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

Paes de Andrade fala sobre resultados, saudando a vencedora. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

Virgílio comemorou a vitória de Maria nas eleições municipais. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

O TRE apura urna e modifica o resultado da eleição na capital. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 nov. 1985.

Editorial: O fôlego dos coronéis. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.

Vereadores manifestam opinião. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.

Encontro de vereadores com Paes. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.

O que a cidade espera da nova administração. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.

Maria já quer administrar antes da posse em 86 que acha formal. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 nov. 1985.

A Secretaria de Transportes cassa permissão da N. Sra. De Fátima. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 nov. 1985.

Empresa cassada levará Transportes à Justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 nov. 1985.

Araújo condena os ônibus das empresas que servem à cidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 nov. 1985.

Justiça suspende cancelamento. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 nov. 1985.

Denúncias na Secretaria de Administração: Bens do Município desaparecendo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 nov. 1985.

Coletivos dos conjuntos estão ruins e poucos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 nov. 1985.

Vereadores propõem reciclagem dos partidos derrotados dia 15. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 nov. 1985.

Lopes renuncia à liderança do governo e da bancada do PMDB. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 nov. 1985.

Editorial. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 nov. 1985.

Vereadores pedem intervenção na Cagece. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 nov. 1985.

Édson Queiroz. **Diário do Nordeste***.* Fortaleza, dez. 2005.

Ônibus de Fortaleza é o mais caro do país. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 dez. 1985.

Vereador pede nota oficial da Câmara contra dirigente do PT. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 01 dez. 1985.

Ceará registra 150 casos de difteria com 39 mortes em 85. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 dez. 1985.

Mosquito da febre amarela invade Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 04 dez. 1985.

Prefeito entrega hoje a Praça do Carlito Pamplona após recuperação. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 dez. 1985.

Editorial: A crítica necessária. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 dez. 1985.

Brasil é o 7º em mortalidade infantil. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 dez. 1985.

Pavimentação da Grande Fortaleza terá Cr$ 37, 2 bi. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 dez. 1985.

SUMOV decide segunda-feira se vai paralisar. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 14 dez. 1985.

Falta transporte no Bonsucesso. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 dez. 1985.

Editorial: Cidade Alagada. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 dez. 1985.

Djalma apela ao prefeito para não atrasar duodécimo do poder. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 dez. 1985.

O resultado na eleição da capital vai ser alterado. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 dez. 1985.

Funcionários do Serviço Social entram em greve. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 dez. 1985.

Editorial. Quarto aniversário. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 dez. 1985.

Mais de sete mil servidores em greve. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 dez. 1985.

Antes da posse prefeita é ameaçada de 'impeachment'. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 dez. 1985.

Movimento para esvaziar a sessão. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 dez. 1985.

Maria anuncia secretariado, e Imprensa fica para depois. **O Povo**. Fortaleza, 21 dez. 1986.

Prefeita faz o anúncio sem 2 nomes. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 21 dez. 1986.

Greve no município: aumenta número de servidores parados. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 dez. 1985.

13º não sai e IJF pára hoje cedo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 27 dez. 1985.

Servidores do IJF rejeitam proposta e continuam em greve. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 dez. 1985.

Prefeita admite prioridade para pagar servidores. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 dez. 1985.

Prefeitura receberá Cr$ 38 bi e servidores terão prioridade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 dez. 1985.

DLP intensifica limpeza nos bairros em três dias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 dez. 1985.

Autoridades vão estar ausentes na festa de posse da Prefeita. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 dez. 1985.

Tumulto na Câmara quase acaba em briga. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 30 dez. 1985.

Maio, dia 11. Retrospectiva. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 dez. 1985.

Lideranças não prestigiam posse de Maria Luiza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 dez. 1985.

Set. 21. Retrospectiva. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 dez. 1985.

Barros Pinho faz balanço de sua administração. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 31 dez. 1985.

Maria assume e decreta austeridade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 1986.

Vibração na praça com a Maria prefeita da cidade. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 1986.

Posse de Maria Luiza. Durou apenas 12 minutos a sessão sem autoridades. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 1986.

Para Araújo não há entendimento entre PDT e PT em Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 02 jan. 1986.

Editorial. Na linha da controvérsia. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 jan. 1986.

Representantes das esquerdas no Ceará estão em luta aberta. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 04 jan. 1986.

Posição dos vereadores ainda é de expectativa e apreensão. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 05 jan. 1986.

O presidente da Câmara quer definir liberação do duodécimo. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 06 jan. 1986.

Barreira recorre à Câmara para obter subsídios. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 07 jan. 1986.

Vitória do ‘Tortura Nunca Mais’. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 jan. 1986.

Maria Luiza vai falar com Lyra, mas já comemora grande vitória. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 jan. 1986.

Lyra exonera federais para atender o PMDB. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 08 jan. 1986.

Delegado defende-se de acusação sobre torturas. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 09 jan. 1986.

Explosão de violência em São Luís do Maranhão Demitidos tocam fogo na Prefeitura. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 09 jan. 1986.

Vereador afirma: a Câmara não vai votar nada sob pressão. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 13 jan. 1986.

Vereadores acham a greve justa e cobram solução da Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 16 jan. 1986.

Para secretário, cidade vive calamidade pública. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 jan. 1986.

Assembleias decidem paralisações. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 16 jan. 1986.

Peemedebista acusa Prefeita de instalar o caos na capital. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 jan. 1986.

Peemedebista condena a ex-colega de Assembleia. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 17 jan. 1986.

Suspeita de febre amarela em Fortaleza. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 jan. 1986.

**Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jan. 1986.

Editorial. Da calamidade à anarquia. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 jan. 1986.

Vereadores acompanham trabalho da Prefeitura e fazem denúncias. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 jan. 1986.

Editorial. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jan. 1986, p. 2.

A Prefeitura de Fortaleza não terá privilégio. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jan. 1986.

Pedido da prefeita vai ser analisado como qualquer outro**. Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 jan. 1986.

Caos administrativo na Prefeitura – Vereadores já articulam a intervenção. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 jan. 1986.

Caos administrativo: Vereadores falam em pedir intervenção na Prefeitura. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 jan. 1986.

Vereadores já articulam intervenção. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 19 jan. 1986.

A greve de d. Maria Luiza. Transcrição de O Estado de São Paulo [sem autor]. **Diário do Nordeste**, seção Idéias. Fortaleza, 22 jan. 1986.

Ato público na José de Alencar. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 jan. 1986.

Vereadores não irão a Brasília para audiência como o presidente. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 jan. 1986.

Denúncia publicada no DN apressa repasse da Câmara. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 jan. 1986.

Ato público na José de Alencar. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 22 jan. 1986.

PMDB prepara uma nota de repúdio contra o PT. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 23 jan. 1986.

Governador diz que não disse o que disse. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 jan. 1986.

É impossível desmentir. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 jan. 1986.

Mota terá Cr$ 320 bi. Maria, Cr$ 200. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 25 jan. 1986.

Ônibus agora apresentam bancos em estilo corrido. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 26 jan. 1986.

Funaro nega empréstimo ao governador e à prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 1986.

Lopes rebate acusações e diz que a prefeita é incompetente. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 29 jan. 1986.

Funaro nega recursos para Gonzaga e Maria. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 1986.

Salva-vidas paralisam e banhistas correm perigo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 fev. 1986.

Prefeitura de Iguatu inaugura obras, mesmo sem ajudas do Estado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 02 fev. 1986.

Vereadores vão conhecer hoje mensagem da Prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 fev. 1986.

Câmara decide sobre empréstimo. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 fev. 1986.

O Frifort apreende 1,3 toneladas de carne de moita durante o carnaval. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 fev. 1986.

Líder do PMDB na Câmara será processado por crime de calúnia**. Diário do Nordeste,** Fortaleza, 21 fev. 1986.

Fernandes reafirma denúncias e diz ter provas contra o Frifort. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 fev. 1986.

Ex-prefeitos respondem às incriminações do documento. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 1986 (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).

Dossiê da Prefeitura não causa o impacto esperado. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 1986 (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).

Fernandes: 'Dossiê da Porcina é um documento irresponsável. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 mar. 1986 (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).

Os políticos interpelam a Prefeita na Justiça. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 mar. 1986 (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).

'Desonesta, leviana e mentirosa'. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 mar. 1986 (Departamento de Pesquisa e Arquivo Fotográfico do Jornal Diário do Nordeste).

Editorial: do dossiê à sujeira. **Diário do Nordeste**, Fortaleza. 16 mar. 1986.

Vereadores querem tratar direto com o governador. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 mar. 1986.

Requerimento enseja discussão. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 mar. 1986.

Deputados condenam prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 19 mar. 1986.

Vereadores não iniciaram o processo contra a Prefeita. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 07 abr. 1986.

3.2. "O Povo"

Adisia Sá. Dossiê da prefeita. **O Povo**. Fortaleza, 19 mar. 1986.

Os novos secretários apresentam suas metas. **O Povo.** Fortaleza, 21 dez. 1986.

Maria anuncia secretariado e Imprensa fica para depois. **O Povo**. Fortaleza, 21 dez. 1985.

4. Panfletos

Carta Aberta aos trabalhadores e ao povo. Dos Comunistas de Fortaleza, que se alinham em torno das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes. Fortaleza, “alguns dias” antes das eleições, 1985. (Anexo).

O capitalismo fracassou! Mas, e a saída? Movimento Crítica Radical. Fortaleza, jan. 2010. (Anexo).

Porque venceremos as eleições no dia 15 de novembro. Comitê de Campanha Eleitoral do Partido dos Trabalhadores para a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza: já estava sendo distribuído em 02 nov. 1985. (Anexo).

## BIBLIOGRAFIA CITADA

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da Sociedade Brasileira**. (13ª Edição). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

ALENCAR, Maria Emília da Silva. **"À sombra das palavras"**: a oligarquia acciolina e a imprensa (1896-1912). Fortaleza: UFC/Programa de Pós-graduação em História, 2008 (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Luciana Andrade de. **A estrela**. Fortaleza: Museu do Ceará e Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

AMADO, Janaína. **A culpa nossa de cada dia**: ética e história oral. Revista do programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 15, Abr. 1997.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). Apresentação. In: AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação do Ceará na Confederação do Equador. In: SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENDT, Hannah. Conceito de História: antigo e moderno. In: **Entre o passado e o futuro.** 5ª edição. (1ª edição: The Vinking Press, 1954). São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____ Verdade e política. In: **Entre o passado e o futuro**. 5ª edição. (1ª edição: The Vinking Press, 1954). São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 282-325.

AZEVEDO, Kátia. **Mutirão**: jornal alternativo do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo. Caminhos da investigação. In: BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo. **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus, 1991.

BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo. **O reverso das vitrines**: conflitos urbanos e cultura política. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BIONDI, Aloysio. In: ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão** – seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____ **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6. edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. Informação, educação e entretenimento. In: BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia** (2ª edição). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil** (1ª. Edição, 1988). São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada**: língua, história, poder e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARVALHO, Gilmar. Trinta e sete anos de posfácio. In: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

CAVALCANTE, Ana Mary C. Demócrito Rocha. In: **O Povo: 80 anos**. Fortaleza: O Povo, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: a arte de fazer (1. Edição, 1994). Petrópolis: Vozes, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____ **Discurso político**. (1. ed.). São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. **O drama barroco dos exilados do Nordeste**. Fortaleza: 2005.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DESAN, Susanne. Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Linn. **A nova história cultural**. (1. Ed. 1992). São Paulo: Martins Fontes: 1995.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita**: na nova república. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

ENCICLOPÉDIA BARSA, 1997, volume XIII.

ENCICLOPÉDIA BARSA, 1997, volume XIV.

FARIAS, José Aírton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FENELON, Déa Ribeiro. O papel da História Oral na historiografia moderna. In: BOM MEIHY, Carlos Sebe (Org.). **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

FERNANDES, Adelita Neto Carleial; DIÓGENES, Glória Maria; LIMA, Maria Cláudia Nogueira de. Movimentos sociais urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social. In: BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irlys de Alencar Firmo (Orgs.). **A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____ **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 (8ª. edição). São Paulo: Loyola, 2002.

FURTADO, João Pinto. **Engajamento político e resistência cultural em múltiplos registros sobre "transe", "trânsito", política e marginalidade urbana nas décadas de 1960 e 1990.** In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; E MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

GONDIN, Linda. Os 'governos das mundanças' (1987-1994). In: SOUZA, Simone de. (org.) **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** (5. Edição). São Paulo: Ática, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**: política e poder econômico no uso da mídia. (1ª. Edição: 1988). São Paulo: Futura, 2003.

HOLANDA, Francisco Uribam Xavier. **Do liberalismo ao neoliberalismo**: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. Porto Alegre: Edipucrs, Coleção filosofia, 2001.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**. (1ª. Ed. 1982). Petrópolis: Vozes, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. (Tradução: Carlos Roberto Alves Dias). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

LIMA, Raimundo Nonato de. **Dialogismo, polifonia e argumentação**: efeitos de objetividade/imparcialidade na notícia radiofônica. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Linguistica – Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem?** (1ª. ed. 1986). Petrópolis: Vozes, 1991.

MENEGUELLO, Raquel. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar de. **Estudos de comunicação no Ceará**. Fortaleza: Edições Agora, 1985.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Padre Mororó**: o político e o jornalista. Fortaleza: BNB/ACI, 1985.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. O tenentismo e a revolução de 30. In: SOUZA, Simone de. (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2. ed. rev. e ampl. Fortaleza: FIEC, 2001.

_____ **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC/secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

OLINDA, Ercília Maria Braga de Olinda. **A dimensão educativa do partido político**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1991.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: 2000.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (Org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Estatuto do Partido Comunista do Brasil no 11º Congresso do PC do B (novembro de 2005)**. (Disponível: http://vermelho.org.br/pcdob/estatuto.asp <<Acesso em 14/07/2010>>)

PILETTI, Nelson; LAZZAROTTO, Valentim Ângelo. **História e vida**: as Américas. São Paulo: Ática, 1995.

PINTO, José Aloísio Martins. **Serventuários das trevas**: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 – 1932). Fortaleza: Programa de pós-graduação em História – UFC, 2005.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social, 1860 – 1930. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá. **Dualidade de poderes**: um mal-estar na cultura política de esquerda. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

RIDENTI, Marcelo; E MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.) **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RIBEIRO, Francisco Moreira. De cidade a metrópole, 1945-1992. In: SOUZA, Simone et all. **Fortaleza, a gestão da cidade**: uma história político-administrativa. Fortaleza: UFC-NUDOC-Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

RIBEIRO, Lavina M. **Comunicação e Sociedade** – cultura, informação e espaço público. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

ROCHA, Gilvan. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

SAMPAIO, Dorian. **Municípios do Ceará**. Fortaleza: Stylus Comunicações, s/d.

SANTIAGO, Pádua. A cidade como utopia e a favela como espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930). In: **Trajetos**: revista de história da UFC. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002. - vol. 1, n. 2.

SILVA, José Borzacchiello. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova História do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Lincoln Moraes de: **Crônica de um partido não anunciado**: programa e governo do PT entre 1979 e 2000. Campinas: Instituto de Economia – Unicamp, 2004 (Tese de Doutoramento em Economia).

TEIXEIRA, Francisco M. P. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1993.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Trabalhos científicos.** Fortaleza: Ed. UECE, 2008.

VARSANO, Ricardo. **A evolução do sistema tributário brasileiro ao longo do século:** anotações e reflexões para futuras reforma. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1996. <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0405.pdf> (Acesso em maio de 2011).

VARSANO, Ricardo. *et alii*. **Uma análise da carga tributária brasileira**. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisa do IPEA/Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDES, 1998. < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0583.pdf > (Acesso em maio de 2011).

VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder** – O I e II Veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994

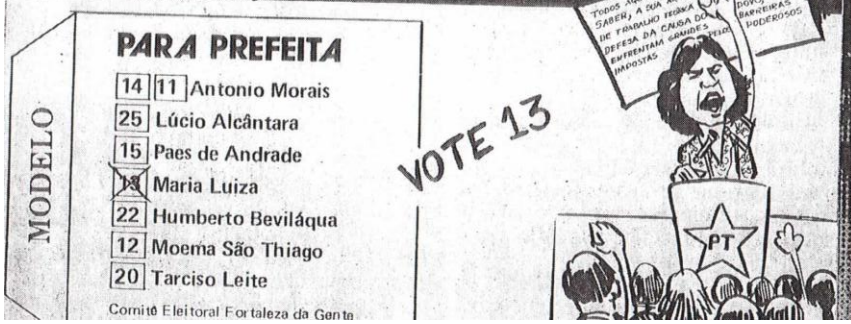
**ANEXOS**

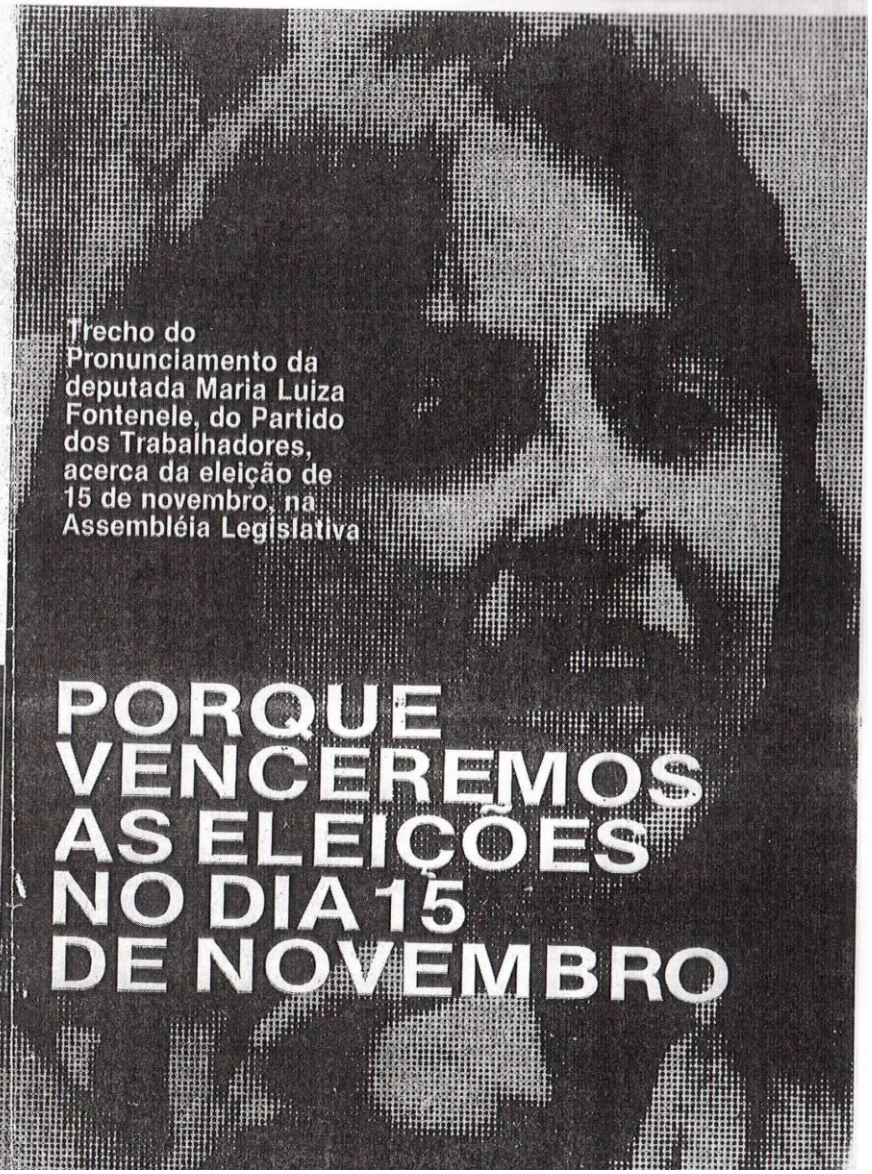
1. Panfleto: Porque venceremos as eleições no dia 15 de novembro.
2. Primeiras páginas do Dossiê Fortaleza Nunca Mais.
3. Matérias do jornal Diário do Nordeste.
4. Panfleto: Carta Aberta aos trabalhadores e ao povo, dos Comunistas de Fortaleza, que se alinham em torno das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes.
5. Panfleto: O Capitalismo fracassou, do movimento Crítica Radical.
6. Apresentação, Sumário e Introdução do plano “Ação de Governo”.

consistência ao nosso caráter e a convicção da necessidade inadiável de lutar pelo novo, a certeza que mais cedo ou mais tarde conquistaremos as nossas reivindicações econômicas, sociais e políticas—uma sociedade humana e justa. Por isso todos aqueles que colocam o seu saber, a sua arte, a sua capacidade de trabalho, teórica e prática, a sua solidariedade e fraternidade humanas, em defesa da causa do povo não se amedrontarão, não se intimidarão, não se venderão e enfrentarão as barreiras impostas pelos governantes e seus sustentáculos - os donos do poder - e prosseguirão em busca da liberdade. Fortalezenses, nestes últimos dias que nos separam do dia 15 de novembro, a batalha eleitoral vai crescer de intensidade e sobre você vai desabar toda uma sofisticada técnica para tentar envolvê-lo e convencê-lo a votar nos candidatos de Gonzaga Mota, Adauto Bezerra e Virgílio Távora. Você que pretende uma administração municipal que realmente atenda as reivindicações da nossa cidade e sua população, que pretende fazer uma opção consciente, honesta e que deseja manter Fortaleza oposicionista, não se deixará enganar e muito menos corromper e usará correta e consequentemente o seu voto. Por isso, junte-se a nós. Esta vitória eleitoral - uma enorme conquista histórica em nossa cidade e Estado - depende única e exclusivamente de você. Na sua cabine eleitoral declare o seu amor à cidade de Fortaleza e a sua gente. Vote na oposição prá valer. Vote contra o Governo. Vote consciente. Vote 13. Vote Maria Luiza e Américo Barreira. Vote PT. E comemore conosco a festa da cidade.

Um abraço.
Deputada Maria Luiza Fontenele

Grande Comício da Virada dia 12 de novembro Praça José de Alencar - 18 horas
Show com artistas



Trava-se hoje, em nossa cidade, uma verdadeira batalha eleitoral para decidir quem vai governar Fortaleza.

De um lado os governantes tudo fazem para que o povo escolha um dentre os seus candidatos. Põem a máquina do Estado e do Município à serviço dos candidatos de Gonzaga Mota e Adauto Bezerra. Esbanjam dinheiro numa afronta ao sofrimento do povo. Tentam comprar a consciência do eleitorado. Usam e abusam dos meios de comunicação de massa. Adotam toda sorte de mecanismos para conservar, manter ou alternar, um dentre eles, no poder. Estabelecem acordos às custas do povo. Usam e abusam do voto útil que de tão gasto já se tornou fútil. Apresentam-se como oposicionistas para confundir a opinião pública. Acusam-se de corruptos e a corrupção com eles continua. Utilizam-se da polícia estadual e perseguem militantes do PT - dois artistas feridos a bala e um outro preso; e integrantes dos comitês de apoio foram presos e indiciados criminalmente, sendo um deles um menor de idade. Quem ousa denunciar fatos tão graves está ameaçado de ser processado - como é nosso caso. Diante do crescimento, aceitação e credibilidade de nossa candidatura junto ao eleitorado de Fortaleza, armam um verdadeiro complô para impedir nossa vitória em 15 de novembro.

Do outro lado, setores cada vez mais amplos da população de Fortaleza compreendem cada vez mais e melhor que Maria Luiza e Américo Barreira na Prefeitura não permitirão em hipótese alguma, crimes contra a integridade física da pessoa humana; que coronéis, corrupção, atentados e tortura nunca mais; que perderão a concessão da linha de ônibus os empresários de transporte coletivo

que não prestarem um serviço barato e adequado à população; que vai acabar definitivamente a bandalheira na administração municipal; que jamais os donos de empresas que prestam serviço à administração municipal recebam, como é o caso da coleta de lixo, por serviços que nunca prestaram; que acabaremos imediatamente com o rapa; que as empreiteiras não ganharão concorrências fraudulentas; que a especulação imobiliária não destruirá nossos recursos naturais, nem multiplicará os preços dos imóveis; que urbanizaremos as favelas de nossa cidade; que o povo de Fortaleza, pela primeira vez na sua história, fiscalizará custos, andamento de obras e dirigirá com a Prefeita os destinos de nossa cidade, através dos Conselhos Populares; que habitação, saúde, esporte, lazer, arte, cultura, educação serão colocados num nível elevado, em perfeita consonância com as reivindicações da cidade e de sua gente; que serão extintas a taxas escolares; que nenhum estudante deixará de frequentar escolas por falta de farda ou pagamento de taxas; que enfrentaremos imediatamente o desemprego, criando frentes de serviço em Fortaleza, empregando os moradores de favelas e bairros na instalação, construção, reconstrução e funcionamento de creches, escolas, postos de saúde, limpeza pública, calçamento, água encanada, esgotos, praças e jardins, centros culturais, artísticos e esportivos; que todos os que lutaram contra o regime militar terão na nossa administração, a oportunidade de aplicar um Plano de Governo realmente inovador - fruto de um Seminário Popular; que a lama da corrupção e do lixo serão removidos.

Não são só estas as diferenças entre

as nossas candidaturas e as dos governantes e seus sustentáculos. Nossas candidaturas reunem condições para redimir Fortaleza, pois são frutos de uma vivência, de muitos anos, da luta do povo para enfrentar os graves problemas da cidade e da sua gente. Sempre estivemos nas primeiras fileiras defendendo as reivindicações dos bancários, mutuários, professores, metalúrgicos, economiários, funcionários dos Correios e Telégrafos, funcionários públicos e autárquicos, vendedores ambulantes, motoristas de ônibus, motoristas de taxis, favelados, mulheres, crianças, estudantes, trabalhadores rurais, artistas, etc. Mas não são só estas as diferenças de nossas candidaturas com as dos donos do poder. Nós que estivemos nas primeiras fileiras de combate a ditadura militar e seu fiel servidor malufista, reacionário, corrupto e facista - PDS, combatemos a "nova velhíssima república" (PMDB e PFL) quando faz do Estatuto da Terra - peça chave dos golpistas de 64 - a coluna básica da sua política agrária, aspecto que esta na raiz do crescimento da violência contra os trabalhadores rurais, que no Ceará ocasionou as barbaridades em Itapipoca e Quixadá; quando faz do pacto um elemento vital para tentar paralisar as lutas dos trabalhadores, enganá-los e jogar o ônus da crise sobre seus ombros; quando transforma o Congresso eleito em 1986 em Congresso Constituinte, contrariando as posições da CNBB, OAB, CUT, e inúmeras outras entidades e personalidades, como de nosso jurista cearense Paulo Bonavides, que acha que tal medida "... se divorciou dos anseios, das aspirações mais sentidas da sociedade brasileira" (FSP. 24/10/85) e de Raimundo Faoro para quem a convocação do Congresso Constituinte "... encerra um golpe de Estado" (Revista Senhor); quando não concede anistia ampla, geral e irrestrita aos militares atingidos pelo golpe de 64; quando permite que as eleições de novembro se dê debaixo da lei de segurança nacional, lei de imprensa, lei de greve, salva-guardas constitucionais, SNI, Conselho de Segurança Nacional; quando impede uma reforma tributária à altura das exigências inadiáveis dos municípios; quando mantém a política de pagamento da dívida externa, da continuação dos acordos com o FMI; quando não permite a elevação do poder aquisitivo da população frente ao aumento da inflação e do custo de vida; quando não apura os crimes cometidos contra a pessoa humana, fato novamente evidenciado perante a opinião pública, no episódio General Ustra; quando mantém a censura em letras de música, em programas de televisão (FSP 24/10/85). Estas lutas nos forjaram e forjam e nos deram consciência e

DOSSIÊ

# FORTALEZA NUNCA MAIS

"E existe um povo que a bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia".

Castro Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

# DESALENTO E ESPERANÇA

(Relatório Preliminar)

fevereiro - 1986

# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO ..... 1

Primeira Parte: CARACTERIZAÇÃO ..... 5
1.1. Estrutura Administrativa ..... 5
1.2. Pessoal ..... 7
1.2.1. Número e Lotação por Órgão ..... 7
1.2.2. Os Servidores e suas Vantagens ..... 10
1.2.3. A Distribuição dos Servidores por faixa de SM (salário mínimo) ..... 12
1.2.4. As Gratificações ..... 14
1.2.5. Portarias ..... 18
1.3. Finanças ..... 18

Segunda Parte: O FUNCIONAMENTO DA PMF ..... 19
2.1. Servidores da PMF ..... 20
2.2. Emprego versus Trabalho ..... 26
2.3. Distorções Salariais ..... 29
2.4. Exemplo de Serviço Deficiente ..... 30
2.5. Situação Financeiro-Administrativa ..... 32
2.6. Material e Conservação de Prédios ..... 35
2.7. Empréstimos de Bens Diversos ..... 36
2.8. Conservação de Prédios ..... 36
2.9. Funcionamento Hospitalar (IJF) ..... 36
2.10. A Situação na SUOP não é Diferente ..... 37
2.11. Uma Ilustração do Quadro de Funcionários da PMF: A FSSF ..... 37
2.12. Relações Públicas ..... 50
2.13. As mais Altas vantagens Financeiras na PMF ..... 54
2.14. Participação Relativa dos Servidores que Percebem Vantagens acima de Cr$ 10.000.000 ..... 55

Terceira Parte: IRREGULARIDADES DE NATUREZA DIVERSA .... 57
3.1. Venda e Uso Privativo de Bens: Recursos e Serviços Públicos..... 58
3.2. Passagens Graciosas e Táxi-Aéreo ..... 61
3.3. Restaurante ..... 63
3.4. Indústria de Sepultamento e Comércio de Cadáveres 63
3.5. Pagamento a uma Pessoa Falecida ..... 63
3.6. Falsificação de Assinaturas ..... 64
3.7. Débitos Exorbitantes ..... 65
3.8. Construção de Obras ..... 65

3.9. Diário Oficial..... 69
3.10. Limpeza Pública ..... 70
3.11. Comércio Ambulante ..... 71
3.12. Desvio de Finalidade ..... 73

Quarta Parte: Medidas Tomadas pela Nova Administração .. 74
Introdução ..... 74
4.1. Medidas Administrativas ..... 76
4.2. Decretos ..... 80

Anexos
A - Códigos das Vantagens dos Servidores ..... 95
B - Listagens do Computador ..... 97
C - Documentos Básicos Utilizados no Presente Trabalho ..... 98

# PRIMEIRAS PALAVRAS

Ao assumirmos a Prefeitura de Fortaleza, em janeiro de 1986, sabíamos já das dificuldades que nos aguardavam. Entretanto, o próprio trabalho realizado para o levantamento de dados para este dossiê nos fez compreender ainda mais profundamente a dimensão e a complexidade dos problemas que nos foram legados pelas administrações anteriores. Se tomássemos o conjunto de medidas administrativas e dados referentes às últimas gestões e os picotássemos em tiras aos golpes de uma tesoura, os amassássemos em um pilão e permitíssemos que um cego colasse os restos, nem assim teríamos tanta confusão.

O trabalho que aqui apresentamos é apenas o resultado das investigações iniciais já realizadas. Tão logo tenhamos o relatório da auditagem poderemos, então, dar por concluída a tarefa de tornar pública a situação real em que encontramos a Prefeitura Municipal.

O que o leitor encontrará nestas páginas é, talvez, a ponta mais visível de um iceberg de irregularidades, descritérios, favorecimentos e corrupção. Será preciso, ainda, perseguir os blocos obscuros deste imenso obstáculo construído pelo passado, buscando todos os responsáveis pelos descalabros administrativos que os anos de ditadura militar só fizeram por estimular.

O ajuste de contas com esta tradição que ainda nos oprime começa, todavia, a ser feito com determinação. A Fortaleza da imoralidade e da hipocrisia foi golpeada duramente com o resultado eleitoral do último dia 15 de novembro e, o que queremos, é que NUNCA MAIS ela ressurja.

Dos seus escombros, haveremos de construir o novo com a participação do povo. Uma nova Fortaleza capaz de dar sentido à nossa esperança, capaz de materializar, ainda que em parte, o nosso sonho.

Sabemos que frente a esta iniciativa da administração popular de Fortaleza de lançar o dossiê sobre a situação da Prefeitura em 31 de dezembro de 1985, se erguerão as vozes de sempre. Moduladas pela compreensível ira dos que pressentem que seus privilégios se encontram ameaçados, não faltarão as diatribes sensacionalistas das velhas concepções nos-

tálgicas dos festins e da impunidade. A violência dos ataques que vêm sendo feitos à administração contrasta também violentamente com o silêncio cúmplice com que foram brindados o empreguismo e a utilização para projetos pessoais da máquina administrativa durante estes últimos anos. Tudo isto integra, na verdade, uma sinistra intenção: desestabilizar o projeto político de uma administração orientada para responder aos anseios populares.

E que não se diga que não sabemos conviver com a crítica. Não se trata disto. Saudamos a crítica porque vamos nela uma manifestação de respeito e de responsabilidade política. Mas a crítica nada tem a ver com a má-intenção, as distorções, as calúnias e as acusações gratuitas que só comprovam como a brutalidade e a deslealdade andam parelhas com a covardia.

Nosso compromisso nada tem a ver com este estilo. PENSAmos ser perfeitamente possível construir uma administração transparente, permeável às exigências do conjunto da população, especialmente dos trabalhadores. Uma administração onde o segredo não poderá mais ter lugar.

O resultado técnico deste "Fortaleza: Nunca Mais" é tão somente o perfil de um cadáver que nos foi deixado como herança. Juntamente com as mobilizações populares, saberemos enterrá-lo dignamente, para o espanto das viúvas desconsoladas, para o desagrado dos que sustentaram as administrações do PDS e a gestão biônica do PMDB que nada fez para alterar os rumos políticos tradicionais traçados pelo coronelismo. Em tempos de uma chamada "Nova República", onde nada se perde, nada se transforma, tudo se mascara, este dossiê é um atestado prático de que assumimos <u>para mudar</u>.

Temos a convicção de que nossos compromissos não podem retirar sua força do passado, mas sim do futuro. As oligarquias possuem apenas interesses a preservar. Nós, pelo contrário, temos um mundo a construir. Daí porque infinitamente mais difícil a nossa tarefa; tão difícil quanto fascinante.

Os primeiros informes que este Relatório apresenta comprovam nossa convicção de que o interesse público e o bem comum nunca foram preocupação dessa geração de políticos sem compromissos com o povo.

A população de Fortaleza deve tomar conhecimento desses dados para reexaminar suas convicções e suas crenças nos homens públicos do Ceará. O Partido dos Trabalhadores impri-

III

mirá uma nova filosofia na administração pública e erigirá o interesse coletivo como a norma fundamental de todas suas decisões à frente da Prefeitura de Fortaleza.

Maria Luiza Fontenele

DOSSIÊ DA MARIA LUIZA

DN. 14 março 1986

273

# Dossiê da Prefeitura não causa o impacto esperado

Depois de criar muita expectativa, finalmente, na manhã de ontem, a prefeita Maria Luiza apresentou à imprensa o dossiê "Fortaleza Nunca Mais", onde apresenta as possíveis irregularidades cometidas pelos prefeitos que lhe antecederam, desde Lúcio Alcântara até Barros Pinho. Pela repercussão, o documento não corresponder ao que esperavam alguns políticos, pois imaginavam que o impacto fosse bem maior.

No início do dossiê — que é apresentado como relatório preliminar — diz que "o próprio trabalho realizado para o levantamento de dados para este dossiê nos fez compreender ainda mais profundamente a dimensão e a complexidade dos problemas que nos foram legados pelas administrações anteriores". Mais adiante, afirma que o trabalho apresentado é apenas o resultado de investigações iniciais. Na próxima semana, será instalada uma comissão de auditagem para apurar os fatos e, posteriormente, serão instaladas as comissões de inquérito para apuração de responsabilidades e punições dos culpados.

## ENVOLVIMENTO

Não é pequeno o número de políticos que, segundo o dossiê, estão envolvidos com os desmandos das últimas administrações, além dos próprios prefeitos Lúcio Alcântara, César Cals Neto, Barros Pinho e Djalma Eufrásio, presidente da Câmara Municipal, que assumiu a Prefeitura por apenas 5 horas. Segundo o relatório, existem 324 políticos que constam da folha de pessoal da prefeitura e dela retiram Cz$ 1.035.987, o que representa 1,6% do total de gastos com pessoal.

Entre os vereadores, são apontados Djalma Eufrásio, Fiúza Gomes, Luiz Angelo — aposentados —, Raimundo Linhares — procurador judicial —, e o suplente Walter Cabral — assessor parlamentar — como integrantes da lista das "25 maiores vantagens pagas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza". Sobre os vereadores Herval Sampaio e Narcílio Andrade, é dito que eles receberam passagens para o Rio de Janeiro, sendo que não consta qualquer outra informação sobre essa viagem.

O vereador Marcus Fernandes é acusado de ter uma filha menor recebendo da prefeitura como assessora parlamentar.

Outro vereador, José Maria Couto, teve o seu salário no Frifort aumentado pelo prefeito substituto, Djalma Eufrásio, sem que estivesse trabalhando na empresa. Quando era secretário de Administração, o vereador Mário Nunes assinou portaria autorizando a viagem de um servidor ao Rio de Janeiro, a serviço da Secretaria, no mesmo período em que este servidor estava em período de férias. O vereador Hermano Martins foi acusado de ter falsificado a assinatura do ex-prefeito César Neto em 17 portarias. Por fim, aparece a vereadora Ivone Melo que autorizou a ocupação de terrenos da Prefeitura por "construções clandestinas", sem licença da SUOP.□

# Fernandes: 'Dossiê da Porcina é um documento irresponsável'

Os vereadores citados no Dossiê da prefeita Maria Luiza, intitulado "Fortaleza Nunca Mais", rebateram as acusações da Chefe do Executivo Municipal. Para o vereador Marcus Fernandes, do PMDB, "a população ficou decepcionada com este "Dossiê da Porcina" posto que ela não aponta nenhuma ilegalidade que possa incriminar alguém judicialmente". Trata-se, adiantou, de "um documento irresponsável, pois se pensava que ela ia jogar uma bomba, mas se limitou a apresentar denúncias que, por sinal, foram rebatidas pelos vereadores".

"O dossiê é vazio", declarou o vereador Fiúza Gomes, para quem "a prefeita quis maldosamente, nos levar à execração pública". No caso de Fiúza Gomes, ele é citado ganhando da Prefeitura, como inativo, cerca de Cz$ 29 mil, enquanto, "na realidade, recebo Cz$ 12 mil, depois de 36 anos de serviços prestados". O vereador do PFL fez a defesa do ex-prefeito Barros Pinho, quando declarou que "o dossiê cita vários empregos fantasmas, mas todos eles comprovadamente trabalhando, conforme apresentou documentação, inclusive, o CPF dos servidores, pelo ex-secretário de Planejamento, José Antunes Mota". Acrescentou que a prefeita quis "manchar a reputação de todos. Demonstrou com isto que tem ódio aos políticos por que ela não chegou a ser um político. Fortaleza, por um engano, a elegeu prefeita e nestes 75 dias para fazer este documento nada fez, senão olhar o passado".

Os vereadores Narcílio Andrade e Herval Sampaio, ambos citados como tendo recebido passagens aéreas ida e volta ao Rio de Janeiro, justificaram a viagem como a serviço. Foram tratar de recursos para dar prosseguimento às obras de saneamento do Montese, junto ao (DNOS), Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Afirmaram ainda que, "naquela época, obtivemos 2 bilhões e 800 milhões de cruzeiros antigos, mas as obras foram paralisadas e não sabemos o por quê". Herval acrescentou que Barros Pinho estava impossibilitado de viajar e mandou os dois vereadores.

Já o vereador Djalma Eufrásio, citado como inativo, afirmou ser aposentado do IPP, Instituto de Previdência Parlamentar, onde recebe pensão como ex-vereador. Já na Prefeitura, é servidor ativo da Secretaria de Finanças, como Agente Especial de Tributo.

## OS AMANTES

Revoltado, o vereador Marcus Fernandes, líder do PMDB, disse que "jamais critiquei ou condenei a prefeita por ter nomeado seus ex-amantes como secretários. Pouco me incomodo com sua vida particular, pois ela colocou seus ex-amantes como secretários por que ela só e somente os nomeou por serem competentes "administrativamente". Constrange, assinalou Fernandes "é que ela havia declarado que minhas filhas trabalhavam para a Prefeitura e eram de menores. Elas trabalham para a Câmara Municipal, como minhas assessoras. Não se trata de empregos, por consequinte. A mais nova tem 17 anos de idade. Flávia, a mais velha tem 22, as gêmeas Fábia e Fabíola têm 19. Ela com isto quis transferir as minhas críticas à sua administração, irresponsavelmente, para a Câmara de Fortaleza, um poder independente e que não comporta a sua ingerência".

Por fim, o vereador Herval Sampaio lembrou que "a então deputada Maria Luiza, quando processada pela Polícia Federal, teve sua defesa custeada pela Assembléia Legislativa, no valor de 500 mil cruzados e nem por isso se tratou, na sua (dela) concepção, de uma corrupção". O processo diz respeito à agressão da deputada a duas agentes policiais.

15/03/1986

# OS POLITICOS INTERPELAM a Prefeita na Justiça

A Câmara Municipal de Fortaleza vai interpelar judicialmente a prefeita Maria Luiza Fontenele. A decisão foi tomada depois de ouvido o plenário do Legislativo Municipal, em atendimento à sugestão do vereador Sérgio Costa, do PDS. Agora a prefeita de Fortaleza terá que comprovar perante a Justiça as acusações feitas através do dossiê "Fortaleza: Nunca Mais", apresentado na última quinta-feira, que envolve nomes de 13 vereadores. Mais duas interpelações estão sendo encaminhadas à Justiça.

O vereador Francisco Lopes havia apresentado, já na sessão de ontem na Câmara, um requerimento, através do qual solicitava que fosse determinada a formação de uma comissão de vereadores para estudar em profundidade o dossiê da prefeita Maria Luiza, para adoção de posteriores providências. Francisco Lopes, entretanto, retirou o seu requerimento de pauta em favor da proposição do vereador Sérgio Costa que pediu que a Câmara interpelasse judicialmente a prefeita de Fortaleza.

## DOSSIÊ POBRE

Sérgio Costa considerou o dossiê de uma "pobreza incrível", e que objetiva apenas "enlamear as pessoas que têm militância política nesta cidade". O vereador elogiou a iniciativa do seu companheiro Francisco Lopes, mas observou que numa comissão de vereadores poderiam ser criadas animosidades, e o resultado dos estudos dificilmente teria grande respaldo. Para o vereador, somente através da imparcialidade da Justiça os vereadores poderiam salvaguardar a sua integridade.

Respondendo ao vereador Sérgio Costa, Francisco Lopes afirmou que seu requerimento tinha a intenção de fazer com que a Câmara saísse da defensiva e partisse para a ofensiva. Por seu turno o vereador Emanuel Teles, líder do PFL, disse que a intenção da prefeita é fazer com que as atenções sejam desviadas de sua administração. Endossou a propositura de Sérgio Costa e acrescentou que cabe a cada cidadão caluniado no dossiê entrar na Justiça. Teles sugeriu, ainda, que a Câmara facultasse a palavra a cada pessoa citada no dossiê.

## RETRATAÇÃO PÚBLICA

Ao retomar a palavra Sérgio Costa apresentou os contracheques do presidente da Câmara, Djalma Eufrásio, e da viúva do ex-vereador Gutemberg Braun, Maria Consuelo P. Braun, desmentindo os ganhos anunciados pelo dossiê. O vereador Aluízio Fontenele, do PMDB, irmão da prefeita, também desmentiu que a viúva do ex-vereador Abel Pinto, Maria Carmelita Duarte Pinto, integre a lista das 25 maiores vantagens pagas pela Prefeitura Municipal.

O líder da bancada do PMDB, vereador Marcus Fernandes, também apoiou a sugestão de seu colega do PDS de interpelar judicialmente a prefeita Maria Luiza. Sérgio Costa, por sua vez, depois de lançar críticas à prefeita Maria Luiza, disse não poder acreditar numa administração que tem como ponto de partida a perseguição. Sugeriu, ainda, que, tomadas as providências cabíveis, fosse exigida a retratação pública de Maria Luiza.

## OUTRAS INTERPELAÇÕES

Não só a Câmara Municipal interpelará judicialmente a prefeita Maria Luiza. O deputado estadual Antônio dos Santos, do PFL, já contratou o advogado criminalista Evaldo Ponte que tomará as providências junto à Justiça. O pessoal da área da educação que integra a lista dos 25 maiores salários da Prefeitura está, também, contratando advogado para interpelar judicialmente a prefeita de Fortaleza.

# 'Desonesta, leviana e mentirosa'

"Desonesta, leviana e mentirosa", foi como o vereador Fiuza Gomes, vice-líder do PFL, classificou a prefeita Maria Luiza por ela ter lançado o chamado dossiê da corrupção: "Ao ler as páginas do dossiê, sentimos a falta de postura de uma prefeita que tinha compromissos com o povo de fazer uma administração voltada para o bem comum. Foi uma tristeza", disse.

Lembrou o vereador pefelista que o documento acusa o ex-prefeito Barros Pinho de ter efetuado, ilegalmente, 200 contratações, mas a acusação foi negada pelo ex-superintendente da Suplan, José Antunes Mota, que "diante de toda documentação provou que a prefeita estava mentindo". Disse ainda que ele (Fiúza) passou a receber pouco mais de Cr$ 13 milhões — em cruzeiros, (no ano passado) mas que é apontado como recebendo mais de Cr$ 29 milhões e quer saber onde ela foi buscar esse dinheiro.

Fiúza não acredita que houve erro do computador e sim má fé, e afirma que a administração municipal está montada em cima da lama e que o objetivo dos petistas é levar a classe política à rua da amargura, por isso vai interpelá-la judicialmente. "Considero esse dossiê como o parto da montanha, que saiu só um ratinho tão pequeno como ela". Dirigindo-se para o irmão da prefeita, sentenciou que se antes a tinha poupado era por consideração a ele, mas doravante não mais lhe dará trégua.

## DECEPCIONADO

Até o líder do PDT, Araújo de Castro, não poupou a prefeita de críticas. Observou que toda a cidade esperava ansiosa há dois meses para tomar conhecimento das irregularidades que, segundo afirmou, existem também nas administrações federal e estadual, e Fortaleza não seria exceção, mas ela não expressou o desejo e o que esperava o povo da nossa capital. Para ele, aquilo que não contraria a legislação vigente não é ilegal, e sendo assim, a prefeita não deveria ter levado a público o nome das pessoas beneficiadas pela lei. Ela poderia até dizer que esses foram beneficiados pela legislação, mas nunca que são cúmplices. "Estou decepcionado pela visão estreita e imaturidade administrativa. Espero que a administração municipal não continue a palmilhar os caminhos da calúnia e difamação, mas que se apegue firmemente à moralização pública", concluiu.

## INGRATIDÃO

Dizendo que recebia como uma ingratidão, o presidente da Câmara, Djalma Eufrásio lembrou que os vereadores aposentados não percebem um centavo sequer da Prefeitura, pois todos descontam mensalmente 8% para o Instituto de Previdência Parlamentar e que o restante é completado pela Câmara Municipal, que é um poder independente. No entanto, "maliciosamente, o PT fez este gesto impensado e Maria Luiza e sua equipe receberão a resposta desta Casa".

Lembrou Djalma que, à revelia dos vereadores, concordou em dividir o duodécimo da Câmara em duas parcelas, e que tanto lutou para ajudá-la, inclusive indo a Brasília às suas próprias custas quando ela não tinha dinheiro para pagá-los, mas da prefeita recebeu apenas ingratidão. Finalizou dizendo que "estava muito triste porque toda a simpatia que tinha, e todo o trabalho de 'bombeiro' que vinha fazendo para apagar o fogo da discórdia, já se esgotou". Citando Tancredo Neves, pediu para que ninguém se dispersasse, e disse que o PT "pode vir com dose dupla, que nós responderemos".

Para o vereador Francisco Lopes, a intenção dos administradores municipais foi atingir o Poder Legislativo pois cita injustamente o nome de vários vereadores que hoje estão aposentados porque trabalharam para o Município durante mais de 30 anos, e lembra que quando começou a trabalhar na Prefeitura Municipal, em 1952, já encontrou Fiúza Gomes como fiscal da Secretaria de Finanças e portanto ele já tinha tempo suficiente para estar aposentado.

Entende Francisco Lopes que outros nomes citados são aposentados pelo IPP e portanto o Executivo quer se imiscuir no Legislativo, numa ingerência descabida e indevida. Lopes pediu providências da Câmara Municipal, pois já está sendo interpelado nas ruas por pessoas que tomaram conhecimento do conteúdo do dossiê, mas não conhecem a realidade dos fatos. "A toda ação corresponde uma reação, por isso deveremos reagir com a mesma intensidade e em sentido contrário", disse.

Mesmo sem se pronunciar da tribuna, o vereador Aluízio Fontenele chamou a atenção dos seus pares, aparteando um orador, para dizer que acabava de receber telefonema de familiares — filho — da viúva de um ex-vereador, que tinha adoecido ao ler seu nome no chamado dossiê. Já o vereador Herval Sampaio, diz que o dossiê é tão podre que não merece sequer ser jogado no lixo, pois vai poluí-lo.

# 'Marajá' ganha 6.936,00 por mês

O funcionário Francisco Rosely Diniz, da Secretaria de Educação do Município, acusado de ser um dos "marajás" pelo documento "Fortaleza Nunca Mais", dossiê apresentado pela prefeita Maria Luiza, desmentiu com comprovantes que o seu salário mensal não é de Cz$ 41.894,06. Técnico em Educação D-10, exercendo a função de vice-diretor da Escola Jacinto Botelho, na Maraponga, Francisco Rosely Diniz percebe um salário mensal de Cz$ 4.800,00, segundo atesta o seu contracheque.

Até outubro do ano passado o seu salário era de Cz$ 1.980,00, tendo sido reajustado em novembro para quatro salários mínimos, acrescidos de 40% da regência de classe e 20% de nível universitário, perfazendo um total de Cz$ 4.800,00. No entanto, como desde setembro está substituindo um colega passou a receber um aditivo, o que elevou o seu salário para Cz$ 6.936,00.

## RENDIMENTOS

O próprio comprovante de rendimentos pagos ou creditados e retenção de Imposto de Renda na Fonte — Ano Base — 1985 mostra que sua renda atual foi de Cz$ 20.136,35, bem abaixo do salário mensal apresentado pelo dossiê da prefeita Maria Luiza. O comprovante foi expedido pela Prefeita de Fortaleza, o que comprova que o dossiê cometeu um erro com relação ao funcionário Rosely Diniz.

Revoltado por seu nome ter encabeçado a lista dos "marajás" do serviço municipal, Rosely Diniz disse que considerava uma irresponsabilidade da comissão que elaborou o dossiê acusar indevidamente servidores que trabalham e ganham honestamente seu dinheiro. Ele considera que a comissão foi incompetente e que não procurou apurar os fatos antes de denunciá-los na imprensa.

Residente no Conjunto José Walter, Rosely Diniz disse que espera que a prefeita Maria Luiza tem que reparar o erro publicamente, pois caso contrário pretende impetrar um mandado de segurança contra a Prefeitura por ter sido caluniado.

16/03/86

# Dossiê não muda a vida do motorista tido como deputado

"Lá vem 'abacaxi' para a gente". Esta foi a primeira frase dita pelo motorista Antônio dos Santos, do Instituto José Frota (IJF), ao saber que seu nome foi citado no dossiê "Fortaleza nunca mais", apresentado pela prefeita Maria Luiza Fontenele. No documento da Prefeitura, o secretário de Administração do Estado, deputado estadual Antônio dos Santos Soares Cavalcante, teve seu nome confundido com o do motorista, por serem homônimos.

Conforme o dossiê, o deputado também recebia como motorista do IJF a quantia mensal de Cz$ 1.680,00. Esta quantia é exata, só que é o salário correspondente aos vencimentos mensais do próprio motorista e não do deputado Antônio dos Santos. No momento, o motorista encontra-se de licença do emprego, devido a problemas de saúde.

Antônio dos Santos tem 54 anos e reside no Conjunto Vicente Arruda, no número 48 da Rua Seis, no município de Caucaia. É conhecido também como Antônio Carioca, pois é natural do Rio de Janeiro, e ainda como Antônio dos Pássaros, pela dedicação ao seu passatempo favorito: a criação de pássaros. Reside com sua esposa, Maria de Lourdes Rocha dos Santos, funcionária do posto de saúde da Secretaria do Município e com um filho adotivo, José Maria Rocha dos Santos, de três anos. O casal tem um filho legítimo, Antônio Carlos dos Santos, casado, que reside no mesmo conjunto.

Maria de Lourdes revelou que a citação no dossiê envolvendo o nome do marido não chegou a preocupar a família. "Levamos tudo num clima bem humorado e os amigos chegaram até a fazer brincadeiras: "Olha aí, seu Antônio, agora o nome do senhor está em evidência", brincaram", disse a esposa. O casal continua com a tranqüilidade habitual de sempre. Sua residência, apesar de não muito ampla, é confortavelmente mobiliada, com estofados na sala, televisão e telefone. Na varanda, várias gaiolas em meio às plantas, cuidadosamente tratadas por dona Maria de Lourdes. □

# *Rosely ganha menos*

"Meu marido não ganha os Cz$ 41 mil citados no dossiê. Vivemos de forma modesta, porque ele recebe muito menos do que isso, por mês". As palavras são da dona Maria Heleni Ferreira Diniz, esposa do professor Francisco Rosely Diniz, que foi relacionado no dossiê "Fortaleza nunca mais", da prefeita Maria Luiza, entre os "marajás" do serviço público municipal. Rosely é vice-diretor da Escola Municipal Jacinto Botelho, na Maraponga, há 10 anos, além de diretor do Instituto São José, de Maracanaú, que tem convênio com o Governo do Estado. A soma dos dois salários, no entanto, não chega a Cz$ 10 mil, segundo Heleni.

Francisco Rosely reside numa modesta casa, situada à Rua 17, número 60, do Conjunto Prefeito José Walter. É pai de cinco filhos: Kelly Cristina, de 15 anos; Camille, de 12; Francisco César, 11; Francisco Anderson, cinco; e Kelma, quatro. Todos os cinco já estudam, sendo que três no Colégio Machado de Assis — situado no próprio conjunto — e as duas mais velhas, no Colégio Juvenal Carvalho.

Ela comenta que Francisco Rosely realmente ganha, fixos, Cz$ 4.800,00, e no momento vem recebendo Cz$ 6.936,00, devido ao adicional pelo fato de estar substituindo um colega no Colégio Municipal. "No Colégio de Maracanaú, ele ganha menos, pois o Estado paga um salário menor do que a prefeitura a ele", assinala a esposa do professor. Heleni conta que trabalha como auxiliar bibliotecária na Escola de Primeiro Grau Polivalente Modelo de Fortaleza (situada também no Conjunto Prefeito José Walter), percebendo mensalmente Cz$ 428,00.

## CASA PEQUENA

A casa onde a família de Rosely reside é pequena, tendo apenas sala, três quartos, cozinha e banheiro. A família reside há 15 anos no local. "Já quitamos as prestações da casa junto ao BNH. Agora, enfrentamos problemas porque não temos condições de fazer uma reforma. A casa precisa ser ampliada, porque a família cresceu. Hoje em dia, tudo está apertado aqui", diz Heleni assinalando que os dois salários de Rosely, somados à sua pequena gratificação, não são suficientes para suprir condignamente as necessidades familiares.

"O dossiê traz informações que não têm relação com a realidade", observa a esposa do professor. Ela conta ainda que a vida da família é extremamente doméstica. "Não temos ações de clubes nem nada assim que nos proporcione maior lazer. Aos domingos, meu marido dá uma voltinha pelo conjunto e se reúne com os amigos. Às vezes, vamos à praia, de ônibus, com os nossos filhos. É o único passeio que fazemos. E agora estamos até sem carro, porque o Passat que ele tinha foi vendido. O carro não prestava mais", disse.

Recentemente, quando recebeu o pagamento das diferenças salariais de novembro e dezembro de 1985, do Estado e do Município, Rosely depositou o dinheiro imediatamente na poupança. "Com esse dinheiro, vamos tentar comprar um carrinho, porque ele, principalmente, não pode ficar sem um transporte", finalizou Heleni Diniz. □

16/03/86

# Do dossiê à sujeira

Ineludivelmente, a documentação levantada pelos patrulheiros petistas da Prefeitura de Fortaleza, era, e ainda é, uma arma de defesa. Destinava-se, ou destina-se, antes de tudo, a proteger não só a atual adminsitração, particularmente, a vida pública (e até mesmo privada) da prefeita Maria Luiza, como, de igual modo, a imagem do partido de Lula e seu "revolucionarismo", agora bem próximo da "komeinização". Isto é: comprometido com um modelo puritanista, que tanto tem de religioso — "os padres do PT" — como de medieval, retrógrado e violento.

Não há nenhuma dúvida possível: o documento deveria permanecer trancado a sete chaves e somente manuseado por alguns dos seus mais próximos auxiliares. Era um trunfo que não poderia ser desperdiçado, devendo, por isso mesmo, aguardar melhor oportunidade para a sua divulgação. Elaborado logo nos primeiros dias da nova administração, anunciando escândalos e falcatruas, mas sem descer ao detalhe, tinha o efeito de uma guilhotina suspensa sobre a cabeça dos políticos, de todos os desonestos. Ninguém escapava.

Enquanto o tempo passava, as ruas da cidade iam ficando mais sujas e os problemas se agravavam em todas as áreas, internamente o feitiço virava contra o feiticeiro. Dizendo melhor: os patrulheiros perdiam controle das greves, divivindo irremediavelmente os servidores da municipalidade. Dentro desse quadro, logo surgiram manifestações populares, de repúdio ao imobilismo e à irracionalidade que se instalara na administração municipal. O lixo tomava conta de tudo, os ratos invadiam as casas.

Não dava mais para segurar a barra. Era preciso amenizar o impulso da reação popular, reduzir o impacto dos protestos, fazer alguma coisa em benefício da cidade arrasada. A Prefeita resistiu o quanto pôde, retardou os entendimentos, fez finca-pé, zangou-se, esperneou, gritou para que todos ouvissem, mas teve que concordar. Se não concordasse com a ajuda que o Governo do Estado estava oferecendo, ainda seria pior. O povo ia dizer, como já estava dizendo, que "era só por pirraça".

Aí aconteceu o inevitável. O Governador lançou uma gingantesca e ofensiva contra o lixo. A televisão se encarregou de documentar os detalhes da operação. Não cremos seja necessária uma análise profunda desse fato para concluir com quem ficaram os dividendos políticos da iniciativa. Inclusive, porque se passou a admitir que, se não fosse o Sr. Gonzaga Mota, a situação continuaria a mesma, nem uma palha teria sido movida e o lixo continuaria tomando conta de tudo.

Flagrada em sua impotência para resolver o problema, a Prefeita teve de recorrer ao dossiê, como manobra diversionista, visando a desviar a atenção do público para os lances rumorosos de um escândalo em grande estilo. Não se pode dizer que os teóricos do PT se tenham saído melhor nessa empreitada do que em outras, também malogradas. Afinal, o documento acarretou tanta decepção quanto protestos inflamados, anulando-se no essencial, sendo de prever que não seja divulgado o relatório final.

Diante das repercussões negativas do dossiê, qualificado revanchista e irresponsável, provocando um pedido desenxavido de desculpas aos injustamente acusados no dia imediato, Dona Maria Luiza, mais uma vez, apelou para a mistificação política, a fim de encobrir o seu fiasco. Denunciou maliciosamente a existência de um complô para desestabilizá-la, no qual estariam envolvidos o governador Gonzaga Mota e a Televisão Verdes Mares. Ora, ora. É uma gracinha até, esse tipo de acusação leviana. Quando a imprensa mostra a sujeira da cidade, que põe em perigo a saúde da população e lhe causa outros transtornos, apenas cumpre um dever profissional. Ou será que a sujeira encalhada na administração do PT não fede? Está ficando mais do que claro que o discurso petista nada possui em comum com as suas ações políticas. Como todos os extremistas de direita e de esquerda que se prezam, os petistas só admitem liberdade de imprensa "a seu favor".

Por outro lado, é bem sabido que cada pessoa possui o seu limite de competência individual. Pelo que tem apresentado, a competência de Dona Maria Luiza parece ter-se esgotado somente na liderança de greves e de mobilizações demagógicas. Fora disso, até agora, pelo menos, não demonstrou mais nada. Nem o atributo feminino de limpeza da casa, pois Fortaleza está um lixo.

A sujeira de uma metrópole não se esconde debaixo de um dossiê fajuto. Assim, se existe perigo de desestabilização, não será pelo trabalho honesto e criterioso de qualquer veículo de comunicação, todos eles voltados para os interesses da comunidade, mas sim pela incapacidade e a inoperosidade da administração municipal. □

...da competência e sua firmeza ao lado do nosso povo, dispensa apresentação; ... dizer que é um conhecido militante do movimento operário em nossa terra e um dos mais destacados municipalistas brasileiros.

Em sua campanha, os candidatos populares indicados pelo PT vêm contribuindo para elevar o nível de consciência política e de organização dos trabalhadores cearenses, particularmente, os de Fortaleza. Com o seu trabalho político no meio do povo ampliaram consideravelmente, o espaço político já ocupado pelos trabalhadores. Fundamentalmente por estes motivos apoiamos suas candidaturas desde o seu lançamento pela legenda do Partido dos Trabalhadores.

No decorrer destes últimos meses temos desenvolvido o melhor dos nossos esforços no sentido de conquistar o voto dos trabalhadores para nossos candidatos. Além do dever revolucionário que nos leva a participar das eleições, a transformar a campanha eleitoral num amplo processo de educação, política dos trabalhadores, particularmente, da classe operária, também estamos convencidos de que a vitória de Maria Luiza representará, uma administração voltada para o povo e um passo importante da luta dos trabalhadores brasileiros contra o atual regime de exploração da burguesia, dos monopólios nacionais e internacionais e dos grandes proprietários de terra.

Pela paz e pelo socialismo, contra a fome, o desemprego e a carestia, votemos em 15 de novembro em Maria Luiza e Américo Barreira, candidatos dos trabalhadores à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Dos Comunistas de Fortaleza, que se alinham em torno das posições revolucionárias de Luiz Carlos Prestes.

Dia 15 vote N.º 13

MARIA LUIZA

e

AMÉRICO BARREIRA

para

PREFEITO E VICE-PREFEITO

# CARTA ABERTA
## AOS TRABALHADORES E AO POVO

## CARTA ABERTA AOS TRABALHADORES DE FORTALEZA

Companheiros:

Dentro de mais alguns dias estarão se realizando as eleições para prefeito de nossa cidade. Qual a posição dos trabalhadores de Fortaleza em relação a essas eleições?

Participamos ativamente da campanha eleitoral pois a perspectiva de eleições criam um ambiente propício à participação popular, ao debate dos problemas da cidade e dos seus moradores, gerando um espaço político a ser ocupado pelos trabalhadores. Por outro lado, temos consciência de que as eleições, no regime capitalista, longe de representarem a vontade livre e soberana do povo são, na realidade, uma acirrada disputa entre os que têm mais dinheiro, mais apoio do governo e dos grandes monopólios, interessados em manter sua influência sobre os negócios do Estado.

Em Fortaleza como em qualquer outra parte do Brasil ou do mundo capitalista as eleições representam, em essência, uma disputa entre os grandes grupos econômicos onde, geralmente, ganha o mais forte. Não é por acaso que o Sr. Paes de Andrade desponta sempre como o candidato mais forte nas chamadas pesquisas eleitorais. Além do apoio dos governos estadual, municipal e federal, o candidato oficial conta com o apoio de importantes grupos econômicos nacionais e internacionais, inclusive do maior grupo monopolista do nosso Estado que indicou o nome do seu companheiro de chapa.

Nesse aspecto, a situação política em nosso País pouco mudou. Antes, quem ganhava as eleições era o PDS, partido da ditadura militar a serviço dos latifundiários e dos monopólios; hoje, quem ganha é o PMDB, partido do governo civil do Sr. José Sarney, igualmente servil aos grandes proprietários, aos monopólios nacionais e internacionais e ao capital financeiro, representado pelo FMI.

Quem acompanhou o chamado processo de redemocratização e não tinha interesses em jogo, pode perceber, claramente, a grande fraude em que se transformou a nova república. Inicialmente, o PMDB, através dos seus mais categorizados representantes, traiu o compromisso assumido com o povo na luta pelas eleições diretas. Depois, ao assumir o poder, em vez de buscar uma solução urgente para o problema da fome que atinge milhões de brasileiros, particularmente, filhos dos trabalhadores, para o desemprego em massa, para milhares e milhares de mutuários inadimplentes, para a previdência falida pela incompetência e corrupção dos seus dirigentes, o que se viu foi o espetáculo degradante do assalto a coisa pública, o leilão dos cargos públicos, distribuídos graciosamente desde os adesistas de última hora até conhecidos combatentes da luta contra a corrupção.

Que fez até hoje de concreto em benefício dos trabalhadores o governo do Sr. Sarney? Nada, absolutamente nada. O arrocho salarial continua o mesmo, agora representado pelo salário-mínimo de fome de 600 mil cruzeiros quando deveria ser de 1 milhão e 800 mil cruzeiros, segundo cálculo do DIEESE; pela elevação em mais de 100% das prestações da casa própria, pelos constantes aumentos nos preços dos artigos e generos de primeira necessidade, da passagem dos transportes coletivos, dos medicamentos e das tarifas de água e energia.

Enquanto a maioria dos [illegible] de 60 horas por semana, milhões de dólares são mandados diariamente para os Estados Unidos e outros países ricos para pagar uma dívida contraída pelos generais e uma camarilha de corruptos que assaltaram o poder em 1964. Enquanto milhões de camponeses sem terra vegetam na mais angustiante miséria, milhões de hectares de terras ferteis permanecem improdutivas como reserva de valor ou nas mãos dos latifundiários. O desemprego continua a afligir milhões de jovens que, sem orientação política, não sabem o que fazer.

Fortaleza, com suas duzentas e tantas favelas e centenas de milhares de favelados, é uma expressão social do regime de exploração que aí está, independente de quem esteja no poder, se o PDS ou o PMDB, se o General Figueiredo, ou o Sr. José Sarney. A tragédia do proletariado brasileiro e de milhões de camponeses, dos seus filhos sem escola e sem saúde, não se deve somente a ditadura militar, mas essencialmente ao regime capitalista em sua fase monopolista, reacionária e anti-social, da qual a ditadura militar é, por vezes, sua melhor expressão.

Dizer que o senhor Paes de Andrade ou qualquer outro candidato a prefeito vai resolver essa situação de penúria e de aflição em que vive dois-terços da população de nossa cidade, é enganar o povo. Nenhum prefeito vai resolver esses problemas que são inerentes ao regime capitalista vigente em nosso País, baseado na exploração do Capital sobre o Trabalho. Somente com uma profunda transformação da estrutura econômica, política e social de todo o País, com a implantação de um novo regime social, o regime socialista, conquistado, dirigido e construido pelos próprios trabalhadores, será possível resolver esses e outros problemas dos trabalhadores para os quais a burguesia não tem nenhum interesse já que somente se interessa por aquilo que lhe dá lucro.

Para manter o poder e através dele dirigir toda a sociedade de acordo com seus interesses, a burguesia se vale de tudo, desde a violência indiscriminada contra o povo até a demagogia mais deslavada. Seus candidatos prometem resolver todos os problemas: da educação à saúde, do trabalho à moradia, da situação do funcionalismo à moralidade administrativa, dos direitos humanos à defesa da ecologia. Na ânsia pelo poder, até as coisas que são mais caras ao nosso povo, como a memória dos mártires da Independência ou daqueles que, no presente, tombaram na luta contra a ditadura é amesquinhada pela demagogia desenfreada numa comparação que afronta a averdade da História.

Enganar o povo faz parte da política da burguesia, dos negócios da burguesia e da vida da própria burguesia que fazdamentira as suas verdades. Entretanto, enganar o povo em nome da classe operária é, sem nenhuma dúvida, uma das formas mais degradantes de traição à luta revolucionária do proletariado em busca do Socialismo.

Mas é exatamente isto que os trabalhadores presenciam hoje em dia. Um grupo reformista seguindo sem vacilações os passos da burguesia, enquanto um bando de oportunistas, da pior espécie, busca, a todo o custo um lugar entre os comensais no banquete das classes dominantes, a exemplo de qualquer pequeno burguês alienado e inconsequente. Há uma obesidade ideológica em nossa terra, representada pela capitulação dos auto-denominadas partidos de vanguarda a uma proposta improvisada e mal elaborada de grupos da burguesia liberal em aliança com grupos divergentes da ditadura militar. Mais cedo ou mais tarde, o PCB, o PC do B e o MR-8 responderão perante o povo e os trabalhadores de Fortaleza, por esta aliança com o candidato oficial da burguesia.

Apesar de todas essas limitações, de todas as manobras da burguesia e das promessas vazias dos seus candidatos, a campanha eleitoral possibilitou, depois de muitos anos, o surgimento de um espaço político para os trabalhadores. Este espaço vem crescendo a medida em que se aproxima o dia 15 de novembro e não será uma surpresa para nós que os candidatos dos trabalhadores, a Deputada Maria Luiza Fontenele e o professor Américo Barreira, sejam os vencedores pelo voto popular.

Maria Luiza é uma destacada combatente das lutas democráticas de nosso povo. Como deputada, destacou-se dos seus pares na luta contra a ditadura, contra as leis [illegible] violência policial. Denunciou a tortura e lutou bravamente pela liberdade dos presos políticos, pela anistia ampla, geral e irrestrita e pelas eleições diretas para Presidente da República. Américo Barreira é um velho combatente da luta contra o fascismo, em defesa da paz e do socialismo.

Nossos candidatos não são apenas pessoas honestas e competentes ou políticos que se colocaram contra a ditadura. Maria Luiza foi além destes limites ao defender com sua palavra e sua presença os camponeses de Tauá e de Monte Castelo ameaçados de expulsão pelo governo e pelos donos da terra; ao se colocar lado a lado dos metalúrgicos em greve num momento de confronto com a ditadura; ao permanecer em vigília junto aos favelados da Avenida José Bastos ameaçados pela violência policial do governo dos coronéis; ao denunciar e genocídio das populações camponesas do Nordeste frente ao descaso do governo impatriótico do General Figueiredo. Quanto ao professor Américo

# ROVINA
# KOLLAPS
# COLLAPSE
# EFFONDREMENT
# COLAPSO DO CAPITALISMO

Quando o impensável descobre e o impossível supera não só o invisível fundamento do capitalismo com suas categorias fundantes e dissociação sexual, mas o sujeito e suas aventuras, nasce a sociedade da emancipação humana!

**FÓRUM TRANSNACIONAL ANTIFETICHISTA**

FORTALEZA
BRASIL

# O CAPITALISMO FRACASSOU!

## MAS, E A SAÍDA?

## A SAÍDA SÓ PODE SER CONSCIENTE!

pra fazer
pra pensar o im
pra fazer o impossível
pra pensar o impensável

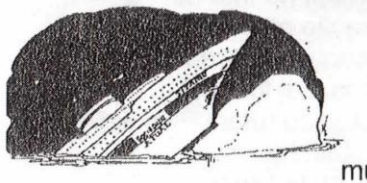
**FORUM TRANSNACIONAL ANTIFETICHISTA**

discussão sobre a superação da crise. Neste espaço, foi debatida a urgente superação da paralisia do pensamento moderno e pós-moderno e construção de um novo movimento de transformação de toda a sociedade capaz de sair da imanência e ultrapassar o sistema produtor de mercadorias. Todos(as) presentes assumiram, com base nesse compromisso, a organização e realização do fórum para o mês de janeiro de 2010 em Fortaleza, Ceará.

Com base nesta decisão e em contato com interessados(as) no Brasil e em outros países, estamos transmitindo a você a convocação transnacional do fórum para que juntos possamos encarar o quarto proibido, escancarar sua porta, devassar o seu interior e revelar os seus segredos.

Afinal, quando o impensável descobre e o impossível supera o invisível fundamento não só do capitalismo com suas categorias fundantes e dissociação sexual, mas o sujeito e suas aventuras, nasce a sociedade da emancipação humana.

**Contato: Rua Padre Mororó, 952 - Centro - Fortaleza-CE - CEP 60015-220**
**Fone: (85) 3223.4175 / 3091.0861 / 8816.6253**
**www.criticaradical.org - criticaradical@criticaradical.org**



Um colapso ameaça o mundo - o colapso do capitalismo.

A causa desse fracasso foi captada, e sua crise anunciada pela crítica radical.

Hoje, uma teoria crítica radical renovada reclama um ambiente favorável para o pensar e o agir emancipatórios.

Para pensar, debater e enfrentar este desafio, você está convidado(a) para um fórum transnacional. Um fórum que pretende encarar o fundamento lógico do sistema, seu desenrolar no tempo histórico e sua barreira mundialmente apresentada pela crise atual - o fórum transnacional antifetichista.

Um fórum que tem como fundamento a revolução teórica da crítica radical do valor-dissociação. Um fórum que vai desencadear o processo de construção de um movimento social emancipatório que transcenda o sistema produtor de mercadorias e inaugure uma nova relação social. Um fórum que possibilite o encontro do impensável com o impossível para ultrapassarmos a história das relações fetichistas. Um fórum que tem como objetivo a conquista da sociedade da emancipação humana.

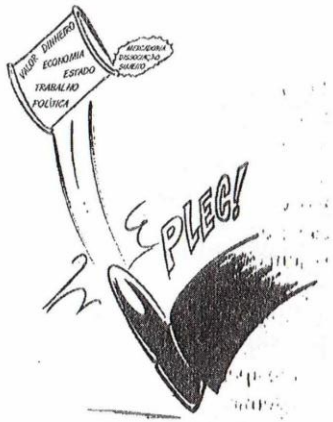
Mas há um obstáculo quase intransponível a este projeto emancipatório - a abstração real do valor- dissociação que se constitui como uma matrix apriórica sob

a qual o ser humano submetido não sabe, mas faz.

O quase intransponível reside no fato de que a forma social da abstração real do valor é comum às classes sociais e a causa do conflito de seus interesses. Tal forma é fetichista porque constitui uma estrutura sem sujeito por trás das costas dos envolvidos. Nesta estrutura, as pessoas humanas são submetidas ao eterno processo automático da transformação da energia humana abstrata em dinheiro.

O quase intransponível também reside no fato de que a forma social da abstração real do valor vem da sua determinação essencial lógica junto com a dissociação sexualmente determinada. Essa dissociação dos momentos de reprodução social material, sócio-psíquica e cultural-simbólica não se vincula diretamente à valorização do valor. No entanto, essa dissociação surge como aspecto essencial abrangente, transversal a todas as esferas, porque está sediada no plano da lógica básica ou da própria matrix.

A manutenção dessa irracionalidade atravessou o tempo e se transformou numa ameaça à humanidade e à natureza. Por quê? Porque o valor-dissociação, que sucedeu outras relações sociais fetichistas e que constitui o fundamento da sociedade capitalista, atingiu o seu limite com a terceira revolução industrial. Nela, o capitalismo, mediante a microeletrônica, tornou obsoleto, pela primeira vez, o trabalho. Ao tornar obsoleto o trabalho, tornou obsoleta a sociedade capitalista com




acontecem num processo inconsciente de desenvolvimento objetivado.

Daí que os seres humanos poderiam emancipar-se sem que o capitalismo entrasse em colapso. A convocação para esta gigantesca realização histórica, no entanto, não mereceu uma chamada transnacional à altura de seus desafios. Hoje, o capitalismo entra em colapso e os seres humanos ainda não se emanciparam. O resultado disso é que estamos caminhando para o autoaniquilamento da humanidade ou a barbárie. Esta situação vai se desenhando frente aos nossos olhos. Até agora também não havia nenhuma convocação transnacional para superarmos essa catástrofe. Mas, encarar e responder a estes desafios tornou-se incontornável. Nesse sentido, urge construirmos um ambiente favorável para o pensar e o agir emancipatórios.

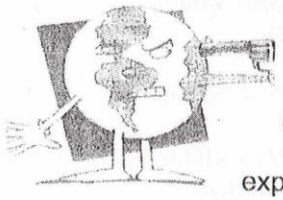
Esse é o objetivo do Fórum Transnacional Antifetichista. A idéia de sua realização, apresentada num debate acerca da natureza da crise atual, no Fórum Social Mundial/2009, em Belém, contou com a adesão de um expressivo contingente de pessoas que participavam de uma acalorada

natureza, que é a sua própria conexão social criada por ele mesmo.

Com isso, evidencia-se a resposta para a verdadeira dimensão da crise mundial no século XXI. Trata-se da superação não só da história capitalista, mas da história existente até agora. Não só a era da Guerra Fria chegou ao fim. Chegou ao fim também a história mundial da modernização. Não apenas essa história especificamente moderna, mas a história mundial das relações de fetiche em geral. Agora, o moderno sistema de produção de mercadorias atinge sua barreira histórica e expõe seu fracasso. Um colapso histórico do sistema com todas as suas relações sociais correspondentes que se manifesta como colapso financeiro, colapso ecológico, colapso da sociedade do trabalho, colapso da política e Estado nacional, colapso das relações entre os sexos, colapso...

Será possível superarmos essa abstração real do valor-dissociação? Será possível irmos para além do sistema produtor de mercadorias? Será possível construirmos uma sociedade desfetichizada, a sociedade da emancipação humana?

Esta possibilidade está diretamente relacionada à descoberta da essência ou substância categorial com sua dissociação sexual da formação histórica das sociedades capitalista e socialista. Anteriormente, esse enigma permaneceu e hoje ainda permanece por ser refletido e também criticado. Por causa disso, a emancipação só pode ser consciente. A crise e o colapso, muito pelo contrário



todos os seus fundamentos. Com isso, o sonho de acabar com o masoquismo histórico já pode ser anunciado.

Na época da implantação e expansão da sociedade do trabalho, essa abstração real do valor-dissociação instalou uma dinâmica de valorização do dinheiro sem precedentes na história da humanidade. Dissociou homens e mulheres. Tornou visível sua aparência. Ocultou sua essência. Superou todos os obstáculos. Provocou uma inversão da realidade. Fez da disputa entre a economia e a política uma das fontes principais das guerras, lutas e antagonismos ideológicos na modernidade. Criou uma situação e uma oposição políticas que se candidataram para administrar crises passageiras e cíclicas do sistema. Originou uma esquerda que, fundamentada na luta de classes, insistia em modernizar essa sociedade de horror e, após sua revolução, a sua modernização constituiu um horror de sociedade.

Uma sociedade que, em consequência do fetichismo desta abstração real do valor-dissociação, não tem consciência de si mesma, não decide livremente, não utiliza suas potencialidades, não consegue organizar diretamente sua própria forma de socialização.

Uma sociedade que através da política, Estado, mercado, dinheiro, mercadoria, trabalho, economia, direito, etc. submete-se ao domínio desse fetichismo. Um fetichismo que representa o trabalho e se expressa na

dinheiro. Um fetichismo que tem poder sobre todos os membros dessa sociedade. Um fetichismo que coloca as relações entre as pessoas como relações entre as mercadorias e das mercadorias.

Uma sociedade que canta as mercadorias e suas paixões e para a qual essa abstração real é uma obviedade axiomática, um pano de fundo tácito, uma lei natural, ontológica e eterna da existência humana e que é terminantemente proibido questionar.

Hoje, essa abstração real do valor-dissociação fez morada em todas as bases dessa sociedade. Impregnou todos os seus aspectos. Apossou-se da mente, do corpo e da alma do ser humano. Transformou tudo em mercadoria. Vive da inconsciência humana e a envolve em um irracionalismo de crenças. Reina através da servidão voluntária. Acentua a mutilação da humanidade. Amesquinha a criatividade e dissemina a esquizofrenia. Amplia o patriarcalismo, o machismo, o racismo, o preconceito a discriminação, o antisemitismo. Reproduz o nacionalismo, a xenofobia, a homofobia, o fundamentalismo, o terrorismo. Alimenta o estupro, o prostiturismo, a censura, a tortura, a exploração. Dissemina o desemprego, a exclusão, a perseguição, a opressão, a morte. Incentiva as guerras. Propaga a violência. Destrói a natureza. Instala a barbárie. Agora, a situação e a oposição políticas se colocam como administradoras da crise da fronteira histórica do sistema produtor de mercadorias. Com isso, transformam suas

administrações em atos de barbárie. Afinal, quando o capitalismo se depara com sua barreira histórica, o resultado é o assassinato da humanidade e do planeta.

Imaginar a superação deste assassinato é refletir sobre a superação não só da nossa época, mas da história das relações de fetiche em geral. O fetichismo nos acompanha desde os primórdios da humanidade. Por causa disso, a nossa história é a história das relações fetichistas. Vale dizer, não só a história contemporânea. Por mais diferentes que as relações sociais tenham sido na história das sociedades até aqui existentes, uma conclusão se impõe: todas elas foram dirigidas por meios fetichistas. Nunca existiram, portanto, sociedades autoconscientes que pudessem decidir livremente sobre o emprego de suas possibilidades. O moderno sistema de produção de mercadorias representa, apenas, a última forma social da dinâmica cega do fetichismo.

O mundo capitalista passa, então, a partir de agora, a ser dimensionado como uma etapa passageira na história da humanidade. E a consanguinidade, o totemismo, a propriedade do solo e o valor passam a ser considerados como etapas mais longas do processo através do qual o ser humano se despregou da natureza, tornando-se um ser relativamente consciente em relação à primeira natureza, mas não ainda em relação à segunda

# APRESENTAÇÃO

**Planejar significa prever para tomar decisões. Só decide quem tem poder. O problema que se coloca é o seguinte: quem tem o poder, quem toma as decisões, ou melhor dizendo, quem planeja?**

No momento em que apresentamos o plano de nossa gestão, aqui denominado Ação de Governo, onde definimos as principais políticas urbanas para Fortaleza, gostaríamos de explicitar o caminho que trilhamos até chegar à sua formulação final.

A caminhada foi árdua e longa. O primeiro passo foi dado ainda por ocasião da campanha de 1985 para o pleito eleitoral das prefeituras das capitais, quando o Partido dos Trabalhadores, visando a definir a sua plataforma política, realizou o I Seminário Popular **"A Fortaleza da Gente"**.

Durante vários dias, técnicos, cientistas, professores, estudantes, trabalhadores, moradores de bairros e favelas, mulheres, jovens, enfim, diferentes pessoas pertencentes aos diversos campos do conhecimento, ofícios e artes se reuniram para colocar, frente a frente: suas vivências na cidade, seus sofrimentos e angústias, seus saberes, suas esperanças e desejos, confrontando-os para daí surgir algo novo que definisse os principais pontos de um programa político para um tipo de Governo que construísse o novo com a participação popular.

O resultado de todo esse processo foi aprofundado no II Seminário Popular **"A Fortaleza da Gente"**, em fevereiro de 1986. Completou-se, assim, um ciclo de debates, com ampla participação, cujo resultado iria subsidiar o Plano de Governo da Administração Popular.

Um outro ciclo foi inaugurado com a nossa vivência administrativa à frente da Prefeitura Municipal de Fortaleza. A conjuntura adversa que atravessamos durante todo o ano de 86, provocada por fatores internos e externos à Administração Popular, consolidou em nós, por outro lado, a convicção de gerir a coisa pública com a determinação de colocá-la a serviço dos interesses e direitos da coletividade, sobretudo a serviço daquelas camadas historicamente discriminadas e desassistidas pelo Poder Público.

Essa experiência, agora exercida no seio do aparelho administrativo, nos permitiu submeter o produto dos dois seminários à clivagem da realidade da gestão pública, ao confronto das contradições, limites e possibilidades de uma Administração que busca, obstinadamente, a identificação com os interesses imediatos e históricos dos oprimidos de nossa cidade.

No decorrer de todo o ano, integrantes dos vários escalões da Administração, servidores, pessoas identificadas com o projeto da Administração Popular criticaram, apresentaram novas sugestões, contribuíram, enfim, com este processo participativo do pensar-fazer a Ação de Governo de nossa gestão.

Todo este processo se completa, neste momento, consolidado no documento que ora apresentamos. Aqui definimos a concepção que temos do urbano. Como, historicamente, a produção da cidade de Fortaleza se deu no tempo e no espaço, obedecendo a uma racionalidade rigorosa, onde os interesses da maioria da população encontravam-se subordinados aos desígnios de grupos minoritários, porém poderosos. O entendimento da cidade como totalidade prenhe de conflitos e contradições.

Aqui também expressamos, conscientes dos limites de nossa intervenção, mas também conscientes das nossas possibilidades, a vontade de resgatar parte da imensa dívida que temos com os fortalezenses, sobretudo com os deserdados de nossa cidade.

Definimos, no âmbito da municipalidade, o que poderemos fazer, além de manifestar o nosso empenho solidário com todos aqueles que compartilham de nossas angústias e que anseiam por reverter, a nível estadual e federal, o quadro de insolvência em que se encontram as capitais brasileiras.

E esta luta ganha uma dimensão histórica nos dias atuais, quando a Nação brasileira acompanha de perto a missão dos parlamentares responsáveis pela elaboração da nova Constituição Brasileira.

Nossa Ação de Governo só terá legitimidade e sucesso na medida em que conseguirmos alterar sensivelmente esse quadro e, assim, cumprirmos a tarefa de atender a vontade popular e os anseios de nossa gente.

*Fortaleza, fevereiro de 1987*
**Maria Luíza Menezes Fontenele**
**Prefeita Municipal de Fortaleza**

# SUMÁRIO


I. INTRODUÇÃO ..... 13

II. A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA
Contradições, Limites e Alcances ..... 15

III. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO ..... 17

IV. DIRETRIZES BÁSICAS DA POLÍTICA URBANA DA ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA ..... 21

4.1. Finalidades da Ação de Governo ..... 24
4.2. Linhas de Ação de Governo ..... 24
4.3. Critérios para Definição dos Objetivos da Ação de Governo ..... 25
4.4. Objetivo Geral e Específico da Ação de Governo ..... 26

V. PROGRAMAS ESPECÍFICOS DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS – 1987 ..... 29

5. 1. Manutenção Urbana ..... 29
5. 2. Preservação Ambiental, Uso e Ocupação do Solo ..... 30
5. 3. Habitação ..... 31
5. 4. Transporte Coletivo ..... 32
5. 5. Trabalho Social ..... 32
5. 6. Saúde Pública ..... 34
5. 7. Educação e Cultura ..... 34
5. 8. Esporte e Lazer ..... 36
5. 9. Turismo Social ..... 36
5.10. Projetos Especiais ..... 37
5.11. Administração, Planejamento e Finanças ..... 37

VI. ESTRATÉGIAS DA AÇÃO DE GOVERNO ..... 39

## "CONSTRUIR O NOVO COM A PARTICIPAÇÃO DO POVO"

A cidadania é um direito inalienável do ser humano,e seu exercício se concretiza, por um lado, na conquista de um existir digno e, por outro, no processo de construção do novo homem e da nova mulher, através de sua participação consciente e organizada, visando à transformação profunda da sociedade, na busca de uma organização social efetivamente democrática, justa e igualitária.

Elevar o nível de mobilização para garantir este direito e assegurar seu pleno exercício é o compromis maior da Administração Popular de Fortaleza, sobretudo para com os trabalhadores e demais setores historicamente discriminados pelas classes dominantes.

# 1 - INTRODUÇÃO

Uma gestão municipal sempre se realiza em um determinado espaço concreto que traz as marcas do seu tempo histórico e de uma determinada racionalidade que orienta e organiza a cidade.

No caso brasileiro, a estrutura sócio-espacial de nossas cidades, de um modo geral, expressa uma aparente caoticidade e desordem. Na realidade, essa organização tem obedecido a uma lógica determinada. As políticas urbanas e, por via de conseqüência, a estruturação sócio-espacial das cidades, têm visado primordialmente a atender aos interesses dos grupos hegemônicos, ou seja, obedece à racionalidade do grande capital. A cidade tem sido o espaço privilegiado para viabilizar o processo de acumulação do capital, de sua reprodução e da força de trabalho necessária para impulsionar o processo produtivo. A rigor, não é o planejamento urbano que tem organizado a cidade, mas é a lógica do capital que vem determinando um tipo de planejamento e organização do espaço urbano.

A vinculação orgânica entre o Estado e o capital obscurece a fronteira entre o público e o privado. O setor privado age como um setor quase-público, e o setor público age fundamentalmente a serviço quase exclusivo dos interesses do setor privado.

Fortaleza não representa uma exceção a esse fenômeno. O crescente processo de urbanização da Capital do Estado do Ceará, nos últimos anos, provocou a intensificação das demandas coletivas, colocando para o setor público a responsabilidade do atendimento das novas contingências emergidas de tal processo. No entanto, o setor público, cativo da lógica que prioriza os interesses dos segmentos hegemônicos da sociedade, tem-se mostrado insensível para atender essas novas necessidades, definindo, pelo contrário, políticas urbanas que vêm reforçando, no decorrer dos anos, a profunda desigualdade do processo de urbanização de Fortaleza. Daí uma cidade profundamente marcada pelo estigma das desigualdades econômicas, sociais e espaciais.

Basta observar a distribuição sócio-espacial de Fortaleza para constatarmos o afirmado. Aproximadamente 2/3 dos seus habitantes situam-se na zona oeste da cidade, nos bairros periféricos e favelas, sem usufruir dos serviços básicos e equipamentos públicos, muitos deles vivendo abaixo do limiar da sobrevivência.

O terço remanescente, ao contrário, vive na zona leste, área melhor aquinhoada de infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos. É nessa zona que as gestões municipais anteriores, bem como os Governos Estadual e Federal, investiram recursos públicos e orientaram os investimentos do setor privado, acentuando rápida e inexoravelmente o fosso entre a pobreza e a riqueza, fazendo crescer juntas, aparentemente, duas cidades de Fortaleza, em um único território urbano.

A atividade industrial no município é incipiente e débil, portanto incapaz de absorver um contingente maior de força de trabalho, sobrecarregando o setor de serviços, já por demais enlarguecido. Como resultado, Fortaleza apresenta hoje cerca de 55 mil desempregados que não conseguem visualizar, a curto prazo, a melhoria de sua situação. Em termos relativos, as taxas de desemprego aberto e subemprego atingem os percentuais de 8,44% e 38,92% respectivamente. ( 1 )

Da população empregada, 56,67% percebem até 1 S.M. e mais de 76%, até 2 S.M. ( 2 )

Os dados de concentração de renda são dramáticos: menos de 1% da população mais rica da cidade se apropria de cerca de 13% da renda gerada, enquanto que 33% da população mais pobre detêm apenas 8% da renda total. ( 3 )

Enfim, Fortaleza é hoje uma cidade bipolarizada, semidestruída, cujos problemas são agravados ano a ano com o acréscimo de um expressivo contingente de trabalhadores rurais expulsos pelo latifúndio.

O crescimento desigual e perverso de Fortaleza agravou-se seriamente com o processo de centralização político-administrativa e tributária iniciado nos anos 60, enfraquecendo mais e mais as administrações municipais, notadamente as das capitais brasileiras.

*(1) Dados do SINE-Ce: situação levantada em setembro de 1986*
*(2) Idem*
*(3) Idem*

As intervenções das esferas do poder estadual e/ou federal em solo municipal são freqüentes, via de regra, sob forma de pressão sobre os poderes Legislativo e Executivo locais, violentando a autonomia dos municípios. Assim sendo, poderosos instrumentos e mecanismos das políticas urbanas continuam nas mãos de autoridades que intervêm no urbano, distantes e destituídas de sensibilidade para com os problemas da cidade (saneamento básico, energia, comunicação, habitação, transporte, alimentação). Posta à margem, a Administração Municipal não tem voz nem voto nas discussões e decisões tomadas em nome de um pseudodesenvolvimento urbano.

Esse é o legado de uma política urbana definida a partir de critérios que priorizam o atendimento dos interesses das classes dominantes, em detrimento das condições de vida da maioria dos fortalezenses. Seus efeitos foram a degradação acelerada do meio ambiente; a deterioração dos equipamentos coletivos; administrações, de um modo geral, guardiãs da propriedade imobiliária; a organização do uso e ocupação do solo voltada primordialmente para favorecer o capital imobiliário; a impunidade à sonegação dos tributos municipais; a omissão e/ou conivência quanto à proliferação de loteamentos clandestinos; as edificações que ferem a Lei do Plano Diretor Físico de Fortaleza e/ou o Código de Obras e Posturas do Município.

No jogo das forças que atuam na cidade de Fortaleza, os diferentes sujeitos sociais têm-se confrontado no processo de produção e uso do espaço urbano: o setor público, os proprietários do capital, os agentes imobiliários, os diversos setores da sociedade, com especial destaque as famílias das classes trabalhadoras, situadas sobretudo nos bairros populares e periféricos da capital.

Diante do descaso do setor público para assegurar o atendimento dos direitos elementares dos segmentos populares, estes avocam a si um papel de relevância na produção do urbano através da ocupação de terrenos para estabelecimento de favelas, do processo de autoconstrução e de múltiplas alternativas e estratégias de sobrevivência popular.

Daí o entendimento de que o fenômeno da emergência e do fortalecimento dos movimentos sociais urbanos verificado nos últimos anos em Fortaleza não é algo fortuito, mas corresponde ao período de intensificação do processo de urbanização desigual da capital. Tais movimentos vêm promovendo ou induzindo ao surgimento de entidades representativas dos seus interesses (Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, Comunidades Eclesiais de Base, entre outras), no sentido de intervir na produção, distribuição e gestão dos bens de uso coletivo como condição necessária para a realização de um existir condigno, no dia-a-dia da cidade.

Daí a luta intensa travada por esses movimentos por moradia, saneamento e serviços básicos, saúde, educação, transporte e lazer.